UNICAMP

WÂNIA LUCY VALIM BERTINATO

A HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CAMPINAS: A TRAJETÓRIA DO CONDEPACC (1987 – 2008)

CAMPINAS
2012

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

WÂNIA LUCY VALIM BERTINATO

A HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CAMPINAS: A TRAJETÓRIA DO CONDEPACC (1987 – 2008)

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tognon

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Política, Memória e Cidade.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA WÂNIA LUCY VALIM BERTINATO, E ORIENTADA PELO PROF. DR. MARCOS TOGNON. CPG, _____/_____/_____

CAMPINAS
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

B462h

Bertinato, Wânia Lucy Valim, 1958-
A história da preservação do patrimônio cultural em Campinas: a trajetória do CONDEPACC (1987-2008) / Wânia Lucy Valim Bertinato. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Marcos Tognon.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – História – 1987-2008. 2. Políticas públicas. 3. Patrimônio cultural – Preservação. 4. Patrimônio histórico – Campinas (SP). 4. Patrimônio cultural – Proteção – Campinas (SP). I. Tognon, Marcos, 1966- II.Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The history of the cultural heritage preservation of Campinas: the way of CONDEPACC (1987-2008)
Palavras-chave em inglês:
Council for Defense of the Cultural Patrimony of Campinas – History – 1987-2008
Cultural property – Preservation
Historic heritage – Campinas (SP)
Protection of cultural property -
Área de concentração: Política, Memória e Cidade
Titulação: Mestra em História
Banca examinadora:
Marcos Tognon [Orientador]
Luciano Migliaccio
Regina Andrade Tirello
Data da defesa: 14-12-2012
Programa de Pós-Graduação: História

WÂNIA LUCY VALIM BERTINATO

A HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CAMPINAS: A TRAJETÓRIA DO CONDEPACC (1987 – 2008)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof. Dr. Marcos Tognon.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 14/12/2012.

Banca Examinadora:

Titulares:

Prof. Dr. Marcos Tognon (orientador) (DH/IFCH/UNICAMP)

Prof. Dr. Luciano Migliaccio (DH/IFCH/UNICAMP)

Prof. Dr. Regina Andrade Tirello (FEC/UNICAMP)

Suplentes:

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino (DH/IFCH/UNICAMP)
Profa. Dra. Ana Maria Reis de Góes Monteiro (FEC/UNICAMP)

Campinas
2012

AGRADECIMENTOS

O simbolismo ligado às pérolas, como o resultado positivo que se alcança em função de algo que incomoda, ou seja, a pérola se desenvolve como uma reação natural da ostra à um corpo estranho que a incomoda. A ostra para lidar com este "incômodo" libera uma secreção nacarada que envolve o corpo estranho e assim, o que uma dificuldade se transforma em material precioso, uma pérola. Neste sentido sou extremamente grata ao Prof. Dr. Marcos Tognon, meu orientador, que disponibilizou, com generosidade, seu profundo conhecimento e experiência na área para que o meu projeto de pesquisa se realizasse e minhas inquietações se transformassem em conhecimento. Suas orientações nas assessorias, sempre tão precisas e inspiradoras foram essenciais no processo me lançando além de minhas limitações. O mestrado como uma pérola, não é uma composição instantânea, mas construção gradativa e o seu valor têm relação direta com os elementos que a compõe. O resultado é único, não existem duas pérolas iguais.

Sou grata aos meus pais por tudo e especialmente a minha mãe pelas várias revisões da escrita no texto. Ao meu filho Daniel que me acompanhou em várias visitas técnicas aos bens tombados e me deu suporte na área de informática.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que confiou no meu projeto e me apoiou, concedendo Bolsa de Mestrado, permitindo minha dedicação ao trabalho.

Agradeço aos profissionais que concederam as entrevistas sobre o CONDEPACC a mim e ao parceiro Dr. Luiz Matthes, fornecendo preciosas informações, algumas inéditas, sobre o Conselho Municipal. Também agradeço ao Dr. Luiz Matthes pelo trabalho conjunto em algumas entrevistas e suas transcrições.

Sou grata à UNICAMP pela oportunidade da pós graduação, mas sobretudo de conviver no ambiente acadêmico com professores tão especiais

como as Prof[a]. Dr[a]. Silvana Barbosa Rubino, Profa. Dra Regina Andrade Tirello, Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson, Profa. Dr[a]. Maria Stella Bresciani, Profa. Dra. Heloisa Pontes, Profa. Dra. Cristina Meneguello, Profa. Dra. Ana Villanueva, Profa. Dra. Ana Maria Reis de Góes Monteiro, Profa. Dra. Aline Vieira de Carvalho e com o meu próprio orientador, Prof. Dr. Marcos Tognon. Foi um grande privilégio para mim.

RESUMO

A história da preservação do patrimônio cultural em Campinas, SP, Brasil é o escopo deste trabalho, tanto no que diz respeito à criação do órgão municipal, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) como à política pública de preservação por ele adotada que resultou no conjunto de cento e oitenta e oito bens tombados no recorte temporal desta pesquisa, compreendido entre os anos de 1987 até 2008. A ausência de estudos e publicações acadêmicas relacionados ao CONDEPACC, apesar da sua existência a mais de vinte anos, nos induziu à busca de fontes primárias como a documentação jurídica concernente, tanto da Prefeitura Municipal como da Câmara Municipal; as Atas dos Tombamentos, Resoluções, Leis e Decretos; além de visitas técnicas aos bens tombados e pesquisa em periódicos, em especial os jornais de Campinas que forneceram informações fundamentais. Também entrevistamos profissionais que, por algum período, estiveram envolvidos com o Conselho e essas entrevistas ganharam uma importância capital na compreensão da história do CONDEPACC. Apesar do trabalho enfocar a história da preservação do patrimônio cultural de Campinas, procuramos descrevê-la de forma que possa servir de referência para a estruturação de outros conselhos municipais. Apresentamos como resultado um panorama geral dos bens culturais eleitos, pelo CONDEPACC, como representantes da memória coletiva de Campinas, questões fundamentais sobre a criação e a atuação do CONDEPACC, alguns estudos de casos exemplares de bens tombados e uma reflexão sobre a valorização do patrimônio cultural afrodescendente no município.

Palavras-chave: História da Preservação. Política Pública do Patrimônio Cultural de Campinas. Patrimônio Cultural Tombado. CONDEPACC.

ABSTRACT

The history of the cultural heritage preservation of Campinas, SP, Brazil is the subject of this paper, concerning not only the municipal institution, the Council for Defense of the Cultural Patrimony of Campinas (CONDEPACC) but also its public policies of preservation adopted which resulted in a set of a hundred eighty-eight heritage properties within the period of this reseach, between 1987 and 2008. Although the CONDEPACC has been established for more than twenty years, there is a lack of studies and academic publications related to it. This has made us seek for primary related juridical documentation such as heritage resources minute, Resolutions, Laws and Decrees at the City Hall and at the City Council. Besides, technical inspection has been done at the heritage resources. It has also been carried out research on periodicals, especially the ones from Campinas which have provided essential information for this study. In addition, some professionals involved in the Council, at different times, have been interviewed which has become fundamental for the understanding of the CONDEPAC History. Although the focus of this study has been on the preservation of the cultural heritage experience of Campinas, our main goal was to describe it in a way that it can be used as a point of reference to structuring other Municipal Councils .As a result, we have presented a bird´s eye view on the heritage resources selected by the CONDEPAC as the representatives of the collective memory of Campinas. Also, it has been presented the actions related to its creation and performance, as well as some studies of heritage resources exemplary cases and finally a reflection on how the cultural heritage of African descent has been valued.

Keywords: History of Preservation. Public Policy in the Cultural Heritage of Campinas. Cultural Heritage. CONDEPACC.

LISTA DAS FIGURAS

Figura 01 – Foto da fachada frontal da Capela de Santa Cruz (Arquivo: Wania Bertinato)..... 8

Figura 02 – Foto aérea parcial da área central de Campinas em 1967. (Fonte: Revista Manchete. COSTA, A., 28/10/1967: P.78-79. Crédito da foto: Carlos Botelho)..... 20

Figura 03 – Foto do "abraço" simbólico à antiga fábrica Lidgerwood (Correio Popular: 07 jun. 1987. Biblioteca do Centro de Memória da UNICAMP. CMUHE008977. Crédito da foto: Antoninho Perri)..... 33

Figura 04 – Foto da fachada do Solar Barão de Itatiba (Arquivo: Wania Bertinato)..... 37

Figura 05 – Foto da fachada da Catedral Metropolitana de Campinas (Arquivo: Wania Bertinato)..... 37

Figura 06 – Foto da fachada do Solar Barão de Itapura (Arquivo: Wania Bertinato)..... 37

Figura 07 – Foto da fachada do Solar Visconde de Indaiatuba (Arquivo: Wania Bertinato)..... 37

Figura 08 – Foto da fachada da Capela N. S. da Boa Morte (Arquivo: Wania Bertinato)..... 37

Figura 9 – Foto do Livro Tombo do CONDEPACC (Arquivo: Wania Bertinato) 63

Figura 10 – Foto do Solar Barão de Itatiba (Arquivo: Wania Bertinato)..... 123

Figura 11 – Reprodução dos Projetos dos arquitetos Fábio Penteado e Oscar Niemeyer. (Fonte: Correio Popular, COSTA, 30 jun. 2007)..... 125

Figura 12 – Mapa de implantação do Palácio dos Azulejos, Corpo de Bombeiro e Guarda Municipal (Crédito: Wania Bertinato)..... 125

Figura 13 – Foto aérea do Solar Barão de Itatiba (Arquivo: Wania Bertinato).... 128

Figura 14 – Foto parcial da fachada da Guarda Municipal e Rua Regente Feijó (Arquivo: Wania Bertinato)..... 130

Figura 15 – Foto da fachada de fundo e lateral da antiga sede da Fazenda Jambeiro (Arquivo: Wania Bertinato).. 132

Figura 16 – Foto da fachada frontal da antiga sede da Fazenda Jambeiro . (Arquivo: Wania Bertinato),,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,.......................,,,,,,........,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,....... 135

Figura 17 – Foto do conjunto arquitetônico e paisagístico da antiga sede da Fazenda Jambeiro (Arquivo: Wania Bertinato) 135

Figura 18 – Foto do conjunto arquitetônico e paisagístico da antiga sede da Fazenda Jambeiro (Arquivo: Wania Bertinato)... 136

Figura 19 – Foto da fachada lateral e muro da antiga sede da Fazenda Jambeiro (Arquivo: Wania Bertinato)... 137

Figura 20 – Foto da fachada frontal do imóvel em ruínas da Rua Cônego Cipião, nº 1074 (Arquivo: Wania Bertinato)... 139

Figura 21 – Foto do Monumento-Túmulo Antônio Carlos Gomes (Arquivo: Wania Bertinato).. 142

Figura 22 – Foto da limpeza desastrada do Monumento Túmulo de Carlos Gomes (Fonte: Publicada no Diário Oficial do Município de 03 de outubro de 2003, p.1. Crédito da foto: Luiz Granzotto.).. 144

Figura 23 – Foto de detalhe de Carlos Gomes (Arquivo: Wania Bertinato).. 146

Figura 24 – Foto da cerca de correntes de bronze, original, do Monumento Túmulo de Carlos Gomes (Arquivo: Wania Bertinato).. 146

Figura 25 – Foto da cerca de correntes industrializadas do Monumento Túmulo de Carlos Gomes (Arquivo: Wania Bertinato)... 147

Figura 26 – Foto da fachada frontal do Sanatório Santa Isabel (Arquivo: Wania Bertinato).. 148

Figura 27 – Foto do revestimento de lona perfurada da fachada frontal do antigo Sanatório Santa Isabel (Arquivo: Wania Bertinato)... 150

Figura 28 – Foto da fachada frontal reformada do antigo Sanatório Santa Isabel. (Arquivo: Wania Bertinato)... 151

Figura 29 – Foto da obra em andamento na área envoltória do terreno do antigo Sanatório Santa Isabel (Arquivo: Wania Bertinato).....152
Figura 30 – Foto aérea do Bairro Nova Campinas Gomes (Arquivo: Wania Bertinato)..... 154
Figura 31 – Reprodução do Plano de "Arruamento e Loteamento de Nova Campinas" da Comp. Imobiliária Nova Campinas (PMC)..... 155
Figura 32 – Planta do Bairro Nova Campinas - Decreto Nº 121 de 1946 (Desenho da autora)..... 158
Figura 33 – Reprodução parcial da Planta de Zoneamento de Campinas (PMC) 160
Figura 34 – Planta do Bairro Nova Campinas com as alterações de zoneamento introduzidas até o ano de 1981 (Desenho da autora)..... 163
Figura 35 – Planta do Bairro Nova Campinas com as alterações de zoneamento introduzidas até o ano de 1988 (Desenho da autora)..... 165
Figura 36 – Planta do Bairro Nova Campinas com as alterações de zoneamento introduzidas até o ano de 2000 (Desenho da autora)..... 170
Figura 37 – Foto da Av. José de Souza Campos, próximo ao nº 425, Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato)..... 171
Figura 38 – Foto da Rua Rafael A. Duarte, Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato) 172
Figura 39 – Foto da Av. Jesuino M. Machado, Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato)..... 173
Figura 40 – Foto da Rua Eng. Carlos Stevenson, Nova Campinas, próximo ao nº 500 (Arquivo: Wania Bertinato).....175
Figura 41 – Foto da Av. Dr. Moraes Sales, Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato)..... 177
Figura 42 - Foto do quarteirão da Rua Dr. Emílio Ribas, lado par, Zona 13, que pertence à Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato)..... 179
Figura 43 – Foto da Rua Dr. Hermas Braga, Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato)..... 180

Figura 44 – Foto da Rua Alexandre Fleming, Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato). 181
Figura 45 – Foto da Av. José de Souza Campos, próximo ao nº 243, Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato)..... 181
Figura 46 – Foto da Praça Ralph Stettinger, Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato) 182
Figura 47 - Foto do Córrego Proença canalizado no trecho da Praça Ralph Stettinger, Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato).....182
Figura 48 - Foto de casa noturna na Rua Eng. Carlos Stevenson nº 323, Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato).....,..... 190
Figura 49 - Foto da entrada do Cinturão de Segurança da Rua Ângelo José Vicente do Bairro Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato)..... 193
Figura 50 - Foto da poda radical de um pé de jambolão (Syzygium cumini) situado em praça pública na Rua Eng. Carlos Stevenson (Arquivo: Wania Bertinato).... 193
Figura 51 - Foto de demolição de residências na Rua Dr. Emílio Ribas esquina com a Rua José Nucci, trecho pertencente ao Bairro Nova Campinas (Arquivo: Wania Bertinato)..... 194
Figura 52 - Planta do Bairro Nova Campinas com anotações das Avenidas José de Souza Campos, Dr. Moraes Sales e Jesuino Marcondes Machado e da Rua Eng. Carlos Stevenson . (Desenho da autora)..... 198
Figura 53 - Foto da fachada frontal do Imóvel da Rua Emílio Ribas n° 1468, Cambuí (Arquivo: Wania Bertinato)..... 207
Figura 54 - Reprodução de foto e texto da Exposição "Memória e Vivências Negras em Campinas"..... 211
Figura 55 – Implantação do Largo São Benedito . (Desenho da autora)..... 214
Figura 56 - Foto do Monumento Mãe Preta e da Paróquia São Benedito (Arquivo: Wania Bertinato).....215
Figura 57 - Foto parcial do Monumento Mãe Preta (Arquivo: Wania Bertinato) 216

Figura 58 - Foto da Av. Moraes Sales e placa de sinalização urbana . (Arquivo: Wania Bertinato)..... 217
Figura 59 - Foto do MUPI instalado na Praça Anita Garibaldi (Arquivo: Wania Bertinato) 218
Figura 60 - Foto de detalhe do MUPI instalado na Praça Anita Garibaldi (Arquivo: Wania Bertinato)..... 219
Figura 61 - Foto da fachada frontal da antiga Capela Santa Cruz do Fundão (Arquivo: Wania Bertinato)..... 221
Figura 62 – Foto aérea da antiga Capela Santa Cruz do Fundão (Arquivo: Wania Bertinato / Tratamento da imagem: Willians D. Oliveira)..... 223
Figura 63 – Foto de imagens encontradas no interior da antiga Capela Santa Cruz do Fundão . (Arquivo: Wania Bertinato)..... 225
Figura 64 – Foto do interior da Capela Santa Cruz do Fundão(Arquivo: Wania Bertinato)..... 226
Figura 65 – Foto de detalhe do piso hidráulico no interior da antiga Capela Santa Cruz do Fundão . (Arquivo: Wania Bertinato)..... 226
Figura 66 – Foto de detalhe da porta metálica de acesso à antiga Capela Santa Cruz do Fundão (Arquivo: Wania Bertinato)..... 227
Figura 67 – Foto do túmulo do escravo e parcialmente da goiabeira (Arquivo: Wania Bertinato)..... 228

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

(Fonte: Wania Bertinato)

Tabela 01 – Relaciona estudos de tombamento concluídos com resoluções de tombamento na própria gestão em que foi solicitada ou em outra gestão, até o ano de 2008..... 91

Tabela 02 – Identificação dos bairros onde há bens tombados e a relação destes bairros com as gestões dos prefeitos..... 108

Gráfico 01 – Diferencia os tombamentos que foram solicitados na própria gestão do prefeito das que foram solicitados em outras..... 92

Gráfico 02 – Proporção dos bens tombados em relação aos mandatos dos prefeitos de 1987 a 2008..... 93

Gráfico 03 – Relaciona o total das solicitações de estudo de tombamento acatadas em cada gestão de prefeito diferenciando as que foram concluídas até 2008..... 95

Gráfico 04 – Porcentagem de solicitação de tombamento em cada gestão de prefeito..... 96

Gráfico 05 – Porcentagem de cada uma das categorias do patrimônio em relação ao total dos bens tombados 100

Gráfico 06 – As categorias do patrimônio tombado que correspondem a cada gestão de prefeito..... 102

Gráfico 07 – A localização dos bens tombados. 105

Gráfico 08 – Identificação dos bairros onde há bens tombados e a relação destes bairros com as gestões dos prefeitos..... 108

Gráfico 09 – Porcentagem dos bens tombados divididos em públicos, privados e privados em regime especial..... 110

Gráfico 10 – Divisão dos bens públicos, privados e privados em regime especial em cada gestão de prefeito..... 111

Gráfico 11 – Proporção das Resoluções de Tombamento com a definição do interesse cultural atribuído ao bem..... 113
Gráfico 12 – O interesse como patrimônio cultural atribuído aos bens..... 113
Gráfico 13 – A proporção das Resoluções de Tombamento com justificativa do por que do tombamento..... 114
Gráfico 14 – Número de meses necessários da abertura de estudo até a Resolução de Tombamento..... 116
Gráfico 15 – Quantifica o total dos tombamentos, dividindo-os em períodos de meio século 118
Gráfico 16 – Distribui nas gestões dos prefeitos o total dos tombamentos do patrimônio edificado, dividindo-os em períodos de metade de séculos 119
Gráfico 17 – Proporção dos bens tombados pelo IPHAN e CONDEPHAAT..... 120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEAC – Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas

ACIC – Associação Comercial e Industrial de Campinas.

CCLA – Centro de Ciência, Letras e Artes

CIESP – Centro das Indústrias e Comércio do Estado de São Paulo (Regional Campinas)

CODEPAC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba.

CMU – Centro de Memória da Unicamp

CONDEPACC – Conselho do Patrimônio Cultural de Campinas

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

CPEF - Companhia Paulista de Estrada de Ferro

CRECI – Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (2º Região/ Estado de São Paulo)

DOM – Diário Oficial do Município

DOU – Diário Oficial da União

DUOS – Departamento de Uso e Ocupação do Solo

EMDEC – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FEPASA – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

HABICAMP – Associação das Empresas do Setor Imobiliário de Campinas e Região (atualmente Associação Regional da Habitação)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPR-INOVA-UNICAMP – Inovação e Pesquisa para o Restauro – Agência de Inovação da UNICAMP

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MUPI - Mobiliário Urbano Público de Informação

PROESP - Associação Protetora da Diversidade das Espécies

PUCC – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

SBNC – Sociedade do Bairro Nova Campinas

SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo,

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEMURB - Secretaria Municipal de Urbanismo

SEPLAMA - Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

SETEC – Serviços Técnicos Gerais

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Regional Leste)

SMCEL – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEMURB - Secretaria Municipal de Urbanismo

UNICAMP – Universidade de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1 CONDEPACC: OS ANTECEDENTES, A CRIAÇÃO E ALGUMAS AÇÕES DESENVOLVIDAS..... 5

1.1 As primeiras ações oficiais visando a de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas..... 5

1.2 A criação do CONDEPACC..... 24

1.3 Áreas envoltórias (IPHAN e CONDEPHAAT) e os primeiros tombamentos municipais..... 36

1.4 O risco de ser extinto 43

1.5 A área envoltória de bens tombados pelo CONDEPACC e os imóveis "indicados para preservação"..... 46

1.6 O inventário dos bens culturais de Campinas..... 55

1.7 CONDEPACC: a transparência do órgão público municipal..... 61

1.8 O trâmite dos processos de tombamento..... 66

1.9 A composição do CONDEPACC..... 70

1.10 Ferramentas de incentivo à preservação dos bens tombados..... 80

1.10.1 A isenção do imposto predial e territorial urbano (IPTU) para bens tombados..... 80

1.10.1 A transferência do potencial construtivo..... 85

2 O CONJUNTO DE BENS TOMBADOS EM CAMPINAS (1987 - 2008)..... 89

2.1 Considerações preliminares..... 89

2.2 As solicitações de estudo e as resoluções de tombamento..... 91

2.3 As categorias dos bens tombados..... 99

2.4 A localização dos bens tombados na cidade de Campinas..... 104

2.5 Bens públicos, privados e privados em regime especial..... 109

2.6 O interesse cultural expresso na Resolução de Tombamento.....112
2.7 A justificativa na resolução de tombamento.....114
2.8 O tempo de trâmite dos processos de tombamento 115
2.9 A historicidade do patrimônio tombado.....117
2.10 O IPHAN e o CONDEPHAAT nos tombamentos em Campinas.....119

3 ALGUNS IMPASSES NA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE EM CAMPINAS.....123
3.1 - Antigo Solar Barão de Itatiba (Palácio dos Azulejos).....123
3.2 – A sede tombada da antiga Fazenda Jambeiro.....131
3.3 - Imóvel da Rua Cônego Cipião, nº 1074..... 138
3.4 - Monumento Túmulo de Carlos Gomes 141
3.5 – O Antigo Sanatório Santa Isabel..... 147

4 OUTRO IMPASSE: O CANCELAMENTO DO TOMBAMENTO DO BAIRRO NOVA CAMPINAS..... 153
4.1 Considerações preliminares..... 153
4.2 - O projeto urbanístico do Bairro Nova Campinas..... 155
4.3 – Modificações da Legislação de Uso e Ocupação do Solo..... 158
4.4 – O Tombamento do Bairro Nova Campinas..... 174
4.5 – O Cancelamento do Tombamento do Bairro Nova Campinas.....185

5 O CONDEPACC E O PATRIMÔNIO CULTURAL AFRODESCENDENTE.... 201
5.1 Considerações Preliminares..... 201
5.2 Imóvel da Rua Emílio Ribas n° 1468 (Museu do Negro).....207
5.3 Largo São Benedito..... 213
5.4 Capela Santa Cruz do Fundão (atual Capela N. S. da Penha)..... 221

CONCLUSÕES FINAIS..... 229

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 235
REFERÊNCIAS JURÍDICAS..... 257
REFERÊNCIAS DOS ARQUIVOS CONSULTADOS..... 281

APÊNDICES..... 283
A – Entrevista Profa. Dra. Ana Villanueva..... 285
B – Entrevista Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes..... 301
C – Entrevista Historiador Célio Turino..... 329
D – Entrevista Dra. Daisy Serra Ribeiro..... 337
E – Entrevista Vereador Dr. Lindenberg da Silva Pereira 351
F – Entrevista Arquiteto Ronald Tanimoto Celestino..... 355
G – As Categorias dos Bens Tombados pelo CONDEPACC (1988 – 2008)..... 369
H - Linha do Tempo de Bens Tombados (1988 a 2008) 381
ANEXOS
A – Reprodução do Registro da Ata da Assembléia de Fundação da Sociedade Febre Amarela 385
B – Lista dos Bens Tombados em Campinas na esfera Federal (IPHAN) e na esfera Estadual (CONDEPHAAT)..... 393
C – Banner do CMU: Projeto Ciências & Arte nas Férias – 2008..... 397

INTRODUÇÃO

A firme convicção quando cursava arquitetura e urbanismo na PUC Campinas, de que eu deveria, depois de formada, me inscrever num curso de mestrado, foi a motivação para deste trabalho. É verdade que por contingências da vida precisei esperar muito, mais de vinte anos para ingressar no mestrado e o meu sentimento agora, em relação à minha formação acadêmica, é de correção de rota e de "liberdade" em relação a futuras possibilidades profissionais. Mas este sentimento só se tornou claro na finalização desta pesquisa, quando pude compreender o quanto esta formação significava para mim. Espero que a inquietação, a "dificuldade" em alcançar uma formação idealizada tenha se transformado num produto construtivo, e que esta dissertação sirva de parâmetro para outros estudos.

O presente estudo sobre a história da preservação dos bens culturais de Campinas e os bens que foram tombados desde a criação do CONDEPACC em 1987 até 2008 não era inicialmente o objeto da minha pesquisa. Uma reflexão sobre a "arquitetura eclética" na cidade de Campinas por meio de um estudo aprofundado de alguns exemplares remanescentes e tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas era o estudo pretendido no mestrado. Apresentei a pesquisa[1] no Exame de Qualificação[2] em fevereiro de 2011 e foi criado um impasse entre o objetivo inicial do mestrado, que era orientar intervenções de restauro no patrimônio tombado de "arquitetura eclética" e um mestrado voltado para a história da preservação do patrimônio cultural de Campinas. A banca considerou importantíssimo trabalhar a questão da história da preservação em Campinas. Por necessidade de recorte de pesquisa foi sugerido que se optasse por um dos temas sendo que foi fortemente recomendado que a

[1] O título do trabalho anterior, que estava de acordo com o projeto de pesquisa, era: "Arquitetura Eclética" na cidade de Campinas: reflexões sobre a sua preservação.

[2] A Banca foi composta pela Profa. Dra. Silvana Rubino, pela Profa. Dra. Ana Maria Reis de Góes Monteiro e pelo meu orientador, Prof. Dr. Marcos Tognon.

escolha recaísse sobre a história da preservação em Campinas, deixando as questões, já estudadas, da arquitetura "eclética" para outro trabalho acadêmico ou, quem sabe, um futuro doutorado. A banca considerou a historia da preservação como possibilidade de uma grande contribuição para a sociedade porque o trabalho levantava questões inéditas, que mereciam ser levantadas e, sobretudo porque se desconhece um trabalho que encare uma experiência municipal ao mesmo tempo pioneira e complexa como a de Campinas. Pioneira se considerarmos que a maioria das cidades do Estado de São Paulo ainda não tem Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural e, complexa, pelas questões já demonstrada na qualificação.

Aconteceu que, por falta de um trabalho aprofundado sobre o CONDEPACC onde eu pudesse contextualizar a pesquisa sobre a preservação da arquitetura "eclética" em Campinas, comecei a estudar o órgão de proteção municipal e assim o que era considerado a introdução do trabalho foi se alargando e ganhou uma importância inesperada para mim. O estudo sobre o CONDEPACC foi feito, basicamente, através das Resoluções de Tombamentos, matérias de jornal, legislação pertinente e entrevistas. Em especial, uma das entrevistas, a concedida pelo Prof. Antônio Augusto Arantes Neto, teve seu conteúdo muito elogiado e, como material inédito que era[3], foi considerada fundamental para compreensão da história do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Cultural de Campinas e também referência na formação de qualquer Conselho Municipal.

O Estado de São Paulo, de acordo com dados fornecidos pela Fundação SEADE, possui 645[4] municípios, mas somente uma porcentagem pequena destes

---

[3] A entrevista era inédita no Exame de Qualificação do Mestrado em 24 de fevereiro de 2011, mas posteriormente foi publicada eletronicamente na Revista CPC/USP, V. nº 14, maio de 2012/outubro de 2012 (ARANTES: 2012).

[4] O estado de São Paulo subdivide-se em 645 municípios distribuídos em 42 regiões de governo, 14 regiões administrativas e três regiões metropolitanas: a de São Paulo, da Baixada Santista (que tem a conformação espacial da RA de Santos) e de Campinas (contida na RA do mesmo nome).

[...] Além de São Paulo, Guarulhos, Campinas e São Bernardo dos Campos, que superavam a marca de um milhão, somente seis outros municípios apresentaram população superior a 500 mil habitantes: Osasco, Santo André, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão

municípios possui legislação municipal referente à proteção do patrimônio cultural. Matéria publicada em 2009 no Estadão.com.br/geral[5]: “Em SP, só 5% das cidades têm órgão de preservação”. Cabe aos municípios o reconhecimento e a proteção dos bens de interesse local e sendo assim, muito temos que caminhar no sentido da preservação da memória nos municípios do Estado de São Paulo.

Quanto aos capítulos deste mestrado, apresentamos:

Capítulo 1: Desenvolvemos um breve histórico dos antecedentes, da criação e das principais ações oficiais do CONDEPACC visando à proteção do patrimônio cultural em Campinas. por meio de gráficos e tabelas conjeturamos sobre o conjunto de bens tombados e a política de preservação municipal que se estabeleceu em Campinas nos vinte e um anos iniciais do CONDEPACC (1988 a 2008).

Capítulo 2: Trabalhamos com dados estatísticos e através de gráficos e tabelas conjeturamos sobre o conjunto de bens tombados e a política de preservação municipal que se estabeleceu em Campinas nos vinte e um anos iniciais do CONDEPACC (1988 a 2008).

Capítulo 3: Percepções da política de preservação do patrimônio cultural de Campinas através de determinados aspectos da preservação de alguns bens tombados e de uma Carta Aberta encaminhada á Câmara Municipal de Campinas. A seguir os bens estudados: Antigo Solar Barão de Itatiba (Palácio dos Azulejos), Conjunto Arquitetônico da antiga Fazenda Jambeiro, Imóvel da Rua Cônego Cipião, o Monumento Túmulo Carlos Gomes e o Antigo Sanatório Santa Isabel.

Capítulo 4: Neste capítulo tratamos do tombamento do Bairro Nova Campinas e do posterior cancelamento deste tombamento pelo Exmo. Prefeito Municipal. Abordamos a complexidade que é a preservação de uma área urbana

---

Preto.Do total de municípios paulistas 81,2% possuíam menos de 50 mil habitantes e concentravam 17,4% da população estadual, enquanto os 18,8% restantes alocavam 82,6%. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Disponível em:< http://www.seade.gov.br/produtos/atlasecon/intro/cap2_intro.pdf> Acesso em 07/11/2011.

dinâmica e valorizada pela especulação imobiliária ao mesmo tempo questiona se o instrumento jurídico do tombamento é o adequado para a proteção deste tipo de patrimônio cultural.

Capítulo 5: O quinto e último capítulo é uma reflexão sobre como a memória afrodescendente foi valorizada pelo CONDEPACC, através do estudo do processo de tombamento de alguns bens, o Imóvel da Rua Emílio Ribas n° 1468 (Museu do Negro), o Largo São Benedito (Praça Profa. Silvia Simões Magro) e um imóvel em área envoltória de bem tombado, a Capela Santa Cruz do Fundão (atualmente Capela Nossa Senhora da Penha).

Com o desenvolvimento destes capítulos acreditamos apresentar pontos relevantes da complexidade das questões que enfrenta o órgão de preservação do patrimônio cultural de Campinas e que, com certeza, guarda semelhança com os órgãos de outros municípios.

O comentário no filme, "Les Uns et les Autres[6]", dirigido por Claude Lelouch, de que "são muito poucas as histórias da humanidade, umas duas ou três", retrata o que percebo em relação às experiências dos Conselhos Municipais e das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Estado de São Paulo. Apesar de toda diversidade existente, as cidades e os Conselhos Municipais também apresentam histórias similares e sendo assim, espero que o resultado desta pesquisa possa contribuir nas reflexões de outros Conselhos e nas do próprio CONDEPACC.

---

[5] Matéria publicada pela AE-Agência do Estado em 21 jun. 2009. Disponível em: <e http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-so-5-das-cidades-tem-orgaos-de-preservacao,390739,0.htm> Acesso em 02/01/2011.

[6] Filme de origem francesa, do início da década de 1980 e que no Brasil recebeu o título de "Retratos da Vida".

1 CONDEPACC[7]: OS ANTECEDENTES, A CRIAÇÃO E ALGUMAS AÇÕES DESENVOLVIDAS.

> [...] Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional;
>
> Aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica do DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional;
>
> Para a obtenção dos resultados em vista, serão criados, onde ainda não houver, órgão estaduais e municipais adequados, articulando devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com o DPHAN, para fins de uniformidade de legislação em vista, atendido o que dispõe o art. 23 do Decreto-Lei 25, de 1937;[8]

1.1 - As primeiras ações oficiais visando a de proteção do patrimônio histórico e artístico de Campinas.

É consagrado que a história do CONDEPACC começa com a Lei Nº 5.885 de 1987[9] porém vamos tentar entender um pouco melhor esta história, desde a sua origem, nas primeiras iniciativas, quando, por exemplo, a Secretaria Municipal de Cultura foi criada com autonomia pelo então Prefeito Municipal Dr. Lauro Péricles Gonçalves[10] através da Lei 4576 de 1975. No corpo desta Lei, como uma das sete Coordenadorias de Assuntos Culturais, foi instituído o Serviço de Patrimônio Histórico Cultural do Município[11]. A título de curiosidade, também estava entre as Coordenadorias, a do Museu da Imagem e do Som (MIS), hoje uma importante instituição de preservação e divulgação da memória audiovisual

---

[7] Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas.

[8] Compromisso de Brasília, 1970.

[9] A Lei Nº 5.885 de 17 dezembro de 1987 que dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do Município de Campinas e dá outras providências e o posterior Decreto Nº 9546 de 30 de junho de 1988 que a regulamentou.

[10] Exerceu o mandato político como prefeito de Campinas no período 1973 a 1976.

[11] Conforme a Lei 5885 de 17 dez. 1987: Artigo 34 **-** Fica extinto o Serviço de Patrimônio Histórico-Cultural do Município, criado pela Lei nº 4.576, de 30 de dezembro de 1975.

de Campinas[12]. No que diz respeito à Coordenadoria do Serviço de Patrimônio Histórico Cultural do Município nossa pesquisa não identificou nenhuma ação, parece ter sido uma idéia "engavetada".

Na gestão seguinte, a do Prefeito Francisco Amaral[13] foi sancionada a Lei Nº 4886 de 14 de maio de 1979 criando o primeiro Conselho de Proteção do Patrimônio Histórico de Campinas, Lei que tampouco produziu algum efeito prático. Intrigou-nos o fato desta Lei de 1979, apesar de aprovada e vigente por vários anos não produzir os efeitos esperados. Preliminarmente conjeturamos que a Lei poderia ter sido criada em cumprimento às recomendações da Lei Orgânica dos Municípios (1969) ou do Compromisso de Brasília (1970) e posteriormente ao Compromisso de Salvador (1971), já que sugeriam ações nos Estados e Municípios no sentido de proteção do seu patrimônio cultural de valor regional. Pesquisando sobre o porquê da criação da Lei de 1979, nos surpreendemos com alguns documentos que nos levaram a outras ponderações. Encontramos na Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas, na pasta referente ao Projeto de Lei Nº 118/78[14], o recorte de jornal onde se lê:

> As linhas clássicas do estilo greco-romano, aplicadas na construção da sede da Academia Campinense de Letras, estão ameaçadas de ficar escondidas por uma verdadeira parede de novos e modernos edifícios, segundo denúncia de um grupo de arquitetos que quer o estabelecimento de normas oficiais para preservar o monumento. (P. 5)

O recorte de jornal mencionado, cujo título "Da sucursal de Campinas", foi anexado ao processo, provavelmente do ano de 1978[15] já que foi arquivado

---

[12] Conforme o site do Museu da Imagem e do Som (MIS) foi através da Lei 4576/75, de 30 de dezembro de 1975, que o MIS foi viabilizado pelo poder público municipal. Disponível em: < http://www.miscampinas.com.br/sobre-mis.php> Último acesso em 15 dez. 2011.

[13] Exerceu o primeiro mandato político como prefeito de Campinas no período 1977 a 1982.

[14] Processo Nº 34.734, que criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas através da Lei Nº 4886 de 14 de maio de 1979.

[15] Após a descoberta desta matéria de jornal arquivada na Biblioteca da Câmara Municipal, pesquisamos na hemeroteca do arquivo da Biblioteca Pública Municipal "Professor Ernesto Manoel

sem as referências do jornal e da data de publicação, continua tecendo considerações sobre o edifício da Academia Campinense de Letras, recém construído e, desde então, considerado um monumento. A grande preocupação demonstrada pela matéria era com o entorno da Academia Campinense de Letras, face ao crescimento urbano, como segue:

> Quando a administração de Campinas resolveu dar uma sede própria à Academia Campinense de Letras, acabou por criar no centro da cidade um valioso projeto arquitetônico: construir um prédio, seguindo rigorosamente as linhas de um edifício grego-romano, obrigando a Prefeitura a restaurar todas as fachadas das residências próximas, dando-lhes o mesmo estilo e implantando num raio de 50m um "bolsão" especial.
>
> Agora, depois de mais de dois anos de inauguração do "monumento", a preocupação inicial de preservação da área está ameaçada pela possibilidade da construção de grandes edifícios, a começar pela sede própria do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana – em obras – cujo projeto é de autoria do mesmo arquiteto que traçou as primeiras linhas da Academia, Georgino Lobo.
>
> Embora não interfira diretamente na paisagem – o edifício de três andares, onde funcionarão gráfica, salão de assembléia, administração, cursos e ambulatórios para os 6.300 associados, fica atrás de Academia – e poderá abrir precedente e desfigurar a área, principalmente em razão da inexistência de legislação específica. As plantas da sede do sindicato foram totalmente aprovadas pela prefeitura, que obedeceu somente aos itens estabelecidos pelo Código de Obras e Urbanismo, ou seja, normas e gabaritos de acordo com o zoneamento e larguras das ruas da região.[16]

O grupo de arquitetos a que a matéria se refere, valorizando a arquitetura da Academia Campinense de Letras estava preocupado em definir regras para a área envoltória da Academia por meio do estabelecimento de um zoneamento especial. Não vamos aqui nos ater ao mérito de como e do que se pretendia valorizar, mas, destacar o debate sobre área envoltória na cidade de Campinas no ano de 1978. O artigo ainda informa sobre um fato desconhecido

---

Zink" em Campinas e foi possível identificar a matéria como do Jornal Diário do Povo de 26 out. 1978.

[16] Processo Nº 34.734, que criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas através da Lei Nº 4886 de 14 de maio de 1979 (p.5).

para nós, quando cita que o então vice-prefeito José Roberto Magalhães Teixeira[17] teria sugerido a criação de um Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal:

> [...] Uma delas seria a criação do Cophac – Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas – sugerida recentemente pelo vice-prefeito José Roberto Magalhães Teixeira. Esse órgão, com a finalidade de preservar a memória artística e cultural da cidade, vinculado à Secretaria de Cultura, mas com relacionamento estreito com a de Obras e Serviços Públicos, receberia da administração poderes especiais, que lhe permitissem ação eficaz. (Processo 34.734: P. 5)



Figura 1 - Foto da fachada frontal e pátio murado da Capela de Santa Cruz, localizada na Praça XV de Novembro, Cambuí, Campinas (/2012).

Nesta mesma pasta do Projeto de Lei Nº 118/78, anexado à folha nº 07, outra matéria: “O interior não preserva a sua memória”; recorte do jornal Estado de

[17] O prefeito José Roberto Magalhães Teixeira foi vice-prefeito na primeira gestão do prefeito Francisco Amaral no mandato de 1977 a 1982 e assumiu a Secretario de Cultura no início do governo.

São Paulo de 22 de Outubro de 1978 mostra o envolvimento de pesquisadores da cidade com a questão da preservação de bens históricos antes da criação de qualquer Conselho Municipal para este fim:

> A Prefeitura de Campinas pretende criar o Conselho de Patrimônio Histórico (Cophac) para incrementar a proteção e conservação dos bens tombados. O jornalista Benedito Barbosa Pupo e a artista plástica Fúlvia Gonçalves, da Unicamp, estão procedendo a um levantamento dos locais que assinalaram fatos importantes do município e encaminharão o relatório ao Centro de Ciências. (ERBOLATO: 1978) (Processo 34.734: P. 7)

Sobre o "levantamento dos locais que assinalaram fatos importantes do município" muito provavelmente resultou na obra "Testemunhos do Passado Campineiro" publicado pela Editora da UNICAMP (GONÇALVES: 1986). Ainda na mesma pasta do processo, folha nº 08, outra revelação inesperada, o envolvimento do memorialista Jolumá Brito[18] na criação da primeira Lei de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas:

> O historiador Jolumá Brito lamentou ontem o destombamento, pelo Condephaat, da Capelinha do Largo Santa Cruz, o mais vivo atestado da tradição religiosa de Campinas. Ao passar pelo Largo, o autor da "História da Cidade de Campinas" viu que está sendo construído, junto à Capelinha, um edifício de condomínio, o que entende não ser permitido pelas leis de tombamento. Comunicando o fato ao prefeito Francisco Amaral, foi informado de que a Capelinha havia sido destombada justamente pelo Instituto paulista encarregado de manter e preservar a memória histórica do Estado.
>
> [...] O historiador cita que, "para fugir a essa velha gata impertinente que vem arranhando a História de Campinas", entregou ao

[18] Jornalista, radialista, poeta, colecionador, comediógrafo e historiador. João Batista de Mello Brito Sá (seu nome artístico era Jolumá Brito) teve uma vida relativamente longa, ao menos longa o suficiente para se consagrar como um dos maiores escritores de Campinas.

Se considerarmos o volume de publicações e manuscritos avulsos, não resta dúvida que Brito foi mesmo o maior escritor da cidade. Foram mais de trinta livros publicados em vida, vinte e sete de História da Cidade de Campinas, Tonico de Campinas, História da Cidade de Paulínia, História da Cidade de Americana e um trabalho dedicado ao clube Regatas completa a coleção.

Seu arquivo, atualmente no Centro de Memória da Unicamp, concentra uma quantidade enorme de textos dedicados em sua maioria a Campinas: biografias, históricos de clubes, associações e prédios da cidade. Lá, está apenas uma parte das muitas coleções do autor, que vão de flâmulas comemorativas ao valioso conjunto de almanaques produzidos na cidade no início do século XX. (CARNIELLI, 2007, pp. 53-54).

> vereador Lindenberg da Silva Pereira, um artigo no qual defende o direito das Câmaras Municipais criarem um Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de seus municípios. (DESTOMBAMENTO..., 1978)[19].

Sobre a notícia de que houve o destombamento, pelo CONDEPHAAT, da Capela do Largo da Santa Cruz[20], a matéria publicada no Diário do Povo, em 11/11/1978, com o título de "Conçelheiros com Ç..." assim aborda a questão:

> O que será que membros integrantes do Condephaat entendem por história, tradição ou patrimônio? Não saberão eles que conservar os monumentos antigos significa tão somente fidelidade às nossas raízes históricas, isto é, à cultura que não tem idade, mas que se perpetua e evolui? Ignorando isto foi o que levou o Conçelho com Ç a destombar a Capelinha de Santa Cruz, o mais antigo monumento religioso que nossa cidade possuía.
>
> [...] Os senhores sabem, Conçelheiros, que na história de nossa pátria, registrou-se em 27 de março de 1809 um édito vindo de Lisboa, para que se celebrassem na Vila de São Carlos grandes festas por ter o Reino de Portugal, com o auxílio da Divina Providência (conforme reza o documento) permitido aos meus Reinos e Algarves fossem completamente restaurados e ficassem livres do operado jugo francês para que de muita alegria aos vassalos? Os senhores do Condephaat já ouviram falar de Napoleão? Não, não o jogador do Palmeiras, mas aquele que foi corso da França? Não vão confundir com corso carnavalesco no Rio de Janeiro. Pois saibam mais que a determinação vinda de Portugal foi afixada à porta da Capela. "Fazemos saber aos moradores desta Vila que sendo-nos presente a Carta Régia, por cópia, que nós dá a feliz notícia de que tudo aconteceu, etc. etc". Isso ocorreu na Vila de São Carlos em 11 de junho de 1809, na capelinha reconstruída em 1822, que o Condephaat entendeu que NÃO TINHA ELEMENTOS QUE EMBASAM O INSTITUTO DE TOMBAMENTOS. (BRITTO, 1978a)

O Diário do Povo publicou outro artigo de Jolumá Brito[21] na edição de 01/12/1978, onde o historiador esclarece a questão do "destombamento":

---

[19] Após o conhecimento desta matéria de jornal arquivada na Biblioteca da Câmara Municipal, pesquisamos na hemeroteca do arquivo da Biblioteca Pública Municipal "Professor Ernesto Manoel Zink" em Campinas e foi possível identificar a matéria como sendo do Jornal Diário do Povo de 26 out. 1978.

[20] A Capela de Santa Cruz foi tombada pelo CONNDEPACC através da Resolução Nº 31 de 29 de janeiro de 1999. A solicitação do estudo de tombamento foi da Madre Superiora da Casa São Domingos, Felícia Fonseca Correa, com intenção de facilitar a busca de verba para restaurar o edifício histórico.

> Eu sabia desde já algum tempo que a igrejinha da atual Praça XV de Novembro não fora tombada. Existiam dois processos; um de nº 9517 e o outro de nº 16.032, do mesmo ano de 1969, quando o templo católico fôra vistoriado pelo Sr. Arnaldo D' Ávila Florence, que naqueles dias, integrava o Conselho do Condephaat. Além desses existem mais onze volumes, que não sei se estão ou não no Arquivo da entidade que eu pensava fosse defensora da tradição e do patrimônio histórico de São Paulo. Aconteceu que pouco depois do início do processo de tombamento do pequenino templo, o dr. Geraldo de Castro Andrade, médico que aqui residia, hoje, infelizmente, longe de nosso mundo dos vivos, telefonou-me informando-me que a igrejinha estava recebendo, sem necessidade, telhas novas em parte de seu telhado, o que era bem visível da rua de Santa Cruz. Desfigurava-se assim o edifício, o que é proibido pelas leis de tombamento, preparando-se uma "cama" para não tombar a igreja e, então, ficar a mesma livre para que o processo fosse trancado. E foi o que aconteceu levando o Condephaat a cometer um crime contra o patrimônio histórico de Campinas, ofendendo sua tradição religiosa, profundamente. Aconteceu em 12 de maio de 1972, tendo o ente-paulista alegado que o fazia "pela absoluta ausência de elementos que EMBASEM o instituto do tombamento". Puerilidade, por que desconhecendo a história da cidade de Campinas e a tradição do pequeno templo católico, os Conçelheiros meteram os pés pelas mãos e praticaram o maior atentado que se poderia cometer contra uma edificação que vem desde dezembro de 1822, conforme provarei em outro artigo. Houvera pressa no destelhamento da igrejinha, o que naturalmente foi pedido por ALGUÉM por que isso se evidencia em virtude dos outros onze processos continuarem **parados** nos arquivos do Condephaat, alguns do ano de 1969. (BRITTO, 1978b)

---

[21] De acordo com o mestrado "Gazeteiros e bairristas: histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas" de Flávio de Godoy Carnielli, defendido em 2007 na UNICAMP:

Jolumá Brito foi o único dentre os autores que adotou, a partir do início da década de 70, um discurso de preservação um tanto mais prático. Como secretário da "Sociedade Campineira de Artes, Cultura e Ensino", que tinha como objetivo "defender os postulados artísticos, culturais e educacionais" da cidade e posteriormente da Academia Campineira de Letras, foi um dos primeiros a levantar voz para a criação de um conselho de defesa do patrimônio histórico de Campinas, além de realizar, por conta própria, indicações e estudos para tombamento.

Brito, bem a seu estilo, era a polícia do patrimônio público local: enviou inúmeras cartas aos órgãos estadual (Condephaat) e nacional (Sphan), requerendo tombamentos e cobrando constantemente cuidados diversos com o que já estava protegido, utilizando os jornais como plataforma de seus intensos debates e críticas.

Suas longas brigas pela preservação do Palácio dos Azulejos quando se aventou a idéia de demoli-lo em meados da década de 70 e a participação intensa no debate que visava transformar o sobrado no Museu Histórico de Campinas (idéia não concretizada que também tinha apoio explícito de Castro Mendes) foram estampadas nas páginas dos jornais da cidade. (CARNIELLI, 2007, pp. 138-139).

.

Quanto à criação do Conselho de Preservação Histórica e Artística de Campinas, entrevistamos[22] o vereador Dr. Lindenberg da Silva Pereira[23] que ratificou as informações da matéria do jornal. Perguntamos ao vereador, qual foi a motivação para entrar com o Projeto de Lei 118/78[24] na Câmara Municipal de Campinas. Segue a transcrição da resposta:

> Eu tenho vivo na memória o encontro que tive o Sr. Jolumá Brito que comentou a respeito da Capela de Santa Cruz[25]. Ele soube, na época (1978), através do Prefeito Francisco Amaral[26] que o imóvel havia sido "destombado". Estavam construindo nas proximidades um edifício que de certa maneira iria desvalorizar o patrimônio histórico ali existente. Então, em contato com o Sr. Jolumá Brito e tomando conhecimento destes detalhes, me interessei pelo assunto. Tomei a iniciativa de apresentar à Câmara Municipal um projeto de lei visando à criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Campinas. (BERTINATO, 2012a).

Com intenção de criar o Conselho Municipal, o Vereador Dr. Lindenberg, protocolou o Projeto de Lei Ordinária 118 de 21/10/1978 nda Câmara Municipal, recebeu parecer favorável da Comissão de Justiça em 20/11/1978 e em 01/12/1978 recebeu parecer favorável da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas. No parecer da Comissão da Câmara de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, nota-se total apoio à criação do Conselho Municipal:

> A intenção do vereador Lindenberg da Silva Pereira autor deste projeto é digna de todos os encômios e isto porque, zeloso como é pela preservação do patrimônio histórico e artístico de nossa cidade, deseja presenciar a transformação deste projeto em realidade.

---

[22] Entrevista concedida pelo vereador Lindenberg da Silva Pereira ao autor em 26 jan. 2012.

[23] Dr. Lindenberg da Silva Pereira, é formado em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio D. Pedro II, Magistério na Escola Normal Livre Campineira e Bacharel em Direito na Faculdade de Direito de Espírito Santo do Pinhal. Nascido em 1930 foi Vereador à Câmara Municipal de Campinas, por cinco mandatos consecutivos, de 1963 a 1988 e, conforme o deu depoimento, tendo tido o honroso privilégio em ser o Presidente do Legislativo no ano de 1969.

[24] Propôs a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas, aprovado conforme a Lei Nº 4886 de maio de 1979.

[25] A Capela de Santa Cruz está localizada na Praça XV de Novembro, no Bairro Cambuí em Campinas. Foi tombada pelo CONDEPACC conforme Resolução Nº 31 de 29 de janeiro de 1999 mas não está protegida com o instrumento do tombamento nas esferas estadual e federal.

26 Primeira gestão política do Prefeito Francisco Amaral em Campinas, compreendida no período de 1977 a 1982.

> Tombar um bem, cuja conservação seja do interesse público, significa protegê-lo e preservá-lo. É o que faz o poder público em relação a bens que, por qualquer motivo histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, deva ser conservado, impedindo assim a sua destruição ou desfiguração.
>
> Os municípios, por seus administradores, têm, portanto o dever de zelar pela conservação de bens de interesse histórico, cultural, artístico, existentes em seu território.
>
> No entender desta Comissão, este projeto é de alta relevância para o nosso município, razão pela qual deve merecer o beneplácito desse Egrégio Plenário.
>
> PARECER FAVORÁVEL.
>
> Salas das Comissões, 1º de dezembro de 1978. (Processo 34.734 – P. L. Nº 118/78: P. 14)

Com parecer favorável das Comissões, em aproximadamente oito meses estava promulgada a Lei Nº 4.886 de 14 de maio de 1979[27] que criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas[28]. Esta lei, cujo objetivo era definir a política municipal de defesa do patrimônio histórico e artístico, delineou as diretrizes básicas para a formação do Conselho que deveria coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes à defesa do patrimônio e proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais e legais que fossem necessários ao cumprimento das determinações referentes ao patrimônio identificado do município, mas, necessitava de regulamentação, o que não ocorreu e a Lei caiu no esquecimento. Sobre o que nos pareceu um curto tempo do trâmite do projeto de lei até a sua aprovação, o vereador Lindenberg se pronunciou desta maneira:

> Prazo relativamente pequeno, sem dúvida, mas estou achando interessante a sua observação, sobre o prazo porque este detalhe poderia passar despercebido, no entanto chamou a sua atenção. Não houve influência alguma, nem interna nem externa, razão pelo qual o projeto foi aprovado nas diversas Comissões da Casa e encaminhado ao

---

[27] Lei Nº 4.886 de 14 de maio de 1979. (Publicação DOM de 15/05/1979:01) Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei4886.htm> Acesso em 02 fev. 2011.

[28] O Prefeito em exercício era Francisco Amaral, filiado ao MDB, prefeito de Campinas no período de 1977 a 1982. Posteriormente foi eleito para o exercício do segundo mandato, então filiado pelo PPB, no período de 1997 a 2000. Seu vice no primeiro mandato foi José Roberto Magalhães Teixeira, que, nesta gestão, assumiu como Secretário de Cultura No início de 1977 até meados de 1978 e interinamente, como prefeito por vários períodos.

> Sr. Prefeito, chefe do executivo, na Prefeitura Municipal. Não houve contestação, o fato foi pacífico. (BERTINATO, 2012a).

O vice-prefeito, José Roberto Magalhães Teixeira, tinha assumido a Secretaria da Cultura do início de 1977 até meados de 1978 quando se desincompatibilizou do cargo, "[...] com seis meses de antecedência para tentar uma legenda no MDB e sair candidato a deputado estadual[29]". Após o processo eleitoral, o vice prefeito não voltou a assumir a Secretaria de Cultura de Campinas conforme relato do livro "Grama, a biografia de Magalhães Teixeira:

> Terminado o processo eleitoral, Grama achou que reassumiria a Secretaria de Cultura. Ledo engano. Sua vaga havia sido ocupada pelo juiz aposentado Itagiba D'Ávila Ribeiro e Amaral não o recolocou no cargo. O amigo e assessor Francisco de Ângelis compartilhou com Grama esses difíceis momentos:
>
> - Chico deixou Grama a pão e água. Ele ficou numa saletinha no terceiro andar da Prefeitura, onde mal cabiam quatro pessoas. Tinha um telefone, a secretária Ieda, eu, o Grama e o Sebastião motorista. Ele ficou completamente isolado. Só faltaram mandá-lo embora do prédio. E o secretariado todo o hostilizando para ver se ele rompia de vez com o Chico Amaral. (FABRINI, LOURENÇO, 2003, p.147).

A criação de um órgão de preservação da memória da cidade de acordo com o jornal "O Estado de São Paulo" do dia 10 de maio de 1978 foi sugerida pelo vice-prefeito José Roberto Magalhães Teixeira. Sendo assim, se a Lei Nº 4.886 de 1979, tivesse produzido efeito prático e aplicada como descrito na matéria do jornal, Campinas, com as riquíssimas fazendas de café, os casarões, as vilas operárias, o incomparável complexo ferroviário, as áreas naturais, etc, seria referência internacional na preservação do patrimônio cultural e natural.

> Preservar a memória artístico-cultural da cidade, punindo severamente através do Código Penal os infratores, e garantir um "cinturão verde ao redor do centro urbano" serão os principais objetivos de um novo órgão que a Prefeitura de Campinas vai criar acolhendo sugestões do vice-prefeito José Roberto Magalhães Teixeira. O Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas – COPHAC – será

[29] FABRINI, LOURENÇO, 2003: P. 145.

> vinculado à Secretaria de Cultura e terá atribuições específicas de "incrementar a proteção e conservação dos bens tombados possuidores de valor histórico e artístico", segundo o documento encaminhado ao Prefeito Francisco Amaral.
>
> [...] Se o projeto for aprovado, uma das teorias do ex-prefeito Lauro Pericles Gonçalves poderá ser executada: preservar ao redor de Campinas um chamado "cinturão verde", com o tombamento de velhas fazendas. Essa teoria só não foi executada durante o governo anterior porque faltaram recursos e um plano exeqüível, uma vez que seus principais assessores propunham a declaração de utilidade pública dessas áreas. Isso, entretanto, não garantiria a preservação dos imóveis que poderiam ser explorados normalmente, prejudicando o sentido básico do programa, de reservar o máximo de área verde possível, dentro dos limites do perímetro urbano.
>
> O novo projeto da Prefeitura, entretanto, consegue garantir a existência das matas, e segundo um documento já elaborado, o tombamento dos bens imóveis ou integrados "em conjuntos urbanos e rurais da cidade e do município de Campinas, tanto de propriedade particular como pertencentes às pessoas jurídicas de direito público, que forem julgadas necessárias à evocação e preservação do passado histórico de Campinas, de forma a tornar estes bens apreciados pela sua forma original e realçados por seus aspectos característicos, obedecerão às formalidades da lei municipal".
>
> [...] Encarada pelos historiadores como atitude de grande valia para a memória histórica da cidade – principalmente depois da "onda de demolições de velhos casarões no centro" – a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas, não permitirá reforma ou construções, nas áreas próximas ao local tombado, que impeça ou reduza a visibilidade e "modifique a paisagem histórica do local". (CAMPINAS..., 1978)

O fato é que Magalhães Teixeira, se elegendo Prefeito de Campinas na gestão seguinte da que tinha sido tanto Secretário de Cultura como vice-prefeito de Campinas, encaminhou à Câmara Municipal, um novo Projeto de Lei 128/86 que dispunha sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas e dava outras providências, entre elas a revogação da Lei 4886/79. Após emendas, vetos e muitas ações contrárias o Projeto de Lei, desta fez sugerido pelo Executivo, foi aprovado pela Câmara Municipal e o prefeito sancionou e promulgou a Lei Nº 5885 de 17 de 1987 criando o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. Como veremos mais adiante, houve muita polêmica na cidade em torno desta Lei assim como em torno do Decreto Nº

9546/1988 que aprovou o Regimento Interno do CONDEPACC e possibilitaram que os tombamentos municipais fossem realizados.

Voltando às primeiras discussões na cidade sobre a crescente destruição do patrimônio histórico edificado em Campinas, no jornal Correio Popular, de 26 de março de 1978, Léa Ziggiatti Monteiro assim se manifesta:

> [...] A cidade se rompe, se destrói, se despedaça, se coisifica, se desumaniza, diante da perspectiva contraditória do progresso. Nada se preserva, e o que se constrói nem sempre justifica o que foi destruído. É mais um tipo de poluição... Que se multiplica nas caixas quadradas, sem requintes, sem curvaturas nem detalhes, marcando o homem seco e angustiado ao refleti-lo na arquitetura despojada do século XX. Os poucos casarões que se consegue preservar, através do tombamento do patrimônio federal, acabam se prostituindo, recebendo acabamentos em fórmica e iluminação em gás neon, pisos de plásticos e divisões de paviflex. As suas salas amplas que poderiam acolher bibliotecas, escolas ou entidades culturais, são transformadas quase sempre em repartições públicas ou estabelecimentos comerciais. É um pobre povo que não assume o seu passado, nem encontra razões para preservar as suas edificações. (MONTEIRO, 1978).

José Roberto Magalhães Teixeira, após ganhar as eleições de 1982 e assumir como Prefeito de Campinas, em 1983, mostra sua preocupação com as demolições do patrimônio histórico na cidade, conforme matéria do Correio Popular, de 27 de março de 1985:

> Preocupado com a onda de demolições que está se iniciando no centro da cidade, o prefeito Magalhães Teixeira determinou ao Departamento de Urbanismo que comece hoje uma vistoria em toda área central verificando derrubadas de imóveis não autorizadas pela prefeitura. Caso alguma obra irregular seja encontrada, os fiscais imediatamente expedirão intimação para embargo dos trabalhos, situação que poderá ser transformada em lacração local, até com intervenção policial, se a situação exigir.
>
> O Prefeito tomou a decisão após receber comunicado do diretor de urbanismo, Julio Pilenso, dando conta de que mais uma casa com valor histórico, e já em processo de tombamento pelo Condephaat, começou a ser demolida pelo proprietário no final de semana como forma de burlar a vigilância municipal. Isso aconteceu com o imóvel situado à rua Culto à Ciência, 138, que teve parte de construção derrubada no sábado e domingo pelo proprietário. Além de estar em processo de tombamento, o imóvel ainda está proibido de sofrer alteração na estrutura

> física por se encontrar na área envoltória do próprio prédio do Colégio Culto à Ciência, já tombado. (PREFEITO..., 1985).

Outros grupos articulavam na busca da salvaguarda do patrimônio cultural na cidade e o arquiteto Antonio Costa Santos, o já falecido Toninho do PT, exerceu papel relevante na formação de uma massa crítica nessa luta, como veremos:

> Uma comissão de defesa do patrimônio histórico, subordinada à Secretaria de Cultura da Prefeitura, foi criada na última semana, visando preservar "o que a especulação imobiliária ainda não demoliu", conforme definição do arquiteto Antonio Costa Santos. Em mesa-redonda, organizada sexta-feira no Centro de Ciências, ele disse que, nos últimos 50 anos, a cidade foi construída três vezes: uma de taipa, depois de tijolos e agora existe o que ele chama de "a Campinas de concreto armado". O grupo formado pretende fazer vigorar o decreto-lei do ex-prefeito Mokarzel[30], que havia sido engavetado, criando esta comissão de defesa.
>
> [...] Perto de 30 pessoas compareceram à mesa-redonda coordenada por Antonio Santos, com representantes da Unicamp, Puccamp, Centro de Ciências, historiadores e jornalistas de Campinas. No final uma comissão provisória foi formada por seis pessoas, que agora, irá até o secretário da Cultura para formalizar a formação do grupo. Em segunda fase, será criado o então definitivo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio histórico.
>
> [...] O grupo formado, embora ligado à Secretaria de Cultura, espera ter autonomia de trabalho. O coordenador da comissão formada, está animado com a disposição do prefeito Magalhães Teixeira, que mostrou-se receptivo à idéia de preservar a identidade de Campinas. (CRIADA..., 1983)

Com o título de "Cidade já tem órgão de Defesa do Patrimônio", a matéria do jornal Correio Popular, de 16 de maio de 1984, revela o quanto o Toninho estava envolvido na defesa do patrimônio histórico de Campinas:

> Ao publicar a reportagem "Agora, um movimento de defesa dos velhos casarões – pouco a pouco, a cidade perde prédios históricos", em 4 de setembro do ano passado, o *Correio Popular* lançou para a comunidade campineira a idéia de ativação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de Campinas, defendida pelo arquiteto e professor da Puccamp, Antonio Costa Santos.

[30] Prefeito José Nassif Mokarzel assumiu a prefeitura de maio de 1982 a dezembro de 1982, final do primeiro mandato político do Prefeito Francisco Amaral.

> Na época, ele sabia apenas da existência de uma lei municipal criando este organismo. Com a publicação da reportagem, outras pessoas se interessaram pelo assunto, até a descoberta de que o CDPHC já estava criado desde a gestão Francisco Amaral, mas permanecia "engavetado". Depois de algumas reuniões, o prefeito Magalhães Teixeira assumiu a idéia e o Conselho, agora em fase de numeração, já prepara sua primeira atividade oficial: uma exposição de fotografias sobre os bairros operários e populares da cidade.
>
> [...] Para organização da exposição de fotografias, o grupo de Defesa do Patrimônio Histórico realizou um verdadeiro documentário sobre os bairros operários e populares de Campinas, construídos ao longo dos trilhos da ferrovia, principalmente Jardim Proença, Vila Industrial e Estação. De mais de 700 fotografias tiradas, 80 delas farão parte da mostra, que será realizada de 5 a 19 de junho, em local ainda não definido. (PERRI, 1984)

O prefeito Magalhães Teixeira subordina por meio do Decreto Nº 8.684 em 05/11/1985[31], o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas, criado pela Lei Nº 4.886/1979, à Secretaria de Cultura. Assina também este Decreto, como Secretário de Cultura, o Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes Neto. Após oito anos, em 1987, sem surtir qualquer efeito prático a Lei Nº 4.886/1979 foi revogada no próprio texto da nova Lei que criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural, ainda primeira gestão do prefeito Magalhães Teixeira. Sobre o fato da Lei de 1979 ter ficado "engavetada", o vereador Dr. Lindenberg acredita que:

> [...] faltou regulamentação. No próprio projeto de lei se previa que a lei deveria ser regulamentada dentro de um prazo de sessenta dias e não me consta que houve essa regulamentação. Isto pode acontecer, ficam no aguardo da regulamentação, por conseqüência a lei fica inerte, sem ação porque falta regulamentação. (BERTINATO, 2012a).

Entender o porquê não houve a regulamentação do Conselho nem, de fato, a criação de uma política pública de proteção e valorização dos bens históricos antes de 1987, demanda estudo minucioso e interessante sobre a

[31] Disponível em: < http://sapl.camaracampinas.sp.gov.br/generico/norma_juridica_pesquisar_proc?incluir=0&lst_tip_norma=4&txt_numero=8684+&txt_ano=1985&lst_assunto_norma=&dt_norma=&dt_norma2=&dt_public=&dt_public2=&txt_assunto=&rd_ordenacao=1> Último acesso em 14 nov. 2011.

cidade de Campinas. Grosso modo, sabemos que o necessário reconhecimento e valorização dos bens culturais de uma região exigem construções sociais de forças e tensões que necessitam de amadurecimento tanto dos poderes públicos quanto da sociedade e que o ato do tombamento é também materialização desse jogo de forças. O que talvez tenha corroborado para a inoperância da Lei de 1979, é que ela disciplinava sobre assunto muito polêmico, que é a consagração de quais edifícios serão celebrados como monumentos históricos e somando-se a isto, a fase de acelerado crescimento urbano e grande especulação imobiliária que por que passava a cidade. É pertinente para a Campinas desta época, a afirmação da historiadora Françoise Choay:

> [...] A mutação que transforma ao mesmo tempo os modos de vida e a organização espacial das sociedades urbanas européias torna obsoletos os aglomerados urbanos antigos. Os monumentos que neles se encontram afiguram-se subitamente como obstáculos e entraves a serem eliminados ou destruídos para vagar lugar ao novo modo de urbanização, a seus sistemas e suas escalas viárias e parcelares. [...].(CHOAY, Françoise, 2001: P. 144).

A Revista Manchete de 1967 publicou uma foto aérea (Fig. 2) onde se pode observar parcialmente o centro da cidade de Campinas cinco anos após a finalização da implantação do plano urbanístico de Prestes Maia, que se estendeu de 1934 a 1962. É visível na imagem os primeiros edifícios que deram início ao processo de verticalização do centro que e que após alguns anos, cresceu em ritmo acelerado. Nesta matéria da revista, intitulada "*Campinas, a segunda capital do estado",* afirma-se:

> Campinas está pontilhada de grandes edifícios, os arranha-céus que até bem pouco eram privilégio da capital do Estado. Novas e largas avenidas cortam o seu centro comercial e construções modernas surgem nos novos e antigos bairros da cidade, que se divide em Campinas Velha e a Nova Campinas. A construção civil trabalha até 24 horas por dia para atender às solicitações do progresso da cidade. [...] A modernização da cidade de Campinas começou com o Plano Urbanístico elaborado por Prestes Maia, em 1931, de cuja comissão executiva o Eng. Lix da Cunha fez parte. [...].
>
> Até bem poucos anos atrás, Campinas era citada apenas como "a cidade onde nasceu Carlos Gomes"; ou, ainda, como "a cidade das andorinhas". Hoje, embora conservando os dois títulos gloriosos e

> imortais, Campinas pode a eles acrescentar vários outros. O de fabuloso centro industrial, por exemplo, cujo surto de progresso, nos últimos vinte anos, foi segundo as estatísticas brasileiras e internacionais, um dos maiores verificados em todo o mundo. É que Campinas, sem deixar de lado o que tem de tradicional e histórico, resolveu aceitar o desafio do desenvolvimento. Aceitou e venceu. (COSTA, A., 1967, p. 92-95).

A afirmação de que Campinas não deixou de lado o que tem de tradicional e histórico quando aceitou o desafio de desenvolvimento, não corresponde à verdade.



Figura 2 - Foto aérea parcial da área central de Campinas. Na parte inferior da imagem, à esquerda, a Santa Casa de Misericórdia e o Edifício da Prefeitura Municipal (1967).

Como sabemos, em nome do progresso, com a implantação do Plano de Melhoramentos, parte considerável do patrimônio urbano histórico, fundamental para a memória do município, foi destruído, alterando, de forma radical a morfologia urbana. O prof. Dr. Ricardo Badaró, no livro “Campinas, o Despertar da

Modernidade", sobre o plano de Prestes Maia e a ruptura com o passado de cidade agroexportadora, sustenta que:

> [...] a idéia de modernidade está presente tanto na intenção de se implantar uma nova ordenação espacial adequada às necessidades da cidade industrial como também, no plano da estética, com largas avenidas, praças, edifícios públicos e privados, parques e bairros residenciais que deveriam compor uma linguagem urbana. Expressa-se pois, na cidade, uma certa postura de vanguarda, de ruptura com o passado, a qual iria acompanhar toda a implantação do plano.[...]. (BADARÓ, 1996, p. 149)

A ruptura com o passado e a nova ordenação espacial se organizou dentro de uma lógica muito própria, e:

> Assim, embora numa primeira análise se possa concluir que os melhoramentos urbanos cogitados para Campinas destinavam-se a totalidade da população, a verdade é que as propostas de Prestes Maia só se viabilizaram na medida em que, de alguma forma, satisfizeram às exigências do processo econômico em curso, peneiradas que foram, no nascedouro, pelos interesses das classes dominantes. Estas, como partícipes do poder, priorizaram as propostas que lhes fossem mais convenientes relegando as demais ao plano da utopia ou da marginalidade.
>
> O Plano de Melhoramentos Urbanos não pode, assim, ser dissociado do conjunto de transformações econômicas, políticas e sociais que ocorriam na época e deve ser entendido como um instrumento vivo, destinado a propor as diretrizes de um novo desenho urbano que viesse atender as demandas provenientes da transição de Campinas, até então sede de região agroexportadora, para cidade industrial moderna. (BADARÓ, 1996, p. 151-152).

Podemos inferir, a partir da afirmação de Badaró de que no jogo das especulações urbanas de Campinas, "priorizaram as propostas que lhes fossem mais convenientes", de que, no espaço urbano, a seleção do que deve ser demolido ou permanecer para que fosse implantado o Plano de Melhoramentos também obedeceu a esta mesma lógica. Será que a demolição da Igreja Nossa Senhora do Rosário, em 1956, se deu unicamente porque era um obstáculo à implantação do novo traçado urbano? Ou será por que a memória popular que ainda considerava a Igreja e o antigo Largo do Rosário como espaço significativo

para grupos sociais menos favorecidos, como os afrodescendentes não convinha às classes sociais do poder?

> Embora os africanos e seus descendentes não tivessem podido continuar na Irmandade do Rosário de Campinas, pois, foram dela expulsos, buscaram um outro local na cidade para se instalarem, constituindo uma nova confraria que foi a de São Benedito. Todavia, mesmo perdendo o controle da Irmandade do Rosário, continuaram a freqüentar o largo e as escadarias da igreja. Nestes locais realizavam suas manifestações tanto de caráter religioso quanto profano, aonde foram amiúdes as congadas e batuques, além da recriação cultural ocorrida a partir da mescla com outras práticas culturais.
>
> [...] Com esta demolição houve o alargamento da rua do Rosário (atual avenida Francisco Glicério).
>
> A repercussão deste fato foi muito negativa à população campineira; a imprensa local por bom espaço de tempo comentou em suas páginas a comoção gerada na coletividade, mas, o monumento de pedra (como também era chamado) erguido no coração da cidade, veio abaixo mesmo! (RICCI, 2006).

Às construções do final do século XIX e início do XX que ali existiam, um novo traçado urbano e novas edificações foram sobrepostas. E como "[...] a idéia do palimpsesto, você tem um fragmento disso aqui, outro ali, outro fragmento daquele lá." (ARANTES, 2008), sem conservar a cidade do passado, construímos em cima dela a cidade do presente. De acordo com Badaró:

> As estreitas ruas centrais com suas edificações do século passado representavam então a antítese do progresso. Tornou-se imperativa uma reforma radical que criasse amplas avenidas, possibilitasse a construção de prédios modernos à semelhança da capital e que obedecesse também os preceitos do urbanismo moderno quanto às áreas de expansão urbana.
>
> As realizações destas expectativas coincidiram também com os interesses da especulação imobiliária, pois valorizariam os terrenos e facilitariam as vendas que, até então, se processavam com dificuldade em face da grande oferta e da precariedade dos novos loteamentos quanto à circulação e à infra-estrutura. (BADARÓ, 1996, p. 38).

Defendendo o mesmo ponto de vista sobre a destruição de um conjunto arquitetônico e urbanístico para implantação do plano de melhoramentos, alterando irremediavelmente a cidade do café, o arquiteto Roberto Leme, assim se manifesta:

> No caso de Campinas, a idéia de constituição de novos eixos viários estruturadores da área central que foram implantados a partir da ampliação de algumas ruas de traçado antigo, principalmente a Rua Benjamin Constant, a Avenida Francisco Glicério e a Avenida Campos Sales, levaram a quase completa destruição do centro histórico da cidade. (LEME. 2009, P.46).

Infelizmente constatamos que a destruição do nosso patrimônio, mesmo depois de contarmos com um órgão de preservação institucionalizado, é problema crônico na cidade e a preservação memória, não está garantida. Posteriormente, em 1997, sobre o mesmo tema no Jornal Diário do Povo:

> O problema segundo Santos, é que a cidade não tem cuidado de seus bens históricos há muito tempo. “Campinas poderia ser um patrimônio nacional se tivéssemos conservado os bens dos tempos em que ela era a princesa D’Oeste”, avalia. (REZENDE, 1997).

Mesmo assim, ainda nos restavam nos idos de 1967, de forma fragmentada é verdade, um considerável número de edifícios históricos com parte de sua ambiência preservada. Hoje teríamos um tesouro incalculável se, em Campinas, assim como em muitas outras cidades brasileiras, o novo não precisasse sobrepor ao antigo. Por que não preservar nossas raízes históricas, elegendo parte representativa da memória da cidade, para as futuras gerações? Ocorre também que os interesses da especulação imobiliária sempre tiveram papel preponderante na cidade e, infelizmente se contrapuseram frontalmente com qualquer política de preservação do patrimônio construído. Por outro lado, corroborando ainda mais com a não preservação do patrimônio construído:

> A população de Campinas passa de 219.303 habitantes, em 1960, para 375.964 habitantes, em 1970, atingindo 664.559 em 1980. Juntamente com o ápice do desenvolvimento industrial, o município de Campinas e o estado de São Paulo, apresentam nos anos de 1970, maiores taxas de crescimento populacional do que a média nacional. Na década de 1970, Campinas, assim como sua região de governo, cresce a taxas superiores às do próprio estado que, por sua vez, cresce a taxas superiores às do país [...]. (SIVA, 2008, P. 71)

No Brasil as raras cidades que mantiveram o seu centro histórico preservado como uma paisagem cultural, em quase a totalidade dos casos, se deu em função de estagnação econômica, demográfica, etc. Portanto, com o acelerado crescimento de Campinas, os prováveis tombamentos em função do estabelecimento de uma política de preservação, representavam "obstáculos, entraves, a serem eliminados" (CHOAY, 2001: P. 144). E assim, o conjunto histórico urbano de Campinas, sob pretexto de expansão ou modernização, foi quase completamente destruído.

1.2 - A criação do CONDEPACC

A Lei em defesa do patrimônio histórico construído de Campinas, a de 1979[32], como vimos, foi inoperante. Necessário se fez outro momento, tanto do poder público como de alguns grupos organizados da sociedade civil para que, na gestão seguinte, em 1987, uma nova lei fosse criada e que de fato produzisse os efeitos esperados. As discussões que antecederam a criação do órgão municipal de proteção do Patrimônio Cultural de Campinas se deram no primeiro mandato como prefeito de Magalhães Teixeira[33]. Naquela época, uma das questões polêmicas que estavam relacionadas à criação do órgão municipal, era o tombamento do Largo do Rosário[34], solicitado pela Sociedade Febre Amarela, ao CONDEPHAAT. O então Secretário de Cultura, Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes[35], publica no Jornal Diário do Povo, em 1986, matéria intitulada, "A

[32]Gestão política do Prefeito Francisco Amaral, no período de 1977 a 1982.

[33] Gestão política do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, no período de 1983 a 1988.

[34] Largo do Rosário é o nome popular da Praça Visconde de Indaiatuba, situada na área central de Campinas, SP.

[35] Bacharel em Ciências Sociais (Universidade de São Paulo, 1965), Mestre em Antropologia (Universidade de São Paulo, 1969) e PhD em Antropologia Social (University of Cambridge / King´s College, 1977). Foi um dos criadores do Departamento de Antropologia da Unicamp, ao qual está vinculado desde 1968. Foi presidente da ABA - Associação Brasileira de Antropologia e Secretário-geral da ALA - Associação Latino-americana de Antropologia. Foi Secretário Municipal de Cultura de Campinas, presidiu o Condephaat - Conselho de Defesa do

Preservação da História de Campinas", onde pondera sobre o assunto, deixando claro o papel do Conselho Estadual e a importância da criação de um Conselho Municipal. Pela relevância e clareza na análise do tema, transcrevemos na íntegra.

> Já se tem dito à exaustão que a defesa do patrimônio cultural deve envolver necessariamente sociedade e órgão do governo. Não vou mais insistir sobre isso, mas quero apenas lembrar que esta é a principal razão porque no Brasil e no estrangeiro criam-se os conselhos de defesa do patrimônio cultural: eles são a instância pública de debate e negociação (no bom sentido) onde se decide o que deve ser preservado, porque e como. Sem eles, o encaminhamento dos problemas próprios desta esfera tende a ser casuístico, de oportunidade, autoritário e, do ponto de vista sociológico, de legitimidade questionável. Bens identificados sem o respaldo de conselhos de composição diversificada, dificilmente vem a ser reconhecidos, pelo uso efetivo e pelo interesse social de longo prazo, como patrimônio cultural de uma nação ou segmento socialmente significativo.
>
> Mas a realidade é que em países como o Brasil, onde ainda não há tradição amplamente estabelecida quanto a esses procedimentos e onde os movimentos preservacionistas ainda são incipientes, ainda é difícil tomar decisões sobre estes assuntos levando-se devidamente em consideração todo o grande e complexo conjunto de variáveis que compõe o quadro geral da preservação.
>
> Mais ênfase
>
> É bem verdade que, há mais de um ano, o Senhor governador do Estado alterou a composição do Conselho do Condephaat, dando maior ênfase à Universidade (foram incluídas a Unesp e a Unicamp e representantes de diversas áreas acadêmicas até então ausentes do Conselho) e envolvendo diretamente os diversos órgãos de governo que são responsáveis pelo patrimônio cultural no Estado de São Paulo. Já no período que presidi aquele órgão, diversas medidas foram tomadas visando aproximá-lo um pouco mais da sociedade e, particularmente das administrações municipais. Acredito que o atual Conselho esteja investindo na mesma direção.
>
> Apesar desses esforços; acontecimentos tais como a abertura de processos de tombamento do Largo do Rosário, solicitado por um grupo preservacionista desta cidade, mostram que o órgão de preservação do Governo do Estado ainda tem dificuldades sérias de comunicação com os municípios. E que, talvez por isto mesmo, está sujeito a tomar medidas que exorbitam as suas atribuições e que podem produzir efeitos negativos do ponto de vista do que é de sua responsabilidade específica, O tombamento nem sempre é remédio para todos os males.
>
> Tombar?

Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo e o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

É surpreendente que, até hoje, apenas os que solicitaram os tombamentos do Largo do Rosário e os membros do Egrégio Conselho conheçam as razões substantivas que teriam justificado aquela medida. Até aonde eu saiba, nada foi comunicado nesse sentido pelo Condephaat à Prefeitura de Campinas. Faltam esclarecimentos neste sentido. A população da cidade não consegue identificar nas estruturas arquitetônicas ali identificadas, nada de particular interesse histórico ou artístico, digno de tombamento. Pelo menos essa é a impressão que nos chega através da Imprensa. Seria o espaço livre delimitado por essas estruturas, o objeto em estudo? Seria desejável conservar esse espaço em sua configuração atual? Por quê? Ou seria melhor ampliá-lo? Nada se diz. Será que é realmente disso que se trata?

É bem verdade que fomos todos "tranqüilizados" por um dos conselheiros que, em entrevista a jornal desta cidade, declarou que o Condephaat não pretendia efetivar o tombamento do Largo do Rosário. O mesmo, aliás, nos tem sido afirmado por pessoas ligadas à presidência daquele órgão. O que pretendem, dizem-nos seriam provocar discussão sobre as reformas em curso naquela praça, para que elas ocorram democraticamente.

Mas para isso, então, serve a abertura de processo de tombamento? Para que se discuta toda e qualquer obra pública? É essa uma atribuição do Condephaat? É claro que não! E, então, em que ficamos? Que o instituto do tombamento está sendo utilizado abusiva e indevidamente, como um expediente para produzir um efeito indireto? Ou talvez para premiar o delírio febril de pessoas que em princípio devem ter o direito à palavra, mas que estão longe de representarem o conjunto dos habitantes de Campinas.

Vaidade

O eventual tombamento do Largo do Rosário poderá satisfazer a vaidade dos que os solicitaram e talvez propicie ao Condephaat a doce ilusão de que reina sozinho ou, o que é pior, com a "comunidade". Mas, por outro lado, certamente gerará uma enorme dúvida quanto às intenções do órgão estadual de preservação e quanto ao que seja e para que sirva o tombamento.

A conclusão a que se pode chegar a respeito deste episódio, independentemente do tombamento ou não da praça é que, no conjunto, os grandes perdedores estão sendo a cidade e aqueles preservacionistas mais conseqüentes. Enquanto ocupamos o nosso tempo com questiúnculas tais como se o trecho da Campos Sales que foi incorporado à praça deve ser calçado com pedrinhas ou paralelepípedos,temos que engolir mais um adiamento e agora até o próximo ano legislativo, da votação na Câmara de Vereadores do Projeto - de - Lei que criaria o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. Mais uma vez, por obra e graça dessa febre delirante que agora entra em sua fase persecutória.

Sentem-se, alguns preservacionistas, ameaçados pelas emendas propostas àquele projeto e segundo as quais passariam a fazer parte do Conselho a OAB-Campinas, o Conselho de Defesa do Meio Ambiente e Secretarias Municipais de Negócios Jurídicos, de Planejamento e de Obras e Serviços Públicos. Consideram eles que a aprovação dessas emendas fortaleceriam excessivamente o Executivo, que passaria a comandar aquele órgão. Ora, em primeiro lugar, defender o patrimônio histórico é dever do estado. Em segundo lugar, os administradores desta cidade não são usurpadores, já que foram eleitos

> com ampla margem de votos em eleição direta. Em terceiro lugar, a representação da sociedade civil no nosso Conselho é proporcionalmente maior do que no Condephaat, se quiser tomar o órgão estadual como modelo. Em quarto, a sua composição é aberta já que os conselheiros previstos na Lei teriam a possibilidade de nomear outros em número ilimitado.
>
> Discussão
>
> A importância desse projeto, se é que alguém ainda não se deu conta disso, vem do fato de que, entre outras coisas, ele cria na cidade um fórum legítimo de discussão. Fórum legítimo, amplo, democrático e diversificado. Além disso, ele cria mecanismos de defesa do patrimônio cultural que são realmente adaptáveis às necessidades do crescimento e das transformações urbanas de Campinas. A delimitação e regulamentação de áreas envoltórias passariam a ser feitas no momento do tombamento, levando-se em conta as características de cada bem preservado e a situação real do seu contexto atual. E isso só pode ser feito nas cidades, por aqueles que têm a responsabilidade de administrá-las globalmente. Do alto do olimpo paulistano, esses problemas só poderiam ser administrados de modo genérico e abrangente: cria-se, com cada tombamento, uma área de proteção uniforme para todo e qualquer bem existente em qualquer ponto do estado de São Paulo. O Condephaat não tem infra-estrutura técnica e administrativa para agir de outro modo e, eu acredito, nem deveria ser outro o seu papel: identificar, preservar e valorizar o patrimônio cultural a nível estadual e estabelecer as bases de uma política de preservação que possa adaptar-se às peculiaridades de cada município.
>
> Atrás de tamanho estardalhaço por causa das pedras do Largo do Rosário, escondem-se a meu ver as dificuldades que o Condephaat tem encontrado para administrar convenientemente os bens tombados e suas áreas envoltórias. Quantas dessas áreas já foram regulamentadas em todo Estado? Pouquíssimas, com certeza.
>
> Com tanta obstinação e falta de bom senso, o nosso projeto-de-lei acabou virando assunto aversivo, altamente controvertido e as pessoas têm hoje os mais variados temores, expectativas e mesmos fantasias em relação ao que ele possa propiciar ou desencadear como efeito secundário.
>
> Assim, não seria de espantar se dia destes um pequeno grupo de astrônomos vier a encaminhar ao Conselho um pedido de tombamento do Cometa Halley, para que ele continue brilhando sempre no céu de Campinas!!! (A PRESERVAÇÃO ...., 1986).

A nova Lei Municipal de preservação do patrimônio, a Lei Nº 5.885 de 17/12/1987, dispondo como proteção do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município e não somente histórico e artístico de Campinas, como a Lei de 1979, altera o nome do Conselho de Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas, para Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, traçava as diretrizes necessárias para viabilizar os tombamentos pelo município e previa a criação de

um braço técnico com recursos humanos e materiais, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC). A denominação de Patrimônio Cultural, em 1987, antes da promulgação da Constituição de 1988 revela uma concepção inovadora adotada para o conceito de patrimônio. De acordo com Antônio Augusto Arantes Neto[36], Secretário de Cultura que notavelmente se empenhou para a criação e regulamentação do órgão de preservação do patrimônio cultural de Campinas,

> O conceito básico era o de patrimônio cultural. O fato do CONDEPACC não se chamar "CONDESPHAN" ou qualquer outra coisa assim, é porque não se tratava mais da visão do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e turístico. Não era a enumeração de uma tipologia de bens que estruturava, pelo menos a meu ver, a criação deste conselho, deste serviço. Era mais a compreensão de que ele não seria exclusivamente voltado para a questão urbana e aos bens pedra e cal. Era a compreensão de que o espaço urbano é formado de bens que são suportes de valor cultural e os valores cultuais atribuídos a esse bens são diversos: vão do estético ao histórico, da memória ao conhecimento, valor documental, valor ambiental. Há todo um entrecruzamento de valores. Portanto, é mais adequado utilizar o conceito de cultura, que abria a possibilidade de trabalhar com todos estes níveis entrecruzados. (BERTINATO e MATTHES 2008b)[37]

---

[36] O Prof. Arantes em entrevista concedida a Bia Labate e Ilana Goldstein, questionado sobre como a temática do patrimônio cultural cruzou seu caminho, responde, esclarecendo também, como foi a sua contribuição ao Artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988, que define o que é patrimônio cultural brasileiro:

"Sou antropólogo, trabalhei a vida inteira nessa área de conhecimento e, por uma razão ou por outra, tenho sido levado para as questões de patrimônio. Sobretudo desde 1982, quando presidi o Condephatt, em São Paulo.

A partir daí, virou um pouco um carma. Acabei reencontrando o patrimônio de várias maneiras. Em 1988, por exemplo, participei de audiências públicas relativas à mudança da Constituição e um dos artigos sobre os quais eu mais me interessei e para o qual procurei contribuir – até por ser, naquela época, presidente da Associação Brasileira de Antropologia –, foi o Artigo 216, que define patrimônio cultural brasileiro.

Esse conceito vinha sendo utilizado no Brasil desde 1937, com a criação do Iphan, porém pautado numa concepção de patrimônio que se referia a valores estéticos e históricos de uma cultura, digamos, hegemônica no país, uma cultura de elite. Havia dificuldade em absorver o fato de que a cultura brasileira foi construída a partir da contribuição de diferentes grupos sociais, em diferentes momentos e contextos históricos. Tinha-se aquela visão do patrimônio branco, católico, português, bem representado pelas edificações do período colonial". (LABATE; GOLDSTEIN, 2009).

[37] Trecho da entrevista concedida pelo Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes Neto. (MATTHES e BERTINATO, 2008). Ver transcrição integral da entrevista no Apêndice B.

Obs.: Esta entrevista foi publicada eletronicamente na Revista CPC/USP, v. n. 14 de maio 2012 /outubro 2012. **Patrimônio em Campinas:** a criação do CONDEPACC e as primeiras Resoluções de Tombamento. Resenhas, Notícias e Depoimentos. (Disponível em: <

Arantes[38], quando convidado pelo prefeito José Roberto Magalhães Teixeira39, em 1984, para assumir a Secretaria da Cultura de Campinas, trazia, entre outras tantas experiências profissionais, a da presidência do CONDEPHAAT, onde trabalhou procurando incentivar a criação de Conselhos Municipais no Estado de São Paulo. De acordo com o Arantes:

> Quando terminei o meu mandato no CONDEPHAAT o prefeito Magalhães Teixeira me convidou para a Secretaria de Cultura. Na minha negociação com ele para assumir o cargo decidimos que, se possível, daria continuidade em Campinas ao trabalho que eu já vinha fazendo no CONDEPHAAT, que procurava apoiar a criação de conselhos municipais.
>
> Não que eu pense que o Estado seja uma somatória de municípios; não isso. Mas é que a ação de preservação tem que ser radicular, tem que ir até o nível municipal e naquela época, 1980, 1982, poucos municípios no Estado de São Paulo tinham conselhos de preservação. No CONDEPHAAT, procurei fortalecer, na medida do possível, as demandas desses movimentos municipais. (MATTHES e BERTINATO, 2008b)

Arantes segue explicando na entrevista, que Campinas naquela época possuía massa crítica, densidade e amadurecimento para que um órgão dedicado à memória da cidade pudesse, além de ser criado, se sustentar:

> A primeira conversa de que participei em Campinas sobre este assunto, ainda como Presidente do CONDEPHAAT, foi na PUCC, com Toninho e o Fábio Magalhães, que era professor lá também. Eles estavam discutindo sobre a possibilidade de criação de uma lei municipal e consideravam que seria interessante conhecer um pouco mais sobre o trabalho do CONDEPHAAT. Eu morava em Campinas. Assim, a proposta elaborada pela Febre Amarela se somou com a experiência que eu trazia do CONDEPHAAT. O Amaral Lapa foi uma pessoa essencial neste processo. O Toninho também de certa maneira, mas talvez até mais o Amaral Lapa, porque ele trazia as raízes campineiras do processo de valorização da memória da cidade, por assim dizer. Ele tinha grande sensibilidade e conhecia a fundo os problemas relativos à conservação

---

http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=18&id_conteudo=24&tipo=8> Acesso em 05 jul. 2012).

[38] O prof. Dr. Arantes foi presidente do CONDEPHAAT, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, de 1983 a 1984 e Secretário Municipal de Cultura de Campinas, na primeira gestão do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, no período de 1984 a 1988.

[39] O Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, foi prefeito de Campinas por dois mandatos, no primeiro, de 1983 a 1988 e no segundo, de 1993 a 1996. Faleceu antes do final do segundo mandato e o vice-prefeito, Edivaldo Orsi, assumiu o cargo.

> dos documentos sobre a história de Campinas, não só por sua origem pessoal, mas também por seu interesse de pesquisador e suas relações com outros campineiros, estudiosos de sua cidade. Ele era diretor do Centro de Memória da UNICAMP naquela época. Conhecia os arquivos, sabia onde estavam os documentos e como conservá-los. Havia, antes de elaborarmos o primeiro anteprojeto, nas nossas discussões nas salas de aula da PUCC, nas salas de aula da UNICAMP, mais três, quatro pessoas envolvidas. Já havia em Campinas diversos estudiosos da história local, havia o Centro de Ciências, Letras e Artes, que já tinha um acervo importante, o Instituto Agronômico que também tinha um acervo importante e experiência, uma tradição neste sentido, e havia a UNICAMP onde estava se formando o Centro de Memória. Eram experiências acumuladas na cidade que foram importantes para a criação do Conselho. Elas demonstram que o Conselho não foi uma proposta enxertada, implantada, que alguém ouviu dizer que é bacana... Era um processo que vinha se configurando organicamente na cidade. A cidade tinha maturidade, densidade e massa crítica para isto. Tinha outras pessoas e grupos envolvidos com o assunto, como o professor Pupo, cuja contribuição foi essencial neste processo. São essas as raízes culturais, por assim dizer, do Conselho na cidade. (BERTINATO e MATTHES, 2008b).

Matéria publicada no Jornal Correio Popular, em 1985, portanto, três anos antes que o Conselho Municipal iniciasse sua atuação na cidade, com o título “Salvar a memória da cidade: uma luta difícil”, exemplifica o porquê, como declara o Prof. Arantes (MATTHES e BERTINATO, 2008b), esse processo vinha se configurando com a cidade:

> Em novembro do ano passado, provavelmente no “embalo” em que mergulhou o País na busca de sua identidade e preservação da memória, foi criado na Unicamp o Grupo de Estudos de História Regional. Composto por 30 pessoas – demógrafos, historiadores, economistas, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, arquitetos e arquivistas e também por estudiosos da cultura geral – o grupo reúne representantes não só da Unicamp, mas como também da USP, Puccamp, Puc-São Paulo.
>
> Em todos estes profissionais, entretanto, há um elo forte de ligação: o interesse pela memória da região, [...].
>
> Segundo o professor José Roberto do Amaral Lapa, coordenador do Grupo de Estudos de História Regional, não era raro se encontrar estes pesquisadores, trabalhando sozinhos, em busca da realidade histórica - passado, presente e projeção para o futuro – da cidade de Campinas e da região por ela polarizada.” Paralelamente, crescia também em quantidade e qualidade, o conhecimento científico, literário e artístico que provinha ou se dirigia para essa mesma realidade. Nada mais justo do que unir estes interesses, promovendo o intercâmbio de experiências de pesquisa e estudo. Todos os integrantes estão nivelados por uma preocupação em comum: conhecer a cidade e a

> região da qual e para qual vivem. Essa é a sua vocação e o seu destino", disse o professor Amaral Lapa. (SALVAR..., 1985)

A Sociedade Febre Amarela, mencionada na entrevista do Prof. Dr. Arantes, foi muito importante para a preservação da memória de Campinas. De acordo com a Ata de Fundação da Sociedade Febre Amarela[40], ela é uma sociedade civil de natureza cultural, de pesquisas e estudos e sem fins lucrativos. A Ata da Assembléia de Fundação é de 15 de março de 1985 e foi registrada em Cartório no dia 5 de dezembro de 1985[41]. Com a finalidade, entre outras, de produção, ensino, pesquisa, divulgação, crítica e defesa do conhecimento historicamente produzido sobre o ambiente urbano e rural de Campinas, tendo em vista todos os aspectos e a defesa dos bens culturais, históricos e ambientais, foram muito atuantes na cidade. Sobre a Sociedade Febre Amarela, o arquiteto Antônio da Costa Santos[42], sócio fundador e presidente, publicou em 1988:

> Se o descaso e a incompetência técnica dos poderes públicos locais não fossem extremos, nestes últimos anos, talvez não existisse hoje, pelo menos nos termos em que ficou conhecido, o persistente "grupo" que leva à sua frente o "maldito" nome "Febre Amarela". (SANTOS, 1988).

Ainda nesta matéria, Antônio da Costa Santos discorrendo sobre a questão do crescimento urbano de Campinas, afirma que:

> Como resultado da ausência de uma política urbana clara, legalizada pela Câmara Municipal, os cidadãos de Campinas têm observados estupefatos, a completa transfiguração da sua cidade, orquestrada pelo ritmo insaciável dos interesses empresariais urbanos, norteados exclusivamente pelo lucro.
>
> Ausência consentida. Cúmplice.

---

[40] No Anexo A cópia da Ata de Assembléia de Fundação da Sociedade Febre Amarela.

[41] Na Ata da Assembléia de Fundação da Sociedade Febre Amarela, foram considerados sócios fundadores e membros eleitos do Conselho Diretor: Antonio da Costa Santos, Sérgio Monteiro Porttella Santos, Rosa Maria da Rios Rugai, Roberto de Almeida Floeter, Luiz Cláudio Bittencourt, Arquimedes Perez Filho e Luiz Antonio Martins Aquino. Ver cópia da Ata no Anexo A.

[42] O Prof. Dr. Antônio da Costa Santos, arquiteto, era o presidente da Fundação Febre Amarela quando publicou o artigo intitulado "Febre Amarela fala da "febre amarela", de 30 de julho de 1988.

> Aquilo que começou como um grupo “quixotesco” se transformou em sociedade civil de “preservacionistas de plantão” e hoje é a única fundação de estudos urbanos, dirigidos a uma questão específica, conhecida na região administrativa de Campinas.
>
> Pensar o processo de urbanização e a modernidade com raízes históricas tem sido objetivo maior da instituição, sua prática, todos conhecem, está amplamente documentada pela imprensa local, pois sempre que necessário defendemos nossas posições publicamente, sem mistificações tecnicistas ou conchavos econômicos.
>
> Trabalhamos desde o início para criação e institucionalização do Conselho do Patrimônio Cultural de Campinas.
>
> Processamos judicial e criminalmente por infração do código de direito civil e penal, proprietários inescrupulosos, que muitas vezes até moram fora do Brasil, por demolirem, nos fins de semana ou na calada da noite, edifícios em processo de tombamento pelo Condephaat. Processamos também a Prefeitura, por fornecer alvarás de demolição irregulares e por descaracterizar áreas de proteção, à revelia de constantes notificações do Febre Amarela e do Condephaat.
>
> Finalmente denunciamos o próprio Condephaat, pela inusitada atitude de negociação do patrimônio do patrimônio constituído do conjunto ferroviário, tombado, marco histórico e cultural inquestionável da cidade de Campinas, memória viva, dilapidado irresponsável e desnecessariamente pelas questionáveis obras viárias. Metodologia nova a ser pensada pelos princípios contidos na famosa Carta de Atenas, vão-se os anéis e ficam os dedos.
>
> Porém, durante esses anos “febre amarela” também procurou construir massa crítica, isto é promoveu eventos, palestras, encontros, exposições fotográficas e montou três linha de pesquisa:habitação em Campinas, evolução do desenho urbano e transporte urbano. (SANTOS, 1988).

Este jogo de força, entre outros que aconteceram na cidade, onde de um lado estava o Arantes, representante do poder Executivo e do outro, o Antonio da Costa Santos, na época representando um poder vinculado à sociedade civil e à pesquisa urbana acadêmica, foi indispensável para a estruturação do CONDEPACC e Campinas só ganhou com as disputas.

Implementar a política de preservação do patrimônio cultural do município, necessariamente passa pela via política e, portanto, é necessária vontade política para que seja realizada. No caso de Campinas houve muita pressão da comunidade, com destaque para a pressão exercida pela Sociedade Febre Amarela, para que a iniciativa política se consolidasse. Exemplo disto é o abraço ao Lidgerwood, edifício que abrigou uma das primeiras indústrias da arquitetura cafeeira de Campinas, organizado pela Sociedade Febre Amarela.

Moradores, comerciantes, estudantes, etc. fizeram um ato público pela preservação deste patrimônio histórico ameaçado de demolição pelas obras municipais de interligação do sistema viário Aquidabã-Suleste. A foto do abraço ao antigo prédio da Lidgerwood (Figura 3), publicada no Jornal Correio Popular em 1987, é reveladora da pressão que a sociedade exerceu para que este e outros prédios históricos não fossem demolidos.



Figura 3 - Foto do abraço histórico ao Edifício Lidgerwood. Fonte: MORADORES..., 1987.

Na foto, a pergunta na faixa, atrás das pessoas de mãos dadas, “Onde está o Conselho do Patrimônio Histórico de Campinas?”, demonstra a contundente mobilização popular em prol da preservação do edifício. De acordo com a matéria, George Sperber era uma das várias pessoas que embora não more naquela região, participava do ato público. “É preciso criar uma consciência histórica dentro

do ambiente urbano, para que sejam preservadas as amostras que nossos antepassados fizeram", explicou. (MORADORES..., 1987).

A primeira coordenadora da CPC[43], Ana Villanueva[44], em entrevista concedida sobre a formação do Conselho de preservação da cidade, relata como, antes da criação do CONDEPACC, já existiam alguns grupos organizados e também alguns intelectuais preocupados com as questões históricas e de preservação do município:

> [...], em 1986, existia uma comissão que discutia a preservação de patrimônio histórico, entre eles, a Maria Erlinda, o diretor de cultura Flávio e o Celso Maria de Mello Pupo. O Celso foi muito importante na formação do Condepacc, já na década de 70 e mesmo muito antes disto, ele tinha uma comissão com artigos publicados em jornais, que discutia a preservação dos bens históricos de Campinas sem uma legislação que a apoiasse. Essa comissão de historiadores, também integrada pelo Benedito Barbosa Pupo, na gestão do ex-prefeito Orestes Quércia, se reuniu para discutir a polêmica data da fundação de Campinas. Esta comissão foi já um núcleo de pesquisa sobre Campinas, e iniciou o debate sobre a preservação e como não existia ainda o "Condepacc", os pedidos de Tombamento eram dirigidos ao Condephaat. [...]. Nos anos 80 se inicia a batalha para que se criasse um órgão próprio de preservação para que não fosse necessário recorrer ao estado.
>
> [...] Não existia interesse na câmara de aprovar, então a lei voltava com correções, ia de novo, existia um jogo político, o prefeito Magalhães Teixeira defendia na câmara a importância do conselho, mas foi muito difícil de aprovar a lei. O Conselho do Condepacc tem poder decisório, é deliberativo enquanto todos os outros conselhos são consultivos e a câmara não queria aprovar um conselho com este poder. A comissão de historiadores criada na década de 70 era consultiva, o prefeito e os secretários acatavam ou não. No final foi aprovada a legislação e junto com ela o decreto que regulamentava o funcionamento do conselho, dos trâmites e dos processos de tombamento. Outra coisa importante, que foi muito batalhada pelo Arantes, foi a criação de um corpo técnico, porque queriam criar o conselho mas não dar a estrutura de apoio do conselho, que foi a Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Disponibilizou-se uma verba para a folha de pagamento, criaram-se

[43] Coordenadoria do Patrimônio Cultural, o braço técnico de apoio do CONDEPACC, atualmente CSPC, Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural

[44] Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1987), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2010). Atualmente é sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, membro - United Nations Educational Scientific and Cultural Oranization e professora titular da Universidade Paulista.

> cargos para concursos e contratou-se profissionais de nível superior (BERTINATO e MATTHES, 2008a)[45].

A Lei Nº 5.885 de 1987 de Campinas, nos termos do artigo 21, com intenção de garantir a visibilidade do bem tombado, previa a regulamentação da área envoltória compreendida num raio **de até 300m**. De acordo com Villanueva:

> [...] tanto o IPHAN quanto o Condephaat, quando fazem um tombamento traçam um raio de 300m e tudo que está dentro deste raio, como qualquer pintura, reforma, etc. tem que passar pela aprovação do conselho, é um raio fixo. A Lei do CONDEPACC é até 300m, uma palavra que muda totalmente o sentido, então pode ser de zero a 300m, a área envoltória vai ser definida caso a caso. Esta flexibilização traz um problema, de acordo com a direção do órgão, a política, pode também ir contra o patrimônio tombado. E como ele, o Prof. Dr. Arantes (grifo nosso), amarrou isto? No ato do tombamento, na Resolução do Tombamento, se define o que será preservado ou não (BERTINATO e MATTHES, 2008a).

O artigo 23 da Lei Nº 5.885 de 1987 estabelecia que os critérios que deverão ser obedecidos pelas novas construções, deverão necessariamente constar das resoluções de tombamento. Esta é uma regulamentação da área envoltória muito positiva no ato do tombamento:

> [...], porém os tombamentos acabam demorando muito mais tempo porque só se podia fazer o tombamento depois do estudo de toda área envoltória e não tínhamos corpo técnico suficiente para fazer este trabalho, estrutura para acompanhar o ritmo que precisava. Para a dinâmica da cidade isto não é bom, o empreendedor precisa conhecer as regras [...] (BERTINATO e MATTHES, 2008a).

O Prof. Arantes considerava a questão da regulamentação da área envoltória no ato do tombamento de estrema importância por que, caso contrário, numa cidade de crescimento acelerado como Campinas, a falta de critérios, de regulamentação é fator complicador tanto para o planejamento urbano quanto para os negócios imobiliários.

---

[45] Entrevista concedida por Ana Villanueva. (BERTINATO e MATTHES, 2008a). Obs.: Transcrição integral da entrevista no Apêndice A.

> A regulamentação de áreas envoltórias como ato complementar e necessário ao tombamento é um fator muito importante a ser considerado aqui, porque essas áreas são um problema sério para a gestão da cidade. Faltava em Campinas uma instância onde se pudesse discutir o assunto e decidir sobre as áreas envoltórias. Por outro lado, já havia nos anos 1980 muitos bens tombados pelo CONDEPHAAT e IPHAN, e muitas áreas envoltórias não regulamentadas.
>
> Delimitou-se o centro histórico para que se pudesse ter uma visão de conjunto da área onde havia maior densidade de edificações de interesse histórico, arquitetônico, estético, enfim, cultural, para que se passasse a pensar naquela área como um todo, e se desse um tratamento compatível, adequado a ela como formando um conjunto... era muito heterogêneo o centro da cidade. Decidir sobre áreas envoltórias de forma atomizada, tomando os bens tombados um a um, geraria o risco de se ficar refém desta heterogeneidade e empobreceria demais a ação de preservação por falta de uma visão de conjunto. Por isso, a primeira decisão do CONDEPACC foi delimitar o centro histórico. O termo é usado por força de expressão; um pouco, assim, forçado. Porque ele se refere a um conjunto bastante heterogêneo de espaços e de edificações. Mas, de qualquer forma, é a área de ocupação mais antiga da cidade. Além disso, lá sobrevive um conjunto significativo de bens que são de interesse para a preservação. A idéia de trabalhar esta área enquanto conjunto tem a ver com este problema. As pessoas reclamavam muito da falta de normas. Compravam um imóvel para fazer um negócio e enfrentavam problemas com a falta de regulamentação da área, decisões que eram tomadas pelos órgãos estadual e federal, que muitas vezes saiam tarde demais, quando o negócio não era mais viável. Então, era necessário definir critérios gerais que permitissem previsão, um planejamento, porque não dá, realmente, nem para administrar a cidade nem para fazer negócios imobiliários lícitos e razoáveis, sem idéias e critérios claros de planejamento. Sem saber onde se está. (BERTINATO e MATTHES, 2008b).

1.3 – Áreas envoltórias (IPHAN E CONDEPHAAT) e os primeiros tombamentos municipais.

Na primeira decisão do CONDEPACC, ou seja, na Resolução de Tombamento Nº 001, de 19 de dezembro de 1988, foram contemplados quatro edifícios como bens de interesse cultural, histórico, arquitetônico e ambiental:

- Antigo Solar do Barão de Itatiba - Palácio dos Azulejos (Figura 4)
- Catedral Metropolitana de Campinas (Figura 5)
- Antigo Solar do Barão de Itapura (Figura 6);
- Antigo Solar do Visconde de Indaiatuba (Figura 7)



Fig.4 – Foto do Solar Barão de Itatiba. (2005).



Figura 5 – Foto da Catedral Metropolitana de Campinas (2006)



Figura 6 - Foto do Solar Barão de Itapura (2006)



Figura 7 - Foto do Solar Visconde de Indaiatuba (2011).



Figura 8 - Foto da Capela N. S. da Boa Morte (2007).

A Resolução de Tombamento Nº 002 de 19 de dezembro de 1988, publicada na mesma data da Resolução Nº 1, contemplou, como importante exemplar de arquitetura concebida no Brasil e testemunho da política assistencial da época do Império:

- Capela Nossa Senhora da Boa Morte da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (Figura 8).

As duas primeiras Resoluções de Tombamento citadas foram realizadas no final da vigência do mandato do Arantes como Secretário de Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas, compreendido de 1983 a 1988. Em entrevista à Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, concedida à antropóloga Lilian de Lucca Torres, Arantes comenta o seu trabalha em Campinas:

> Foi isso que fizemos: só deu tempo de aprovar a lei que instituía o conselho, instalar esse colegiado, regulamentar sua atuação e abrir os processos de tombamento necessários para a delimitação do centro histórico da cidade. Aí terminou o ano, e a minha gestão com a posse do novo Prefeito. Na gestão seguinte, Marco Aurélio Garcia deu continuidade a esse trabalho, ampliando outra dimensão, a dos acervos documentais. (TORRES, 2008)

As primeiras Resoluções, portanto, contemplaram edifícios históricos e, a exceção do tombamento do Antigo Solar do Visconde de Indaiatuba, todos os outros foram tombamentos ex-offício, por já serem tombados pelo CONDEPHAAT e no caso do Solar Barão de Itatiba, também pelo IPHAN. Sobre este mesmo tema, em artigo publicado a revista eletrônica CPC/USP, a agente cultural da CSPC, arquiteta Rita de Cássia Francisco, sustenta que, de forma análoga ao que já havia ocorrido na fase heróica do SPHAN[46]:

> [...] as primeiras realizações do Condepacc, assim como aquelas levadas a cabo pelos membros da *Sociedade Febre Amarela*, configuraram-se mais como respostas a demandas específicas — mormente a salvaguarda de edifícios ameaçados de demolição — que propriamente como fruto do estabelecimento de uma política pública para

[46] Atualmente IPHAN.

> o campo do patrimônio cultural da cidade. [...] pode-se dizer que os critérios para os tombamentos eram sustentados mais pela autoridade dos agentes envolvidos que propriamente por estudos e pesquisas.
>
> [...] As primeiras iniciativas do Condepacc refletiram, desse modo, a prioridade de se assegurar a proteção legal de alguns bens já notadamente reconhecidos como patrimônio da cidade – alguns inclusive preservados nas instâncias estadual e/ou federal – por meio da inscrição no Livro de Tombo. Destarte, os primeiros tombamentos do órgão contemplaram apenas bens isolados, quase exclusivamente solares dos barões de café ou templos religiosos. (FRANCISCO, 2008: p.122).

Prossegue a arquiteta concluindo que não houve de início, nenhum intento de se realizar um inventário, entendido como instrumento auxiliar ao planejamento da conservação dos bens culturais do município. É importante salientar, entretanto, que a intenção estava presente na Lei Nº 5.885 de 1987 de criação do CONDEPACC, pois no Artigo 12, se afirma que compete à Coordenadoria do Patrimônio Cultural localizar, identificar e inventariar os bens culturais do Município[47]. Por outro lado, como já exposto, existia, em 1988, uma questão de suma importância, que era a regulamentação da área envoltória dos bens já tombados na cidade pelos órgãos de esfera estadual e federal. A somatória dos raios de 300m para cada um destes bens tombados, já constituía considerável mancha urbana sem regras definidas de ocupação e uso, dificultando, não só a própria preservação do patrimônio cultural como também os negócios imobiliários. Outra questão que se colocava era o exíguo tempo disponível antes do término do mandato do prefeito e a conseqüente troca do secretário de cultura. Sustenta o Prof. Arantes sobre os primeiros tombamentos na cidade:

> Foi a partir dos bens já tombados pelo IPHAN e CONDEPHAAT e para lidar com o problema de suas áreas envoltórias. A primeira resolução, na verdade, tratava de áreas envoltórias, não tinha nenhuma novidade quanto à escolha dos bens a serem preservados. O inventário, que a rigor deveria ter antecedido a delimitação da área, ficou para ser feito depois. Primeiro, porque não tinha tempo. Quando conseguimos que os Decretos Nº 9546 de 30 de julho de 1988 e Nº 9534

[47] Atualmente CSPC (Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural).

> de 11 de agosto de 1988 fossem aprovados, faltavam poucos meses para encerrar o mandato do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira. Então, ou fazíamos alguma coisa de imediato, ou não se sabia o que poderia acontecer. Não havia tempo realmente, até por uma questão de qualidade do trabalho, pois o inventário é estudo minucioso que leva tempo para ser realizado. Seria muito arriscado começar por ele e, eventualmente, não concluí-lo nem implementar, a tempo, as medidas de proteção que viessem a ser necessárias. Sair fazendo um inventário assim, a toque de caixa, para dizer que tem um inventário, seria absolutamente irresponsável. Então, o que era razoável, o que era possível fazer, era delimitar a área diretamente afetada pelos tombamentos existentes, complementar esses tombamentos com bens que fossem obviamente de interesse para a preservação, e criar a poligonal desta área com base em estudos históricos, para que depois pudesse ser feito um inventário. Houve críticas... mas se tem crítica com fundamentação técnica a ser feita sobre as duas primeiras resoluções de tombamento, a meu ver, a única que ocorre é essa: de que o tombamento de uma área deve partir de um inventário prévio. E no caso não ocorreu isso. A resolução partiu do problema real, que já havia sido criado por tombamentos feitos por outras instâncias de governo. A política de preservação do patrimônio de Campinas não partiu do zero, mas justificadamente de problemas concretos pré-existentes, e tinha um prazo curto a respeitar. A delimitação da área foi feita com base em pesquisa séria. Não foi um traçado de conveniência; foi um traçado que fazia sentido! A identificação de bens no interior desta área para futuros tombamentos, isso foi feito depois.
>
> Eu não me lembro se a lei previa graus de preservação ou se era uma intenção que nós tínhamos. É ... os graus de preservação são posteriores. Mas isto fazia parte do nosso pensamento. Não tínhamos os instrumentos ainda, como o da transferência do potencial construtivo e graus de preservação, coisas que de certa maneira já se falava e que se levou muito mais tempo para criar. Fazer inventário e preservar bens previamente inventariados é um processo de longo prazo. É parte da rotina de trabalho da instituição. Não podíamos iniciar por ele, como se tivéssemos a eternidade pela frente. É uma questão de urgência e circunstância (BERTINATO e MATTHES, 2008b).

Houve críticas às primeiras Resoluções de Tombamento, entre elas citamos a matéria publicada no Diário do Povo, onde o arquiteto e na época diretor da Sociedade Febre Amarela, Luiz Cláudio Bittencourt, questiona os parâmetros utilizados pelo tombamento, e o fato de não ser respeitado o desenho daquele que seria o verdadeiro centro histórico. Prossegue Bittencourt:

> Campinas tem, basicamente, três períodos históricos diferentes, no nível de ocupação de terra. O primeiro foi o da Estrada dos Guaiazes (sic) – no período da extração do ouro goiano e mineiro. São três os núcleos desse período: Campinas Velha (onde hoje está o

> Laurão); o Santa Cruz (hoje capela e largo do Santa Cruz); e o Tanquinho (na praça Pompeu de Camargo, em frente ao Jóquei).
>
> Onde surgiu o segundo período?
>
> Na antiga Vila de São Carlos, que apareceu em função da extração da cana de açúcar na região. A ocupação da terra se deu no espaço compreendido pelas ruas Barão de Jaguara, Doutor Quirino e Lusitana. O terceiro período é o da Economia Cafeeira – sua área se expande e vai até onde está hoje a Estação Ferroviária.
>
> Estes períodos não foram respeitados no desenho do tombamento?
>
> Não, pelo contrário. O desenho é confuso e não reflete nada disso. Eu desconheço os critérios que fundamentaram esse tombamento, como também desconheço os critérios que fundamentaram o tombamento no que diz respeito às construções estabelecidas dentro do centro. Fiquei sabendo de tudo através dos jornais. (ARQUITETO..., 21/01/1989).

Os critérios dos primeiros tombamentos com a regulamentação do centro histórico de Campinas, expostos e justificados pelo Arantes na entrevista de 2008, foram, a nosso ver, coerentes com as circunstâncias da época e adequados para a cidade. A memória do centro histórico do período cafeeiro de Campinas era a única que tínhamos para preservar. É verdade que de tão fragmentada no tecido urbano, mesmo em 1988, já não era possível reconhecer como uma paisagem urbana da cidade do café. O núcleo histórico representativo desta época já estava desfigurado. Conexo com este ponto de vista discorre Sergio Arruda: “Em Campinas, quais construções restam da época de sua origem, quais símbolos ou marcos foram recriados para assinalar esse princípio? Com exceção de alguns documentos, como o Livro-tombo, quase nada existe do século XVIII e, também, de boa parte do século XIX”. (ARRUDA, 2006). Sobre este mesmo tema, a historiadora e atual responsável pela CSPC, Daisy Ribeiro, discorre em entrevista sobre Campinas:

> [...] No Centro tem pouquíssimas coisas que são do século 19. É praticamente nada. Temos o Palácio dos Azulejos, a Catedral e um ou outro imóvel que ainda tem paredes de taipa. O grande volume é das três primeiras décadas do século 20, quando a ferrovia estava bem avançada e a cidade começou crescer de maneira bem significativa. (COSTA, 12/06/2010).

A delimitação do centro histórico de Campinas tem o mérito de "inaugurar" a política municipal de preservação cultural sacramentando a existência do órgão de preservação. Análises mais detalhadas e a realização do inventário, uma vez que não existia tempo hábil parar isto, deveriam mesmo ser realizadas nas administrações seguintes. No início de 1989, o então ex-Secretário de Cultura, Arantes, questionado sobre o porquê iniciar o trabalho de preservação pelo "Centro Histórico" e não pelo tombamento de bens isolados, afirma:

> Esse trabalho adotou uma orientação geral que foi proposta por mim quando se discutia a abertura de processo de tombamento do Hotel Vitória. Naquela ocasião, propus que não trabalhássemos considerando edifícios isolados, mas conjuntos de bens que guardassem relações significativas entre si, tomadas no seu contexto urbanístico, Amplamente debatido pelos membros do Conselho e pelos técnicos, esse princípio foi adotado com entusiasmo, De fato, inaugurávamos uma nova etapa na metodologia de preservação. Até então, apenas as chamadas "cidades históricas", ou seja, os núcleos urbanos relativamente mais homogêneos e apresentando alta densidade de edifícios de interesse, haviam sido tratados dessa maneira. O nosso Conselho resolveu enfrentar corajosamente o problema de identificar, articular e preservar através de medidas práticas um conjunto fragmentário de bens remanescentes num contexto extremamente dinâmico e que apresenta alto grau de heterogeneidade, com é o caso do centro de Campinas, Foi assim que começamos. Tínhamos pouco tempo pela frente e preferimos definir prioridades. Fomos diretamente à questão fundamental e elegemos a área que apresentava um volume maior de problemas relativos às novas construções.
>
> Considerávamos também urgente resolver pendências antigas que haviam sido geradas pela não regulamentação de diversas áreas envoltórias de bens tombados pelo Condephaat, além de dar inicio a um trabalho de âmbito municipal propriamente dito e que seria inaugurado com tombamentos novos. (TOMBAMENTO..., 1989).

No depoimento concedido ao jornal, sobre qual conjunto de bens estava sendo preservado na primeira resolução de tombamento do CONDEPACC, Arantes esclarece:

> Selecionamos os imóveis que, pelo menos numa primeira aproximação, melhor expressavam o perfil de Campinas oitocentista, que tão profundamente marcou a nossa formação cultural e identidade urbanística. Além disso, preferimos trabalhar com imóveis relativamente próximos uns dos outros, de modo que houvesse interligação entre as áreas envoltórias, incluindo entre eles bens tombados pelo CONDEPHAAT. Assim, abrimos processo de tombamento para os antigos solares dos barões de Itapura, de Itatiba e de Ataliba Nogueira, o Visconde de Indaiatuba e a Catedral Metropolitana. À Capela de N. S. da

> Boa Morte demos um tratamento separado, por uma questão de conveniência de trabalho e por tratar-se de bem localizado a uma certa distância do antigo centro. Esse conjunto de imóveis e outros existentes em suas imediações, com as suas respectivas áreas envoltórias, definiam uma mancha que recobria uma das mais antigas áreas de ocupação urbana deste município. De fato, essas edificações se localizavam nas imediações do antigo Pouso de Tanquinho (atuais praças Bento Quirino e Antonio Pompeu) onde foram localizados o pelourinho, a cadeia e a câmara, além da antiga matriz, edifícios que efetivamente constituíram o centro da antiga cidade. A ele se tinha acesso pelas antigas ruas de cima (Barão de Jaguara), rua do meio (Dr. Quirino) e de baixo (Luzitana). Decidimos que esta seria a primeira área a ser analisada pelo conselho e que a ela, progressivamente outras deveriam ser incorporadas à medida que fosse avançando o trabalho de preservação. Marco zero de Campinas, marco zero do Condepacc. A partir de minucioso estudo de cada uma das edificações existentes nessa área, definimos altura e recuo das novas construções, identificamos os imóveis cuja destruição acarretaria prejuízo à inteligibilidade do contexto em que foram construídos os bens tombados e cuja conservação era necessária para a compreensão das principais transformações ocorridas nessa área. Identificamos também outros bens que deveriam merecer estudo mais pormenorizado através de processo de tombamento próprio. Assim, não se tombou o centro, como tem sido dito por algumas pessoas mal informadas. No final desse processo, tombamos apenas quatro edificações e criamos normas de preservação que deverão nortear as transformações que vierem a ocorrer nessa área. Além disso, a Resolução nº 1 faz recomendação quanto à administração da área pelo poder público, inclusive sobre a colocação de painéis de propaganda, fiação, posteamento, tratamento visual da área, etc. Propusemos uma efetiva valorização do centro, abrindo espaço para o advento do novo que seja compatível com o presente e com o passado desta cidade. Criamos entraves à destruição pura e simples de bens de interesse, sugerindo a configuração de um "corredor cultural", que atravessa a área em diagonal, por assim dizer, acompanhando as ruas onde há maior incidência de imóveis antigos e onde foi possível manter mais baixos os gabaritos das novas construções (rua Luzitana, Praça Bento Quirino e Antonio Pompeu, rua Barão de Jaguara, Largo do Rosário, Catedral e palácio dos Azulejos). Maiores detalhes os leitores interessados encontrarão no Diário Oficial do Município, de 29 de dezembro de 1988. (TOMBAMENTO..., 1989).

1.4 – O risco de ser extinto.

> Nós não podemos destruir o passado, sem nos destruirmos (BRITO, 1972).

Os inúmeros problemas que o CONDEPACC enfrentou imediatamente após a publicação das duas primeiras resoluções de tombamento municipais, atestam o quanto foi adequada a opção de regulamentar, "a toque de caixa", a

área envoltória delimitando a mancha urbana criada pelos bens já tombados na cidade como centro histórico de Campinas. De acordo com Arantes (ARANTES, 2008b), a oposição era tão violenta para que não houvesse um Conselho, que mesmo depois de criado em 1987, ainda houve tentativa de, através da Lei Orgânica do Município, o neutralizar, transferindo para a Câmara o direito ou a responsabilidade de tombar. Houve muita discussão até que a Lei Orgânica de Campinas fosse publicada no Diário Oficial do Município em 31/03/1990 e o CONDEPACC permanecesse com o poder de realizar os tombamentos. É sintomática a matéria no jornal em fevereiro de 1990, "Lei do tombamento preocupa Condepacc", sobre a tentativa de emenda que daria poder de tombamento de imóveis ao Legislativo:

> Nem mesmo a manifestação de artistas e a peregrinações de membros do Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas) pelos gabinetes de vereadores da Câmara Municipal deverão reverter a opinião da Comissão de Sistematização sobre a emenda que dá poder de tombamento de imóveis ao Legislativo. Só partiu da bancada do PSDB uma emenda referente ao problema: ao invés do tombamento ser competência exclusiva da Câmara, o prefeito terá que dar seu aval ao processo. A supervisora da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Ana Villanueva, se diz apreensiva com a questão, principalmente porque "os vereadores estão desinformados sobre a atuação do Condepacc". (LEI..., 1990).

É sintomático que aproximadamente um ano após as duas primeiras resoluções de tombamento do CONDEPACC, a repercussão sobre estas resoluções ainda estivessem presente na mídia, tanto para esclarecer sobre os tombamentos realizados no final de 1988, como explicar sobre o funcionamento do Conselho de Preservação, conforme matéria de jornal do município:

> [...] Os membros do Conselho farão até uma cartilha para que a população saiba como funciona o órgão e para que servem os tombamentos. [...] "É preciso esclarecer, por exemplo, que o centro da cidade não amanheceu tombado, como afirma o presidente da Sistematização, Edvaldo Orsi. O Condepacc funciona desde 1988 e o tombamento de imóveis do centro ocorreu há 14 anos, por determinação do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico)". Explica Ana (Profa. Dra. Ana Villanueva, coordenadora da Coordenadoria do Patrimônio Cultural - grifo nosso). De acordo com a supervisora, além do Condepacc ter regulamentado o

> tombamento de cinco imóveis localizados na área central da cidade, definido anteriormente pelo Condephaat, o órgão listou 79 prédios onde existe interesse de preservação. Com isso, os proprietários destes imóveis e de outros que se encontram num raio de 300 metros daqueles já tombados pelo Condephaat precisam de autorização da Prefeitura para realizar alterações nos prédios. (LEI ..., 1990).

A Lei Orgânica de Campinas, promulgada em abril de 1990, somente menciona, de forma vaga, no Capítulo II, Da Educação, da Cultura, dos Esportes, Lazer e Turismo, Seção II (Da Cultura), Artigo 239, Inciso III, que "O Município incentivará a livre manifestação cultural através de cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais e objetos de interesse histórico, artístico e arquitetônico".

O Ezequiel Theodoro da Silva, em 1995, quando presidente do CONDEPACC afastou a possibilidade de revisão de processos ou destombamento de qualquer patrimônio cultural tombado, como estava sendo sugerido na época:

> A proposta de revisão dos processos, para avaliação de eventuais "excessos" por parte do Condepacc, foi apresentada na quarta-feira, no Seminário Tombamento, pelo presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas (Aeac), Paulo Sergio Saran.
>
> "Falar em rever os processos de tombamento é um desrespeito ao Condepacc, pois todos os casos foram cuidadosamente estudados", defende Theodoro da Silva. Ele também contesta a posição do presidente da Aeac, favorável ao que chama de "destombamento" do Solar do Visconde de Indaiatuba, que teve parte de suas instalações destruídas em um incêndio em fevereiro do ano passado. "Não existe a figura jurídica do destombamento, Se existisse, ninguém no Condepacc aceitaria", diz Theodoro da Silva. (PRESIDENTE ..., 1995).

No ano de 2000, um novo Projeto de Lei apresentado pelo vereador Antônio Rafful (PPB) à Câmara dos Vereadores de Campinas, tinha "o objetivo de limitar os poderes do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, impedindo o órgão de promover o tombamento de áreas florestais remanescente no município" (BELDA, 2000). A tentativa de alterar o texto que definia as atribuições do CONDEPACC coincide com o estudo para o tombamento de várias áreas naturais do município e felizmente não logrou êxito, mas exemplifica as dificuldades do CONDEPACC de se impor como Conselho Deliberativo, mesmo depois de muitos anos de atuação.

Os debates, as pressões e as polêmicas em torno da criação do órgão de preservação municipal e que se mantiveram, mesmo após sua criação, como atestam as citadas reportagens da época e as entrevistas realizadas com o primeiro presidente do CONDEPACC, Antônio Augusto Arantes e a primeira coordenadora da CPC, Ana Villanueva[48], são legítimos e esperados numa democracia. Apesar de nem sempre movidos pelo interesse na preservação da memória da cidade, mas, algumas vezes, motivadas por interesses outros, como políticos, financeiros e imobiliários, contribuíram, de qualquer forma, para a conscientização da sociedade local, sobre a importância de um Conselho Municipal assim como para o seu próprio fortalecimento. Infelizmente neste longo processo parte considerável do patrimônio cultural de Campinas foi irremediavelmente perdido. Não há como separar as políticas municipais de preservação cultural com o exercício do poder, por outro lado, como disse Arantes em entrevista, "a unanimidade é burra (ARANTES, 2008)", portanto, neste sentido, o conflito é bem vindo. Esperamos que os principais conteúdos das discussões mostrados neste texto e que permearam a criação do Conselho de Defesa do Município de Campinas, revelem o quanto é fundamental tanto a atuação da sociedade civil; organizada ou não como os poderes públicos para a preservação do patrimônio cultural.

1.5 – A área envoltória de bens tombados pelo CONDEPACC e os imóveis "indicados para preservação".

O texto da Lei de criação do CONDEPACC em 1987, nos artigos que trata sobre a área envoltória de bens tombados, estipula que o raio da área

[48] Ver na íntegra as entrevistas do Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes Neto e Ana Villanueva nos apêndices A e B.

envoltória deverá ser de até 300m e que a regulamentação deverá, necessariamente, constar das Resoluções de Tombamento:

> Artigo 21 **-** Para evitar prejuízo à visibilidade ou ao destaque de qualquer edificação ou sítio tombado, nenhuma obra de construção ou demolição poderá ser executada na área compreendida num raio de até 300m (trezentos metros) sem que o projeto da obra seja previamente aprovado pelo Conselho.
>
> Artigo 23 **-** A regulamentação do uso das áreas envoltórias dos bens tombados pelo Município de Campinas, que estabelecerá os critérios que deverão ser obedecidos pelas novas construções, deverá necessariamente constar das resoluções de tombamento.

Apesar de ser uma obrigação legal a cumprir, um número muito grande de resoluções de tombamento delimitaram a área envoltória em 300m, o raio máximo permitido e postergaram a regulamentação da mesma para até seis meses após a publicação da resolução, o que na maioria das vezes, não ocorreu em tempo algum. O Promotor de Justiça Dr. José Roberto Albejante, determinou que essas Resoluções com áreas envoltórias não regulamentadas fossem revistas. Segue matéria do Correio Popular sobre o assunto:

> O Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc) começou a rever resoluções de tombamento de imóveis baixadas desde 1987 (sic), quando o órgão foi fundado. A proposta é reduzir áreas envoltórias de bens tombados quando a reserva de 300 metros no entorno não mais se justificar.
>
> O Condepacc iniciou a revisão das resoluções e serão analisadas cerca de 120 decisões envolvendo imóveis isolados, conjunto de imóveis, praças e matas. Na maioria dos casos, as resoluções determinam que nada pode ser feito dentro de uma área de 300 metros de raio do bem tombado sem aprovação prévia do conselho, disse Dayse (sic).
>
> A tendência do Condepacc nos últimos tombamentos, informou a historiadora, tem sido a de definir área envoltória igual a zero, mantendo a necessidade de consulta apenas para o imóvel tombado.
>
> A revisão das resoluções ocorre por determinação do promotor de Justiça José Roberto Albejante. No início de 2009, em um seminário para discutir a Mata de Santa Genebra, Albejante pediu que a Prefeitura parasse a análise de qualquer procedimento, como aprovação de loteamento, de construção, demolição que estejam em áreas ao redor de bens tombados até que promovesse a uniformização dos critérios para essas áreas. Segundo o promotor, a regulamentação das áreas envoltórias tem sido feita sem seguir critérios objetivos. (COSTA, 15/05/2010).

Ou se criam “áreas envoltórias não regulamentadas” como aconteceu num grande número de resoluções ou se adota, como uma tendência do órgão de

preservação para os tombamentos, de forma generalizada, área envoltória igual a zero. Nenhuma das duas nos parece uma boa opção para a preservação onde se faz necessário o estudo caso a caso dos tombamentos, mas com decisões fundamentadas numa política de preservação coerente com os testemunhos culturais da cidade.

Esta prática acabou criando um grande problema para a cidade, pois não se definindo, no ato do tombamento, os critérios para qualquer intervenção, qualquer pedido de reforma ou obra nova nessas áreas envoltórias, se faz necessário abrir uma discussão no Conselho, atrapalhando o andamento dos trabalhos no próprio Conselho e gerando insegurança para os proprietários e investidores imobiliários do município. Além do que, abre-se uma discussão nem sempre com estudos aprofundados, pois desconectado do estudo de tombamento do bem que gerou a própria área envoltória. Em alguns casos ainda, a falta de regulamentação da área envoltória na Resolução de Tombamento, pode ser muito prejudicial à memória da cidade, como foi o caso da Vila Rizza, as casinhas dos ferroviários dentro do complexo ferroviário central da antiga FEPASA. Conforme Resolução nº 04/1990 estavam protegidas como área envoltória, mas não tombadas. No Artigo 5º da Resolução de Tombamento:

> **Artigo 5º -** As áreas envoltórias a que se refere o artigo 4º desta resolução deverão adequar-se às seguintes exigências:
>
> **I -** Os imóveis localizados dentro do complexo ferroviário central da FEPASA não poderão ser demolidos ou modificados sem autorização prévia do CONDEPACC, em razão de comporem o espaço edificado onde estão inseridos os edifícios tombados por esta resolução, testemunhando assim, as transformações urbanas ocorridas durante a implantação da Ferrovia, [...]

Quando o Executivo resolveu construir a nova Rodoviária[49] de Campinas dentro do complexo ferroviário central da antiga FEPASA e para tanto seria necessário derrubar a vila de casinhas históricas, o Conselho aprovou e as

[49] Terminal Multimodal de Passageiros, localizado à Rua Dr. Pereira Lima, s/nº, na Vila Industrial. Foi inaugurado em junho de 2008**,** substituindo a antiga Estação Rodoviária de Campinas.

casinhas, ainda habitadas por parentes de ferroviários, foram demolidas. Segue trecho da entrevista concedida pela coordenadora da CSPC sobre esta questão:

> **Entrevistador** - O CONDEPACC aprovou a implantação do terminal no pátio da FEPASA?
>
> **Dra. Daisy** - Aprovou.
>
> **Entrevistador** - Existem prédios históricos no local?
>
> **Dra. Daisy** - Existem prédios históricos na área, mas muitos não são tombados. Eles serão incorporados.
>
> **Entrevistador** - E quanto às casinhas dos ferroviários?
>
> **Dra. Daisy** - As casinhas dos ferroviários não eram tombadas. Fizemos uma seleção... O Conselho aprovou. Como já tinham outros conjuntos de casas semelhantes, ficou um conjunto de quatro casas que já foram restauradas. Todos os prédios que estão tombados, até estes, já estão incluídos no orçamento da obra da nova rodoviária. Já encaminhamos todas as diretrizes e critérios para se contratar, eventualmente, o restauro. O que eu penso disto? Não sou favorável. A minha posição é um pouco diferente. A decisão foi da cidade, do Conselho, várias pessoas estavam envolvidas e a maioria é que tem a força de discutir.
>
> Quando começamos a fazer o levantamento da área ferroviária, já existia uma parte tombada, mas existiam várias outras partes. Fizemos um levantamento de 360 imóveis que ainda fazem parte do acervo da cidade e que pertencia a esta grande cidade (o complexo ferroviário) que era interna na cidade de Campinas. Enxergamos dentro do complexo ferroviário, não só o complexo tombado, mas o estendido no entorno da cidade, uma presença documental que não existe em nenhuma outra cidade porque Campinas foi muito importante. Você tem aqui desde o início da movimentação ferroviária, todo o desenvolvimento e todos os processos, desde os mais simples. Da casa do operário mais simples deste grande complexo até a do diretor incluindo as três grandes ferrovias, que são a Paulista, a Mogiana e a Sorocabana. Temos também a Funilense, mas só com estas três grandes já temos a presença de toda a documentação, vestígios materiais significativos. Na verdade era uma cidade dentro de outra cidade, por exemplo, o alvará de construção das casas nem passava pela prefeitura, como se fosse uma questão absolutamente particular. Esta discussão dinâmica do movimento ferroviário você tem presente materialmente em Campinas. Eu considerei isto de importância muito grande para contar a história das ferrovias, mas significava também pensar o planejamento da cidade de uma forma muito diferente. E o aproveitamento não podia ser como uma interferência deste tamanho, no sentido de se interpor neste processo dinâmico que ainda estava presente. Mas considero também que isso é uma visão de uma pesquisadora. Uma pesquisadora de estudo da cidade, da dinâmica, que é a minha formação e que é o estudo que eu venho fazendo. É diferente das necessidades, das eleições, no sentido de que, quais são as áreas que vão ser dinamizadas para o futuro da cidade, o crescimento da cidade. Tinham muitos órgãos envolvidos. Não foi uma decisão unilateral do executivo. Eu vi esta discussão presente em várias áreas, foi trazida para dentro do CONDEPACC, então quer dizer, foi uma decisão que foi maior que a conclusão de pesquisa que é a minha pessoal. Eu coloquei esta discussão, acho que aí não se pode fazer nada, pode-se

> contar esta história. Acho que ainda temos vestígios para contar esta história (BERTINATO e MATTHES, 2007).

E assim, do grande complexo ferroviário agora temos fragmentos. A imprensa local, na época da construção da nova rodoviária, também divulgou a descoberta da existência de Casamatas na área da obra. O CONDEPACC não se pronunciou no sentido da preservação das Casamatas e de seu entorno. Hoje elas se encontram abaixo do piso do terminal metropolitano, são vestígios, sem contexto com o entorno.

> Um legado de 32 sob a nova rodoviária
>
> Casamata construída na área do futuro terminal foi utilizada na Revolução Constitucionalista como abrigo contra bombardeios.
>
> A poucos metros de vagões abandonados, entre esqueletos da época áurea das ferrovias, potenciais tesouros históricos de Campinas repousam há sete décadas e a quatro metros de profundidade no terreno onde será construída a nova rodoviária. Uma tampa de aço marcada pelo tempo guarda uma construção enterrada também no esquecimento: uma casamata, câmara subterrânea para proteção contra ataques armados, provavelmente datada da Revolução Constitucionalista de 1932.
>
> A fortificação está instalada próxima ao antigo Pátio da Rizza e às margens dos trilhos de bitola estreita da extinta Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, escondida pelo mato alto e um emaranhado de pés de mamona. Existiriam na mesma área outras duas iguais.
>
> Com impressionantes 30 metros quadrados de espaço interno, a casamata visitada pela reportagem por indicação de ex-ferroviários tem uma boca de 1,5 metro de diâmetro — larga o suficiente para possibilitar uma rápida evasão —, paredes de concreto de aproximadamente 40 centímetros de espessura e um respiro para entrada de ar. Um verdadeiro bunker, feito para resistir aos tiros e bombardeios dos “vermelhinhos” (aviões) legalistas que tentassem atacar os trens que, segundo os antigos trabalhadores, partiam de Campinas com mantimentos e armamentos aos rebelados em outras regiões do Estado.
>
> [...]
>
> A coordenadora da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural de Campinas, Daisy Serra Ribeiro, informou, por intermédio da assessoria de imprensa da Secretaria da Cultura, que a “descoberta” será por ela encaminhada à apreciação do Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc) para a devida documentação fotográfica e investigação. O estudo poderá, caso se confirme a importância das casamatas, resultar em um processo de tombamento, garantindo a preservação. (ARAÚJO, 11 mar. 2007)

Outra questão relevante que precisa ser revista na área envoltória diz respeito aos bens "indicados para preservação"[50]. Criou-se esta figura, que não tem amparo jurídico, que penaliza os proprietários e dificulta a aceitação das ações do próprio órgão de preservação pela sociedade. Vamos a seguir tentar explicar como surgiram os "indicados para preservação" na cidade.

Os imóveis "indicados para preservação" aparecem pela primeira vez na Resolução nº 04 de 1990, referente ao Tombamento de doze imóveis, exemplares de arquitetura ferroviária e uma antiga fábrica de equipamentos agrícolas. Esta Resolução especifica diferentes graus de preservação para bens localizados na área envoltória dos bens listados no tombamento, sendo que em alguns casos, a preservação especificada foi total. A preservação total sem o tombamento destes bens criou a figura dos "indicados para preservação", isto é, sem possibilidade de usufruir dos benefícios, mas com todas as obrigações dos imóveis tombados[51]. Corroborando com a Resolução nº 04 de 1990 que estabeleceu os bens "indicados para preservação", o Decreto Nº 10.424 de 1991[52], alterou a regulamentação dos imóveis listados nas áreas envoltórias dos bens tombados pela Resolução Nº 01 de 1988. No artigo 5º da Resolução Nº 01, previa-se que resoluções posteriores regulamentarão a área definida como Centro histórico de Campinas, "que deverá passar por um processo de recuperação, revitalização e planejamento visual para que se permita o seu reconhecimento e ambientação enquanto centro histórico e para garantir visibilidade adequada aos imóveis preservados por esta Resolução". No artigo 6º, desta primeira resolução,

[50] Na Ficha Informativa para consulta sobre a situação do imóvel na CSPC, entre os campos disponíveis: tombado, estudo de tombamento, dentro de área envoltória, fora de área envoltória, consta o campo, indicado para preservação.

[51] Acreditamos que esta figura possa ser contestada, pois legalmente é frágil apesar de que muitos bens culturais na cidade foram protegidos desta forma e se encontram neste "limbo" até hoje.

[52] Decreto Nº 10.424 de 06 de maio de 1991 - Regulamentação das áreas envoltórias de bens tombados pelo conselho de defesa do patrimônio cultural de Campinas, e cria as zonas de preservação correspondentes. Este decreto revogou o Decreto Nº 9.867 de 25 de julho de 1989 que dispunha sobre a regulamentação das áreas envoltórias de bens tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, e cria as zonas de preservação correspondentes.

se previa ainda que os imóveis do Centro histórico, listados para preservação, poderiam gozar de incentivos e benefícios criados na Lei nº 5885 de 1987, por via do tombamento. O Decreto nº 10.424 de 1991 não alterou a regulamentação da área envoltória ou a listagem dos imóveis a serem preservado, mas, eliminou o Artigo 5º que versava sobre Resoluções posteriores que regulamentarão o disposto para a área central, assim como eliminou a justificativa expressa no Artigo 3º, inciso 2°, de que os imóveis listados não poderão ser alterados, "em razão de contextualizarem os edifícios tombados por esta Resolução e testemunharem as principais transformações urbanas ocorridas nesta cidade a partir do período áureo da cafeicultura".

Quando a CSPC (na época CPC) iniciou os trabalhos, em 1988, nos últimos meses do mandato político do então prefeito José Magalhães Teixeira, de acordo com Arantes, não existia tempo hábil para estudos mais aprofundados, levantamentos, inventários, etc. que subsidiassem os tombamentos e desta forma, foram postergados. O Artigo 5º da Resolução Nº 01 do órgão prevê que resoluções posteriores regulamentarão a recuperação, revitalização e planejamento visual no sentido de promover o reconhecimento e ambientação enquanto Centro histórico. Nos anos seguintes, o órgão de preservação nem sempre regulamentou a área envoltória e adotou a figura dos "indicados para a preservação. Indicados para preservação simplesmente, sem apreciações que definissem pelo tombamento ou não, nem mesmo a indicação para estudo de tombamento. Acreditamos que na ausência de estudos e de um inventário dos bens culturais da cidade, para subsidiar uma política pública de preservação da memória local, o procedimento de indicar para a preservação os imóveis da área envoltória e postergar a regulamentação da mesma foi, em muitas Resoluções de Tombamento, adotado. Indicava-se para preservação o que poderia contextualizar o entorno do bem tombado, sem levantamentos cadastrais, gráficos, históricos, justificativas, etc. E os proprietários dessas edificações indicadas para

preservação, como disse a Dr[a]. Daisy (COSTA: 16/03/2008)[53], arcando com todos os ônus do tombamento mas nenhum benefício.

Na Ata do CONDEPACC Nº 274, de 07 de fevereiro de 2002, o Conselheiro Emérito Herberto Aparecido Guimarães, solicita estudo sobre todos os imóveis preservados, para acabar com esta situação. Muitas vezes o imóvel é demolido, aplica-se uma multa, mas a cidade perde com a demolição e perde ainda por que fica sem registro do que existia no local.

Matéria do jornal Correio Popular que antecedeu a construção da nova Rodoviária de Campinas, também trata deste assunto, mas visando a liberação de áreas para um projeto de requalificação urbana:

> Para liberar a região da futura rodoviária de Campinas a um projeto de requalificação urbana, em fase de elaboração na Prefeitura, e que tem como a proposta transformar a área no segundo Centro da cidade, está em curso um levantamento histórico, cultural e arquitetônico que irá definir os imóveis que serão tombados nas ruas do entorno dos terminais metropolitano e rodoviário. Pelo menos 12 conjuntos de residências e estabelecimentos comerciais, alguns com três ou quatro edificações, que remontam à chegada da ferrovia no século 19 e outros exemplares dos anos 30, 40 e 50 do século 20 deverão ganhar o status de patrimônio de Campinas.
>
> Boa parte desses imóveis, explicou a historiadora Daisy Ribeiro, coordenadora setorial do Patrimônio Cultural, foi enquadrada, em anos anteriores, na categoria de imóveis indicados para preservação. Eles formam uma espécie de limbo na preservação histórica, porque os proprietários têm todos os ônus do tombamento e nenhum benefício. Um imóvel tombado, preservado tem direito a isenção de IPTU. O imóvel indicado para preservação tem que ser conservado, mas não tem nenhum incentivo fiscal. Há, no Centro, cerca de 500 imóveis nessa situação e todos serão revistos, segundo Daisy.
>
> O início da revisão ocorre na região formada pela linha ferroviária, Avenida Lix da Cunha, ruas Dr. Ricardo, 11 de Agosto, Dr. Mascarenhas e Avenida Barão de Itapura. Entre os imóveis estão uma série de antigas residências na Rua Dr. Ricardo, algumas claramente ocupadas pelo comércio no passado, e um imóvel em tijolos à vista dentro de uma área da CPFL Energia que está sendo vendido para a Prefeitura transformar em estacionamento da nova rodoviária.
>
> A base do levantamento é o Inventário da Região Central de Campinas, realizado pela Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Esse inventário é formado por um levantamento histórico, com mapas, protocolos, plantas que possibilitaram o cadastro de aproximadamente

> 6,7 mil registros de pedidos de reforma, ampliações, construções de imóveis entre 1892 e 1945.
>
> A estimativa dos técnicos é que menos 40% dos imóveis relacionados poderão ser tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc). São imóveis que testemunham um período em que o espaço geográfico campineiro foi transformado pela crescente urbanização consolidada pelo processo de industrialização. Desse mecanismo surgiu um novo padrão urbanístico. A partir de 1925, a área urbana começou a ser alargada, duplicando suas dimensões em alguns anos, com o retalhamento das chácaras periféricas e de antigas e improdutivas fazendas de café, devido, principalmente, à demanda por habitação.
>
> Os imóveis de interesse histórico serão então tombados, e o restante liberado. Geralmente são antigas casas que estão no Centro Histórico e perto de bens tombados.
>
> Em 1997 houve um início de revisão e 74 imóveis da região foram desincorporados da categoria de indicados para preservação. A idéia é enxugar as áreas envoltórias, estabelecendo novos critérios de preservação. A lista dos imóveis que deverão ser liberados só será divulgada após a abertura dos processos de tombamentos para os imóveis de valor histórico.
>
> Patrimônio está degradado há anos.
>
> Edificações expressam o processo de decadência sofrido pelas vilas operárias. O entorno do complexo ferroviário há anos vive um processo de degradação. Mas é formado por importantes construções que ajudam a contar a história do desenvolvimento de Campinas. Na frente da Estação Cultura, por exemplo, há uma série de edificações tombadas como patrimônio histórico. Do lado da Vila Industrial, conjuntos de vilas operárias, também tombadas, formam um cenário a espera de restauro. Nas imediações do futuro terminal, conjuntos de pequenas residências, muitas ocupadas por pensões e pequeno comércio, também integram um cenário da história operária da cidade.
>
> É nesse cenário que os técnicos da Prefeitura de Campinas trabalham no projeto que pretende fazer a requalificação urbana de toda a área ao redor do futuro Terminal Intermodal de Passageiros. O prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT) já anunciou que pretende definir a região como Zona de Interesse Específico (ZIE) para potencializar investimentos na região. “Todo o entorno do complexo ferroviário passará por requalificação para se tornar um centro urbano e turístico”, afirmou durante o reinício das obras do segundo túnel do Complexo Joá Penteado. (COSTA, 16/03/2008)

Desta forma a figura dos imóveis “indicados para preservação” da Resolução nº 4 de 1990, foi um erro que acabou sendo perpetuado pelo CONDEPACC, talvez pela falta de um corpo técnico maior para dar conta da regulamentação da área envoltória de todas as Resoluções de Tombamento, conforme previsto em Lei de criação do Conselho. O poder executivo, por sua vez, lançou mão do Inventário da Região Central como justificativa para a criação de

um novo zoneamento na área central, liberando áreas para novas iniciativas e potencializando os investimentos na região.

1.6 – O inventário dos bens culturais de Campinas

Ana Villanueva foi coordenadora do braço técnico do CONDEPACC, a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural, desde sua criação até início de 2002[54], nos deixa claro, por meio do relato das dificuldades que o órgão técnico vivenciou que barreiras estruturais precisariam ser transpostas, além de vontade política, para que um inventário do patrimônio cultural de Campinas fosse realizado. Segue trecho transcrito da entrevista:

> O que aconteceu com o Conselho é que se foi tombando de qualquer jeito e qualquer coisa em determinado momento, o corpo técnico não dava conta de fazer os estudos e então tomba e a área envoltória, depois se analisa. Um caso, por exemplo, é o tombamento do Cemitério da Saudade. Porque o Cemitério da Saudade é um problema, é um estudo de fôlego, tem que ficar lá catalogando túmulos, exigia um estudo sistemático, a cidade cheia de problemas, tendo que dar alvarás de reforma e demolições, e como deslocar um técnico para isto. E este cemitério na minha concepção é o maior museu de escultura da cidade de Campinas. Existia uma pressão para tombar o Cemitério e este foi tombado sem o inventário dos túmulos e sem a área envoltória. Deveriam saber qual túmulo, não se pode tombar o cemitério todo porque nem tudo é de interesse para o tombamento. São alguns túmulos feitos por artistas, uma determinada parte que contextualiza a febre amarela[55], porque o Cemitério da Saudade é uma junção de três cemitérios. Para a administração da SETEC[56], o tombamento do Cemitério representa um

[54] Conforme Ata Nº 274 do CONDEPACC, de 07/02/2002, sob a presidência de Valter Ventura da Rocha Pomar: "O presidente apresenta a nova Coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro e comunica a transferência da ex-coordenadora Ana Villanueva para a Secretaria de planejamento, onde continuará trabalhando com a revitalização do Centro". Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/condepacc/index.php > Acesso em 27/10/2011.

[55] A febre amarela foi uma epidemia que assolou a cidade de Campinas no final do século XIX.

[56] SETEC – Serviços Técnicos Gerais é a autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas responsável pela autorização de uso do solo para fins de exercício do comércio em instalações removíveis em geral nas vias e logradouros públicos. Compete a ela, ainda, a fiscalização deste tipo de comércio. É de competência da SETEC, também, a administração do Mercado Municipal, do Serviço Funerário Municipal, dos cemitérios municipais, dos estacionamentos localizados em

> problema. Nos tombamentos sem estudo suficiente, o Conselho começa a pecar, porque colocam decisões políticas, pressões, na frente da técnica. Se não tem fôlego, tem que aumentar o corpo técnico. Eu acho que o corpo técnico já evoluiu bastante. Na minha época acho que tinha vinte funcionários que eu coordenava. Eu consegui criar dentro da coordenadoria um corpo de fiscais. Antes, quando se precisava de um fiscal, ficava a espera da boa vontade de um fiscal do Departamento de Urbanismo da Prefeitura. Eu consegui cinco fiscais de feira livre, de um departamento que tinha sido extinto na prefeitura. Foram transferidos e treinados por um ano. Isto fez parte da virada positiva do CONDEPACC que deixou de fazer o papel de bombeiro, de serviço emergencial para o serviço preventivo. A fiscalização funcionava assim, a cidade era dividida em áreas e cada fiscal cuidava de uma área por uma semana, e na semana seguinte ele mudava, não se deixava o fiscal dono de uma área. A área tinha um revezamento de fiscal e a fiscalização era preventiva. Os ficais tinham uma lista dos bens preservados e área envoltória e qualquer alteração no bem ele tomava as providências cabíveis. Foi uma mudança muito positiva que aconteceu na década de 90. Foi feito também uma metodologia de inventário do patrimônio arquitetônico de Campinas, através de um convênio com o Centro de Memória da Unicamp (BERTINATO e MATTHES, 2008a).

A Lei Nº 5.885 de 17 de dezembro de 1987, no seu Artigo 11º, cria a Coordenadoria do Patrimônio Cultural[57] e no Artigo 12º, Inciso I, discrimina que compete à Coordenadoria do Patrimônio Cultural, localizar, identificar e **inventariar** os bens culturais do Município. O inventário, apesar de previsto desde a criação do órgão de preservação municipal, em 1987, só vai ocorrer no ano de 2004.

> A viabilização de um inventário para os bens culturais de Campinas teve início com o aceite do projeto "Inventário como ferramenta para a preservação do patrimônio cultural" pelo Programa de Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) no ano de 2004. Iniciativa da Professora Dra. Silvana Rubino e da coordenadora da CSPC, Daisy Serra Ribeiro, a proposta criou as condições formais para a parceria entre a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o órgão local do patrimônio.
>
> A proposta inicial, visando auxiliar a implantação de políticas públicas eficazes e democráticas no município de Campinas, foi iniciar um extenso inventário, incluindo um estudo aprofundado sobre a legislação vigente no país, e mais especificamente em Campinas, e sobre

---

solo público e a instalação de placas de nomenclatura de ruas, avenidas e demais logradouros de Campinas. Conforme site da prefeitura, disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/setec/> Acesso em 27/10/2011.

[57] Atualmente Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural.

> as regras e procedimentos adotados internacionalmente. Considerava Silvana Rubino à época:
>
> Dizemos iniciar, pois a pesquisa reconhece a necessidade de abrangermos todos os campos do abrangente conceito de patrimônio cultural. No entanto, inventários específicos requerem metodologias particulares, e, por circunscrição temática e temporal, vamos nos ater ao inventário dos bens imóveis de uma região da cidade. (RUBINO, 2004).
>
> Assim, a Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, por meio da CSPC, vem, desde meados de 2005, desenvolvendo estudos para realização de um inventário dos bens culturais situados na região central do município, guiando-se pelas diretrizes adotadas no "Inventário Nacional de Bens Imóveis dos Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU)", desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 1998 (MINC/IPHAN, 2001). De forma geral, pode-se dizer que as pesquisas subsidiárias ao inventário desenvolvidas pela CSPC vêm buscando:
>
> • Contribuir para o estabelecimento de critérios e parâmetros delineadores das políticas públicas de preservação do patrimônio;
>
> • Apoiar os trabalhos de planejamento urbano;
>
> • Constituir-se em uma ação de preservação, na medida em que se conservam em outros suportes as informações contidas nos bens originais;
>
> • Constituir-se como ferramenta também das atividades posteriores ao tombamento, como restauros ou outras intervenções;
>
> • Atualizar informações sobre as intervenções nos bens ao longo dos anos. (FRANCISCO, 2008, p. 124-125).

Como citado, a Profa. Silvana Rubino foi a pesquisadora responsável pelo "Inventário como ferramenta para a prática de preservação do patrimônio cultural[58]", conduzido em parceria com o Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade (CIEC) do Departamento de História da Unicamp e a Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas e que teve como integrante a coordenadora da CSPC, a historiadora Dra. Daisy Serra Ribeiro. De acordo com o resumo divulgado pela Biblioteca Virtual da FAPESP:

> A área de patrimônio cultural (que no caso das políticas públicas abrange parte significativa das intervenções que dizem respeito à memória) tem, desde 1937 no Brasil, o tombamento como a mais importante figura jurídica, uma vez que é este que inscreve os bens selecionados para preservação num conjunto especial com legislação e prerrogativas particulares; o conjunto de bens tombados de um município, estado ou da união. No entanto, para um órgão de proteção ao patrimônio cultural chegar até a proposta de tombamento, são

[58] RUBINO, 2004-2007.

> necessários diversos outros procedimentos, dentre os quais destacamos o inventário. A proposta desse projeto de pesquisa que visa auxiliar a implantação de políticas públicas eficazes e democráticas no município de Campinas é realizar uma série de inventários, além de um estudo aprofundado na legislação vigente no país e nas regras e procedimentos adotados internacionalmente. O produto final desse projeto de pesquisa deverá ser um inventário de bens imóveis, analisados em sua dimensão urbanística, histórica, cultural e arquitetônica, que deverá subsidiar as discussões e intervenções na área central e em outras áreas da cidade. Além disso, deverá ser tornado público no centro de documentação do CSPC para uso de pesquisadores do tema. Uma vez que o inventário e os usos do patrimônio urbano não constituem um problema singular do município de Campinas, o aprofundamento do inventário como um conhecimento que é parte constitutiva da prática de preservação deverá estar de acordo com normas e procedimentos adotados em outras instituições, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgãos similares estaduais e municipais, além das recomendações da UNESCO e de seu World Heritage Center. (AU).

O recorte espacial proposto pelo inventário foi "[...] o que a equipe denominou de 'Região Central de Campinas', conglomerando o Centro propriamente dito e trechos de outros bairros que lhe são adjacentes." O recorte temporal, por sua vez, foi limitado pelo

> [...] período entre os anos de 1872, marco da chegada da ferrovia à cidade, e 1929, data da já citada planta cadastral, abordagem que se justifica pela possibilidade de apreender a transformação da Campinas que começou a tomar forma urbana nesse período — inferência facilmente verificada ao contrapormos, por exemplo, mapas do município de 1878 e 1929 (FRANCISCO, 2008, p. 125).

O inventário de bens culturais é uma ferramenta essencial para o estabelecimento de qualquer política de preservação do patrimônio cultural, mas, como ferramenta, também pode ser empregado com outras finalidades que não a valorização da memória. Com relação aos objetivos deste inventário no Centro Histórico de Campinas, a atual responsável pela Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC), declarou em entrevista concedida ao Correio Popular, que:

> [...] A revisão das áreas envoltórias põe em risco, admite a historiadora e responsável pela Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC), Daisy Ribeiro, o pouco que restou da história da cidade, abrindo caminho para uma série de demolições no Centro histórico. Mas,

segundo ela, as revisões são necessárias. Para evitar esse risco, disse, o conselho está avaliando a possibilidade de tombar cerca de 700 imóveis que formam conjuntos arquitetônicos e de época na área histórica. “Não podemos segurar todas as construções do Centro. Não podemos travar o desenvolvimento da cidade”, disse.

Agência Anhanguera – Por que reduzir a área envoltória dos bens tombados?

Daisy Ribeiro – Desde 1987, quando surgiu o Condepacc, foi feito um decreto em que ficou protegido por preservação um número enorme de imóveis na região da Fepasa. Em seguida, cada vez que um bem ia sendo tombado foi aplicado o que prevê a lei, estabelecendo uma área envoltória de até 300metros. Os 300 metros passaram a ser obrigatórios em todas as resoluções de tombamento. Quando chegamos em 2001, tínhamos um Centro histórico e o Centro histórico expandido praticamente fechado em áreas envoltórias. Cada bem tombado tinha uma área de preservação de 300metros em torno dele, e com isso, uma área foi abarcando outra. Na região da Fepasa era uma questão complicada porque os bens tinham que ser preservados, o que significava que você não podia fazer nenhum tipo de intervenção nesse imóveis.

Se o Condepacc autorizasse, o proprietário podia alterar o imóvel...

Só que pouca coisa era autorizada porque o conselho queria garantir o conjunto de imóveis que formam uma ambiência em torno da Fepasa. Isso era necessário naquele momento. Se não tivesse havido essa providência na década de 80, hoje nós não teríamos nada para contar da nossa história.

Mas com a revisão das áreas envoltórias, vocês não estão pondo em risco a história que restou? Não estão abrindo o caminho para uma série de demolições?

É verdade, é possível. Por isso, antes de começar a revisão fizemos um inventário do Centro. Nessa área toda tínhamos cerca de 20 mil imóveis construídos até a década de 30. O primeiro passo foi fazer o levantamento cadastral de todos esses imóveis. Eles foram visitados pela equipe técnica com arquiteto, historiador. Desse grande montante, levantamos 7 mil que ainda tinham alguma característica interessante. No Centro tem pouquíssimas coisas que são do século 19. É praticamente nada. Temos o Palácio dos Azulejos, a Catedral e um ou outro imóvel que ainda tem parede de taipa. O grande volume é das três primeiras décadas do século 20, quando a ferrovia estava bem avançada e a cidade começou crescer de maneira bem significativa. Dos 7 mil, verificamos quais os conjuntos de imóveis existentes.

Por que privilegiar os conjuntos?

Quando você não tem um imóvel que em si é um monumento, como é o caso do Palácio dos Azulejos, para a preservação da história, para a identidade da cidade, para ver não só a sua história arquitetônica, mas a história da formação da cidade, o importante são os conjuntos. Então precisaria ter dois ou três quarteirões, ou uma quadra com imóveis significativos para ter possibilidade de entender aquela arquitetura, como se organizavam, o sistema de vida, enfim. Nesses 7 mil fizemos o levantamento dos conjuntos. Encontramos 36, que somam quase mil imóveis. Estamos fazendo uma verificação para ver se não há grupos repetidos para poder então ficarmos com conjuntos mais significativos e tombá-los. Acredito que chegaremos a 700 imóveis.

> Parece um número pequeno. Será que no futuro não precisaremos desses imóveis para contar um período da história da cidade?
>
> Pode ser. Mas em todo caso, temos que seguir uma linha de pensamento e uma linha conceitual de como preservar a cidade nesse momento, sem travar a cidade.
>
> O Condepacc realmente acha que a área envoltória trava a cidade?
>
> Ela trava. Não é que não vai haver mais área envoltória. Vai haver, mas ela vai diminuir muito. A gente já viu que não são necessários fechar os 300 metros. De qualquer forma tem que ter legislação de critérios próprios de patrimônio. Esses bens que estão em área envoltória não têm nenhum benefício. São áreas valiosas para o mercado e a conservação dos imóveis fica mais dispendiosa ainda na medida que você não pode acompanhar a tendência da época. Por exemplo, não podemos dar nenhum benefício a um bem que não é tombado, não podemos dar isenção de imposto, nem incluí-lo em nenhum programa de financiamento. Isso só vale para os bens tombados. Nesse momento que não há uma legislação para área envoltória, se acreditarmos que em alguma situação ela é necessária, talvez seja interessante levar para o conselho uma possibilidade de deliberação de tombamento total. Se não, os imóveis não têm como obter recursos e a cidade também não tem como se revitalizar.
>
> A crítica que vários setores têm feito é que, ao reduzir a área envoltória, o conselho deixou para o setor de urbanismo aprovar demolições e construções perto de bens tombados, correndo o risco de decisões sem o olhar da história, da memória. Vocês não estão abrindo mão demais da história da cidade?
>
> Essa é uma preocupação que existe dentro do conselho. Pelo fato de estarmos trabalhando com ausência de área envoltória, não quer dizer que não existirá mais. Cada bem tombado tem uma área envoltória, que pode inclusive ser o próprio imóvel, regulamentada com critérios definidos a serem seguidos. Ali está o que pode ou não ser feito. O setor de urbanismo tem que seguir essas regras. E cabe ao Condepacc fiscalizar. A região da Beneficência Portuguesa vai manter uma grande área envoltória, por exemplo, porque existem muitos imóveis históricos e estão dentro de conjuntos de envoltória. No caso da Santa Casa não é necessário porque toda a área envoltória está descaracterizada. (COSTA, 12/06/2010)

Se o inventário for usado como justificativa para reduzir ou eliminar as áreas envoltórias de bens tombados a partir de critérios políticos e econômicos será um total desastre para a cidade. Por outro lado, as inúmeras áreas envoltórias de bens tombados, sem regulamentação, que existem em Campinas, são, além de ilegais, injustas com os proprietários destes bens e com a cidade de uma forma geral e representam mesmo um entrave para o desenvolvimento do município. Nossa preocupação, se as ações nas áreas envoltórias valorizarão

nossa identidade cultural, aumenta quando, por exemplo, a arquiteta Rita de Cássia Francisco, agente cultural da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Campinas declara que:

> [...] ainda há, dentro da própria Prefeitura Municipal, uma grande incompreensão sobre o que vem a ser o inventário e sobre suas reais finalidades. Para se ter uma idéia, a revista "Ver e Ouvir" — publicação institucional da Secretaria de Cultura — de novembro de 2007, cuja matéria de capa foi o inventário, trazia o seguinte título para seu editorial: "Sinal verde para o crescimento". O foco da reportagem foi mostrar que o inventário serviria para definir a situação dos imóveis situados no centro histórico de Campinas [...] (FRANCISCO, 2008, p. 136-137).

Atualmente mais um importante inventário está sendo realizado, o "Inventário das Vilas Operárias de Campinas (1930-1960)[59]", que tem como pesquisadora responsável a Profa. Cristina Meneguello, numa parceria da Unicamp com a Prefeitura Municipal de Campinas e também como um Projeto de Políticas Públicas da FAPESP. Esperamos que os inventários de Campinas possam cumprir um de seus principais objetivos, o de auxiliar na implantação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural da cidade.

1.7 – CONDEPACC: a transparência do órgão público municipal.

A Prefeitura Municipal de Campinas, na confraternização pelos 20 anos do Conselho Municipal de Cultura, em 17 de dezembro de 2007, lançou o Site do CONDEPACC[60], disponibilizando, democraticamente, em arquivo digital, todos os processos de bens tombados na cidade, a lista dos bens em estudo de tombamento e as Atas de reuniões, tanto as Atas do CONDEPACC como de um

[59] MENEGUELLO, 2008-2011.

[60] Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico e Cultural. Site: < http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/index.php > Acesso em 17/10/2011

grupo de trabalho[61] anterior a regulamentação do Conselho. Na Biblioteca Jurídica da Prefeitura, direcionada pelo site, encontramos ainda todas as Leis, Comunicados, Decretos, Editais, Ordens de Serviço e Resoluções referentes ao CONDEPACC. Também no site está disponível a Cartilha "Patrimônio Cultural: Entenda e Preserve[62]" de caráter pedagógico,

> Destinada ao cidadão comum, aos estudantes, professores e não-especialistas, ela deve introduzir conceitos básicos, solucionar dúvidas freqüentes e, principalmente, desfazer os mitos e distâncias que os afastam da discussão sobre o patrimônio. (RIBEIRO, 2007, p.2).

A disponibilização de todo esse material pelo CONDEPACC, em sintonia com a prerrogativa legal da transparência no trato da coisa pública, é uma iniciativa louvável e foi de grande valia na minha pesquisa. Os processos de tombamento, em alguns casos não estão 100% digitalizados no site, mas o conjunto de documentos disponibilizados é de extrema importância, facilitando as pesquisas e estudos técnicos na área.

O Livro Tombo foi instituído em obediência ao Artigo 24[63] da Lei 5.885 de 17 de dezembro de 1987 e ao Artigo 16[64] da Lei 9.585 de 11 de agosto de 1988 e nele ainda são lavrados os tombamentos. O Termo de Abertura do Livro Tombo foi assinado pelo então Presidente do CONDEPACC, o Secretário de Cultura Célio Turino[65]. De caráter simbólico é juridicamente ultrapassado. O Livro

---

[61] Grupo de Trabalho encarregado de assuntos ligados a preservação e proteção do Patrimônio Cultural de Campinas, sob a presidência do professor Antônio Augusto Arantes Neto, Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo. A primeira Ata é de 09 de abril de 1986. Prefeitura Municipal de Campinas. Site: < http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/condepacc/index.php > Acesso em 02/02/2011.

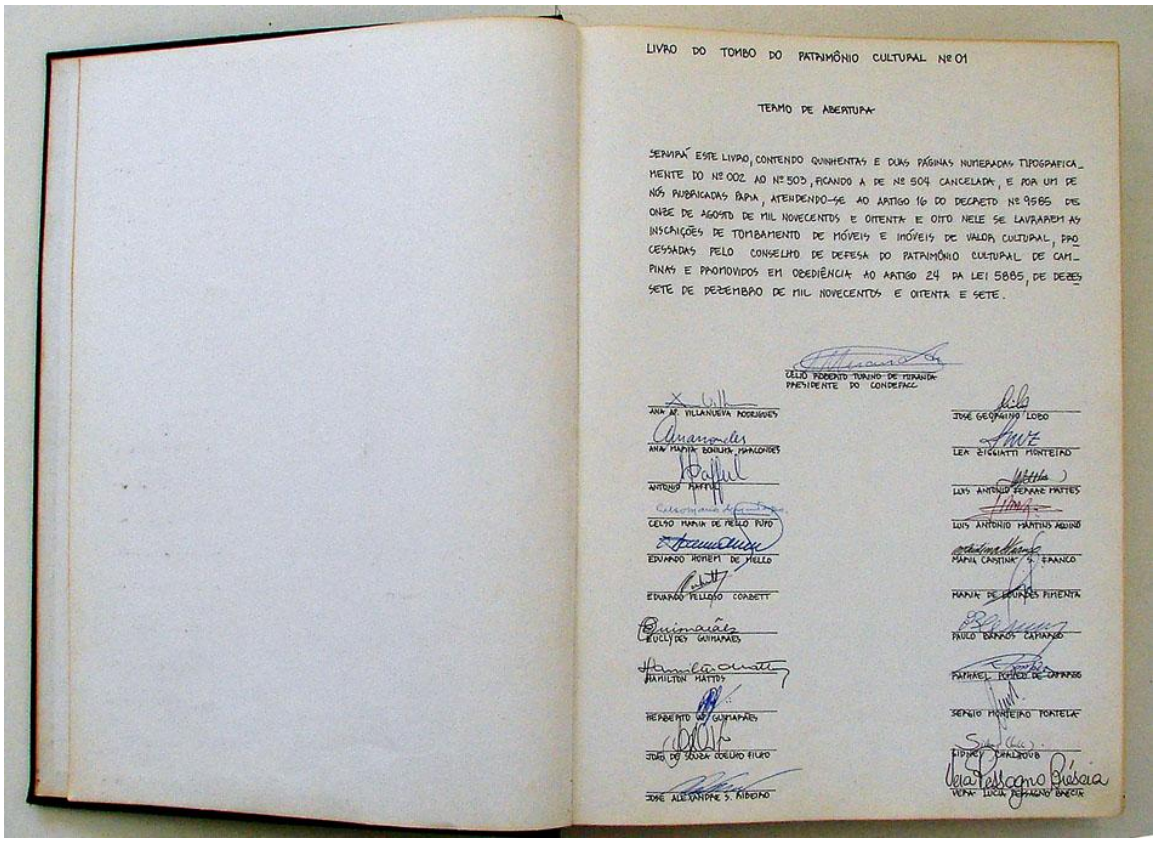
[62] Prefeitura Municipal de Campinas. "Patrimônio Cultural: Entenda e preserve", 2007. Site: < http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/cartilha.pdf > Acesso em 26/10/2011.

[63] Artigo 24 - O Conselho manterá "livro-tombo", no qual deverão ser inscritos todos os bens e objetos tombados, com a descrição e características peculiares de cada um, para sua perfeita identificação.

[64] Artigo 16 - Após a decisão de primeira instância, da qual não tenha sido interposto recurso no prazo legal, ou após a decisão final do Prefeito Municipal, pelo tombamento do bem, deverá o mesmo ser registrado em "livro-tombo" pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

[65] O historiador Célio Roberto Turino de Miranda foi Secretário de Cultura da Prefeitura de Campinas, na gestão do Prefeito Jacó Bittar período de 1989 a 1992.

Tombo é de domínio restrito e, portanto também está na contra mão da Constituição da República de 1988, que preconiza a visibilidade do órgão público. Acreditamos que a inscrição dos bens tombados no Livro Tombo não faz muito sentido nos dias de hoje e poderia ser revista.


LIVRO DO TOMBO DO PATRIMÔNIO CULTURAL Nº 01

TERMO DE ABERTURA

SERVIRÁ ESTE LIVRO, CONTENDO QUINHENTAS E DUAS PÁGINAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE DO Nº 002 AO Nº 503, FICANDO A DE Nº 504 CANCELADA, E POR UM DE NÓS RUBRICADAS PARA, ATENDENDO-SE AO ARTIGO 16 DO DECRETO Nº 9585 DE ONZE DE AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E OITO NELE SE LAVRAREM AS INSCRIÇÕES DE TOMBAMENTO DE MÓVEIS E IMÓVEIS DE VALOR CULTURAL, PROCESSADAS PELO CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS E PROMOVIDOS EM OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 24 DA LEI 5885, DE DEZESSETE DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E SETE.

CELSO RODRIGO TURANO DE MIRANDA
PRESIDENTE DO CONDEPACC

ANA M. VILLANUEVA RODRIGUES
ANA MARIA BOELSUM MAGALHÃES
ANTONIO MARTINS
CELSO MARIN DE MELLO PUPO
EDUARDO ROMEIRO DE MELLO
EDUARDO PELLEGRINO CORBETT
EUCLIDES GUIMARÃES
HAMILTON MATTOS
HERMENEGILDO GUIMARÃES
JOÃO DE SOUZA COELHO FILHO
JOSÉ ALEXANDRE S. RIBEIRO
JOSÉ GERALDO LOBO
LEA CICCIATTI MONTEIRO
LUIS ANTONIO RENAUX MATTES
LUIS ANTONIO MARTINS ARRUDA
MARIA CARMINA S. FRANCO
MARIA DE LOURDES PIMENTA
PAULO BARROS CAMARGO
RAPHAEL PINTO DE BARROS
SERGIO MONTEIRO PORTELA
VERA LUCIA ROMANO BRESCIA

Figura 9 - Foto do único Livro Tombo do CONDEPACC, Folha nº 01 (2007).

Matéria publicada no jornal Correio Popular de Campinas, em 2008, cuja autoria é do procurador aposentado da Unicamp, vereador Dr. Arly de Lara Romêo, questiona a atuação do CONDEPACC e ao fato dos conselheiros sentirem-se vinculados aos pareceres elaborados pelos técnicos[66]. Além das

[66] Se não for o técnico a apresentar o parecer, quem será?

críticas em relação à atuação do CONDEPACC, sugere que as reuniões do Conselho possam ser assistidas in loco:

> O Condepacc é um órgão colegiado retrógrado, desestruturado, extremamente burocrático e, o que é pior, sem qualquer transparência quanto à sua atuação. Nenhum mortal, fora os "técnicos" e conselheiros, pode assistir às suas reuniões, ainda que se comprometa a permanecer "surdo e mudo" nessas ocasiões.
>
> Parece-me que a palavra final sempre fica nas mãos dos "técnicos", uma vez que os conselheiros sentem-se vinculados aos "pareceres" elaborados segundo a ótica de um ou dois técnicos.
>
> Podemos assistir in loco reunião no Supremo Tribunal Federal, no Congresso Nacional (Câmara ou Senado Federal), Câmara Municipal de Campinas, mas no CONDEPACC, isso não é possível porque existe um famigerado Regime Interno, elaborado pelo próprio colegiado, que proíbe essa participação num flagrante desrespeito a um dos princípios consagrados no Artigo 37 da Constituição Federal (Publicidade dos Atos).
>
> [...] Neste momento o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, o Condephaat, passa por um intenso processo de reestruturação para dar-lhe maior eficiência e transparência com a participação popular. Precisamos seguir esses bons exemplos.
>
> Arly de Lara Romêo é Procurador aposentado da Unicamp e atual presidente da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência e da Regional da Associação dos Hospitais do Estado de São Paulo. (ROMÊO, 2008)

É no mínimo instigante pensarmos numa forma de aplicar esta idéia do Dr. Romêo, de assistir in loco as reuniões. Com certeza inauguraria uma nova fase no CONDEPACC, aumentado a transparência do Conselho, o que poderia comprometer e conscientizar os cidadãos quanto às questões relativas ao tombamento e valorização do patrimônio histórico cultural do município. Por outro lado, é uma questão que altera a Lei vigente de criação do CONDEPACC e, portanto merece ampla discussão no Conselho, analisando prós e contras e se for caso, uma regulamentação para definir como poderá ser a abertura das reuniões ao público.

Sem discussão alguma no CONDEPACC, Uma Emenda Aditiva ao Projeto de Lei Complementar Nº 13/0967, protocolada por alguns vereadores68 na Câmara Municipal de Campinas, no dia 7 de junho de 2010, altera o Artigo 8º da Lei nº 5.885/1987, acrescentando dispositivos à Lei para tornar as reuniões do CONDEPACC abertas ao público, com a justificativa de que a participação do público dará total transparência às atividades do Conselho. Tanto esta Emenda como o PLC 13/09 já receberam Parecer Favorável da Comissão de Política Urbana, Comissão de Educação, Cultura e Esportes (19/04/2011) e da Comissão de Finanças e Orçamentos (25/05/2012) e como o PLC 13/09 já foi aprovado em primeira votação (09/06/2010), aguardam a segunda votação e promulgação do Prefeito para se tornarem Lei Municipal.

Na Ata nº 403 da reunião ordinária do CONDEPACC de 15 de dezembro de 2011, registra uma manifestação pontual sobre a participação do público nas discussões do Conselho:

> A conselheira Tereza Penteado acha que deve ser aberto ao público com participação efetiva da sociedade. A conselheira Adriana Flosi acha muito importante que se democratize o Conselho, que o mesmo possa eleger o Presidente, mas, esse processo de qualificação pode ser atrapalhado se vier alguém para o Conselho que não conheça nada sobre o assunto. Isso pode atrapalhar e muito. Tombamento e preservação é assunto sério. (p. 4).

O PLC 13/09 e Emenda tramitam na Câmara Municipal propondo alterações nos dispositivos da Lei nº 5.885/1987 de proteção e preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Estético, Arquitetônico, Arqueológico, Documental e Ambiental do Município de Campinas, e o CONDEPACC, um Conselho deliberativo, com mais de 20 anos de atuação na cidade, não se manifestou, não promoveu uma ampla discussão sobre assunto tão relevante para a sua atuação.

---

[67] O PLC 13/09 da Câmara Municipal de Campinas trata de alteração na Lei Municipal Nº 5.885/1987 de criação do CONDEPACC, proposta pelo Prefeito Municipal, Dr. Hélio de Oliveira Santos no ano de 2008.

[68] Os vereadores que apresentaram a Emenda são: Arly de Lara Romêo (PSB), Bileo Soares (PSDB), Luis Yabiku (PDT), Rafael Zimbaldi, Politizador do Brasil (PMN) e Sebá Torres.

1.8 – O trâmite dos processos de tombamento.

> O tombamento de bens de que trata esta lei tem início com a abertura do processo respectivo, após deliberação do Conselho, tomada "ex-officio", ou por provocação do proprietário ou de qualquer interessado. (Artigo 27º da Lei nº 5.885 de 1987)[69]

O interessado, qualquer pessoa física ou jurídica, pode requerer o estudo de tombamento de um patrimônio cultural ao CONDEPACC encaminhando uma solicitação à Secretaria Municipal de Cultura através do Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Campinas. Conforme o Decreto nº 9.585[70] de 1988, Artigo 1º, os pedidos serão encaminhados à Coordenadoria do Patrimônio Cultural para instrução preliminar e o presidente do Conselho "dará ciência aos Conselheiros do recebimento do pedido na primeira reunião do Colegiado que ocorrer após esse fato".

O Artigo 2º, do Decreto nº 9.585 de 1988, relativo às providências que deverão ser tomadas na instrução preliminar dos pedidos de estudo, foi revogado pelo Decreto nº 15.471 de 2006. Reza o Decreto de 2006, que após instrução preliminar [71]:

---

[69] Quanto à tramitação dos processos de tombamento, a Lei nº 5.885 de 17 de dezembro de 1987 (Lei de criação do CONDEPACC), nos Artigos 27º e 28º estabeleceu parâmetros gerais que foram regulamentados pelo Decreto nº 9.585 de 11 de agosto de 1988 (dispõe sobre a tramitação de processos de tombamento e de protocolados relativos a pedidos de abertura de processos de tombamento e aprovação de projetos de intervenção em bens tombados, ou em áreas envoltórias). Passados dezoitos anos, o Decreto nº 15.471 de 16 de maio de 2006 (dispõe Sobre Abertura de Processos de Tombamento e Aprovação de Projetos de Intervenção em Bens Tombados, Preservados e em Áreas Envoltórias) alterou o trâmite acrescentando a necessidade da elaboração de pareceres técnicos por algumas Secretarias da Prefeitura antes da apreciação e votação a favor ou contra a abertura de processo solicitada.

[70] Campinas, Prefeitura Municipal. Decreto Nº 9.584 de 11 de agosto de 1988. Publicação DOM de 12/08/1988:01. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec9584.htm> Acesso em: 17 out. 2011.

[71] O Artigo 2º do Decreto nº 9.585 de 1988, revogado pelo Decreto nº 15.471/2006, previa quais providências deveriam ser tomadas na instrução preliminar dos processos, entre elas, a delimitação da área envoltória em um raio de 300m e a identificação das principais características que poderiam justificar a preservação do bem. Já o Decreto de 2006, considera que os pedidos, devidamente instruídos, deverão ser encaminhados pela CSPC ao CONDEPACC, para preliminar análise.

> [...] nos casos em que o CONDEPACC entender pertinente o pedido, a CSPC deverá encaminhar o protocolado à Secretaria Municipal de Urbanismo, à Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, para elaboração de pareceres técnicos.

Somente após a conclusão dos pareceres técnicos das três Secretarias Municipais, o protocolado deve retornar à CSPC para o estudo apropriado e posterior encaminhamento à análise do CONDEPACC.

Não seria esta uma inversão de prioridade? Espera-se que a política do patrimônio cultural seja estudada de forma integrada com outras instâncias do poder, mas os pareceres técnicos de Secretarias Municipais antes mesmo da análise da CSPC ou da indicação de tombamento pelo CONDEPACC podem cercear a autonomia do Conselho que no caso de Campinas é deliberativo. Os processos não são enviados às Secretarias para que tomem ciência simplesmente, mesmo porque estas Secretarias estão representadas no Conselho. Acreditamos que se a política de preservação do patrimônio cultural do município for bem definida, contemplando uma visão integrada da cidade e em sintonia com as secretarias pertinentes do poder executivo ela poderá nortear tanto os técnicos da CSPC quanto os conselheiros em novos estudos de tombamento de maneira muito eficiente.

A seguir, de forma esquemática, a tramitação dos processos de tombamento, conforme Lei nº 9585/1988:

a – O processo de solicitação de Estudo de Tombamento à Secretaria Municipal de Cultura no protocolo geral.

b – O processo é encaminhado à CSPC para instrução preliminar e ciência do recebimento aos conselheiros através do Presidente do CONDEPCC. Após encerrar instrução preliminar, a CSPC encaminha o protocolado ao Presidente da CSPC.

c – O Presidente do Conselho indicará um conselheiro relator para apresentar, ao Colegiado, seu voto, a favor ou contra, a abertura de estudo do processo solicitado ou, em casos excepcionais, o Presidente do Conselho poderá abrir processo de tombamento “ad referendum” do Colegiado.

d – Se o Conselho deliberar contra o processo solicitado, a Resolução será anotada em Livro de CSPC, notificando-se o interessado e encaminhando o protocolado ao arquivo geral da PMC. Se o Conselho deliberar a favor do processo solicitado, o Presidente do Conselho notificará o proprietário do bem e autoridades competentes.

e – O processo aberto será encaminhado à CSPC para finalizar instrução necessária à decisão final.

f - O Presidente do Conselho indicará um conselheiro relator para apresentar, ao Colegiado, seu relatório e voto para o Colegiado.

g – O Conselho deverá deliberar a favor ou contra o processo solicitado e publicar no DOM. A proposta resultante poderá ser contestada em 15 dias após a publicação no DOM.

h – A contestação deverá ser apreciada pelo relator que poderá ouvir a assessoria técnica. O relator deverá submeter a deliberação ao Colegiado e em seguida à decisão do Secretário de Cultura Municipal.

i – Decisão do Secretário de Cultura, 1º instância, será publicada no DOM e cabe recurso num prazo de 15 após publicação no DOM.

j - Decisão do Prefeito Municipal, 2º instância administrativa, será publicada no DOM e não cabe recurso.

l – A CSPC deverá registrar em “livro-tombo e encaminhar à Secretaria de Negócios Jurídicos para averbação em cartório e elaboração de Decreto definindo a área envoltória do bem.

m – Definida a situação do bem, a CSPC procederá ao arquivamento do processo.

O Decreto nº 15.471/2006[72] alterou o procedimento da tramitação dos processos de tombamento estipulados pela Lei nº 9585/1988 e assim, atualmente, os processos protocolados devem ser encaminhados à CSPC que os encaminhará, diretamente, á análise preliminar do CONDEPACC. Eliminou-se a instrução preliminar que era realizada pela CSPC e exige-se que os pedidos de estudo sejam muito bem elaborados pelos interessados, inclusive com:

> Informação preliminar sobre o valor do bem, do ponto de vista mais relevante em cada caso, da história, da identidade sócio-cultural, da significação para a memória, para o desenvolvimento do conhecimento, para a preservação da qualidade de vida e da paisagem natural e urbana do município, ou por manter relação significativa com outro bem preservado oficialmente. (Artigo 2º, item III - Justificativa)

Muitas vezes o interessado que faz o pedido de estudo de tombamento tem sensibilidade para perceber a relevância de um patrimônio cultural para um determinado grupo social, mas não tem formação especializada para justificar o pedido conforme o Decreto de 2006. Além do mais, em muitos casos nem mesmo o CONDEPACC tem justificado a relevância do bem nas Resoluções de Tombamento, e conta com todo apoio dos estudos realizado por técnicos.

Ainda de acordo com o Decreto de 2006, se o CONDEPACC entender pertinente o pedido de estudo, antes mesmo de qualquer instrução preliminar, a CSPC encaminha o protocolado à Secretaria Municipal de Urbanismo, à Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, para elaboração de pareceres técnicos. Após a conclusão dos pareceres das Secretarias, “os protocolados deverão retornar à CSPC para realização dos estudos competentes e posterior encaminhamento ao CONDEPACC (Artigo 4º do Decreto nº 15.471/2006)”.

---

[72] O Decreto nº 15.307 de 03 de novembro de 2005 tratou antes deste assunto e foi revogado pelo Decreto nº 15.471/2006.

Com este procedimento, longe de se obter a tão esperada interação entre os diversos órgãos para se estabelecer políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, cerceamos a autonomia do CONDEPACC.

1.9 - A composição do CONDEPACC.

> Serão empossados, hoje, às 20h00, no Salão Vermelho da Prefeitura Municipal, os membros do Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas), um órgão responsável por estabelecer uma política cultural de preservação de bens móveis e imóveis, documentos e patrimônios naturais. [...]. (MEMBROS ..., 1988).

O primeiro Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, conforme redação do Artigo 3º da Lei Nº 5.885/1987[73], era composto por "pessoas de comprovada idoneidade moral e com notórios conhecimentos relativos às suas finalidades, nomeadas pelo Prefeito Municipal como representantes dos seguintes órgãos e entidades":

> **I** - O Secretário Municipal de Cultura (VETADO)[74];
> **II** - O Secretário-Chefe do Gabinete do Prefeito Municipal;
> **III** - O Secretário de Obras e Serviços Públicos (SOSP);
> **IV** - O Secretário de Planejamento e Coordenação (SEPLAN);
> **V** - O Secretário dos Negócios Jurídicos (SNJ);
> **VI** - O Coordenador do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura (VETADO);
> **VII** - um representante da Câmara Municipal;
> **VIII** - um representante do Conselho Municipal de Cultura;
> **IX** - um representante do Conselho Municipal de Turismo;
> **X** - um representante do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA);
> **XI** - um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) - Seção Campinas;
> **XII** - um representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas (AEAC);
> **XIII** - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sub-

[73] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Lei Nº 5.885 de 17 de dezembro de 1987 que criou o CONDEPACC.

[74] De acordo com a Lei Nº 5.885/1987, **Artigo 4º -** "O Conselho será presidido pelo Secretário Municipal de Cultura, que terá direito apenas a voto de qualidade".

Seção de Campinas;
XIV - um representante da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP*);*
XV - um representante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP);
XVI - um representante do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA);
XVII - um representante da Academia Campineira de Letras e Artes;
XVIII - um representante da Academia Campinense de Letras;
XIX - um representante do Instituto Agronômico;
XX - um representante do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT);
XXI - um representante da Sociedade Amigos da Cidade;
XII - um representante das associações preservacionistas e ambientalistas da cidade;
XXIII - Um representante da Associação Campineira de Imprensa (ACI)

Dos vinte e três representantes que compunham o primeiro Conselho do CONDEPACC, dois deles, o Secretario Municipal de Cultura e o Coordenador do Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura, foram vetados conforme publicação no DOM[75] da Lei Nº 5.885 de 17 de dezembro de 1987 e, portanto, inicialmente o colegiado era composto de vinte e um Conselheiros. Deste total cinco estavam ligados ao poder público, quatro representavam o poder executivo e um do poder legislativo. Representando a sociedade civil, a UNICAMP e PUCC estavam presentes, cada uma delas com um representante, além de vários Conselhos e Instituições Municipais.

O Conselho formado em 1987 sofreu alterações com o passar do tempo, apontadas a seguir:

- Foram vetados os conselheiros representantes da Câmara Municipal e o representante da Associação Campineira de Imprensa (ACI).

- Foram acrescentados conselheiros representando a Associação das Empresas do Setor Imobiliário e de Habitação de Campinas e Região (HABICAMP), do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas do Estado de São Paulo (SINDUSCON), da Associação Regional de Escritórios de

[75] Publicada no Diário Oficial do Município em 18/12/1987.

Arquitetura (AREA), da área de museologia do município, da Secretaria de Serviços Públicos, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), um representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI) e do Sindicato Rural de Campinas.

Com as alterações mencionadas, o Conselho, no final de 2008, estava composto de vinte e sete representantes assim definidos:

> **I -** O Secretário-Chefe do Gabinete do Prefeito Municipal;
> **II** - O Secretário Municipal de Obras;
> **III** - O Secretário de Planejamento e Coordenação (SEPLAN);
> **IV** - O Secretário dos Negócios Jurídicos (SNJ);
> **V** - um representante do Conselho Municipal de Cultura;
> **VI** - um representante do Conselho Municipal de Turismo;
> **VII** - um representante do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA);
> **VIII** - um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) / Campinas;
> **IX** - um representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas (AEAC);
> **X** - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) / Campinas;
> **XI -** um representante da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP*);*
> **XII -** um representante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP);
> **XIII -** um representante do Centro de Ciências , Letras e Artes (CCLA);
> **XIV -** um representante da Academia Campineira de Letras e Artes;
> **XV-** um representante da Academia Campinense de Letras;
> **XVI -** um representante do Instituto Agronômico;
> **XVII -** um representante do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT);
> **XVIII -** um representante da Sociedade Amigos da Cidade;
> **XIX -** um representante das associações preservacionistas e ambientalistas da cidade;
>
> **XX** - Associação das Empresas do Setor Imobiliário e de Habitação de Campinas e Região (Lei Nº 6061 de 13 de junho de **1989**);
>
> **XI** - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas do Estado de São Paulo - (Lei Nº 6061 de 13 de junho de **1989**);
>
> **XII** - Associação Regional de Escritórios de Arquitetura (AREA) - Lei Nº 6557 de 08 de julho de **1991**);
>
> **XIII -** um representante da área de Museologia do Município – (Lei Nº 8881 de 10 de julho de **1996**);
>
> **XIV -** Secretário de Serviços Públicos – (Lei Nº 9584 de 23 de dezembro de **1997**);
> **XV-** Um representante do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – (Lei Nº 9584 de 23 de dezembro de **1997**);

> **XVI -** Um representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI – (**Lei Nº 9999 de 11 de março de 1999**);
> **XVII –** um representante do Sindicato Rural de Campinas – (Lei Nº 12.587 de 28 de junho **de 2006**).

Além dos conselheiros dispostos conforme a Lei nº 5.885/1987 e as posteriores alterações há em Campinas também, os Conselheiros Eméritos. Esses conselheiros são indicados pelo CONDEPACC e tem direito a voz e voto no Conselho. O primeiro Conselheiro Emérito, Dr. Herberto Aparecido Guimarães, foi nomeado pelo Prefeito Municipal Dr. Francisco Amaral, através da Portaria nº 47437, publicada no DOM[76] em 03 de janeiro de 2001.

Na Ata nº 254 de 19 de abril de 2001, do CONDEPACC, o Presidente inicia a reunião agradecendo a presença do Dr. Herberto Aparecido Guimarães pela primeira vez como Conselheiro Emérito. O Dr. Herberto Aparecido Guimarães é membro fundador do CONDEPACC e sempre foi muito atuante no conselho municipal. Em 2005, na reunião de 24 de fevereiro de 2005, Ata nº 329, são considerados, além do Dr. Herberto Aparecido Guimarães, mais dois Conselheiros Eméritos, o Prof. Dr. José Alexandre dos Santos Ribeiro e o Sr. Paulo Barros Camargo.

Um proprietário de imóvel tombado questionou o presidente do Conselho sobre a validade dos votos de conselheiros eméritos e em função deste questionamento foi solicitado um Parecer à Secretaria de Assuntos Jurídicos.

> A Secretaria de Assuntos Jurídicos pautando-se na lei nº 5885/87 – do CONDEPACC, no artigo 3º, que estabelece a composição dos conselheiros votantes, não tem referência a votos e a figura de eméritos e que o título conferido é uma homenagem do Conselho àqueles que se destacaram como conselheiros representantes de suas entidades. (CONDEPACC, Ata nº 334, 17 nov. 2005)[77].

---

[76] A Portaria Nº 47437, assinadas pelo Sr. Prefeito Municipal Dr. Francisco Amaral nomeou o Dr. Herberto Aparecido Guimarães, como Conselheiro Emérito do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC, a partir de 23/11/2000. (Diário Oficial nº 7.605 – Ano XXXI, p.12).

[77] [...] O conselheiro Herberto Guimarães questionou sobre a posição dos conselheiros eméritos. O presidente do Conselho Francisco de Lagos disse que foi instado a solicitar da Secretaria de Assuntos Jurídicos um parecer a luz da legislação e das normativas. O estudo está pronto, mas gostaria de apresentá-lo aos conselheiros eméritos para depois apresentar em uma

reunião do conselho. Sendo do desejo do conselheiro Herberto Guimarães trará a pauta, mas particularmente prefere que se deixe para outra oportunidade. O conselheiro Herberto Guimarães solicitou que fosse apresentado nessa reunião. O presidente solicitou ao conselheiro e Secretário de Assuntos Jurídicos, Carlos Henrique Pinto, que providenciasse cópia do parecer em estudo. O presidente Francisco de Lagos informou que foi procurado por um proprietário de imóvel tombado e questionado sobre a validade de votos dos conselheiros eméritos. Enviou então uma solicitação à Secretaria de Assuntos Jurídicos para que fosse elaborado um parecer sobre o assunto questionado, esclarecendo se os conselheiros eméritos têm direito a voto ou não nas reuniões do Conselho, norteando de acordo com o que determina a lei. Solicitou que o estudo fosse feito de forma reservada evitando constrangimentos. A Secretaria de Assuntos Jurídicos pautando-se na lei nº 5885/87 – do CONDEPACC, no artigo 3º, que estabelece a composição dos conselheiros votantes, não tem referência a votos e a figura de eméritos e que o título conferido é uma homenagem do Conselho àqueles que se destacaram como conselheiros representantes de suas entidades. O presidente Francisco de Lagos leu todo o parecer elaborado que em todo seu texto reafirma essa situação de não legitimidade. A preocupação do Presidente ao fazer essa consulta, além do fato de ter sido inquirido pelo proprietário, foi para que isso não atrapalhe futuras votações e assuntos importantes já foram votados. O conselheiro Herberto Guimarães disse que em toda essa situação se denota a preocupação com respeito aos conselheiros eméritos. Mas que, sua participação como tal, teve uma portaria assinada por prefeito e publicada **em** D.O.M. em 03/jan/01, é conselheiro emérito há 5 (cinco) anos, é membro fundador do Conselho e elaborador do Regimento Interno. Absteve-se por 2 (dois) anos de participar das reuniões e se espanta que uma conselheira suplente tenha sido eleita vice-presidente e que, se questione sobre votos dos eméritos e não se questione esse fato; 95% dos bens tombados são da municipalidade, um proprietário levanta a questão dos 3 (três) conselheiros eméritos tendo mais 25 entidade representativas decidindo com seus respectivos votos. Ama a cidade de Campinas, não se importa por título, vai continuar servindo e defendendo a cidade por amor, não mitigará título, pode ser feita uma portaria para destituí-lo do cargo de conselheiro emérito. Foi vice-presidente por 3 ou 4 gestões e esta é a última vez que falará ao Conselho. Francisco de Lagos indaga ao conselheiro Herberto Guimarães se este questiona as medidas que estão sendo tomadas em relação ao caso dos eméritos ao que teve como resposta que não, que agiu dentro da legalidade. O presidente ressalta a importância dos eméritos e gostaria que pudessem continuar presentes, mas não pode se omitir, não vai sair com o peso de agir de maneira contrária à lei. Queria sentar particularmente com os eméritos para de uma maneira amiga e respeitosa e juntos esclarecerem essa questão. Os conselheiros são pessoas que deixam seus afazeres para se colocarem à disposição do Conselho sem remuneração alguma. Queria convidar uma comissão para estudar e mandar um projeto de lei para a Câmara para resolver a questão. Quer encontrar um caminho e que se possa fazer o melhor. Não quer abrir mão da participação desses conselheiros. A conselheira Silvana Rubino coloca que ela como conselheira também se sente questionada. O presidente Francisco de Lagos disse que gosta de encarar um assunto problemático de frente achando alternativas para resolvê-lo. O conselheiro Herberto Guimarães colocou que em momento algum ou qualquer atitude do presidente não tenha se pautado na legalidade. Leu o artigo 3º da lei 5885/87...que a partir do momento que o Prefeito tem o poder de nomear e como foi nomeado, pela lei foi criada uma portaria. Disse que vai haver um embate ao que o presidente respondeu não entender o porque de ter um embate, já que pediu um estudo jurídico para não ser cobrado posteriormente. Não fará erros para justificar erros e também não fará nenhuma portaria destituindo-o do cargo de conselheiro emérito. O conselheiro Herberto Guimarães disse que tem pessoas que lutam contra o patrimônio e que foi mais de uma vez ameaçado juntamente com sua família. O conselheiro Danúzio da Silva comunga com todas as falas do conselheiro Herberto Guimarães e ele e sua filha também já foram ameaçados de morte (o conselheiro Orlando Ferreira também). O presidente Francisco de Lagos sugere que seja formada uma comissão com três companheiros para analisarem juntamente com a Secretaria de Assuntos Jurídicos, sentando e discutindo para

Conclui a Secretaria de Assuntos Jurídicos pela não legitimidade dos Conselheiros Eméritos, o que foi contestado pelo Dr. Herberto Aparecido Guimarães, uma vez que a sua nomeação se deu através de Portaria publicada no DOM. Na reunião seguinte do Conselho, o mesmo tema é abordado conforme registra a Ata nº 335[78] de 24 de novembro de 2005:

> O presidente expôs que o pedido feito a três conselheiros para que elaborassem um estudo sobre os conselheiros eméritos já está em seu poder. Foi feita uma sugestão, em que está de pleno acordo e será submetido ao Prefeito hoje à tarde, transformando em lei o cargo dos três conselheiros eméritos. O Prefeito com toda sensibilidade dará apoio, encaminhando à Câmara, para que possam com direito a voz e a voto participarem da reunião. Os conselheiros eméritos são muito importantes. O conselheiro Herberto Guimarães disse não esperar outra coisa da presidência do CONDEPACC (p. 1)

Com a proximidade da eleição e a necessidade de lançar candidatura a vice–presidente do Conselho, "[...] o conselheiro Leôncio Menezes questiona a

---

encontrar um encaminhamento. Já conversou com o Prefeito para que seja elaborado um projeto de lei para ser encaminhado à Câmara para ser aprovado e legitimar os conselheiros eméritos. Conta com a colaboração e o prestígio de todos os conselheiros. Todos os atos e indicações estão pautados na legalidade, tudo publicado e de acordo com a lei. O conselheiro Orlando Ferreira declarou que se o Conselho o elegeu como emérito esse mesmo Conselho jamais aprovaria sua destituição e que com relação ao Prof. José Alexandre Ribeiro e ao Prof. Paulo Barros Camargo pode ser feita uma portaria retroativa. O conselheiro Ronald Tanimoto falou não aceitar a hipótese da retirada do conselheiro Herberto Guimarães defendendo sua permanência, quer saber quem está instando esse questionamento dos conselheiros eméritos, pois quando se atinge um conselheiro, se atinge a todos. Contou que também foi ameaçado de morte por conta do tombamento do Bairro Nova Campinas, inclusive questiona o argumento de que faltaram parecer técnicos referente a esse bairro, bairro esse vai ter pela terceira vez uma apresentação. Essas coisas colocam em jogo e questionam o CONDEPACC. O conselheiro Marcos Rocha disse que o Conselho está tendo apoio direto do Prefeito inclusive com essa reunião se efetuando no 4º andar do Paço. Isso já demonstra a importância política do Conselho. É uma testemunha da delicadeza que o Secretário tem tratado esse assunto e o respeito aos eméritos. Acha que realmente a solução mais correta é a elaboração de um decreto ou lei para ser votada na Câmara. O presidente Francisco de Lagos quer em 3 ou 4 dias a comissão juntamente com os advogados do Jurídico possa fazer um parecer para poder se encaminhado ao Poder Legislativo. Após consulta aos conselheiros ficou estabelecida a comissão formada pelos conselheiros Orlando Rodrigues Ferreira, Valéria Murad e Daniel Giatti Assis. Solicita aos membros do Conselho que se manifestem para que na próxima reunião possa ser feita a apresentação dos candidatos à vice-presidente e que na reunião do dia 15/12/05, possa ser efetivada a eleição. (CONDEPACC, Ata nº 334, 17 nov. 2005).

posição dos eméritos que ainda não está legalmente resolvida e a candidatura do conselheiro emérito Herberto Guimarães, por questão puramente legal" conforme Ata nº 336 de 15 de dezembro de 2005. Em 09 de março de 2006, apesar da Ata nº 339 registrar que "o presidente falou também que com o retorno das atividades da Câmara Municipal pretende que se tenha uma solução definitiva com relação aos conselheiros eméritos" não encontramos em nossos levantamentos, nenhuma Lei ou Decreto que disponha sobre este assunto.

Outra questão na composição do Conselho é o fato do setor imobiliário e da construção civil estarem representados. A coordenadora da CSPC, Dr[a]. Daisy Serra, em entrevista[79], assinala:

> Se pensarmos no Conselho como um todo, desde 1987 quando se formou e foi assinada a legislação, de uma forma geral foi pensado como um conselho civil, para discutir com a sociedade, mas, na verdade foi fechado em corporações, que, as vezes tinha até interesse conflitantes com o próprio conselho. [...] Então elas vão sendo acrescidas com o tempo, acho que foi uma movimentação política junto ao executivo e pela legislação é o executivo que aceita, indica ou não aceita qualquer uma das novas entidades, tem que ter uma lei. Uma entidade não pode ser incluída no Conselho sem uma legislação própria. (BERTINATO e MATTHES, 2007).

Historicamente sabemos de que no Brasil predomina a idéia de se destruir o "velho" para construir o "novo" e que a questão da preservação da memória urbana é, quase sempre, um entrave para o setor imobiliário que visa obtenção de lucro no solo urbano. Por que então ter representantes ligados a estes setores no Conselho? Como um conselheiro representante dos corretores ou da indústria da construção civil estará isento de defender os interesses de sua classe, refreando a especulação imobiliária que não pretende, por princípio, a salvaguarda do bem tombado? O acréscimo de representantes do setor imobiliário e da indústria da construção civil, em 1989, e o acréscimo de um representante dos corretores de imóveis em 1999, na opinião de. Ana Villanueva (MATTHES e

---

[78] CONDEPACC. Ata nº 335 de 24 de Nov. de 2005 (Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/151330_Ata335.pdf> Acesso em: 14 set. 2011).

BERTINATO, 2008a), "[...] é muito polêmico, nenhum Conselho de preservação tem representantes das construtoras".

De acordo com a Lei Nº 5.885/1987, no Artigo 3º, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas é composto por pessoas com notórios conhecimentos relativos às suas finalidades, portanto se faz necessário que os conselheiros possuam conhecimento técnico na área. O Município de Campinas conta com quatro universidades, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC), a Universidade Paulista (UNIP) e a Universidade São Francisco (USF) e conta ainda com diversas faculdades e centros universitários, porém somente a PUCC e UNICAMP tem representatividade no CONDEPACC. A UNIP, por exemplo, possui Curso de Arquitetura e Urbanismo, com atividades de pesquisa e preservação do patrimônio.

Existe também a "análise do currículo" antes da nomeação dos representantes que são indicados para formarem o Conselho, adotada na gestão política do prefeito municipal de 2005 a 2008. Sobre a análise dos currículos dos conselheiros:

> Esta é outra questão, de quem representa a entidade. Primeiro as entidades são escolhidas, que eu vejo aí uma grande discussão. Como é que estas entidades foram entrando e formando o Conselho. A outra é quem é indicado para representar estas entidades. Dentro da legislação do CONDEPACC não existe nenhuma possibilidade de intervenção na forma como as entidades se organizam. Nós publicamos todas as atas no Diário Oficial e quando um conselheiro está para terminar o seu tempo, que é finalizado a cada dois anos, aparece nas atas que são publicadas. Existe também uma comunicação direta do executivo com as entidades solicitando a indicação de um novo conselheiro antes do término do mandato. [...]
>
> [...] mas a palavra final é do prefeito, que pela lei, ele aprova e pode até retirar um conselheiro no percurso de um prazo de dois anos, se ele achar que aquele representante está interferindo, ou enfim, tiver algum problema [...].
>
> Existe uma movimentação política anterior à indicação do Conselho, com certeza existe, mas isto é um direito da democracia, aí se movimenta quem perceber que esta movimentação é mais importante. Se há esta discussão e com certeza há, acho que é um benefício, a política é

[79] Ver na íntegra a entrevista da historiadora, coordenadora da CSPC, Dra. Daisy Serra Ribeiro no Apêndice D deste trabalho.

> assim que ela avança, a democracia é interessante por isto, dá muito trabalho porque mesmo com cuidado vai ter que fazer política.
>
> [...] talvez tenha que ter mais cadeiras nas áreas ambientais para que fique com o mesmo peso. Esta é uma das coisas que a comissão está estudando, já foi levantada esta questão. Na verdade a legislação do Condepacc não está muito distorcida, mas está sim em relação à representação. É um Conselho grande, tem vinte e oito cadeiras e como fica esta representatividade. É deliberativo, acho que é um dos únicos Conselhos deliberativos no município, pode fazer Lei. Quando o CONDEPACC toma alguma medida tem força de Lei. (RIBEIRO, 2008).

Sobre a aprovação dos currículos pelo prefeito municipal e da representatividade dos conselheiros do CONDEPACC, a ex-conselheira Márcia Corrêa se pronunciou na Audiência Pública para discussão do PLC 13/09 realizada aos 29 de março de 2010 no Plenário da Câmara Municipal de Campinas:

> [...] fui oito anos conselheira do CONDEPACC. Oito anos representando as entidades ambientalistas, votada por uma Assembléia com todos os ambientalistas da cidade. Quando este governo, essa gestão entrou, ele simplesmente impediu que nós votássemos e colocou na nossa cadeira ... Hoje tem uma cadeira dos ambientalistas lá que é ocupada por alguém nomeado pelo próprio executivo.
>
> Nós não temos... Os ambientalistas não têm mais assento na cadeira do CONDEPACC. Nós fomos alijados do Conselho. Colocaram lá uma pessoa ligada a questão empresarial também.
>
> Então os ambientalistas não têm voz hoje dentro do Conselho.
>
> Foi tirada também uma importante contribuição que era do Sr. Luiz Massi[80] (F)[81], do IAC. Junto comigo ele saiu, ele foi tirado também, embora ele fosse representante do IAC, ele foi tirado do Conselho.
>
> Então, o Conselho está sem o suporte ambiental. É superimportante a proteção do CONDEPACC nas questões ambientais. Os 300m são muito importantes, Vereador Francisco Sellim. Porque a fauna ela precisa dos 300 metros. Porque fauna não sobrevive em 30, 40

[80] Luiz Antonio Ferraz Matthes, titular do Instituto Agronômico de Campinas (IAC) no CONDEPACC, foi conselheiro fundador e participou das reuniões até o dia 28 de junho de 2007, Ata nº 349. (Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/133228_Ata349.pdf > Acesso em: 19 set. 2011). Na reunião do dia 13 de setembro de 2007, Ata nº 350, foi feita a apresentação para a posse do novo Conselho com mandato para o biênio 2007/2009 e apesar da Ata não acusar a presença do Dr. Luiz Antonio Ferraz Matthes como conselheiro, registrou a sua participação (Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/133247_Ata350.pdf > Acesso em: 19 set. 2011).

[81] Conforme folha nº69, da PLC 13/09, "(F) palavra escrita através de fonética, podendo ter grafia incorreta".

> metros na Mata Santa Genebra, na Ribeirão Cachoeira, no Recanto Iara (sic). Que não existe. Por quê? Porque já tinha um entorno consolidado. Uma urbanização consolidada.
>
> Então é importante para a mata, para os naturais nossos, que existam esses 300 metros. Esse parágrafo aqui abre uma brecha muito grande para que o CONDEPACC possa rever, por exemplo, os 300 metros da área envoltória da mata Santa Genebra, que é uma área mais cobiçada hoje em Campinas. Eu não vejo progresso, por exemplo, de a gente destruir o nosso maior patrimônio natural. Eu não acho que isso seja progresso. Progresso a gente vê no espelho dos outros países que respeitam a natureza, que respeitam o que acham importante. (CÂMARA, 2009, p. 63-64).

A preocupação com a representatividade dos membros do Conselho também foi colocada no CONDEPACC, como, por exemplo, na reunião de 24 de novembro de 2011, Ata nº 402:

> A conselheira Regina Márcia Moura Tavares [...] diz que quer fazer algumas sugestões. Que em algum momento se reveja a própria constituição do Conselho, que foi muito alterado através de Decretos. Essa constituição deve ser retomada para incluir algumas outras entidades. Não deve haver a elitização dos Conselhos. A Sociedade Civil por outros órgãos bem organizados não tem representatividade. Tudo isso para estarmos aprendendo a viver democraticamente. Continuando coloca que com respeito a todos os Secretários, deve-se pensar em rever a questão da Presidência. Foi Conselheira do CONDEPHAAT e foi co-fundadora deste Conselho. No CONDEPHAAT não é o Secretário de Cultura o presidente, assim como no COMDEMA. Pede que este assunto conste em ata para retornar em outra situação. (CONDEPACC, Ata nº 402, p. 1-2).

A preocupação com a falta a falta de representatividade da Sociedade Civil no Conselho é levantada na reunião seguinte mas em ambas é uma fala isolada que não gera debate ou alguma qualquer ação prática. Citamos a Ata da reunião como segue:

> A conselheira Regina Márcia Moura Tavares insiste em: 1º) que no próximo ano seriamente em alguma sessão, se faça a revisão da Lei do CONDEPACC para se repensar a composição do Conselho, onde falta representatividade da sociedade civil. Os Conselhos são muito elitistas. Devem-se abrir os Conselhos para vários segmentos da Sociedade; 2º) a presidência do CONDEPACC deve ser eleita pelo Conselho e não pela Administração, tal é no CONDEPHAAT – eleito pelo Conselho ou indicado;
>
> [...]
>
> O conselheiro Caio Plínio Alves de Lima argumenta com a conselheira Regina Márcia que: “nós somos membros representativos da Sociedade Civil”. (CONDEPACC, Ata nº 403, p. 3-4)

Não basta ser membro representativo da Sociedade Civil, ser idôneo, bem intencionado e competente profissionalmente. Interessa saber quais experiências balizaram a indicação dos conselheiros de um órgão preservacionista. Por que eleger um bem como patrimônio cultural e estabelecer uma política pública de preservação e valorização deste patrimônio, são ações que demandam formação técnica na área, os "notórios conhecimentos relativos às suas finalidades" como estabelece o Artigo 3º da Lei nº 5.885/1987.

1.10 – Ferramentas de incentivo à preservação dos bens tombados

Veremos neste item como a aplicação da transferência do potencial construtivo e a isenção do imposto predial e territorial urbano (IPTU), Leis Municipais de incentivo à preservação dos bens tombados, na prática, não se configuraram como tal.

1.10.1 – A isenção do imposto predial e territorial urbano (IPTU) para bens tombados.

Parte integrante da Lei 5.885 de 1987 do CONDEPACC, a isenção do IPTU, infelizmente, é um exemplo de falta de adequação de uma ferramenta, que em princípio deveria contribuir para a preservação do patrimônio cultural. A falta de adequação se revela em discussões recentes bens recentes do Conselho:

> O conselheiro João Manuel Verde dos Santos coloca que a benesse do IPTU para bens tombados, na prática não existe e isso é um absurdo. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro pede que se faça uma reunião específica para se tratar do IPTU [...]. (CONDEPACC. Ata nº 400 de 27 de outubro de 2011).

Na reunião do CONDEPACC, Ata nº 401, a problemática da isenção do IPTU para bens tombados foi novamente colocada em pauta:

> O conselheiro Marcelo Juliano pede para tratar de dois assuntos: 1º.) a questão do IPTU – sugere que se institua uma pequena Comissão para avaliar o Decreto das Finanças quanto aos Bens Tombados. É necessária a alteração, pois os proprietários de Bens Tombados todo ano têm que pedir a isenção, assim como para obter esse benefício, há necessidade de executar todo ano uma reforma. O vice-presidente conselheiro Herberto Guimarães explica que a Lei 5885/87 diz que o bem tombado é isento de IPTU. O Decreto diz que não, mas o Decreto não é maior que a Lei. O conselheiro João Manuel Verde dos Santos fala que a justificativa das Finanças é que não há isenção de imposto porque não há regulamentação. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro pondera que este assunto trazido pelo conselheiro Marcelo, não é passível de discussão hoje. Há sim a necessidade de uma avaliação mais profunda. O vice-presidente conselheiro Herberto Guimarães enfatiza que existe a Lei onde a isenção de IPTU para Bens tombados está determinada, só se muda uma Lei se outra Lei a substituir. É uma arbitrariedade. Se alguém entrar com recurso com certeza ganhará a Liminar. Concorda que se forme uma Comissão para estudo da Lei e do Decreto. É uma responsabilidade moral. O presidente Bruno Ribeiro dos Santos concorda que se crie uma Comissão para discutir o assunto. O conselheiro Marcelo Juliano diz que não é só tombar, é dar respaldo. [...]. (CONDEPACC, Ata nº 401 de 10 de novembro de 2011, p. 8).

Apesar de este benefício ser de capital importância como incentivo para a preservação e estar previsto na Lei de criação do Conselho em 1987, não obteve os resultados práticos esperados.

Sobre a isenção do pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana aos proprietários de imóveis tombados no município, seguem, em ordem cronológica, algumas Leis pertinentes com destaque aos artigos mais relevantes quanto ao IPTU de imóveis tombados:

- **Lei nº 5.885 de 17 de dezembro de 1987** que dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de campinas e dá outras providências.

> **Artigo 33 -** Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e da Taxa de Serviços Urbanos os bens imóveis tombados pelo município. (Revogado pela Lei nº 8.746, de 26/01/1996).

- **Lei nº 8.746 de 26 de janeiro de 1996** que dispõe sobre a isenção do Imposto IPTU aos imóveis Tombados do Município. (Revogada pela Lei n° 10.390 de 1999):

> **Artigo 1º -** Os imóveis tombados, por resolução dos Conselhos Oficiais Municipal ou Estadual ou Federal, localizados no Município de Campinas, serão isentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

- **Lei n° 10.390 de 21 de dezembro de 1999** que dispõe sobre a isenção do pagamento do IPTU aos proprietários de imóveis tombados no município:

> **Art. 1° -** Os proprietários de imóveis tombados, por resolução dos Conselhos Oficiais Municipal, Estadual ou Federal, localizados no Município de Campinas, ficam isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, desde que comprovada a conservação das características que justificaram o tombamento.
>
> [...]
>
> **Art. 3° -** O benefício concedido nos termos desta lei será revisto trienalmente, devendo o beneficiário renovar o pedido de isenção, observando, a cada período, o procedimento previsto no artigo anterior.

- Lei nº 11.111 de 26 de dezembro de 2001. Dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e dá outras Providências:

> **Art. 4º** São isentos do imposto:
>
> [...]
>
> Isenção para Imóveis Tombados
>
> VIII - os imóveis localizados no município de Campinas tombados por resolução dos Conselhos Oficiais Municipal, Estadual ou Federal, desde que, cumulativamente:
>
> a) seja comprovada a conservação das características que justificaram o tombamento;
>
> b) sejam de uso institucional, residencial ou comercial conforme disciplinado pela Lei Municipal nº 6.031, de 29 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo no Município de Campinas;
>
> c) o tombamento esteja devidamente averbado junto à matrícula do imóvel, observando-se, ainda, que:
>
> l. o benefício concedido nos termos deste inciso será revisto trienalmente, devendo o beneficiário renovar o pedido de isenção, observando, a cada período, o procedimento previsto neste inciso;
>
> 2. compete à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer, visando instruir os pedidos iniciais de isenção formulados com

base na presente lei, bem como os de renovação, emitir parecer técnico que certifique a conservação do imóvel objeto do benefício;

3. em imóvel de uso residencial, o benefício será concedido ao interessado que possua um único imóvel no município, onde efetivamente resida;

4. em imóvel de uso comercial, o benefício será concedido apenas quando o imóvel for objeto de reforma e será limitado ao exercício seguinte ao do término da reforma;

5. a isenção de que trata este inciso não se estende aos imóveis localizados na área envoltória do bem tombado.

- **Lei nº 12.445 de 21 de dezembro de 2005**. Que altera dispositivos da Lei nº 11.111, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o IPTU e dá outras providências:

Art. 2º Fica alterado o art. 4º da Lei nº 11.111, de 26 de dezembro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Isenção para Imóveis Tombados

VIII - os imóveis localizados no município de Campinas tombados por resolução dos Conselhos Oficiais Municipal, Estadual ou Federal, desde que, cumulativamente:

a) seja comprovada a conservação das características que justificaram o tombamento;

b) sejam de uso institucional, RESID. ou comercial conforme disciplinado pela Lei Municipal nº 6.031, de 29 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo no Município de Campinas;

c) o tombamento esteja devidamente averbado junto à matrícula do imóvel, observando-se, ainda, que:

I. o benefício concedido nos termos deste inciso será revisto trienalmente, devendo o beneficiário renovar o pedido de isenção, observando, a cada período, o procedimento previsto neste inciso;

2. compete à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer, visando instruir os pedidos iniciais de isenção formulados com base na presente lei, bem como os de renovação, emitir parecer técnico que certifique a conservação do imóvel objeto do benefício;

3. em imóvel de uso RESID., o benefício será concedido ao interessado que possua um único imóvel no município, onde efetivamente resida;

4. em imóvel de uso comercial, o benefício será concedido apenas quando o imóvel for objeto de reforma e será limitado ao exercício seguinte ao do término da reforma;

5. a isenção de que trata este inciso não se estende aos imóveis localizados na área envoltória do bem tombado.

Conforme as Leis nº 11.111 de 2001 e nº 12.445 de 21 de 2005 a isenção do IPTU, passa, no caso residencial, a somente ser válida para proprietário com um único imóvel residencial e que ainda que resida nele. No caso

comercial, para aqueles e somente aqueles que comprovadamente reformaram e o benefício será limitado ao exercício seguinte ao da reforma. Os bens tombados em Campinas precisam ser reformados e não conservados ou restaurados para receberem algum incentivo? Que tipo de incentivo ao patrimônio cultural tombado a isenção do IPTU se transformou? O Tombamento ocorre baseado no interesse público na preservação de um determinado patrimônio cultural, e quando este patrimônio se mantém conservado, o mínimo que se pode esperar de uma política pública, considerando ainda as restrições que o tombamento impõe, é o incentivo da isenção do IPTU.

O Decreto n°. 15.358 de 28 de dezembro 2005, no que diz respeito à concessão de isenção de IPTU para imóveis tombados, Artigo 14, regulamenta que:

> **[**...] após análise dos requisitos de admissibilidade, nos termos da legislação em vigor, o Departamento de Receitas Imobiliárias da Secretaria Municipal de Finanças (DRI/SMF) encaminhará os autos à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL), para emitir parecer técnico sobre a efetiva conservação do imóvel objeto do benefício.

A Cartilha disponível no site do CONDEPACC, "Patrimônio Cultural: Entenda e preserve", com o título de "Incentivos", informa que:

> Os proprietários interessados em conservar bens tombados podem obter incentivos fiscais. A Lei Municipal n º. nº. (sic) 12.445 de 21 de dezembro de 2005, regulamentada pelo Decreto n°. 15.358 de 28 de dezembro 2005, estabelece a isenção de IPTU para imóveis tombados pelo CONDEPACC. Além deste, existem os incentivos estaduais (Lei de Incentivo à Cultura da Secretaria de Estado, LINC) e federais (Lei de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, Lei Rouanet). Para obter esses incentivos, o proprietário deve encaminhar a solicitação aos órgãos competentes, já que os benefícios não são automáticos nem vinculados ao tombamento. (FRANCISCO, Rita; RODRIGUES, Fabíola; SIQUEIRA, Juliana: 2007).

Conservar os bens tombados não é uma obrigação estabelecida por Lei e, portanto, um dever de todos os proprietários de bens tombados? Como então, os proprietários interessados em conservar os bens tombados, podem obter

incentivos fiscais? A afirmação da Cartilha, por outro lado, não corresponde à realidade das determinações legais que passaram a vigorar no final do ano de 2001, como demonstrado. Infelizmente, como colocado pelo conselheiro João Manuel Verde dos Santos coloca "a benesse do IPTU para bens tombados, na prática não existe".

1.10.2 – A transferência do potencial construtivo

O Artigo nº 31 da Lei nº 5.885/1987 que dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas, prevê que:

> Será facultada aos proprietários a transferência do potencial construtivo de imóveis preservados por lei municipal, na forma a ser posteriormente estabelecida em legislação específica.

Portanto a transferência do potencial construtivo é um instrumento previsto desde a criação do CONDEPACC. Em 17 de dezembro de 2007, reportagem no jornal da cidade anuncia que "Dono de patrimônio será compensado" e a matéria discorre sobre o assunto:

> Prevista em lei desde 1987, a transferência de potencial construtivo será regulamentada hoje pelo prefeito Hélio.
>
> Exatos 20 anos da implementação na cidade de uma política de preservação do patrimônio histórico, Campinas passa a ter, a partir desta semana, um instrumento de compensação para os proprietários de bens tombados. O prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT) regulamenta hoje o mecanismo urbanístico chamado transferência de potencial construtivo. Com ele, os proprietários serão ressarcidos dos eventuais prejuízos que possam sofrer por não poderem demolir ou modificar os bens tornados patrimônio de Campinas. [82]

[82] COSTA, Maria Teresa. **Dono de patrimônio será compensado**. Correio Popular, Cidades, 17/12/2007.

Na confraternização pelos 20 anos do CONDEPACC, o Prefeito, Dr. Hélio de Oliveira Santos, de fato, assinou um Decreto, mas criando uma Comissão Especial de Estudos para a regulamentação do instituto da Transferência de Potencial Construtivo, o Decreto nº 16.107/2007 [83]. Apesar de divulgado no jornal, que "Campinas passa a ter, a partir desta semana, um instrumento de compensação para os proprietários de bens tombados", ainda seria necessário, como veremos a seguir, mais tempo para que este incentivo aos bens tombados possa ser aplicado.

Questionado sobre a última ação que marcou à preservação do patrimônio na cidade de Campinas, Tognon, em entrevista ao Jornal Correio Popular de Campinas, responde:

> Na comemoração dos vinte anos do nosso Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, em dezembro do ano passado, o prefeito Hélio de Oliveira Santos e o secretário de Cultura, Francisco de Lagos, encaminharam o decreto para a implementação da Lei de Transferência do Potencial Construtivo, uma ação que realmente celebra a fórmula essencial para a preservação hoje em dia, determinando a preservação de edifícios e lugares históricos como ato articulado ao planejamento urbano. É um passo importante para termos uma nova compreensão da preservação, considerando as suas implicações econômicas e estimulando, valorizando quem preserva quem contribui com a nossa cultura. (REIS, 2008).

A Transferência do Potencial Construtivo além de ser uma excelente ferramenta de compensação das restrições impostas aos imóveis pelo tombamento, também é um incentivo a preservação dos bens tombados. Sua implementação, porém, é complexa e exige estudos pluridisciplinares sobre a cidade. Conforme Arantes:

> [...] Hoje em dia, a transferência do potencial construtivo é um instrumento que pode ampliar as possibilidades de negociação nessa área, e isto pode ser bom. Por outro lado, ela gera conseqüências para a ocupação do espaço urbano, porque o que não pode ser feito aqui será transferido para ali e o potencial de lucro poderá ser negociado

[83] Decreto nº 16.107 de 17 de dezembro de 2007, publicado no DOM em 19 dez. 2007, Edição nº 9.312.

> independentemente. Quer dizer, os empreendedores poderão negociar a transferência de potencial construtivo a partir de vários imóveis e utilizar aquele pool, aquele conjunto de possibilidades de áreas adicionais, em outra região da cidade. Então, tem que haver instrumentos que mitiguem o eventual desastre, que seria a transferência de todo o potencial construtivo de vários imóveis para uma mesma área. Imagine uma cidade, como exemplo, Tiradentes (MG), para onde se transferiria todo o seu potencial construtivo? Criar-se-ia um cinturão em volta de Tirantes? O coroamento de Tiradentes por espigões pós-modernos? Então, a questão depende da gestão dessas possibilidades, e do que na lei se prevê a respeito disto. Porque a lei, evidentemente, tem que ter os instrumentos de autocontrole. É isto o que eu digo, eu precisaria ver a lei, mas por princípio acho interessante, porque ela aumenta as possibilidades de diálogo e negociação. (BERTINATO e MATTHES, 2008b).

Finalmente, no ano de 2009, a Lei referente à Transferência do Potencial Construtivo foi promulgada pelo prefeito municipal. Trata-se da Lei Complementar nº 28 de 2009[84] que dispõe sobre incentivos para a recuperação e

---

[84] Lei Complementar nº 28 de 03 de setembro de 2009, publicada no DOM em 04/09/2009, p.2, que dispõe sobre incentivos para a recuperação e conservação de imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico do Município de Campinas e disciplina o artigo 72 da Lei Complementar n° 15, de 27 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas.

Citamos a seguir o Artigo 72 e 73, da Seção III, relativa à Transferência do Direito de Construir do Plano Diretor de Campinas:

Pela transferência do direito de construir, nos termos do art. 35 do Estatuto da Cidade, o Poder Executivo Municipal poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou a alienar, total ou parcialmente, mediante escritura pública, o potencial construtivo previsto na lei de uso e ocupação do solo, quando o imóvel for considerado necessário para fins de:

I – preservação do patrimônio cultural, histórico, arquitetônico, artístico, paisagístico e ambiental, desde que objeto de tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC ou incluso nas respectivas áreas envoltórias, bem como os assim declarados por lei ou ato do Poder Executivo Municipal;

II – implementação de programas de regularização fundiária;

III – implantação de áreas de sistema viário, equipamentos urbanos e comunitários.

§ 1° - O potencial construtivo poderá ser exercido apenas em imóvel apto a receber o adicional.

§ 2º - O potencial construtivo também poderá ser exercido no próprio imóvel.

§ 3° - A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I a III do caput.

Art. 73 - Lei municipal, com base no disposto no Estatuto da Cidade e nesta Lei Complementar, disciplinará as condições e delimitará as áreas para aplicação do instrumento.

conservação de imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico do Município de Campinas. Citamos, para melhor compreensão, os Artigos 2º e 3º da Lei:

> **Art. 2º -** O potencial construtivo retirado do imóvel em decorrência de seu tombamento, nos termos da Lei nº 5.885, de 17 de dezembro de 1987, poderá ser restituído ao seu proprietário para utilização em outro imóvel ou na própria área do imóvel tombado.
>
> **Parágrafo único -** O potencial construtivo restituído, previsto no *caput* deste artigo, possibilita edificar além do coeficiente de aproveitamento definido pelas leis de estruturação urbana, observando-se as restrições previstas no artigo 5º da presente lei e, quando a transferência se der para a própria área do imóvel tombado, devem ser observadas, adicionalmente, as disposições previstas na resolução do tombamento.
>
> **Art. 3º -** Caberá ao Município de Campinas autorizar a transferência do direito de construir, permitindo aos proprietários de imóveis urbanos tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC a utilização do potencial construtivo restituído nos locais previstos no Anexo II, observada a forma estabelecida no Anexo I, ambos desta Lei Complementar.

A Lei Complementar nº 28/2009 entrou em vigor na data de sua publicação e apesar de indicar os respectivos zoneamentos para o cálculo do potencial construtivo a ser restituído e as áreas receptoras, se fez necessário uma regulamentação desta Lei através do Decreto nº 17.335 de 2011[85] "considerando a necessidade de estabelecer procedimentos de análise para expedição e para a utilização de certificados de potencial construtivo decorrentes de tombamento de que trata a Lei Complementar nº 28, de 03 de setembro de 2009". A Lei foi publicada e regulamentada mas em nossa pesquisa ainda não detectamos nenhum Certificado de Transferência do Potencial Construtivo expedido pela municipalidade, ou seja, ainda não detectamos efeitos práticos da aplicação da Lei da Transferência do Potencial Construtivo na cidade.

2 O CONJUNTO DE BENS TOMBADOS EM CAMPINAS (1988-2008)

2.1 Considerações preliminares

O que nos revela o conjunto de bens tombado[86]s em Campinas, desde os primeiros tombamentos do CONDEPACC em 1988 até 2008? Quais os referenciais da cidade que foram preservados na construção de sua memória? Com que justificativas esses bens se transformaram em patrimônio da cidade? Houve critérios definidos para atribuição de valor pelo CONDEPACC? Estas são algumas das questões que tratamos neste capítulo. Trabalhamos a leitura do conjunto de bens tombados em Campinas, quantitativamente e qualitativamente, através de uma planilha, gerando tabelas e gráficos. Na intenção de identificar se órgão de preservação viveu fases definidas alguns gráficos relacionam os dados relativos aos bens tombados, às diversas gestões políticas dos prefeitos de Campinas.

Os vinte e um anos iniciais de atuação do CONDEPACC resultaram em setenta e sete resoluções de tombamento com cento e oitenta e oito bens tombados. Várias resoluções de tombamento, a exemplo da primeira que considera quatro imóveis, contemplam mais de um patrimônio cultural e foram inseridos na planilha separadamente, gerando assim um número maior de tombamentos do que o número de resoluções. Nas resoluções em que o tombamento foi de conjunto de bens, inserimos na planilha como se fosse um único bem. Quanto à divisão em períodos que correspondem às gestões de prefeitos, foram nomeadas conforme segue:

---

[85] Decreto nº 17.335 de 20 de maio de 2011, publicado no DOM em 21/05/2011, p.1.

[86] Está disponível no Apêndice H, um gráfico “Linha do Tempo” com imagens de todos os bens tombados pelo CONDEPACC, desde a sua criação até o ano de 2008.

- 1º Gestão (1983 a 1988), primeiro mandato do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PMDB). Foi nesta gestão, com o Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes Neto secretário de cultura, que se cria o órgão de preservação do patrimônio cultural da cidade. No final do último ano de mandato, quando foi regulamentada a Lei que criou o CONDEPACC e a CPC[87], ocorreram os primeiros tombamentos municipais e, desta forma, somente consideramos o ano de 1988, referente à 1º gestão, na planilha. Ressalvamos que o primeiro mandato do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira foi de seis anos devido ao processo de redemocratização pelo qual o Brasil passava na época. Os prefeitos para as capitais, áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais deixaram de ser nomeado pelo Executivo após ratificação do Legislativo e em 1985 foram realizadas eleições. Para que coincidissem as eleições para prefeitos e vereadores em todas as cidades brasileiras, os mandatos de prefeitos nas cidades onde não eram nomeados pelo executivo foram estendidos por mais dois anos.

- 2° Gestão (1989 a 1992), mandato do Prefeito Jacó Bittar em Campinas (PT / PSB). Esta gestão que coincide com os primeiros anos de atuação do CONDEPACC, enfrentou muita pressão para que o poder do CONDEPACC, com um Conselho Deliberativo, fosse reduzido ou mesmo extinto.

- 3° Gestão (1993 a 1996), segundo mandato do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB) que faleceu no exercício deste mandato, no dia 1º de setembro de 1996. Assumiu o cargo na qualidade de vice-prefeito, Edivaldo Orsi (PSDB).

- 4° Gestão (1997 a 2000), segundo mandato do Prefeito Francisco Amaral (PMDB).

- 5° Gestão (2001 a 2004), mandato do Prefeito Antônio da Costa Santos (PT), que foi assassinado em 10 de setembro de 2001, antes de completar um ano de gestão. Assumiu a vice-prefeita, Izalene Tiene (PT).

---

[87] Atualmente CSPC (Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural).

- 6° Gestão (2005 a 2008), primeiro mandato do Prefeito Dr. Hélio de Oliveira Santos (PDT).

De agora em diante iremos nos referir aos períodos políticos dentro do recorte deste estudado, como 1º a 6º gestão.

2.2 – As solicitações de estudo e as resoluções de tombamento

Consideramos, para efeito de bens tombados em Campinas, o ano de 1988, ano da regulamentação da Lei de criação do CONDEPACC que permitiu que as primeiras Resoluções municipais fossem realizadas.

Tabela 1 – Relaciona estudos de tombamento concluídos com resoluções de tombamento na própria gestão em que foi solicitada ou em outra gestão, até o ano de 2008.

	SOLICITAÇÃO DE ESTUDO - OUTRA GESTÃO	SOLICITAÇÃO DE ESTUDO - PRÓPRIA GESTÃO	TOTAL DE RESOLUÇÕES - GESTÕES
1º GESTÃO - 1988		5	**5**
2º GESTÃO - 1989/1992	2	21	**23**
3º GESTÃO - 1993/1996	7	7	**14**
4º GESTÃO - 1997/2000	6	2	**8**
5º GESTÃO - 2001/2004	37	32	**69**
6º GESTÃO - 2005/2008	61	8	**69**

A tabela 1 e o gráfico 1 relacionam o número de solicitações de estudo de tombamento que, após análise, foram concluídas com resoluções de tombamento dentro do período estudado. Elaborado de acordo com a lista dos bens em estudo de tombamento e dos bens tombados, disponível no site da prefeitura[88], também discrimina se as solicitações são da mesma gestão que se deu o tombamento ou de outros períodos dentro dos vinte anos estudados. Mesmo dentro do período estudado, se as solicitações não foram concluídas com tombamento na própria gestão, elas serão quantificadas no período da publicação da resolução. Por exemplo, na 1º gestão houve o pedido para estudo de oito patrimônios culturais,

cinco concluídos com resoluções de tombamento na própria gestão, dois na 2º gestão e um na 6º gestão, após 233 meses.

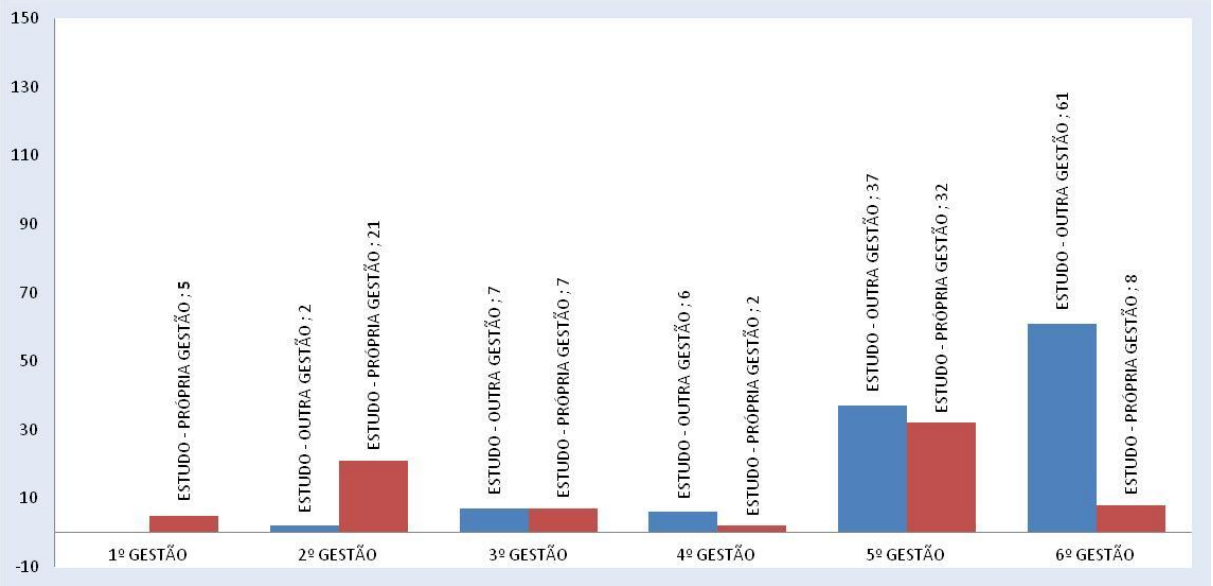


Gráfico 1 – Diferencia os tombamentos que tiveram o estudo de tombamento solicitado na própria gestão do prefeito das que tiveram o estudo solicitado em outras gestões.

O gráfico 2 indica a proporção de bens tombados em cada uma das seis gestões de prefeito, que correspondem ao recorte de tempo deste estudo. Temos nos primeiros doze anos de CONDEPACC, período compreendido entre 1988 até o final de 2000, um total de cinqüenta bens tombados que representam 26% do total de tombamentos até 2008. Nos oitos anos seguintes, correspondente às duas últimas gestões, de 2001 a 2004 e de 2005 a 2008, notamos um expressivo aumento do número de tombamentos com cento e trinta e oito bens, representando 74% do total geral. Coincidentemente cada uma dessas duas últimas gestões detém 37% do total dos tombamentos realizados em Campinas.

[88] Site da Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria de Cultura, disponível em < http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-estudo/listaBens.php > Acesso 21//09/11.

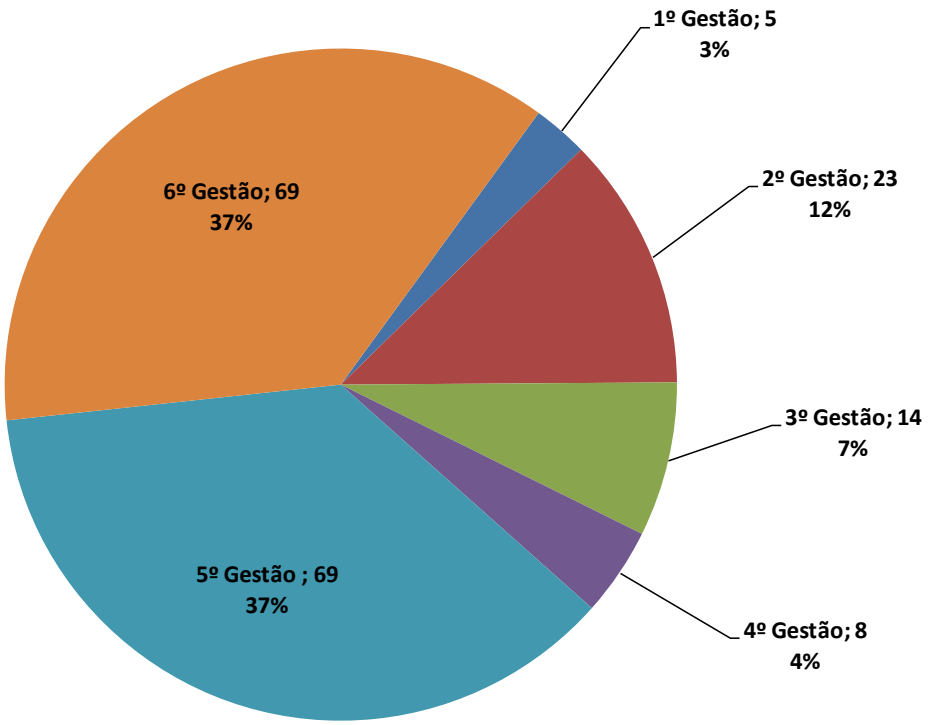


Gráfico 2 – Proporção dos bens tombados em relação aos mandatos dos prefeitos de 1987 a 2008.

Com relação aos primeiros tombamentos do CONDEPACC, realizados na 1º gestão em tela, no ano de 1988, vale salientar, conforme elucidado pelo Prof. Dr. Arantes na entrevista (ARANTES: 2008), que foram realizados num curto espaço de tempo, nos últimos meses do mandato do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, quando se conseguiu aprovar os Decretos Nº 9546 de 30 de julho de 1988 e Nº 9534 de 11 de agosto de 1988 que regulamentavam o Conselho.

Na 2º gestão, 1989 a 1992, quando o órgão de preservação municipal ainda lutava pela sua própria sobrevivência, foram publicadas vinte e três resoluções de tombamento, sendo vinte e uma resultantes de solicitações de estudo de tombamento efetuados na própria gestão e duas outras efetuadas em 1988, no

primeiro pedido de estudo de tombamento. Na 3º gestão um equilíbrio no número de resoluções que tiveram origem de solicitações da mesma gestão e de outras, enquanto na 4º gestão, das oito resoluções, somente duas são da própria gestão. Nota-se um expressivo o aumento de solicitação de estudo de tombamento na 5º gestão, 2001 a 2004, onde, pela primeira vez, houve também um grande volume de bens tombados. Dos sessenta e nove tombamentos, trinta e sete são procedentes de solicitações de estudo ocorridas em gestões anteriores e trinta e duas de solicitações ocorridas na própria gestão. Na gestão de 2005 a 2008, com exatamente os mesmo total de sessenta e nove resoluções de tombamento da gestão anterior, tem uma diferença fundamental, sessenta e uma derivam de solicitações de estudo de outras gestões, sinalizando talvez, uma decisão em resolver processos pendentes.

Questionada numa entrevista em 2007, sobre a política pública municipal em relação à preservação, a coordenadora da CSPC, Dra. Daisy Serra Ribeiro argumenta:

> Logo que iniciou o atual governo, não posso afirmar, mas senti que não havia uma política de preservação muito clara. Havia uma preocupação, por parte do poder executivo, no sentido do avanço do patrimônio histórico. [...] Um ano e meio depois é aprovada a proposta do inventário central, que é uma conquista para Campinas. Vamos inventariar o centro histórico expandido, que é uma área enorme, e depois numa discussão de planejamento vamos definir o que será tombado. (Projeto de Políticas Públicas coordenado pela Prof. Dr. Silvana Rubino/UNICAMP/IFC – FAPESP). Desse modo, a partir de um trabalho vagaroso conversando com o executivo, o inventário passou a ser um instrumento de política pública. Deste momento em diante todos os órgãos passaram a nos consultar. Para implantação do terminal modal (nova Rodoviária de Campinas) fomos amplamente consultados, numa discussão, que ainda continua, de pormenores das áreas junto com a Seplama e Emdec. (RIBEIRO: 2007).

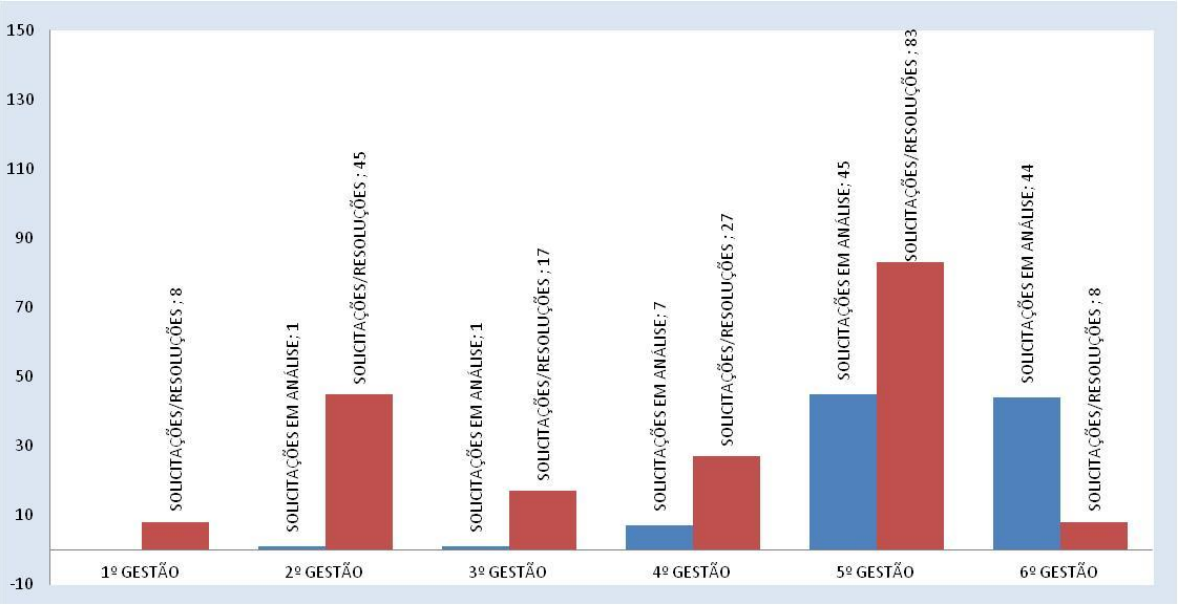


Gráfico 3 – Relaciona o total das solicitações de estudo de tombamento acatadas em cada gestão de prefeito diferenciando as que foram concluídas até 2008[89]. Em vermelho, as solicitações que foram concluídas com Resoluções de Tombamento até o final de 2008 e em azul, as que após o final de 2008, permaneceram em análise.

No período dos vinte[90] anos iniciais do CONDEPACC, foram solicitados 286 estudos de tombamentos; conforme demonstra o gráfico 3; que resultaram em 188 resoluções de tombamento e 98 solicitações que permaneceram em análise após 2008. No site da prefeitura não estão disponíveis as solicitações de estudo de tombamento que porventura tenham sido rejeitadas pelo CONDEPACC e assim não foram computadas neste levantamento. A gestão de 2001 a 2004 foi a que registrou o maior número de solicitações de estudo de tombamentos, cento e vinte e oito num período de quatro anos, que representa aproximadamente 45% em relação ao total de solicitações em vinte anos de existência do CONDEPACC. Do total de 128, trinta e duas resultaram em tombamentos na mesma gestão, cinquenta e uma na gestão 2005 a 2008 e quarenta e cinco não foram concluídas

[89] O gráfico 3, diferente do gráfico 2 anterior, que contemplava somente as solicitações finalizadas com Resoluções de Tombamento, considera mesmo aquelas solicitações que não foram concluídas com o tombamento até o final do período estudado, ano de 2008.

[90] Considerando a partir de 1988, como já explicado no início deste capítulo.

até o final de 2008. Já a gestão 2005 a 2008, com cinquenta e duas solicitações de estudos, representando aproximadamente 18% do total de solicitações do CONDEPACC, oito foram concluídas com a resolução de tombamento na própria gestão e as outras quarenta e quatro, ficaram para análise no período posterior ao recorte deste trabalho.

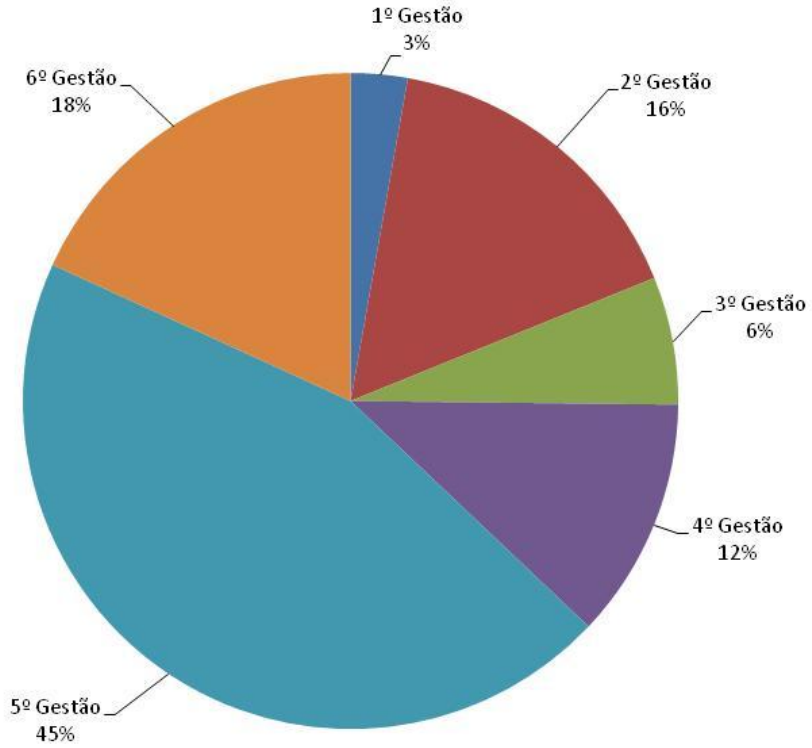


Gráfico 4 - Porcentagem das solicitações de tombamento relativas aos períodos de cada gestão de prefeito.

Com relação ao total de solicitações de estudo de tombamento, concluídas ou não até o final de 2008, o gráfico 4 ilustra a porcentagem em cada gestão. Notório se faz o aumento de pedidos de estudo na 5º gestão representando um pouco menos que a metade do total dos pedidos de tombamento do CONDEPACC até 2008. É na solicitação de estudo de tombamento que se expressa intenção pela valorização de determinado patrimônio cultural, privilegiando alguns em detrimento de outros, porém o número expressivo de

solicitações de estudo na 5º gestão sugere não a adoção de uma política pública de preservação, uma vez que não encontramos nenhum indício que nos fizesse acreditar nisto, mas talvez uma ação justificada por critérios políticos, oportunos naquele momento.

Na 5º gestão, período de 2001 a 2004, com 45 solicitações de estudo de tombamento não concluídas até o final do ano de 2008, trinta e duas destas solicitações de estudo, que representam aproximadamente 71% do total das solicitações da gestão são para conjuntos arquitetônicos remanescentes de fazendas históricas, uma categoria até então muito pouco explorada no município. Também foram solicitados, pela primeira vez, três estudos para conjunto arquitetônico de usinas hidrelétricas, representando 6,6% dos pedidos desta gestão.

Na gestão de 2005 a 2008, com um total de 44 solicitações que se mantiveram em análise após 2008, percebe-se a prevalência conjuntos arquitetônicos ou bens arquitetônicos isolados, situados no centro histórico e bairros adjacentes. Grosso modo podemos dizer que as solicitações da última gestão, provavelmente se deram em função dos resultados do inventário do centro histórico de Campinas. Corroborando com esta idéia citamos parte da publicação "Inventário como ferramenta de preservação: a experiência da cidade de Campinas/SP" da agente cultural da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Campinas, a arquiteta, Rita de Cássia Francisco:

> Ao menos durante a primeira década de atuação do Condepacc, foi comum o emprego do termo *preservado* nas resoluções de tombamento, utilizado para designar bens situados na área envoltória dos bens tombados que não poderiam ser modificados ou demolidos sem prévia autorização do conselho, em diferentes graus (preservação total, preservação de fachada e/ou volumetria, por exemplo). Na prática, esses imóveis ficavam, em muitas vezes, submetidos às restrições impostas a um imóvel tombado, sem que o fossem juridicamente. Por outro lado, não caberiam aos proprietários os benefícios concedidos àquela figura, como a concessão de isenção de imposto predial territorial urbano (IPTU), ou a possibilidade de concorrer a linhas de financiamentos para recuperação dos imóveis.
>
> Além disso, durante os trabalhos de campo do inventário, foi possível verificar que muitos dos imóveis *preservados* em resoluções se encontram desfigurados. Por esse motivo propusemos uma completa

> revisão dessa situação, culminando com o tombamento daquelas edificações significativas e ainda íntegras — individualmente ou em conjuntos urbanos — e a retirada da listagem daquelas descaracterizadas ou mesmo demolidas parcialmente das respectivas resoluções em que estiverem arroladas nos termos ora descritos.
>
> Para tanto, o material coletado na pesquisa histórica e na pesquisa de campo, a subseqüente sistematização dos dados, o mapeamento do processo de ocupação e ordenamento territorial, a análise tipomorfológica e, enfim, a identificação do estado de preservação dos imóveis foram organizadas de modo a constituir-se no corpo do primeiro estudo de tombamento originado pelo "Inventário da Região Central de Campinas".
>
> Mesmo com a apresentação dos resultados em reunião ordinária do Condepacc de 13 de setembro de 2007, o estudo ainda não foi aberto e aguarda a tramitação em diversas instâncias da Prefeitura Municipal de Campinas. A partir do Decreto n°. 15.471 de 16 de maio de 2006, após análise preliminar do conselho, os pedidos de abertura de estudos de tombamento considerados pertinentes devem ser encaminhados às Secretarias Municipais de Urbanismo, de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e de Assuntos Jurídicos, para "elaboração de pareceres técnicos". Somente depois do aval desses três órgãos é que o Condepacc poderá emitir sua — dita — soberana decisão.
>
> Apesar do enfrentamento com a primeira grande dificuldade de implementação das políticas propostas a partir do inventário, a equipe deu continuidade aos trabalhos. Os procedimentos adotados para a Área 2 foram aplicados nas outras quatro subáreas restantes, de modo que em janeiro de 2008 foram concluídos os estudos preliminares para a íntegra de nossa área de estudo. (FRANCISCO: 2008).

Em entrevista, realizada em 2007, sobre a figura dos bens indicados para preservação situados nas áreas envoltórias de bens tombados, a coordenadora da CSPC assim se manifestou:

> Esta figura a gente vai ter que rediscutir. É uma figura que tem utilidade do ponto de vista conceitual, do ponto de vista legal ela não existe. Não se pode utilizar a Lei Rouanet, não pode nada. Eu considero o inventário central, que é o que a gente está tomando como uma política de preservação, porque todas estas casas foram incluídas neste inventário. Agora, o que vai acontecer com esta inclusão, muitas delas foram mexidas, na hora que formos finalizar o inventário central nós vamos decidir quais os grupos que de fato vão permanecer, e aí nós vamos tombar, porque a gente está pensando em ir eliminando as áreas envoltórias. [...] A área envoltória, com várias exceções, uma delas as áreas envoltórias ambientais, que você tem que ter uma regulamentação que vai desde áreas non edificant até a possibilidade com critérios de construção. Mas dentro de áreas já densamente urbanizadas como é o caso do centro histórico, a área envoltória é muito complicada. O que acontece com a área envoltória? Cai em situações em que o proprietário não pode fazer praticamente nada, tem uma série de restrições e nenhuma possibilidade de ajuda. O que vamos fazer? Ao invés de ter

> área envoltória, nós vamos tombar ou não. Se for muito necessário a gente tomba num grau de preservação bastante flexível que dá possibilidade para o proprietário recorrer aos direitos, por exemplo, de uso do potencial construtivo e isenção de IPTU. Acho que é o mínimo que se pode fazer para você ter a garantia de que estes imóveis serão preservados, preservados já no sentido conceitual do significado. (RIBEIRO, 2007).

A intenção, na gestão política de 2005 a 2008, de eliminar a área envoltória dos bens tombados no centro histórico, reavaliando os bens protegidos, parece que norteou as solicitações de estudo de tombamento na gestão de 2005 a 2008. São muitos os imóveis, antes protegidos por se encontrarem em áreas envoltórias que foram tombados ou tem solicitações de estudo de tombamento em análise.

Procurar outras categorias de bens culturais, "destravar" a área central para investimentos imobiliários, reavaliar o conjunto de bens protegidos na área envoltória, são ações, muitas vezes necessárias, mas por si só não configuram uma política pública de preservação e conservação da memória cultural. Não configuram um conjunto de ações específicas do governo com objetivos definidos e implementados através dos tombamentos, ou da legislação do planejamento urbano, ou de trabalhos de conscientização, educação patrimonial etc.

2.3 – As categorias dos bens tombados

Optamos, para efeito deste estudo, por separar os bens tombados em seis categorias, sendo que uma delas designamos de "outras". Apesar de "outras" não ser uma categoria, reúne alguns poucos bens tombados que não se encaixavam nas outras cinco categorias. No apêndice G, para clareza quanto ao critério utilizado na classificação, identificamos todos os bens tombados relativos às Resoluções de Tombamentos estudadas com as correspondentes categorias.

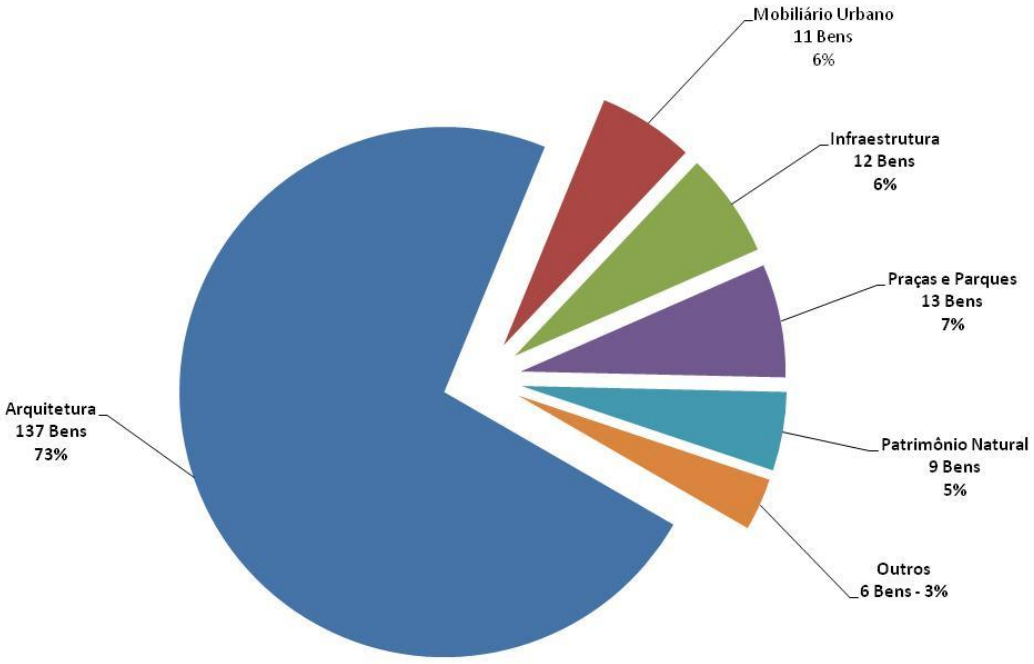


Gráfico 5 – Porcentagem de cada uma das categorias do patrimônio em relação ao total dos bens tombados.

O tombamento do patrimônio edificado, ou seja, a categoria arquitetura, que consideramos tanto para bens isolados como para conjuntos de edificações, está presente e se sobressai em todas as gestões políticas estudadas, conforme ilustra o gráfico 5. Apesar do CONDEPACC; Conselho do Patrimônio Cultural de Campinas; prever, como atesta o próprio nome, o tombamento do patrimônio cultural, numa concepção abrangente do que poderia ser considerado, aos olhos da instituição municipal, representativo da nossa memória, o predomínio do patrimônio palpável, em especial o arquitetônico, é inegável. A Prof[a]. Silvana Rubino, na dissertação de mestrado que estuda os trinta primeiros anos do SPHAN, atualmente IPHAN, período compreendido entre 1937 a 1968, faz uma reflexão, apesar do tempo transcorrido, apropriada ao CONDEPACC:

> [...] Sabemos que o que se preserva hoje é distinto, mas também informado pelo que se preservava em 1940 ou 1930 – pensa-se frequentemente o conceito de patrimônio por adesão, recusa ou diálogo com a tradição criada na "fase heróica". Tal ocorre, não porque hoje os preservacionistas sejam mais esclarecidos do que ontem: as regras no campo se alteraram. Novas visões de história foram incorporadas, e o conceito de patrimônio se antropologizou. (RUBINO, 1992, p.159-160).

A semelhança da experiência do IPHAN onde o patrimônio arquitetônico[91] até 2009 representava 84,37% do total dos bens inscritos, o patrimônio predominante nos 21 anos iniciais do CONDEPACC, também foi o arquitetônico, com 72,87% dos bens. Porque não foram adotadas, de forma mais equilibrada, outras referências culturais como testemunhos da história da cidade?

> O passado do SPHAN e de seu funcionário Gilberto Freyre parece reivindicar materiais, mais do que referências folclóricas, tradições orais, saberes. A história remete a lugares, marcos, edifícios.
>
> Não é um pensamento exclusivo dos intelectuais do SPHAN. Essa questão não passou despercebida a um antropólogo notável como Evans-Pritchard, que além de observar que a árvore sob a qual se afirmava ter iniciado a humanidade ainda se encontrava na região nilota habitada pelos Nuer quando a visitou, se indagava sobre a importância desses marcos para a história tradicional de um grupo. Por que a tradição referida a paisagem, artefatos, condições ambientais? “History is often attached to places than to peoples”, escreveu, ressaltando as consequências, na África, da ausência de pedras, da mudança de vegetação, para as populações que passaram por processos de migração ou de ocupação.
>
> Lugares e povos/pessoas. A finitude da vida humana é contraposta á possibilidade de permanência daquilo que o homem constrói, e a obra arquitetônica feita para durar torna-se assim o vestígio e a prova daquilo que perece, de quem ali habitou. (RUBINO, 1991: p170-171).

As categorias, patrimônios naturais, praças e parques estão presentes desde a gestão de 1989 a 1993, mas sempre em proporção reduzida. Nas duas últimas gestões, de 2001 a 2004 e 2005 a 2008, onde foi expressivo o aumento do número de tombamentos e apareceram categorias antes não contempladas, o número de tombamentos do patrimônio natural, praças e parques também aumentou, mas a proporção em relação ao patrimônio arquitetônico não foi alterada substancialmente (gráfico 6).

[91] Patrimônio arquitetônico, aqui compreendido como a somatória das edificações isoladas e os conjuntos urbanos. Conforme dados fornecidos por Casado (2010), o IPHAN até 2009, ou seja, após 72 anos de atuação, privilegiou a tipologia Edificações com 76,9% das inscrições e a de Conjuntos Urbanos, com 7,47%.

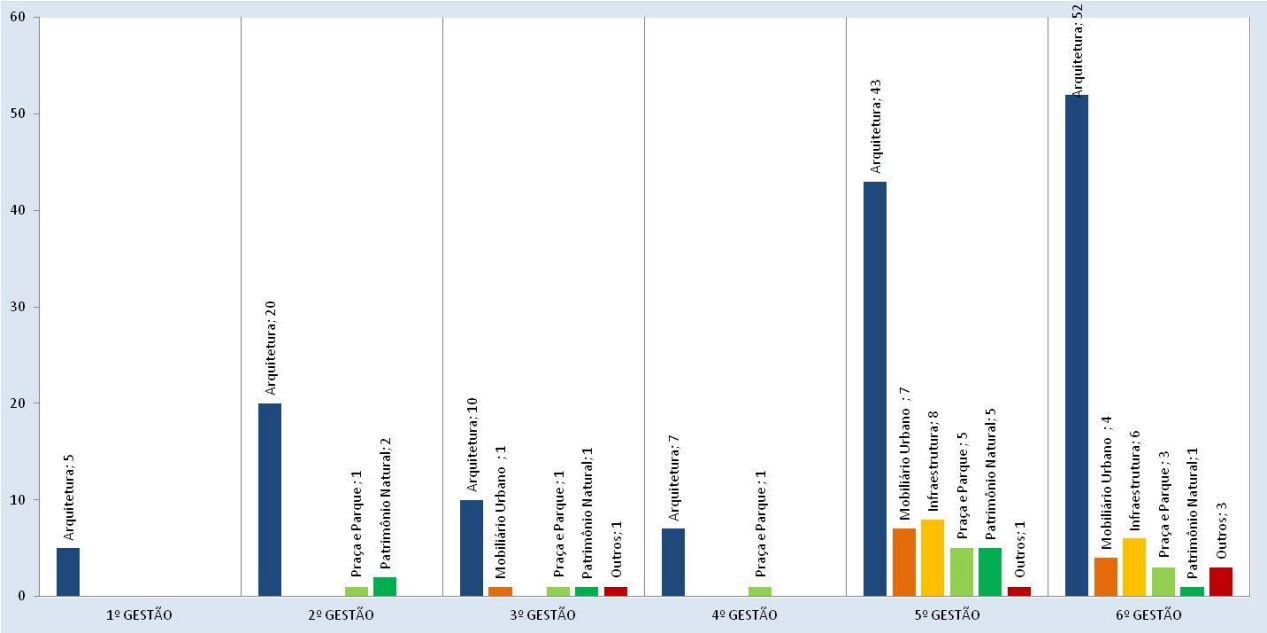


Gráfico 6 – As categorias do patrimônio tombado que correspondem a cada gestão de prefeito.

Na categoria outros, agrupamos os tombamentos relativos a um objeto utilitário, um espaço vazio, a denominação de uma praça e ao uso de três espaços públicos. Com relação a estes tombamentos, na 3º gestão (1993/1996) vai ser tombado pela primeira e única vez em Campinas, um objeto utilitário público; o Conjunto de Lustres e Arandelas do antigo Teatro Municipal Carlos Gomes[92] assim como, também pela primeira e única vez, o Espaço Vazio da Praça Visconde de Indaiatuba[93] (Largo do Rosário). Tombamentos de uso de um espaço, num total de três, foram efetuados na 5º gestão (2001 a 2004), o Uso do Teatro Castro Mendes[94] e na 6º gestão (2005/2008), Uso do teatro do Centro de

[92] Resolução Nº 24 de 19 de agosto de 1996. Conforme a resolução, "[...] remanescentes do antigo Teatro Municipal de Campinas, de propriedade da Prefeitura e que ficarão sob a guarda perpétua da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, parte no Salão Nobre e parte na Capela São Tomás de Aquino, situada à Av. Papa Pio XII n° 350 - Jardim Chapadão, Campinas – SP.

[93] Resolução Nº 23 de 18 de Abril de 1996. Conforme a resolução: "Artigo 1º - Fica tombado o espaço vazio da praça Visconde de Indaiatuba, conhecida como "Largo do Rosário", Quarteirão nº 14, Campinas - S.P, bem de valor cultural, social e histórico. Parágrafo Único - As marquises existentes atualmente no local poderão ser demolidas, uma vez que não são tombadas.

[94] Resolução Nº 46 de 13 de maio de 2004 e Retificação de 18 de março de 2008. Conforme a retificação: **"**Artigo 1º- Tombar o espaço do Teatro Municipal "José de Castro Mendes"

Convivência[95] e o Uso do Mirante do Castelo Torre D'Água[96] (Torre do Castelo). Ainda na 6º gestão (2005/2008) o tombamento do nome da praça "Largo do Pará"[97], foi o único referente à denominação de um espaço, no caso público.

Se a intenção é preservar o nome de uma praça ou um espaço vazio ou ainda o uso de um determinado lugar, a figura jurídica a ser empregada não seria a do registro de bens imateriais? Acreditamos que a figura do tombamento não se ajusta perfeitamente para a preservação destes bens. Seriam eles os primeiros bens de natureza intangível na cidade? Desta forma, poderíamos usar o Decreto Nº 3551 de 04 de agosto de 2000[98] que institui o "Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro" como um instrumento mais eficaz para a salvaguarda deste patrimônio. Em entrevista publicada por "Trópico" em 2009, o antropólogo Dr. Antônio Augusto Arantes, pondera sobre o Decreto Lei 3551/2000:

> Acima de tudo, ele diferenciou os instrumentos de proteção a serem utilizados para a salvaguarda do patrimônio imaterial daqueles que são utilizados para o patrimônio material. No caso do patrimônio material,

---

situado à Praça Corrêa de Lemos, s/nº, quarteirão 1274, Vila Industrial, como uso permanente de teatro, por seu valor cultural. Parágrafo único **-** A arquitetura pode ser modificada ou adaptada conforme a evolução tecnológica para teatros e necessidade de melhorias".

[95] Resolução Nº 67 de 16 de abril de 2008. Conforme a resolução: "Artigo 1º- Tombar o Conjunto Arquitetônico do Cambuí por sua importância histórica, arquitetônica e sócio-cultural, com seus imóveis listados a seguir: 1) O uso e a função de teatro do Centro de Convivência Cultural Carlos Gomes e o traçado da Praça Imprensa Fluminense onde qualquer intervenção que ali ocorrer deverá ter seu projeto previamente analisado e aprovado pelo CONDEPACC para garantir a integridade do patrimônio tombado (Mapa 01); [...]".

[96] Resolução Nº 70 de 23 de junho de 2008. Conforme resolução: "Artigo 1º - Tombar o Castelo D'Água (Torre do Castelo) situado à Praça 23 de Outubro, bairro Castelo, bem como o seu uso enquanto mirante por sua significação urbanística e paisagística no município de Campinas a ser preservado pelo Grau de Proteção 1 (GP1). Parágrafo único **–** O bem tombado pela presente resolução passa a ser objeto das sanções e benefícios previstos pela Lei Municipal 5885 de 17 de dezembro de 1987 e pela Lei Municipal 12.445 de 21 de dezembro de 2005 regulamentada pelo Decreto Municipal 15358 de 28 de dezembro de 2005.

[97] Resolução Nº 69 de 20 de maio de 2008. Conforme resolução: "Artigo 1º - Tombar o Largo do Pará, bem de interesse cultural, histórico e ambiental do município de Campinas delimitado pelas ruas Barão de Jaguara, Duque de Caxias, avenidas Francisco Glicério e Aquidabã, constando os seguintes itens listados a seguir: a) O nome – Largo do Pará;[...]".

[98] Decreto Federal Nº 3.555 de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/Leis_e_Decretos/DECF3551IMA.pdf> Acesso em 07/10/2011.

> fala-se em tombamento, um instituto jurídico que implica na manutenção ou na conservação física de determinado bem, segundo os critérios de valor a ele atribuídos no momento em que se transformou em bem patrimonial.
>
> Evidentemente, os bens culturais não são gerados culturalmente como patrimônio: a posteriori é que podem ser reconhecidos, no processo de construção da nação, como possuindo valor diferenciado –o valor patrimonial. Uma obra de arte tombada deve ser conservada, na medida do possível, tal qual o seu criador a concebeu. Não se admite, a não ser em casos excepcionais, qualquer intervenção que a altere. Já uma edificação, construída para a apropriação cotidiana da população, é objeto de instrumentos de preservação um pouco mais flexíveis, a fim de permitir as mudanças de uso que ocorrem ao longo de décadas ou séculos.
>
> Ainda que tombado, um edifício pode admitir intervenções de requalificação, por exemplo. Mas nada disso serve ao patrimônio de natureza imaterial, que é vivo e dinâmico. Não faz sentido o Estado identificar uma prática emblemática de um segmento do povo brasileiro, em determinado momento, e exigir que seja mantida exatamente da mesma maneira pelos seus praticantes.
>
> Em relação à salvaguarda do patrimônio imaterial – utiliza-se aqui o termo "salvaguarda", e não tombamento –, a melhor definição que conheço foi dada por uma senhora indiana, numa reunião da qual eu participei, em Nova Déli. Ela dizia: "O patrimônio intangível deve ser nutrido, não preservado". Ou seja, o papel do Estado, ao identificar uma atividade como sendo de interesse diferenciado, é contribuir para que ela tenha vida longa, para que as condições de sua realização sejam garantidas, permitindo inclusive transformações com o passar do tempo. (LABATE, GOLDSTEIN, 2009).

Outro lado da questão, o tombamento de um espaço vazio ou do uso de um espaço de teatro, tampouco são práticas emblemáticas que mereçam ser protegidas como um bem imaterial. No caso do Teatro do Centro de Convivência após o tombamento do uso pelo CONDEPACC, o CONDEPHAAt, tombou a edificação.

2.4 - A localização dos bens tombados na cidade de Campinas

Adotamos o Código de Endereçamento Postal (CEP) dos Correios[99] para a localização dos bens tombados e desta forma mesmo se discrepante do endereço assinalado na Resolução de tombamento ou no processo de tombamento, os bairros estão conforme o código dos Correios. Os tombamentos

de estradas municipais ou trecho de estrada de ferro que abrangem vários bairros não foram considerados no gráfico 7, pela impossibilidade de um endereço específico. As áreas naturais como matas e lagoas, tiveram a localização marcada de acordo com uma rua ou estrada próxima a um dos seus limites ou acesso e assim puderam ser contemplados na planilha nos dando uma orientação de sua localização. No sentido de facilitar a visualização nos gráfico, os tombamentos localizados nos três distritos, Sousas, Joaquim Egídio e Barão de Geraldo, independente se divididos em bairros, foram inseridos na planilha somente como pertencentes aos respectivos distritos onde estão localizados.

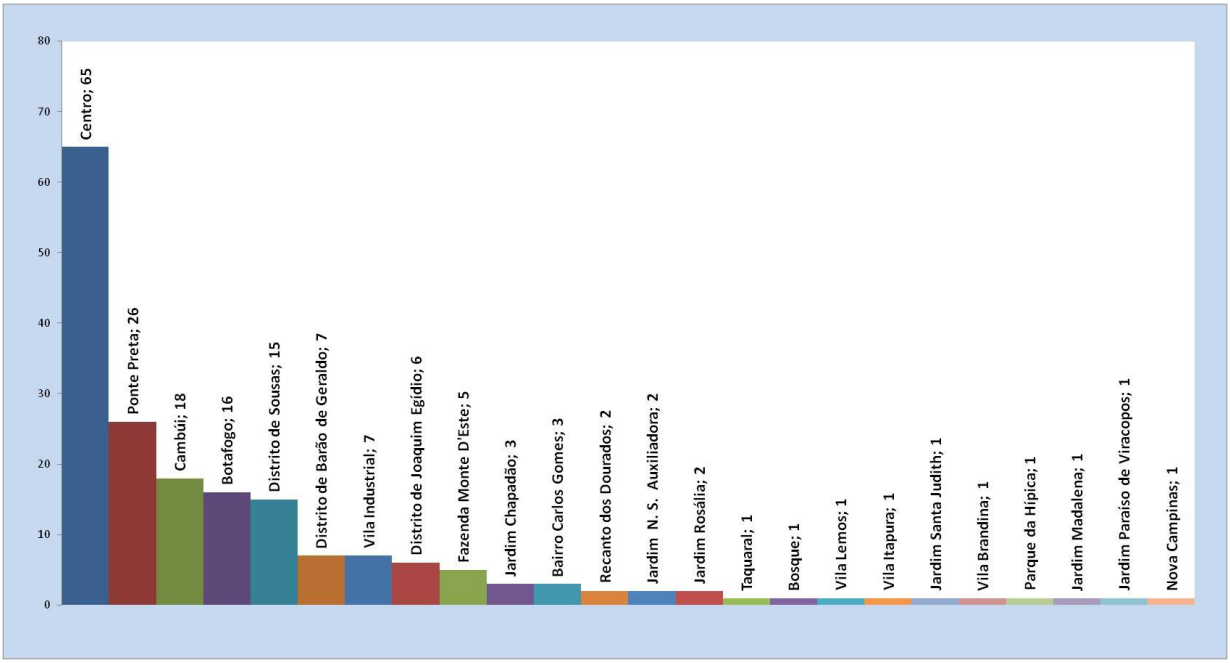


Gráfico. 7 – A localização dos bens tombados, Distribuídos entre a região central, bairros e distritos é notória a predominância de bens protegidos no centro.

A área central, em grande parte coincidente com o centro histórico da cidade, concentra, desde o início das atividades do CONDEPACC, o maior

[99] Disponível em: <http://www.buscacep.correios.com.br/servicos> Acesso em 27/09/2011.

número de bens tombados assim como se observa nesta área a maior variedade de tipologias tombadas numa mesma região. Por força do critério utilizado para preenchimento da planilha, ou seja, quando um tombamento de vários bens é feito como conjunto, consideramos todo o conjunto como um único tombamento, alguns resultados devem ser interpretados considerando esta noção. Por exemplo, o Bairro Ponte Preta apresenta uma grande quantidade de bens tombados em função de três Resoluções[100] que tombaram uma série de bens individualmente, ou seja, o tombamento do patrimônio funerário; em 2004, constituído de seis cemitérios, o Cemitério da Saudade e os cemitérios particulares em territórios anexos, o tombamento, em 2008, da Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, discriminando dezenove imóveis residenciais e o tombamento do antigo Sanatório Santa Isabel, neste caso, um único bem. Por outro lado, na Vila Industrial, bairro que surgiu associado à implantação das Companhias de Estradas de Ferro de Campinas e onde foram instaladas as primeiras fábricas e vilas operárias, foi palco dos primeiros tombamentos de vilas operárias[101] na cidade, temos cinco imóveis tombados isoladamente e as vilas operárias, como dois conjuntos de bens edificados que, se computados individualmente, somariam aproximadamente 60 imóveis. Os imóveis tombados individualmente na Vila Industrial são três edifícios pertencentes ao Complexo Ferroviário Central, um imóvel de arquitetura mista, comercial e residencial, ligado á atividade ferroviária e o Espaço como Uso de Teatro do Teatro Municipal José de Castro Mendes.

O Bairro Cambuí, o terceiro em ordem decrescente de número de bens tombados, foi contemplado com o primeiro tombamento em 1993, com o Bosque dos Jequitibás, seguido pela Capela de Santa Cruz em 1999 e o Mural do artista plástico campineiro Aldo Cardarelli em 2004, mas é somente no ano de 2008, com

[100] Resolução Nº 53 de 25 de novembro de 2004 (Cemitério da Saudade e os Cemitérios particulares em territórios anexos), Resolução Nº 77 de 18 de dezembro de 2008 (Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro) e Resolução Nº 56 de 27 de novembro de 2008 (antigo Sanatório Santa Isabel).

[101] Vila Manoel Dias e Vila Manoel Freire, conforme Resolução Nº 19 de 24/11/1994 do CONDEPACC.

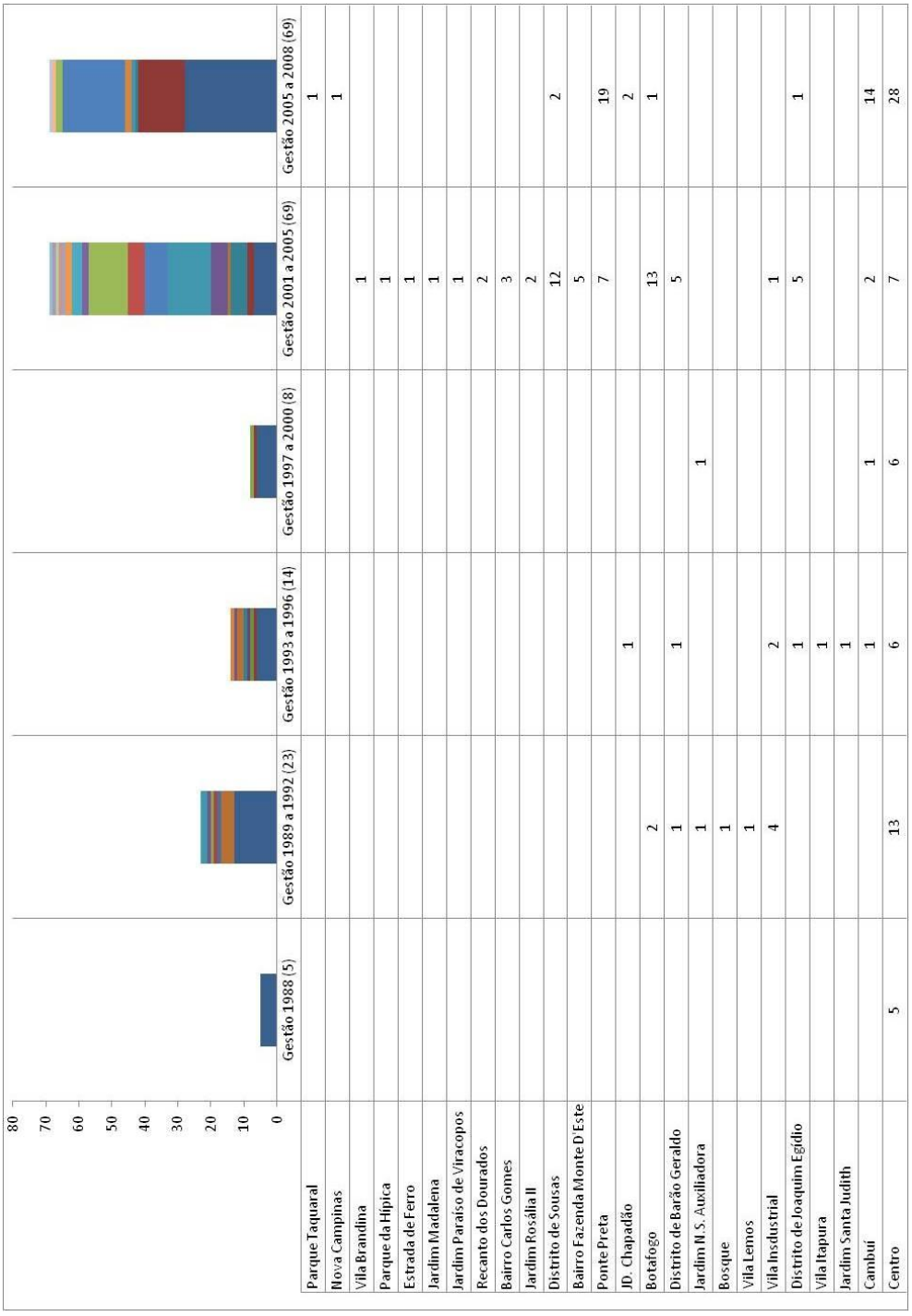
o tombamento de vários casarões do início de século XX, do Hospital Irmãos Penteado, da Igreja N. S. das Dores, do Colégio e do Uso e Função do Teatro do Centro de Convivência Cultural Carlos Gomes e o Traçado da Praça Impressa Fluminense, que o bairro é agraciado com um expressivo número de bens tombados. O Bairro Botafogo detém vários tombamentos, em 1992, com o Colégio Culto à Ciência e Colégio Técnico Bento Quirino, em 2004, com o conjunto de Áreas e Prédios do Complexo Ferroviário da antiga Companhia Mogiana e os onze bens tombados do Instituto Agronômico de Campinas e por fim, em 2008, com o antigo Hospital Coração de Jesus. Os Distritos de Sousas e Joaquim Egídio são vizinhos e em 1989 ocorreu o primeiro tombamento na região, o Casarão de Joaquim Egídio, posteriormente o tombamento na região do Sítio Astronômico do Observatório Municipal de Campinas "Jean Nicolini", seus casarões, traçados urbanos, pontes, matas e fazendas históricas. O Distrito de Barão de Geraldo concentra o maior número de remanescentes de áreas naturais, matas e lagos, sendo que do total de sete tombamentos, cinco são patrimônios naturais e dois são de patrimônio arquitetônico, sendo um deles referente ao conjunto arquitetônico de uma fazenda histórica. Destacamos, no Distrito de Barão de Geraldo, a mata de Santa Genebra, que é um remanescente de Mata Atlântica com 251 hectares, também tombada na esfera estadual pelo Condephaat, além de ser uma área de preservação permanente (APP).

Observamos no gráfico 8 e tabela 2, o aumento, em cada gestão, do número de bairros que passam a configurar na lista dos que possuem bens tombados, com destaque para a 5º e 6º gestões, onde também observamos um número elevado de resoluções de tombamento. Consideramos,no gráfico 8 e na tabela 2, a Resolução Nº 61[102] referente ao tombamento do Bairro Nova Campinas, porque, apesar do cancelamento (Protocolado nº 05/10/39516 PG[103]),

[102] Resolução Nº 61 de 14/04/2005, conforme site da Biblioteca Jurídica da Prefeitura. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r61-14042005.htm> Acesso em 13/10/2011.

[103] Protocolado nº 39.516 de 02 de Agosto de 2005 (Dispõe sobre o cancelamento do tombamento do Bairro Nova Campinas. (Protocolado 05/10/39516 PG) (DOM 03/09/2005:6).

a Resolução está disponibilizada na lista dos bens tombados da Biblioteca Jurídica da PMC.



	Gestão 1988 (5)	Gestão 1989 a 1992 (23)	Gestão 1993 a 1996 (14)	Gestão 1997 a 2000 (8)	Gestão 2001 a 2005 (69)	Gestão 2005 a 2008 (69)
Parque Taquaral						1
Nova Campinas						1
Vila Brandina					1	
Parque da Hípica					1	
Estrada de Ferro					1	
Jardim Madalena					1	
Jardim Paraíso de Viracopos					1	
Recanto dos Dourados					2	
Bairro Carlos Gomes					3	
Jardim Rosália II					2	
Distrito de Sousas					12	2
Bairro Fazenda Monte D'Este					5	
Ponte Preta					7	19
JD. Chapadão			1			2
Botafogo		2			13	1
Distrito de Barão Geraldo		1	1		5	
Jardim N.S. Auxiliadora		1		1		
Bosque		1				
Vila Lemos		1				
Vila Industrial		4	2		1	
Distrito de Joaquim Egídio			1		5	1
Vila Itapura			1			
Jardim Santa Judith			1			
Cambuí			1	1	2	14
Centro	5	13	6	6	7	28

Tabela 2 e Gráfico 8 – Identificação dos bairros onde há bens tombados e a relação destes bairros com as gestões de prefeitos.

2.5 - Bens públicos, privados e privados em regime especial

A relação proporcional entre propriedade pública, privada e privada em regime especial (RE) do patrimônio edificado tombado pelo CONDEPACC está ilustrada pelo gráfico 9. Neste gráfico consideramos propriedade em regime especial, os templos religiosos de qualquer culto e os cemitérios. Adotamos a classificação de templos religiosos de qualquer culto para todas as edificações religiosas tombadas e apesar de constatarmos que a totalidade dos templos religiosos tombados são templos católicos, há o caso do imóvel da Rua José Paulino, nº 1829, que após tombamento, foi reformada para abrigar a Igreja do Nazareno. Apesar de não constar da Resolução a justificativa que motivou o tombamento, ela faz referência a "antiga Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy e Valbert S/A[104]" e portanto, a avaliamos, como arquitetura industrial de propriedade privada e não como propriedade privada em regime especial.

A Capela da Hípica, bem tombado[105] em 2004, está classificada como pública, pois foi construída em praça pública conforme atestam os documentos do processo de tombamento. No caso do tombamento do Cemitério da Saudade de Campinas e cemitérios particulares em território anexo[106], oito capelas pertencem ao conjunto de bens tombados, não estão especificadas separadamente na Resolução de tombamento, e, portanto, na planilha foram computados os cemitérios, não apontando separadamente as capelas. Outros tombamentos como

[104] CONDEPACC, Resolução Nº 15 de 03 de fevereiro de 1994.
[105] CONDEPACC, Resolução Nº 49 de 13 de maio de 2004.
[106] CONDEPACC, Resolução Nº 53 de 25 de novembro de 2004

o do Parque Ecológico “Monsenhor Emílio José Salim[107]" que inclui os edifícios, Casa Sede, Casa anexa, Tulha, Capela e Remanescentes Arquitetônicos, e Projeto Paisagístico de Roberto Burle Marx, foram computados na planilha como um único tombamento, o do Parque Ecológico, porque, usando o mesmo critério, de acordo com a resolução de tombamento, formam um conjunto de bens.

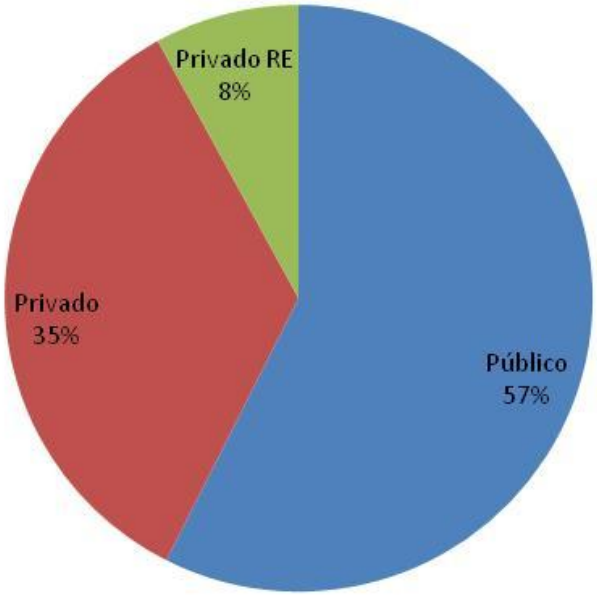


Gráfico 9 - Porcentagem dos bens tombados divididos em públicos, privados e privados em regime especial.

Considerando a propriedade dos bens tombados em relação às gestões políticas, o gráfico 10 ilustra, como apesar do predomínio do privado sobre o público, na 1º e 4º gestão, o tombamento dos bens públicos, prevalece.

[107] CONDEPACC, Resolução Nº 37 de 14 de março de 2002

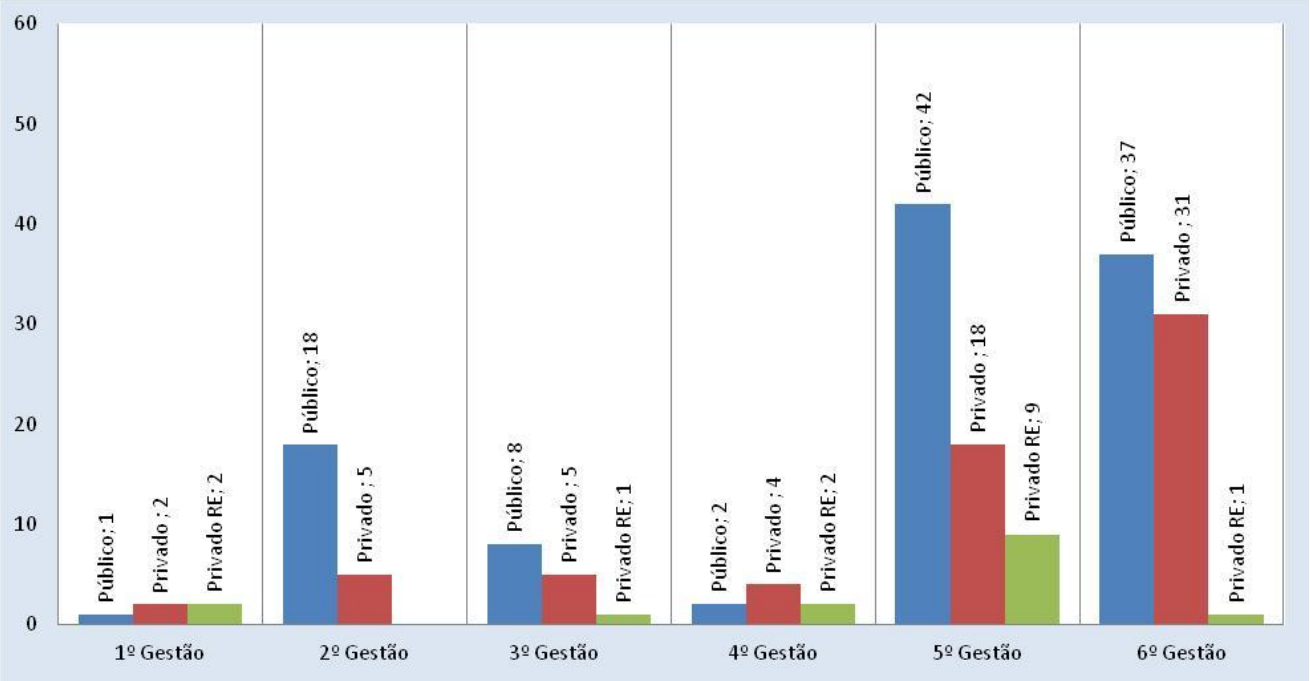


Gráfico 10 – Divisão dos bens públicos, privados e privados em regime especial com relação às gestões políticas.

A proporção de imóveis de propriedade privada nos surpreendeu pois acreditava-se, senso comum na cidade, que esses tombamentos fossem em proporção diminuta. O tombamento de propriedades privadas sempre gerou muita tensão em Campinas e a proporção de 35% dos bens tombados de propriedade privada e 8% de propriedade privada em regime especial, divulga um número relevante de tombamentos em bens particulares que deve ser considerado na formulação de qualquer política pública voltada para a preservação destes bens.

Pesquisa realizada em Belo Horizonte, MG, conforme artigo[108] intitulado "Cidade e patrimônio: o tombamento na percepção dos proprietários de imóveis em Belo Horizonte" evidenciou a importância de se estabelecer políticas públicas adequadas á salvaguarda do patrimônio cultural.

> "a análise dos dados aponta para os vários focos de conflito entre prefeitura e proprietários de bens tombados e até mesmo para a necessidade de mudanças nas políticas públicas de preservação do

108 BOTELHO e ANDRADE, 2005, p. 91-101.

> patrimônio. A mais visível delas é a forma de comunicação das informações pelo poder público, mas também pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município. (BOTELHO e ANDRADE, 2005: P. 100)

A constatação de um alto grau de insatisfação dos proprietários, conforme pesquisa de Belo Horizonte inclui, além da forma como o tombamento foi comunicado, a falta da divulgação dos incentivos como isenção do IPTU e Transferência do Direito de Construir e os meios disponibilizados para que eles possam usufruir destes incentivos. A pesquisa aplicada na capital de Minas Gerais, em 2001, é uma ferramenta interessante que poderia ser aplicada em Campinas como auxiliar na definição de uma apropriada política pública local uma vez que o número de propriedades privadas é bastante significativo e tende a crescer se levarmos em consideração os bens que permaneceram em estudo de tombamento após o término de 2008.

> Resta alertar para a necessidade do poder público local estar atento à recepção e à reação às práticas de proteção, por parte dos proprietários dos imóveis afetados, que podem ser os fatores decisivos para a adoção e a manutenção desse tipo de política pública. (BOTELHO e ANDRADE, 2005: P. 100).

2.6 – O interesse cultural expresso na Resolução de Tombamento

Notamos através do gráfico 11 que do total de 188 resoluções de tombamentos do CONDEPACC, 45% não contempla, na Resolução de Tombamento, o tipo de interesse que o bem desperta como patrimônio cultural da cidade. Consideramos falha grave tombar um bem e não lhe atribuir valor, não expressar o interesse cultural que fundamentou a valorização daquele bem.

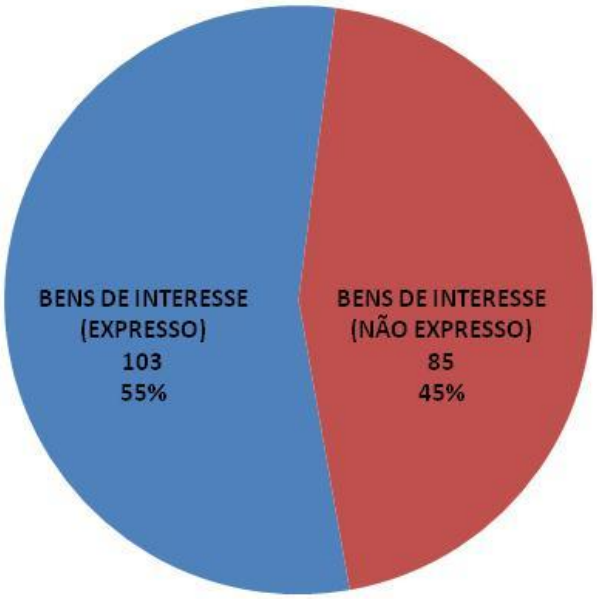


Gráfico 11 – Proporção das Resoluções de Tombamento com a definição do interesse cultural atribuído ao bem.

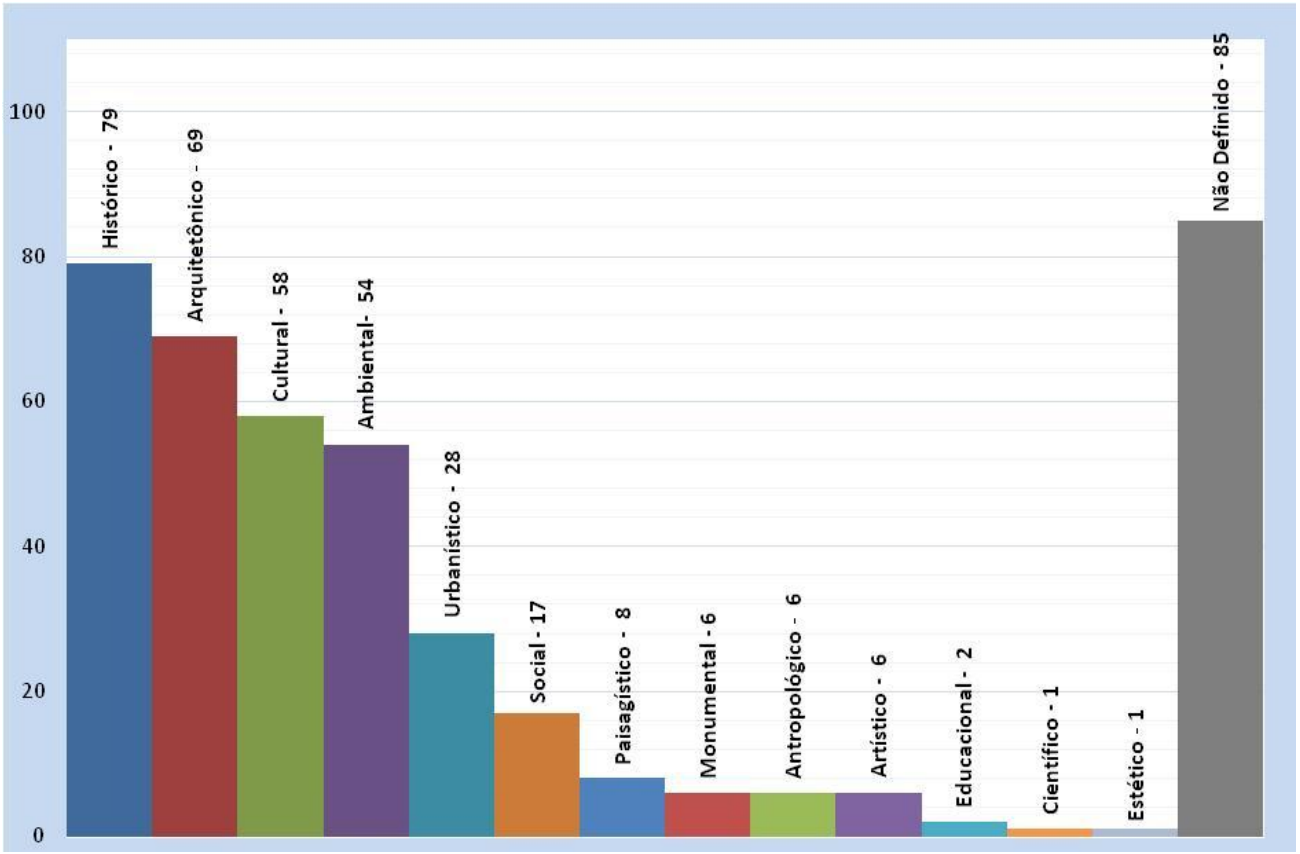


Gráfico 12 - O interesse como patrimônio cultural atribuído aos bens.

Nas Resoluções onde o interesse cultural está definido é corrente a atribuição de mais de um interesse, e a planilha os contempla desconjuntados. Por exemplo, na Resolução Nº 01 de 19 de dezembro de 1988, de acordo com o seu "Artigo 1º - Ficam tombados os seguintes bens de interesse cultural, histórico, arquitetônico e ambiental: [...]" que então foram inseridos na planilha para gerar os gráficos, cada um dos diferentes interesses, separadamente. O gráfico 12 demonstra essa variedade de interesses em proporções muito desiguais, assim como, a falta de definição na Resolução de Tombamento de uma expressiva porcentagem de bens tombados.

2.7 – A justificativa na Resolução de Tombamento

A justificativa do tombamento deve ser esclarecida na Resolução, pois ela, assim como o interesse que o bem desperta, é fundamental para orientar futuras ações de conservação, restauro ou novos usos, sinalizando os pontos importantes a serem respeitados no patrimônio.

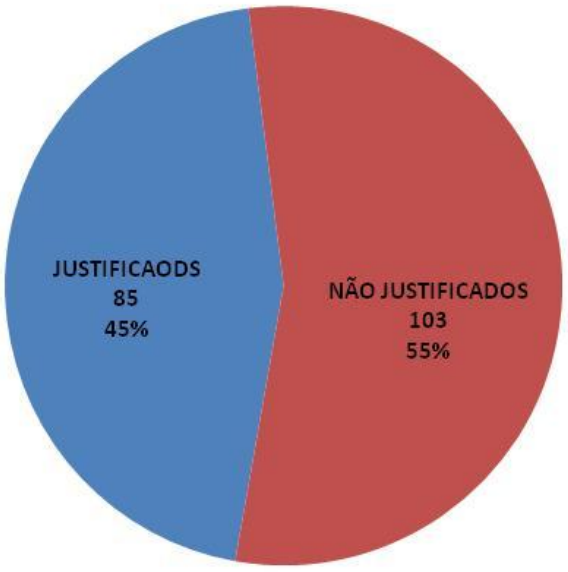


Gráfico 13 – A proporção das Resoluções de Tombamento com justificativa do por que do tombamento.

De acordo com levantamento dos bens tombados, ilustrado pelo gráfico 13, somente 45% das resoluções de tombamento justificaram, na Resolução, o porquê do tombamento do bem. Justificar, de forma clara e precisa na Resolução, aquilo que está sendo tombado, por que determinado bem merece ser preservado, revela seriedade e transparência no processo de tombamento.

Como uma sociedade pode valorizar o conjunto de bens tombados de seu município ou região se não tem consciência da importância deste conjunto de bens eleitos patrimônio cultural no município?

2.8 – O tempo de trâmite dos processos de tombamento

Em Campinas, 52% dos bens tombados permaneceram em estudo de tombamento num período de até quarenta e oito meses e 35% dos bens tombados, num período compreendido entre 49 e 96 meses. Ficou demonstrado pelo gráfico 14, que 87% dos bens tiveram um tramite de até oito anos sendo que destes, 21% foram tombados em até doze meses e 20% no período de treze a vinte e quatro meses. Alguns processos de tombamento foram extremamente longos, os que se encaixaram no período de cento e noventa e três a duzentos e quarenta meses, relativo a 3% dos bens, porém nenhum deles finalizou em vinte anos. O processo de estudo com o mais longo período de tramitação coube a um imóvel particular situado na Rua Doutor Quirino nº 1396/1404[109] (Giovanetti II), com duração de duzentos e trinta e três meses.

[109] CONDEPACC, Resolução Nº 68 de 15/05/2008, cujo Processo de Estudo de Tombamento Nº 08, foi aberto em 7/12/1988.

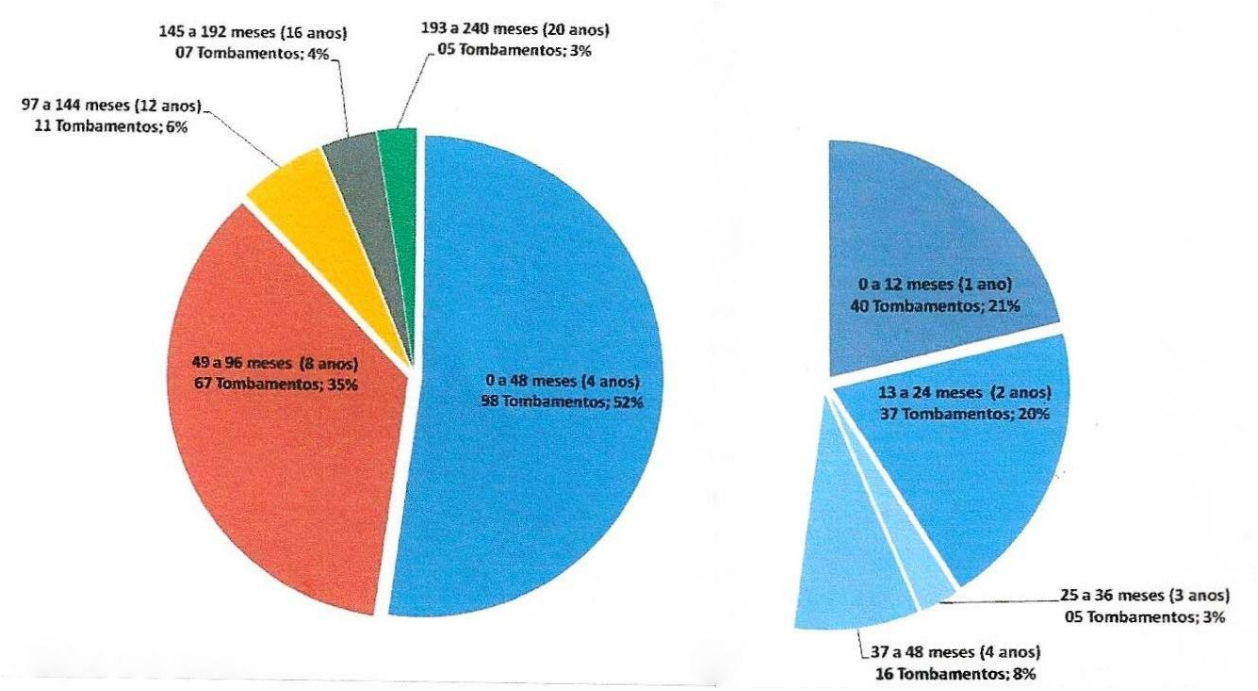


Gráfico 14 – Número de meses necessários da abertura de estudo até a Resolução de Tombamento. O gráfico em tons de azul a direita é uma subdivisão dos 52% dos bens tombados num período de até quatro anos após o início do estudo. .

Os tombamentos da Mata Santa Genebra (1992), Colégio Culto à Ciência (1992), Colégio Técnico Bento Quirino (1992), Bosque dos Jequitibás (1993) e da E.E.P.S.G. Carlos Gomes (1997), tombados pelo CONDEPHAAT antes do CONDEPACC, foram, portanto, todos tombamentos "ex-offício" pelo município, sendo que na abertura do processo já se executou o tombamento. As Resoluções Nº 1 e 2 de tombamento, apesar de "ex-offício" para a maior parte dos bens listados nestas resoluções, demandaram alguns meses de estudo em função da regulamentação da área envoltória. Conforme parecer técnico de 12/07/1988, folha Nº 02 do processo de estudo de tombamento da Resolução Nº 01 de 19/12/1988:

> Alguns dos imóveis mencionados já se encontram tombados pelo CONDEPHAAT e pelo IPHAN. Nesses casos, o tombamento pelo município poderá ser feito ex-offício,desde que se regulamentem as suas respectivas áreas envoltórias. Esse é o caso do Solar do Barão de Itapura, do Barão de Itatiba, da Catedral Metropolitana e da Capela Nossa Senhora da Boa Morte. [...] as áreas envoltórias dos imóveis aqui

> considerados se interligam e se sobrepõem parcialmente. Por essa razão, será possível – e, a meu ver, é conveniente que se faça – traçar uma única mancha na qual deverão estar localizados os bens que mantenham relação significativa com os imóveis a serem tombados, e que contenha a área geográfica correspondente (o espigão da atual Av. Francisco Glicério). Evidentemente, o procedimento proposto implicará na pronta realização de inventário dos bens culturais existentes nessa área e que sejam significativos para o período considerado. (ARANTES, 1988).

2.9 – A historicidade do patrimônio tombado

Consideramos neste item a data aproximada sem nos ater se de fundação, construção, inauguração etc. uma vez que existe imprecisão quanto a essas datas em vários bens tombados e o nosso objetivo é revelar quais períodos, de forma mais genérica, predominaram nos tombamentos realizados pelo CONDEPACC.

Os gráficos, 15 e 16, relativos aos vinte e um anos do CONDEPACC, quantificam os tombamentos em períodos de cinquenta anos. Para que a proporção guardasse relação com o total dos tombamentos estudados, também consideramos nos gráficos a categoria Patrimônio Natural composto de matas nativas, lagos etc. Por outro lado, contemplamos os Parques, Bosques e Praças, na data em que se configuraram como tal, independente, como é o caso do Parque Ecológico[110], se também é formado por conjunto de edificações remanescentes de uma fazenda histórica.

Do período histórico mais antigo contemplado pelo CONDEPACC, a segunda metade do século XVIII, somente duas resoluções de tombamento foram publicadas, a Tulha do Imóvel situado à Avenida Joaquim Arlindo de Lemos[111],

---

[110] Resolução Nº 37 de 14 de março de 2002 que no seu Artigo 1º, resolve: Fica tombado como bem de interesse cultural, histórico, arquitetônico e ambiental o Parque Ecológico "Monsenhor Emílio José Salim", incluindo os edifícios - Casa Sede, Casa Anexa, Tulha, Capela e Remanescentes Arquitetônicos, inseridos no Grau de Proteção Um (GP1) e áreas verdes – Projeto Paisagístico de Roberto Burle Marx, localizado na Rodovia Heitor Penteado, km. 3, estrada que liga Campinas e Sousas.

[111] Resolução Nº 10 de 29 de setembro de 1992

construída entre 1790 a 1795 e a Capela da Santa Cruz[112], provavelmente do final do século XVIII e a mais antiga capela de Campinas. A primeira metade do século XX, com 51%, contempla a maior porcentagem de bens tombados, seguido pela 2º metade do XIX, com 37 % dos bens.

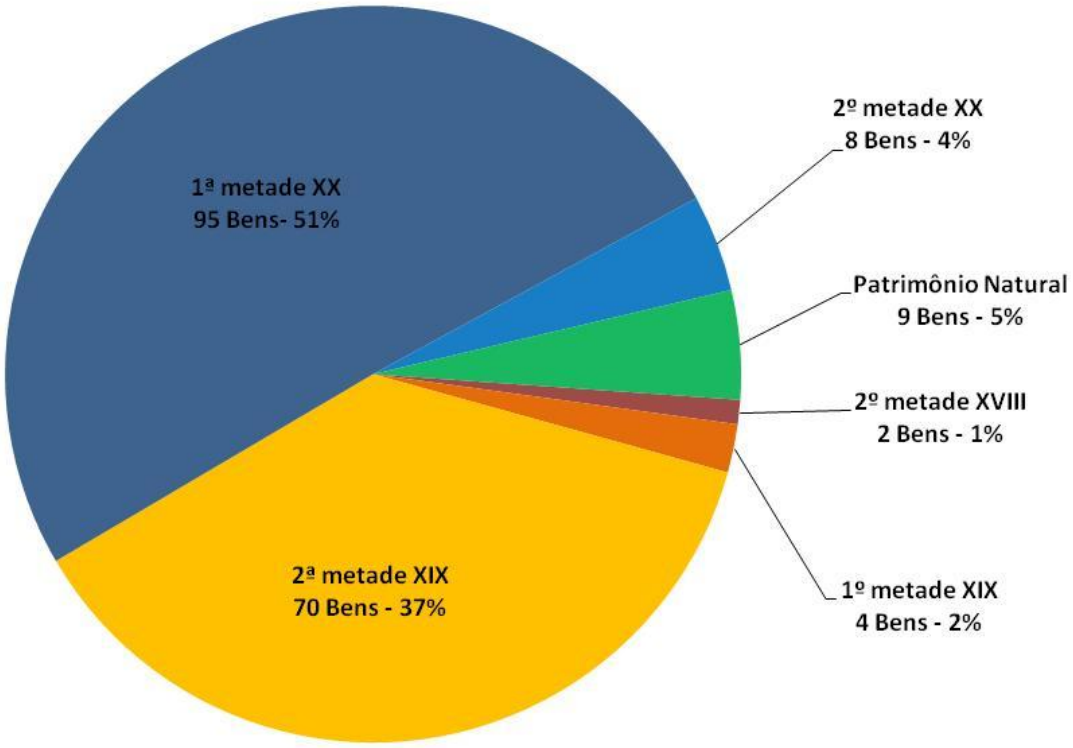


Gráfico 15 – Quantifica o total dos tombamentos, dividindo-os em períodos de meio século. Acrescentamos o patrimônio natural para que a porcentagem seja relativa ao total dos cento e oitenta e oito bens tombados.

Os tombamentos quantificados e distribuídos nas gestões de prefeitos correspondentes (gráfico 17) nos revelam que inicialmente, nos oito primeiros anos, o século XIX predominou e apesar de ser o único século presente nos

[112] CONDEPACC, Resolução Nº 31 de 29 de janeiro de 1999.

tombamentos de todas as gestões, nas 3º, 4º, 5º e 6º gestões, o século XX prevaleceu.

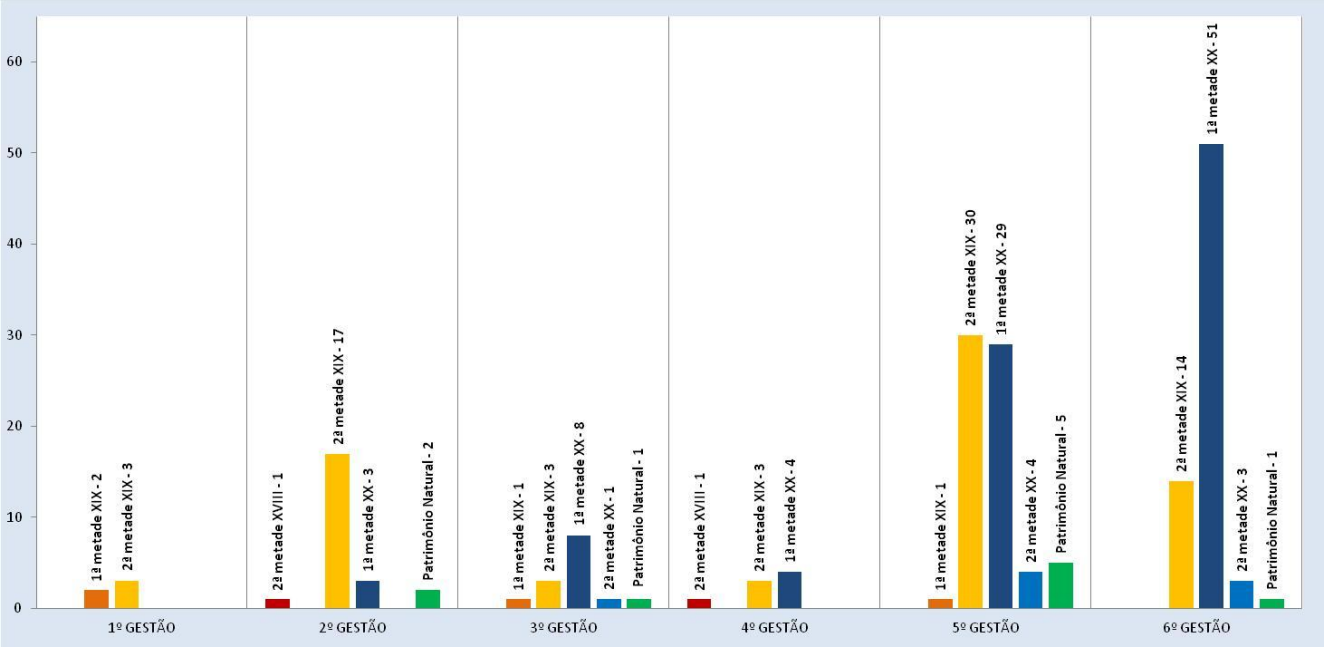


Gráfico 16 – Distribui nas gestões dos prefeitos o total dos tombamentos do patrimônio edificado, dividindo-os em períodos de metade de séculos. Contempla ainda o patrimônio natural.

2.10 – O IPHAN e o CONDEPHAAT nos tombamentos em Campinas.

Com relação ao total de bens tombados em outras esferas que não a municipal, quinze tem reconhecimento do CONDEPHAAT e apenas um do IPHAN. Após o ano de 2008, o IPHAN tombou em Campinas a Casa Grande e Tulha e CONDEPHAAT tombou o Centro de Convivência Cultural de Campinas, situado na Praça Imprensa Fluminense.

Na esfera federal[113], o único bem tombado até o ano de 2008[114], é o Solar Barão de Itatiba (Palácio dos Azulejos), que também está protegido pelo Estado e é um bem público. O Palácio dos Azulejos além de ser o único que tem reconhecimento nas três esferas, federal, estadual e municipal, também foi o primeiro a ser tombado em Campinas, em 1967. Trata-se de um sobrado do último quartel do século XIX, representativo da riqueza produzida pelo café.

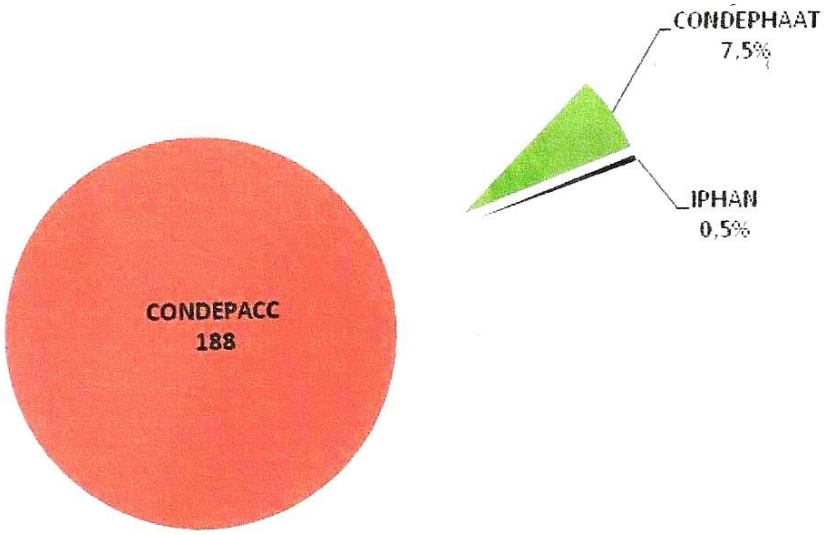


Gráfico 17 – Proporção dos bens tombados pelo IPHAN e CONDEPHAAT. Neste gráfico, ilustramos que do total dos 188 bens tombados pelo CONDEPACC, 7,5% tem o reconhecimento estadual do CONDEPHAAT e 0,5% do IPHAN

Campinas possui proporcionalmente poucos bens tombados pela esfera estadual, como demonstra o gráfico 17. O órgão estadual iniciou os tombamentos na cidade em 1973 com o tombamento do Bosque dos Jequitibás, um parque

[113] No Anexo B, listagem dos bens tombados pelo IPHAN e CONDEPHAAT em Campinas.

[114] O jornal Correio Popular publicou matéria em 06/09/2011, com o título "Patrimônio tomba casa de Toninho" onde se lê: "[...] a Casa Grande e Tulha da antiga Chácara Paraíso das Campinas Velhas se tornou patrimônio histórico do País. [...] Com a decisão do Iphan, a Casa e a Tulha passaram a se o segundo patrimônio nacional em Campinas, junto com o Palácio dos Azulejos. O tombamento foi publicado ontem pelo presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, no Diário Oficial da União."

urbano. O segundo tombamento do CONDEPHAAT, em 1979, considerou a Capela N. S. da Boa Morte, do último quartel do século XIX. Na década de oitenta se deram todos os outros tombamentos sendo que, o do Colégio Culto à Ciência se deu no ano seguinte à criação do CONDEPACC, em 1989. Do total dos tombamentos do CONDEPHAAT, doze são bens arquitetônicos, um parque urbano e um remanescente de mata.

Do total de tombamentos realizados pelo CONDEPHAAT, somente o da Sede da Fazenda Três Pedras, localizada no Distrito de Joaquim Egídio, não foi contemplado com o reconhecimento na esfera Municipal até o final de 2008[115].

. Nos tombamentos do CONDEPHAAT, é notória a predominância do público sobre o privado e uma diversificação quanto à modalidade destes bens tombados.

[115] Em estudo de tombamento pelo CONDEPACC desde 2004, conforme o Processo 020/04, o Conjunto Arquitetônico da Fazenda Três Pedras, foi tombada em 2009, Resolução Nº 114 de 31 de março de 2008.

3 ALGUNS IMPASSES NA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE EM CAMPINAS

> [...] Mas acho que seria fundamental, para efeito de aguçar desde a infância, até a adolescência e idade adulta, o interesse pela própria história, pela própria identidade cultural e social, seria reservar um espaço para a história local. Mostrar que a cidade tem uma história, que a paisagem onde nós desfilamos todos os dias, as esquinas, as ruas, os espaços, os prédios, é, tem um potencial, uma carga de história que nos diz respeito, na qual nós nos situamos. (José Roberto do Amaral Lapa in SIMSON: 2000, P 56, 57)

3.1 - Antigo Solar Barão de Itatiba (Palácio dos Azulejos).



Figura 10 - Foto do Palácio dos Azulejos. Fachadas da Rua Regente Feijó esquina com Rua Ferreira Penteado (2008).

O Palácio dos Azulejos, monumento cultural de Campinas, antigo solar datado de 1878, é composto de duas residências geminadas, construídas, uma, pelo Barão de Itatiba; Joaquim Ferreira Penteado; e a outra pelo seu genro, Antônio Carlos Pacheco e Silva. O antigo Solar é tombado nas esferas federal, estadual e municipal.

O tombamento do Palácio dos Azulejos pelo IPHAN[116] ocorreu em 1967, pelo CONDEPHAAT[117] em 1981 e pelo CONDEPACC[118] em 1988. É descrito na Resolução de Tombamento do CONDEPACC como o "Antigo Solar do Barão de Itatiba (Palácio dos Azulejos), situado à Rua Regente Feijó, 841, valioso documento arquitetônico edificado pela aristocracia do café, em 1878, com raro acabamento, proporção e equilíbrio". Pertence ao Centro Histórico de Campinas e ainda, conforme a Resolução do CONDEPACC é um "espaço de particular significação para o conhecimento da formação urbana desta cidade". Previa-se também no tombamento municipal de 1988, a necessidade de garantir a visibilidade adequada aos imóveis preservados, porém a questão da requalificação da área envoltória do Palácio dos Azulejos buscando maior visibilidade a este marco cultural da cidade sempre foi polêmica, envolvendo conflitos que são inerentes à dinâmica urbana e em especial aos interesses da especulação imobiliária e por outro lado a falta de uma política pública consistente de valorização dos bens culturais tombados.

Fábio Penteado e Oscar Niemeyer, dois arquitetos brasileiros de projeção internacional, trabalharam, em épocas diferentes, com a idéia de

---

[116] IPHAN: Processo de Tombamento n° 736-T-1964, Inscrição N° 409, Livro Histórico, fls. 66 de 20/12/1967. (Bens móveis e....., 2009).

[117] CODEPHAAT: Processo de Tombamento n° 172/70 Ex-Ofício em 25/03/1981. Disponível em: < http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=73bf44e37d52c010VgnVCM1000001c01a8c0 > Acesso em:17 nov. 2011.

[118] CONDEPACC – Resolução Nº 001 de 19 de dezembro de 1988. Prefeitura Municipal de Campinas/SP. In: Resolução Nº 001 de 19/12/1988 - Tombamentos - SMAJ - CSD - BJ. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r191288.htm> Acesso em: 28 fev.2010.

valorização do Palácio dos Azulejos, propondo projetos de requalificação de sua área envoltória (figura 11), porém nenhum desses projetos foi implantado.

Reportagem publicada pelo jornal Correio Popular de 30 de junho de 2007, intitulada “Revitalização do Centro volta à tona: Urbanistas defendem que o fim do Terminal da Moraes Sales deveria dar lugar a um teatro ou praça, não à base da GM” sobre a desativação do Terminal II ou da Moraes Sales, sinaliza, mais uma vez, a discussão sobre os projetos dos arquitetos Fábio Penteado e Oscar Niemeyer que poderiam ser implantados na área envoltória do Palácio dos Azulejos. O Terminal da Moraes Sales se localizava na mesma quadra do Palácio dos Azulejos e a sua desativação, em princípio, poderia favorecer a implantação dos projetos citados. O mapa da figura 12 elucida quanto à localização dos edifícios na área.

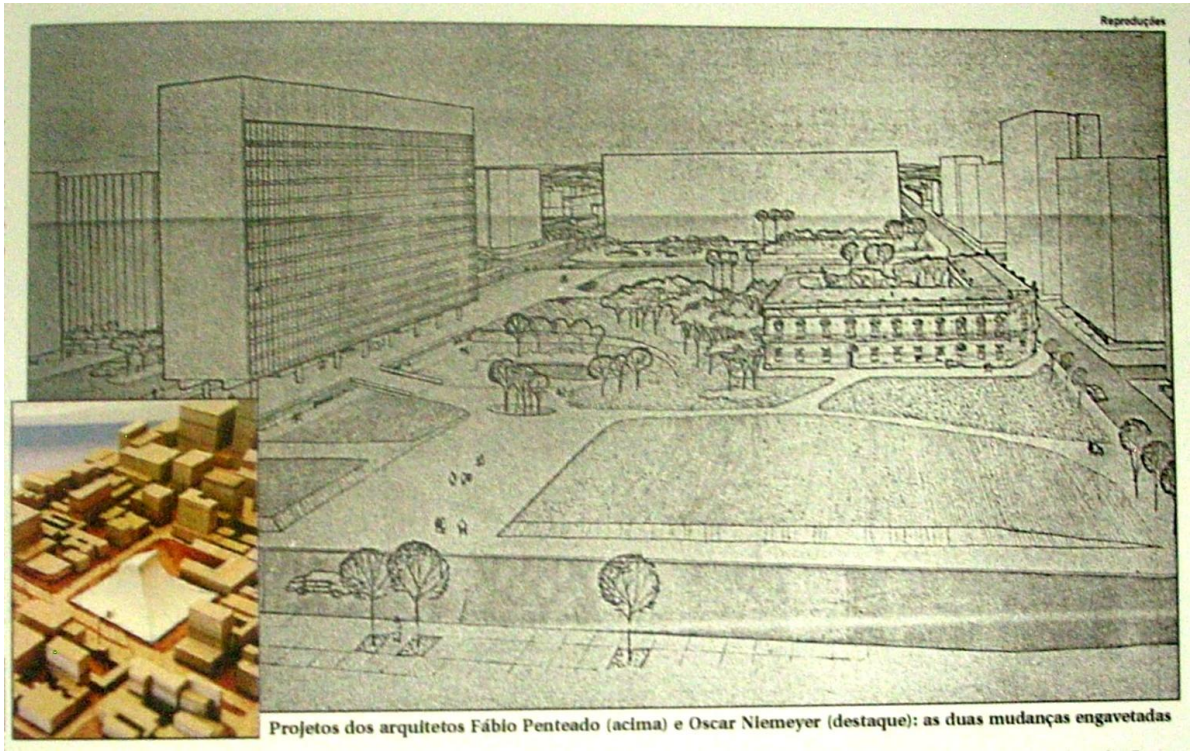


Figura 11 – Reprodução do “Projeto do arquiteto Fábio Penteado (acima) e Oscar Niemeyer (destaque): as duas mudanças engavetadas”.

Nenhum projeto visando à criação de uma praça, teatro ou museu na área envoltória do Palácio dos Azulejos se concretizou, mas o edifício histórico passou por um restauro[119], finalizado em 2004, que infelizmente foi parcial. Manifestações patológicas, que não nos cabe aqui levantar, podem ser observadas no edifício atualmente e comprometem a integridade deste bem cultural.

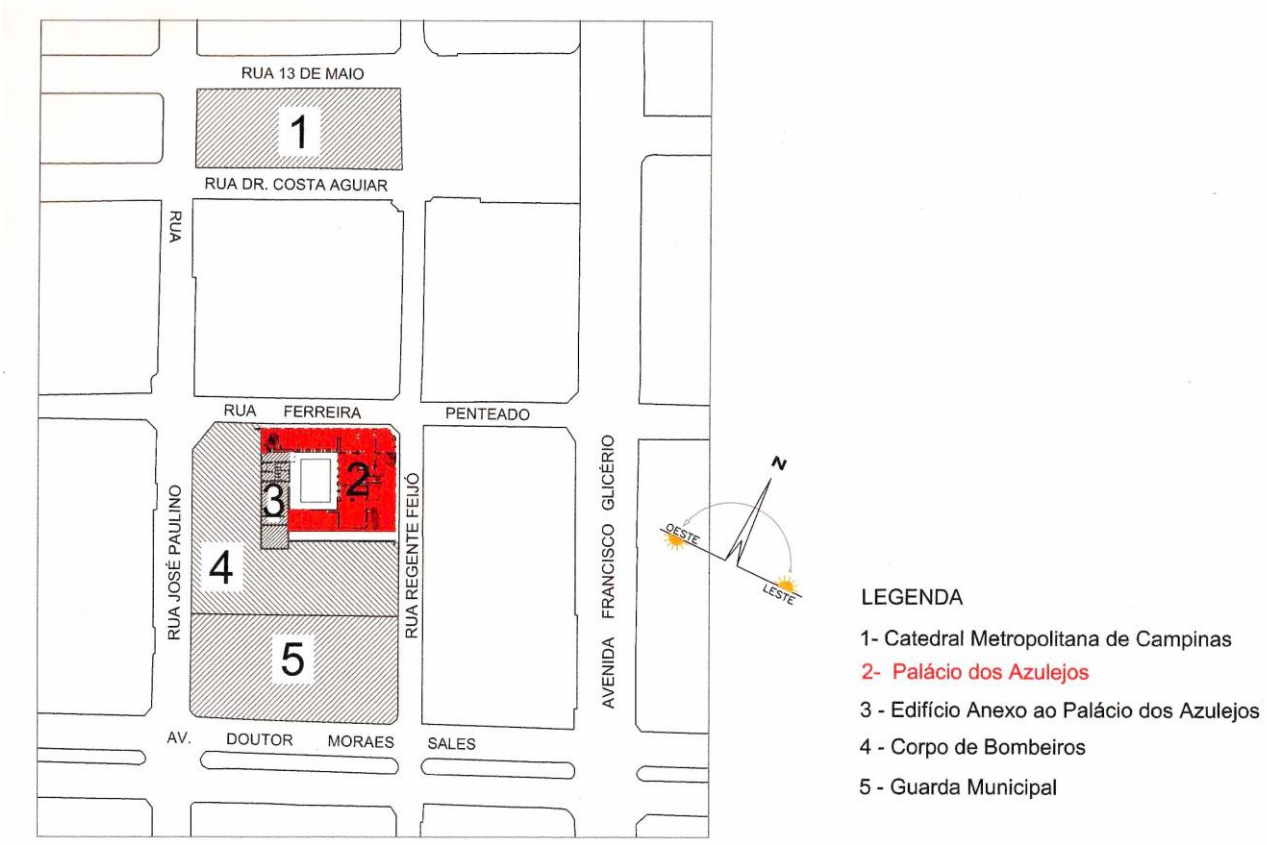


Figura 12 – Mapa de implantação do Palácio dos Azulejos. Observamos na mesma quadra, o Corpo de Bombeiro e a Guarda Municipal (área anteriormente ocupada pelo Terminal II Mores Sales). Sem escala.

[119] Em 23/08/2002, através da Portaria nº 485, o projeto de restauração do edifício do Palácio é aprovado pelo MINC, apoiado pela Câmara de Dirigentes Lojistas e empresas patrocinadoras como a Petrobrás. Em 09/01/2003, o Diário Oficial de Campinas anunciou "Inscrições para restauro dos Azulejos". Em 2004, o Palácio dos Azulejos é entregue restaurado para o público, [...]. (SCHICCHI, 2008, p. 95).

A construção da Base da Guarda Municipal, no local onde antes estava localizado o Terminal Moraes Sales, na mesma quadra do Palácio dos Azulejos, limitou a possibilidade de implantação de projetos culturais em sintonia com políticas públicas de valorização dos bens tombados nesta área central. Não se trata de "engessar" a área envoltória, mas sim, de adequar o planejamento urbano, caso a caso, contemplando a proteção do patrimônio cultural, com planejamento visual e de atividades para melhorar a fruição dos bens tombados.

O projeto da sede do Comando de Ação Preventiva (CAP) da Guarda Municipal de Campinas (GMC)[120] gerou uma Ação Popular, protocolada na Justiça em 2007, por iniciativa de Roseana Moraes Garcia[121], viúva do ex-prefeito Antonio da Costa Santos,

> [...] alegando, em síntese, que a municipalidade requerida ira promover intervenção urbanística em imóvel tombado pelo patrimônio histórico – terminal II ou Moraes Sales – sem a devida aprovação do Conselho de defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC. Postularam a concessão de liminar, a fim de evitar o início das obras no local, bem como a apresentação do projeto a ser executado. Requerem a condenação dos requeridos ao ressarcimento dos eventuais danos ocasionados ao erário em razão da obra realizada ilegalmente (SÃO PAULO: 2007, p. 364).

A liminar foi indeferida uma vez que, no mérito, a ação foi julgada improcedente. O projeto da Guarda Municipal sofreu algumas alterações, e posteriormente, com a aprovação ratificada pelo CONDEPACC, foi construído, independente dos protestos, tanto de Roseana Garcia como de urbanistas da cidade.

Reza a legislação federal, art.18 do Decreto Lei 25/37[122] de que:

---

[120] A Base da Guarda Municipal foi inaugurada em 05 de setembro de 2008.

[121] Paulo Tavares Mariante, Roseana Moraes Garcia e Willianm Carlos Ceschi filho ajuizaram Ação Popular contra o Município de Campinas, Hélio de Oliveira Santo e Francisco de Lagos Viana Chagas. (SÃO PAULO:, 2007).

[122] Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. In: Decreto Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del0025.htm> Acesso em: 28/02/2010.

> Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança de coisa tombada, fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou o objeto, impondo-se nestes casos a multa de cinqüenta por cento do valor do mesmo objeto.

Na legislação estadual também é previsto que se deve evitar o prejuízo à visibilidade ou destaque de qualquer edificação ou sítio tombado num raio de 300m. Destaque; como bem define Ulpiano Bezerra de Meneses:

> [...] implica hierarquia, subordinação. O bem tombado é que é o objeto de interesse e de proteção; se há controle do entorno, é em função do bem tombado. Portanto, valor substantivo é o do bem tombado; o entorno tem valor adjetivo. (Meneses, 2006:42).

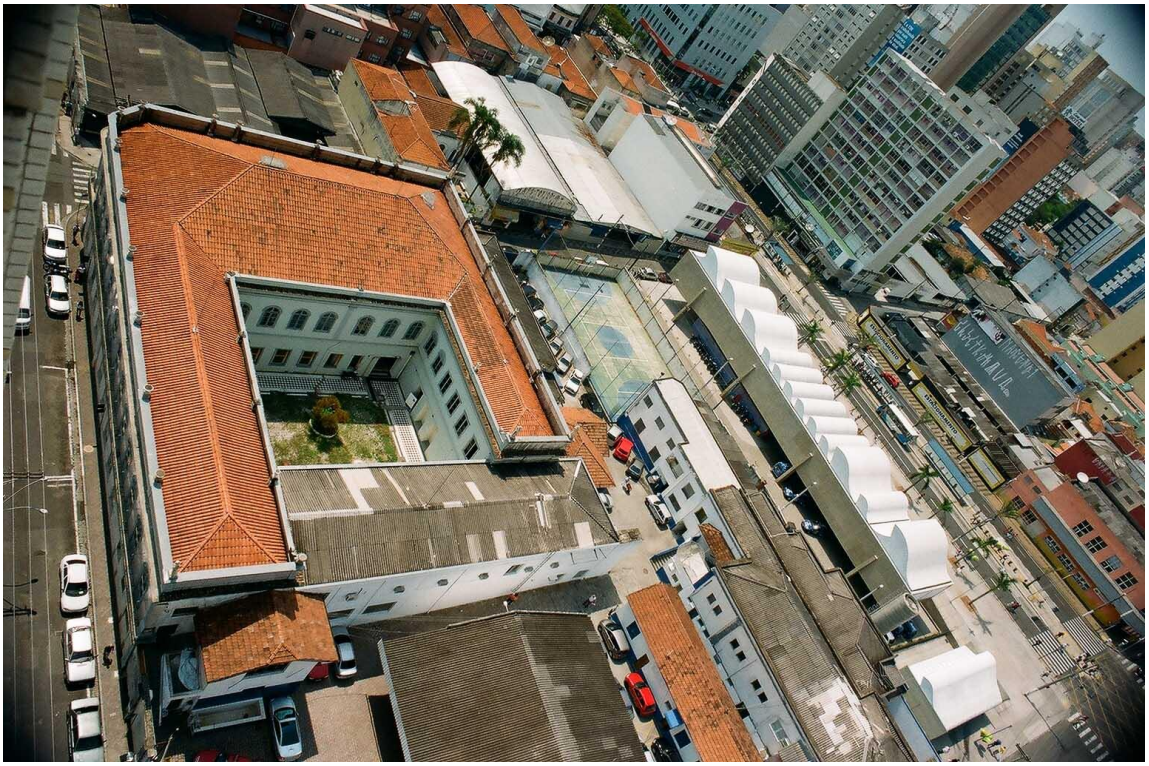


Figura 13 - Foto panorâmica onde se observa a cobertura (telha de barro) do Palácio dos Azulejos a esquerda e a cobertura (branca) da Base da Guarda Municipal a direita (2010).

As figuras 13 e 14 são tomadas fotográficas que ilustram a posição do edifício da Guarda Municipal em relação ao Palácio dos Azulejos e o acesso visual a este bem. A edificação da Guarda Municipal obedeceu ao gabarito de altura previsto no tombamento assim como ao recuo em relação ao bem tombado. A visualização do Palácio dos Azulejos prejudicada corresponde á fachada paralela à Av. Moraes Sales, que originalmente não teve o mesmo detalhamento arquitetônico e de revestimento em azulejos, que as fachadas voltadas para a Rua Regente Feijó e Rua Ferreira Penteado.

Ocorre que juridicamente, de fato, não houve ilegalidade uma vez que a aprovação do CONDEPACC nas intervenções de áreas envoltórias regulamentadas passou a ser dispensável com a promulgação do Decreto Nº 15.471 de 16 de maio de 2006[123]. Segue parte da sentença da Ação Popular proferida pelo Juiz de Direito, Exmo. Dr. Cassio Perreira Brisola, esclarecendo a questão:

> [...] Conforme determina o Artigo 7º do Decreto nº 15. 471 de 16 de maio de 2006, a obra em imóvel localizado em área envoltória regulamentada de bem tombado, como aquele onde se situava o Terminal II ou Moraes Salles, deve receber aprovação do projeto da Secretaria Municipal de Urbanismo, a qual observará o cumprimento das resoluções de tombamento e as norma (sic) e procedimentos estabelecidos pelo CONDEPACC (fl. 127).
>
> Referido procedimento foi observado, como se pode observar da declaração de fls. 158, onde se declara que a construção da Base da Guarda Municipal de campinas (sic) foi submetida e aprovada, nos termos do Decreto Municipal nº 15.471/2006, pela Secretaria de Urbanismo em 23 de julho de 2007.[...] (SÃO PAULO: 2007, p. 366-367).

Cabe-nos discutir se o Decreto Nº 15.471/ 2006 é adequado a um Conselho deliberativo como é o caso do CONDEPACC ou se ele limita o poder deste Conselho. Acreditamos que esta é uma discussão muito pertinente e que deveria ser colocada em pauta. Por outro lado toda esta polêmica questão sobre a área envoltória do Palácio dos Azulejos sinaliza o quanto é essencial uma política

123

pública integrada com varias instâncias de decisão no município para a valorização do patrimônio cultural que representa nossa memória.



Figura 14 - Foto parcial da fachada da Guarda Municipal e Rua Regente Feijó. Tomada fotográfica da Rua Regente Feijó, esq. com Av. Dr. Moraes Sales. Ao fundo Palácio dos Azulejos e Catedral Metropolitana de Campinas (2010).

Reconhecemos as enormes dificuldades de integrar as questões do patrimônio cultural urbano com a multidisciplinaridade de aspectos envolvidos, entre outros, os econômicos, sociais e urbanísticos. Por outro lado, como resolver questões do patrimônio ambiental urbano com uma legislação de tombamento do patrimônio cultural desconectada da legislação de uso e ocupação do solo. O ex-prefeito Toninho, possuía entendimento abrangente e integrado do nosso patrimônio cultural, claramente identificável na forma como pretendia preservar o Palácio dos Azulejos e que infelizmente, após sua morte prematura, no início do cumprimento de seu mandato de prefeito em Campinas, só foi parcialmente

realizada. Campinas perdeu uma grande chance de adequação exemplar de área envoltória, quando, ao construir o Comando de Ação Preventiva da Guarda Municipal na mesma quadra do Palácio dos Azulejos, sepultou a idéia da praça e teatro, defendida pelo Toninho e que ocuparia as áreas do Corpo de Bombeiros e da base da Guarda Municipal.

A política pública de preservação e valoração dos monumentos[124] tombados na cidade de Campinas não foi suficiente para compreender ou então, para se impor e aplicar, na íntegra, a proposta de preservação defendida pelo ex-prefeito Municipal Antônio da Costa Santos para este patrimônio histórico. As ações recentes do governo municipal, na área envoltória deste bem, com a aprovação dos respectivos órgãos competentes, revelam uma visão míope em relação a esta herança cultural. Apesar do tombamento em si já ser um ato de reconhecimento do valor cultural de um bem e o transformar em patrimônio público sob um regime jurídico específico de propriedade, como podemos observar no exemplo em tela, ele por si, não garante a preservação deste bem. Preservação, aqui compreendida no sentido lato, ou seja, além das ações legais, entre elas a do próprio tombamento, as ações físicas de conservação e restauro, assim como as de valoração do monumento.

3.2 – A sede tombada da antiga Fazenda Jambeiro[125]

O conjunto arquitetônico e ambiental da sede da antiga Fazenda Jambeiro (Figura 15) é, infelizmente, um exemplo de total descaso da gestão urbana com o patrimônio cultural público e também da falta de articulação entre as

[124] Consideramos monumento toda obra ou grupo de obras do homem julgada testemunho da história e como tal, mereça proteção por ser de interesse público e representativo de um grupo social.

[125] Resolução Nº 14 de 11 de novembro de 1993. Alteração da Resolução nº 14 de 11 de novembro de 1993, conforme decisão do CONDEPACC em 26 de maio de 1994 e ratificada pelo Egrégio Conselho em 10 de novembro de 2001.

secretarias municipais responsáveis em orientar o desenvolvimento urbano e o órgão municipal de preservação do patrimônio cultural.



Figura 15 - Foto da fachada de fundo e lateral da antiga sede da Fazenda Jambeiro. Observamos o prédio em estado de arruinamento. Tomada fotográfica da Rua Flávia Pereira Netto (2011).

De acordo com relatório técnico da historiadora Mirza Pellicciotta[126] sobre a Fazenda Jambeiro, apresentado ao CONDEPACC em agosto de 1991:

> Os resquícios de construções ainda presentes na Fazenda nos dão mostra da senzala (em taipa e pau a pique), do galpão de beneficiamento (em taipa), da estrutura (restos em taipa), do terreiro atijolado com canais de água; nada restando da antiga casa, localizada, segundo Sr. Ângelo, na área ocupada pela piscina.
>
> A nova sede construída na década de 1890 (em 1897 segundo placa de bronze existente na casa até poucos anos) contaria com um requinte desconhecido pela fazenda: construção em tijolos, com três fileiras na parte estrutural, [...].

[126] CONDEPACC - Processo de Tombamento Nº 007, Vol. 2/4: P. 65

> A construção, realizada segundo José Pompeu de Camargo e Fernando Pompeu de Camargo, por Ramos de Azevedo, teria seguido projeto francês [...].
>
> A casa, acrescida de reformas na área envoltória [...] teria se conservado intacta até o final dos anos 70[127], quando a herdeira Cecília Prado, desinteressada pela fazenda, iniciaria o loteamento das terras, desguarnecendo e abandonando sua sede histórica[128].

A sofisticada casa sede da Fazenda Jambeiro e dos outros edifícios do entorno[129] foram tombados[130] em 1993, como conjunto de bens de interesse arquitetônico e ambiental. O pedido de tombamento foi feito, ad referendum, pelo então secretário de cultura na época, Marco Aurélio de Almeida Garcia, em 2 de junho de 1989. Em 07 de agosto de 1989, o vereador Irineu Simionatto (PSDB) encaminhou à Câmara Municipal um abaixo assinado, unânime, dos moradores do Parque Jambeiro[131], solicitando o tombamento e restauro da gleba, ex-sede da Fazenda Jambeiro com seus respectivos equipamentos com a finalidade de preservação como relíquia histórica e o aproveitamento da área física para obras sociais necessárias à região. O conjunto foi tombado em 1993, mas nunca foi preservado. Em 2001, foi transferido para a municipalidade como área institucional[132] através de um acordo com a empresa loteadora, Planenge

---

[127] Ano de 1970. (grifo nosso)

[128] CONDEPACC. Processo de Tombamento Nº 007/89, Volume ¼: P.771 e 72 (Folhas do processo: 59 e 60). Site : <http://2009.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio/bens_tombados/processo_007_89/ > Acesso: 22/01/2011

[129] Capela, senzala (parcial), casa sede, terreiros de café e muro de pedra (parcial), senndo que também devem ser preservadas as figueiras existentes.

[130] Tombamento do conjunto arquitetônico da Fazenda Jambeiro como bens de interesse arquitetônico e ambiental no Município de Campinas . CONDEPACC, Resolução nº. 014 de 22/12/1993. Posteriormente, alteração da Resolução nº 14 de 11 de novembro de 1993, conforme decisão do CONDEPACC em 26 de maio de 1994 e ratificada pelo Egrégio Conselho em 10 de novembro de 2001.

[131] Estamos, como nos processos do CONDEPACC, considerando o local onde está implantada a antiga sede da Fazenda Jambeiro como Parque Jambeiro, porém as placas de ruas no local indicam Jardim Judith.

[132] CONDEPACC, Processo 007/89 Fazenda Jambeiro (conjunto arquitetônico e Ambiental), situada entre as ruas 22, 31 e 33, Parque Jambeiro (Volume 04/04, Folha P. 351). Site : <http://2009.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio/bens_tombados/processo_007_89/ > Acesso: 22/01/2011.

Construções e Comércio Ltda.[133], que, por força de contrato com a prefeitura na ocasião da aprovação do loteamento, seria a responsável pelo restauro. As edificações sofreram inúmeras depredações, mesmo após 2001, quando já era patrimônio da municipalidade, e se encontram atualmente cobertas de vegetação, em total arruinamento. Apesar do risco eminente de desabamento das edificações, a área com um total de aproximadamente 70.000,00 m2, sequer encontra-se protegida por algum tipo de fechamento. (Figuras 15 e 16).

As diversas secretarias da prefeitura, como já mencionado, nem sempre trabalham de forma coordenada e no caso das edificações remanescentes da Fazenda Jambeiro, o Secretário de Cultura Valter Pomar, protocolou um Ofício[134] em 25 de novembro de 2002, sugerindo ao Secretário Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Araken Martinho, a instalação de uma sindicância interna para verificar por quais motivos foi aprovado o plantio de árvores sem a prévia autorização do CONDEPACC. Ocorre que foi aprovado em 2003 pela prefeitura, um Projeto Paisagístico para a área tombada do Parque Jambeiro conforme segue o relatório técnico do Dr. Luiz A. F. Matthes[135], na época, conselheiro do CONDEPACC:

> Analisando, em sítio, o projeto de paisagismo apresentado e parcialmente executado pela Santa Judith Empreendimentos Ltda., percebe-se que este não levou em consideração o tombamento da área. A proposta deveria ter o restauro como tema, por ocasião da sua elaboração.
>
> Verificamos ainda que não foram consideradas a maioria das árvores existentes no local, os caminhos e tampouco o canal feito em pedras que abastecia a piscina e o casarão. O plantio executado está muito adensado podendo, ainda, num futuro próximo, com o desenvolvimento destas mudas de espécies arbóreas comprometer a existência de muitas das árvores já existentes no local. Desse modo, rejeitamos o projeto de paisagismo em tela.

---

[133] _____Idem (Volume 02/04, P. 153).
[134] _____Ibidem Ofício Nº 1291/rfs (Volume 04/04, P. 393).
[135] _____Ibidem (Volume 04/04, P. 396).



Figura 16 - Foto da fachada frontal da antiga sede da Fazenda Jambeiro. Observamos que a vegetação toma conta do conjunto. Tomada fotográfica da Rua José Honório Filho (2011).



Figura 17 - Foto do conjunto arquitetônico e paisagístico da antiga sede da Fazenda Jambeiro. Tomada fotográfica da Rua Arthur Oswaldo Sigrist (2012).

Devemos atentar ao fato de que, de acordo com o tombamento, as figueiras existentes devem ser preservadas e numa total falta de integração entre as secretarias da prefeitura, foi aprovado e parcialmente executado, projeto paisagístico em área tombada sem autorização do CONDEPACC e sem respeitar os parâmetros do tombamento. Perdeu-se a possibilidade de restaurar um importante conjunto de edifícios representativos da história do café na região de Campinas no século XIX. Muito provavelmente hoje só seria possível prospecção arqueológica e preservação de parte das ruínas no local como atestam as imagens do local (Figuras 16, 17, 18 e 19).



Figura 18 - Foto do conjunto arquitetônico e paisagístico da antiga sede da Fazenda Jambeiro. Tomada fotográfica da Rua Francisco Fernandes Mendes (2011).

No Editorial do jornal Correio Popular de 08 de junho de 2007, matéria intitulada “As duas faces da moeda do patrimônio” discorre sobre o descaso com o casarão da Fazenda Jambeiro:

> O grau de civilidade e interesse cultural de uma sociedade pode ser medido pelo respeito demonstrado por suas peças históricas e arqueológicas, retrato material das várias intervenções que resultaram na cidade que hoje se conhece. Manter intactas as marcas do tempo representa preservar um patrimônio inestimável, que transmite às novas gerações um legado de cultura e interesse, e que contribui para a construção de um futuro fiel às tradições mais caras.
>
> [...] o município está em vias de perder importante patrimônio. O casarão da Fazenda Jambeiro, construído em 1897 e epicentro de um modo de vida característico do início do século passado, está depredado, abandonado pelo poder público, e corre o sério risco de perder-se por falta de cumprimento da responsabilidade de manutenção e adequação ao uso de fundo cultural. Falta, nesse caso, a disposição orçamentária de dotar o local de um mínimo de condições para preservação e uso pela comunidade, além de uma possível parceria com a iniciativa privada, atualmente o mecanismo supridor da crônica falta de recursos.



Figura 19 - Foto da fachada lateral e muro da antiga sede da Fazenda Jambeiro em total arruinamento. Tomada fotográfica da Rua Flávia Pereira Netto (2012).

Os moradores do Parque Jambeiro, por sua vez, estão sendo desrespeitados como munícipes e além de conviverem com uma área perigosa sob vários aspectos, desde animais peçonhentos, risco de desabamentos e até

abrigo de marginais, não tiveram garantido o seu direito de participação popular na implementação das políticas públicas de gestão de áreas próximas às suas residências.

Acreditamos que um projeto cultural possibilitando algum tipo de uso para as ruínas da Fazenda Jambeiro que possibilitasse sua preservação e divulgação como bem importante para a nossa história, a exemplo das ruínas do Castelo de Garcia d'Ávila[136], no município baiano de Mata de São João, tombado pelo IPHAN em 1938[137] e preservado pela Fundação Garcia D' Ávila[138], guardada as devidas proporções, poderia ser uma solução para evitar a perda total deste patrimônio cultural e mesmo tempo trabalhar com educação patrimonial.

3.3 - Imóvel da Rua Cônego Cipião nº 1074[139]

A semelhança do casarão tombado, Casa das Rosas[140], na Avenida Paulista em São Paulo, onde no mesmo terreno do casarão histórico tombado, construíram um edifício de vários andares, temos em Campinas uma tentativa não concretizada, a do Casarão da Rua Cônego Cipião.

---

[136] A Fundação Garcia D' Ávila [...] é responsável pela restauração, preservação e manutenção da Casa da Torre, única construção das Américas com caraterísticas medievais, erigida em 1551 no alto de Tatuapara e também conhecida como Castelo de Garcia D'Ávila. (Fundação Garcia D'Ávila. Disponível em: < http://www.fgd.org.br/o_castelo/index.html> Acesso em: 27 ag. 2012).

[137] Tombamento do Castelo de Garcia d'Ávila ou Torre de Garcia D´Ávila. IPHAN, Nº Processo 0128-T-38, Livro Belas Artes Nº inscr.: 043; Vol. 1; F. 009 ; Data: 30/04/1938. (Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009 / [Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem e Zulmira Canário Pope]. 5. ed. rev. e atualiz. [Versão Preliminar] – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356 Acesso em: 26 jun.2012).

[138] (Disponível em: < http://www.fgd.org.br/a_fundacao/index.html> Acesso em 27 jun. 2012).

[139] Resolução Nº 05 de 22 de maio de 1991.

[140] Casa das Rosas - Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura. Situada na Av. Paulista, nº 37, São Paulo/SP. Projeto do escritório de Ramos de Azevedo em 1930, foi tombada pelo CONDEPHAAT em 1985. Site: < http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/cultura_museus-casa-das-rosas > Acesso: 26/01/2011.

Consta do processo de tombamento[141] do Imóvel da Rua Cônego Cipião, que o CONDEPHAAT, em 13 de abril de 1989, aprovou, “ad referendum”, o pedido de demolição do imóvel, por tratar-se de imóvel em área de bem tombado pelo órgão estadual e dando parecer favorável à nova construção que se pretendia. O CONDEPACC, recém criado na época, questionou o CONDEPHAAT, sobre os critérios e a documentação que nortearam a decisão e aprova, “a referendum” por falta de quorum legal, a abertura de processo de tombamento, Processo nº 009/89 em 26/07/1989.



Figura 20 - Foto da fachada frontal do imóvel em ruínas da Rua Cônego Cipião, nº 1074, Campinas/SP (2011).

Após a abertura do processo de tombamento houve tentativa de demolição clandestina do imóvel e a casa ficou completamente destelhada, em

[141] Resolução Nº 005 de 1991. Site: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r5-22051991.htm > Acesso em 24/01/2011.

29/07/1989. Após este primeiro atentado à integridade do casarão, que infelizmente não foi o único praticado, o casarão entrou em rápido processo de degradação, o que comprometeu, ao longo do tempo, de forma irremediável, a restauração deste bem. A Câmara Municipal de Campinas, em 11 de abril de 1990, intercedeu, requerendo do Prefeito Municipal, informações que justificassem o porquê do CONDEPACC contrariar a decisão de demolição do Condephaat. Como justificativa no requerimento:

> Estivemos no local para verificar a real situação do imóvel e a razão do CONDEPACC, da Secretaria Municipal de Cultura, não entender da mesma forma com que decidiu o órgão superior do estado.
>
> Estamos anexando, também, cópia do requerimento do proprietário e fotos de várias posições do imóvel para demonstrar que, se existia, não existe nenhuma razão justificada para o tombamento do citado imóvel. (CONDEPACC, Resolução Nº 005/91, Folha 81)

Independente das contestações, o estudo do processo pelo CONDEPACC prosseguiu até a publicação da Resolução de Tombamento Nº 005/91 no Diário Oficial do Município. Ficou estabelecido um aproveitamento da área remanescente do lote onde poderiam ser construídas novas edificações e o necessário restauro do edifício tombado. Posteriormente, em 1994, um empreendimento foi lançado no local, de acordo com normas definidas pelo CONDEPACC, mas a incorporação não chegou a ser viabilizada. Um projeto de restauro para o casarão seria elaborado pelo CONDEPACC com a colaboração do arquiteto, responsável pelo novo empreendimento, Ricardo Badaró, mediante a contrapartida a ser assumida pela Abramides Empreendimentos Ltda., da publicação de material técnico didático relatando o processo de restauro e a divulgação da importância histórica e arquitetônica do imóvel tombado. Interessante são as observações sobre o processo de tombamento deste casarão elaborados pela arquiteta Profa. Dra. Ana Villanueva, numa entrevista de 2008[142], quando era coordenadora da CPC:

---

[142] Ver a entrevista completa no Apêndice A.

> [...] logo após a abertura do tombamento, numa madrugada, com chuva, começaram a destelhar o chalé, com os móveis ainda dentro, inclusive um piano austríaco. Foi uma ação para destruir rapidamente. Uma moradora da região, observou o que estava acontecendo, conseguiu meu número de telefone e me ligou as 2:00h da manhã. Fui com a polícia até lá e embargamos a demolição. Tinha todos os móveis, lustres de cristal e até um piano de cauda. Hoje o prédio se encontra em ruínas e abandonado. O que tem isto de importante? Foi a primeira vez que houve uma mobilização popular, a opinião pública começou a mudar em relação ao patrimônio cultural. Foi um marco, alguém localizou o meu telefone, na madrugada, e me ligou. A partir deste momento é que começa a mudar a visão de patrimônio na cidade. O Condepacc deixa de fazer o papel exclusivo de "bombeiro" e passa a fazer trabalhos de inventário, de catalogação, de apoio à população e assim inicia uma nova fase do Condepacc. Foram quatro ou cinco anos de trabalho árduo para se impor como órgão de respeito. Nesta época se criou por decreto (Decreto dos defensores do Patrimônio Histórico - DECRETO Nº 9913 DE 05 DE SETEMBRO DE 1989 + reformula) o defensor do patrimônio histórico. Qualquer cidadão que se candidatasse a ser defensor, ganhava uma carteirinha e tinha telefones de contato para denúncia, etc. Teve uma importância num determinado momento, foi morrendo pois não foi estimulada a ação. O decreto foi a conseqüência boa desta história, por outro lado, o casarão está em ruínas. Houve uma negociação do conselho com uma firma empreendedora para a construção de um edifício no terreno preservando o casarão histórico na frente como uso de lazer dos condôminos. Entretanto, a firma faliu e a área se encontra abandonada até hoje.

E assim, o Chalé Eclético da Rua Cônego Cipião, antiga residência da Profa. Silvia de Simões Magro, 1º Vereadora mulher de Campinas, foi totalmente abandonado e se encontra em ruínas (Figura 20). A área livre do terreno está sendo explorada atualmente como estacionamento de veículos.

3.4 – Monumento-Túmulo de Antônio Carlos Gomes

O Monumento-Túmulo de Antônio Carlos Gomes, tombado pelo CONDEPACC em 2004[143] mas em estudo de tombamento desde 1999, sofreu

[143] CONDEPACC, Resolução nº 50, de 13 de maio de 2004. Processo de estudo de tombamento Nº 1 de 13 de maio de 1999 / Interessados: Herberto Aparecidos Guimarães e Sergio

intervenções catastróficas à sua integridade devia á uma equivocada limpeza em 2003. A intervenção realizada foi autorizada pela Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC).



Figura 21 - Foto do Monumento-Túmulo Antônio Carlos Gomes. No alto do pedestal, a estátua de Carlos Gomes e abaixo, a figura alegórica da "Princesa d'Oeste" (2011).

Galvão Caponi. O Monumento Túmulo de Carlos Gomes também pertence à área envoltória do Solar Barão de Itapura e da Catedral de Campinas, pelo tombamento do CONDEPHAAT e a área envoltória do Solar Barão de Itapura pelo tombamento do IPHAN.

Localizado na Praça Bento Quirino, área central de Campinas, é um monumento público, concebido por Rodolfo Bernardelli em 1898-(?) e inaugurado em 1904 (TOGNON; AMBRÓSIO; SCARPELINE, 2007). Conforme dados do Laudo da Perícia Técnica realizada pelo I. P. R. – UNICAMP (TOGNON; AMBRÓSIO; SCARPELINE, 2007), são peças escultóricas em bronze fundido com pátina preta, sobre pedestal de pedra e conjunto de jardins que foram fundidas em Paris por Thiébaut et Fils. Tombado pelo CONDEPACC; também pertence à área envoltória do Solar Barão de Itapura e da Catedral Metropolitana de Campinas no tombamento realizado pelo CONDEPHAAT; e á área envoltória da Catedral Metropolitana de Campinas pelo IPHAN.

Foram utilizados na época da desastrosa limpeza, em 2003, produtos químicos, abrasão com escova metálica e finalização com betume. A figura 24, publicada no Diário Oficial do Município, mostra parte do procedimento que danificou o monumento e a matéria ao lado, justifica a metodologia empregada:

> Para não provocar nenhum dano na estátua, feita de bronze acobreado, Waldo Araos explica que mandou confeccionar escovas especiais com fios de bronze. Já utilizei até agora mais de cem escovas dos mais variados tamanhos, revela. Segundo ele, se fossem utilizadas escovas de aço, todos os detalhes sutis, habilmente delineados na estátua pelo escultor Rodolfo Bernardelli, seriam apagados. No início da limpeza, o restaurador utilizou um produto químico para facilitar a remoção dos óxidos produzidos pela poluição e da sujeira entranhada ao longo das décadas em que o monumento recebeu pouca atenção.
>
> [...] Na semana que vem, vai ser feita a aplicação da pátina, para proteger e dar um ar envelhecido ao monumento centenário. Com isso, o dourado resplandecente dos últimos dias, que encantou algumas pessoas e chamou a atenção de outras, vai ser suavizado[144].

[144] FERNANDES, Danilo. Restauração traz de volta brilho original do monumento ao músico. Diário Oficial, Campinas, 03 out. 2003, P.2.

Assim como no Monumento Túmulo do compositor campineiro Carlos Gomes, conforme TECHNALLBR[145], também sofreram o mesmo processo de "limpeza" com sérias conseqüências à integridade dos mesmos:

> Bento Quirino (Praça Bento Quirino), Bicentenário de Campinas 1774-1974 (Largo das Andorinhas), Campos Salles (Largo das Andorinhas), Carlos Gomes Monumento Túmulo (Praça Bento Quirino), César Bierrenbach (Praça Bento Quirino), Dom Neri (Praça da Matriz Nova), Fundação de Campinas (Praça Guilherme de Almeida), Guilherme de Almeida (Praça Guilherme de Almeida), Padre Anchieta (Av. Anchieta x Rua General Osório), Ruy Barbosa (Praça Carlos Gomes) e Thomaz Alves (Praça Carlos Gomes).



Figura 22 – Foto da limpeza desastrada do Monumento Túmulo de Carlos Gomes.

Inspeção Técnica realizada no Monumento - Túmulo Carlos Gomes, nos dias 20-22 de maio de 2005 sob a responsabilidade de especialistas do IPR-INOVA-UNICAMP com posterior parecer, emitido em 01/06/2007 e publicada no

[145] TECHNALLBR (Tecnologia para Todos). Conservação dos Monumentos Públicos de Campinas 2008.

IPR-INOVA-UNICAMP, registra o quanto a obra de limpeza do monumento foi inadequada, destruindo parcialmente características essenciais:

> [...] Conclusão da perícia técnica.
>
> A perda das características originais de um monumento, de uma obra de arte, pode ser considerada grave destruição do nosso patrimônio tutelado publicamente. Destruir um patrimônio tombado, seja por qualquer esfera pública, é crime previsto em lei, assim como também são responsáveis todos os sujeitos do poder público executivo e demais instituições e profissionais técnicos envolvidos nessa ação lamentável. **No presente caso do Monumento Túmulo de Carlos Gomes de Campinas não nos resta que confirmar a nossa frase, com o qual iniciamos esse parecer técnico breve sobre a sua condição atual: tal obra de arte, de grande valor artístico, histórico, e ambiental, foi destruída em uma das suas características mais essenciais.** Nesta situação, onde a capacitação técnica e competência específica em restauro foram completamente abandonadas pelos promotores e executores das obras recentes de limpeza da nossa obra de arte pública, sugerimos, vivamente, o envolvimento de esferas competentes institucionais sérias e balizadas para as perícias e obras de restauro, como o Centro de Conservação e Restauração de Bens Móveis - CECOR – da Universidade Federal de Minas Geais, ou a Fundação de Artes de Ouro Preto – FAOP, instituição de ensino da área do Governo de Minas Gerais, ou, ainda a equipe técnica da Pinacoteca do Estado de São Paulo ou do Museu Paulista – USP.
>
> Que a justiça seja feita e que tenhamos, novamente, o Monumento Túmulo de Carlos Gomes em seus dias de glória e prestígio, na cidade de Campinas[146]. (TOGNON; AMBRÓSIO; SCARPELINE, 2007, p. 14-15).

Quanto à retirada de toda a pátina induzida original e as perdas de massa metálica causada pela equivocada limpeza nada foi providenciado, apesar de recomendado, em caráter de urgência, pela perícia técnica, o restauro por especialista em peças históricas de bronze. Tampouco a sugerida sindicância para se avaliar as "responsabilidades profissionais e institucionais envolvi SCARPELINE das então nesse processo de limpeza [...]." (TOGNON; AMBRÓSIO; SCARPELINE, 2007, p. 13) foi acatada.

---

[146] TOGNON, Marcos; AMBRÓSIO, Eliana e SCARPELINE, Rosaelena. **CAMPINAS: Monumento-Túmulo de Carlos Gomes.** Publicações, Laudos Técnicos, I. P. R./UNICAMP, 2007. Disponível em: < http://www.e-

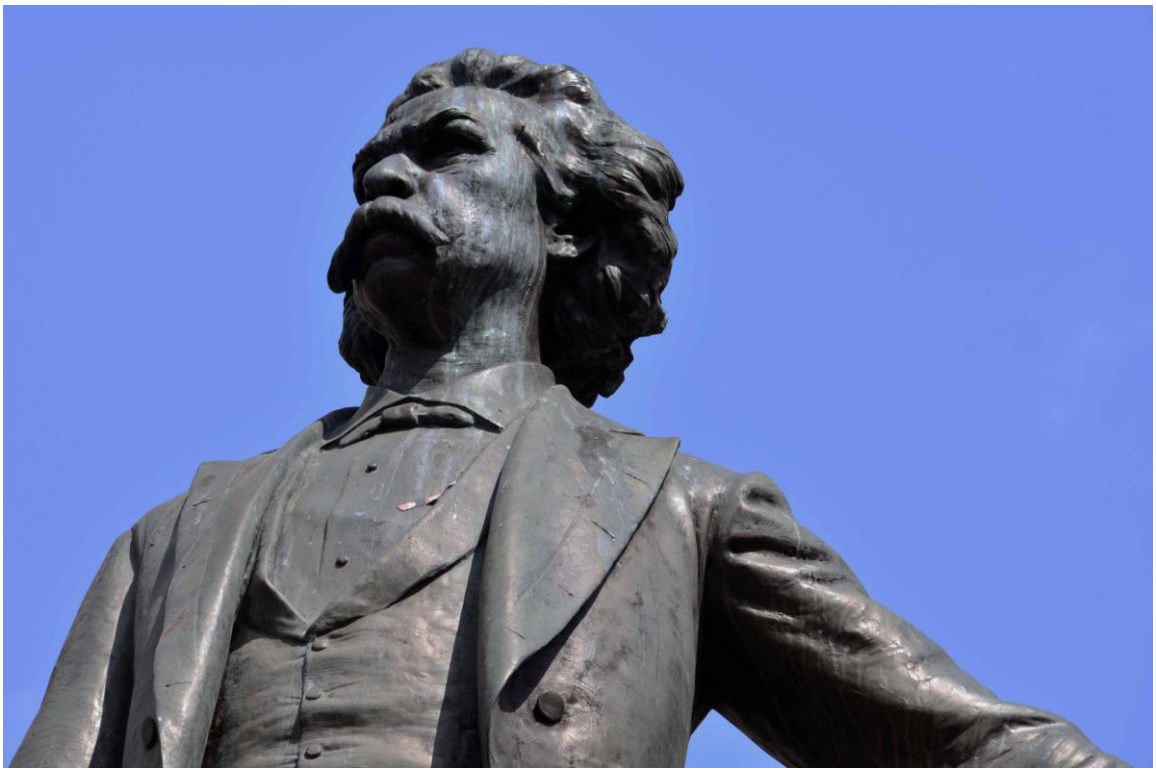


Figura 23 – Foto de detalhe do Monumento Túmulo Carlos Gomes (2012).

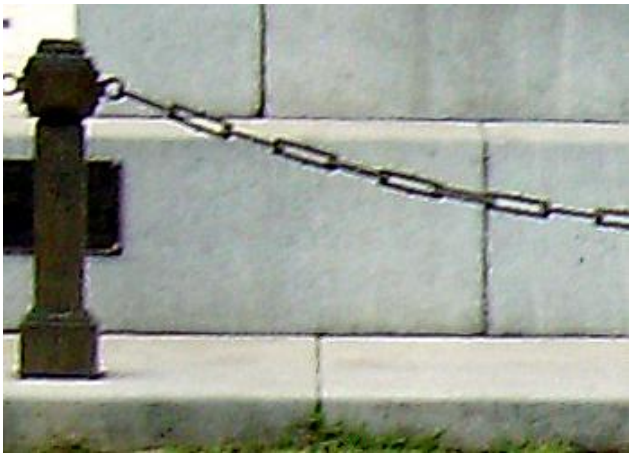


Figura 24 – Foto da cerca de correntes de bronze do Monumento Túmulo de Carlos Gomes (2008).

science.unicamp.br/restauro/admin/publicacoes/documentos/publicacao_651_CAMPINAS-MTCG.pdf > Acesso: 24/01/2011.



Figura 25 – Foto da cerca de correntes industrializadas do Monumento Túmulo de Carlos Gomes (2012).

Recentemente a cerca de correntes de bronze (figura 24), original do Monumento-Túmulo, foi, infelizmente, substituída por correntes industrializadas (figura 25) comprometendo mais uma característica do conjunto desta obra de arte tombada.

3.5 – O antigo Sanatório Santa Isabel[147]

Na Ata 263 do CONDEPACC, de 27 de setembro de 2001, a então conselheira Ana Villanueva explica que houve uma denúncia de demolição do antigo Sanatório Santa Isabel e sugere abertura de processo de estudo de tombamento, "ad referendum", por falta de tempo de instruir o mesmo. O processo de estudo de tombamento é aberto em 01/10/2001. Uma vistoria ao local,

[147] Resolução Nº 56 de 25 de novembro de 2004, substituída pela Resolução Nº 72 de 27 de novembro de 2008. Imóvel situado à Av. Abolição, nº 1000, 1002 e 1070, bairro Ponte Preta, Campinas, SP.

realizada através da calçada fronteiriça, constata-se que o estado de conservação do edifício:

> [...] verifica-se que a alvenaria não apresenta fissuras aparentes, existem trechos faltantes de reboco e sinal de umidade em alguns pontos de revestimentos. Algumas esquadrias apresentam vidros quebrados e outras foram completamente retiradas, restando apenas os vão. [...] O telhado apresenta estado de conservação aparentemente razoável. (RESOLUÇÃO Nº 56/2004, F: 02).



Figura 26 – Foto da fachada frontal, em ruínas, do antigo Sanatório Santa Isabel (2006).

Uma nova vistoria no antigo Sanatório Santa Isabel, realizada em 04 de fevereiro de 2003, a responsável pelo local não autorizou a entrada e informou que uma parte do telhado desabou em decorrência de fortes chuvas e que o proprietário não tomou medidas no sentido de reparar os danos. Em 07 de julho de 2003, após novamente de serem impedidos de entrar no local e constatarem da rua atividade de obra no bem indicado para estudo de tombamento, foi realizada uma intimação exigindo a imediata paralisação das obras. Finalmente

em no dia 19 de julho de 2003, junto com o Oficial de Justiça e Mandado de Citação, o fiscal consegui entrar no imóvel para realizar a Vistoria Técnica e também o Auto de Embargo. Nesta ocasião:

> Constatamos vários estágios de demolição, com a retirada sistemática de caixilhos de madeira, forros, pisos e instalações. Houve demolições de alpendres em que se percebe que os pilares foram derrubados, provavelmente puxados por cabos ligados a veículos motorizados, ficando evidente a pressa na sua demolição.
>
> A demolição parece ter se iniciado pela retirada dos caixilhos mas fica evidente que em dado momento foi deflagrada a ação depredatória com evidente intuito de descaracterizar o máximo possível, as várias alas da edificação, principalmente os elementos arquitetônicos de alguma relevância e os telhados. Todo um bloco de escada foi removido, impedindo o acesso à metade da ala superior esquerda. [...] (RESOLUÇÃO Nº 56/2004, folha 99).

Entre novas tentativas de demolição, impedimentos às visitas técnicas da CSPC, Auto de Intimação, Medidas Cautelares e Recursos, o antigo Sanatório Santa Isabel foi Tombado, como atesta a Resolução 56/2004, com Grau de Proteção 2 (GP2). Ficou definido como área envoltória, 15,00m a partir da fachada da lateral esquerda e da fachada posterior do bem tombado e área envoltória até o limite do passeio público (sarjeta) das fachadas frontal e lateral direita, incluindo o jardim fronteiriço ao imóvel e a fachada principal, assim como o lote da Capela Santa Cruz do Fundão. A área envoltória foi regulamentada como segue:

> I - Ficam proibidas novas construções na área envoltória dentro do limite do lote do bem;
>
> II – O jardim fronteiriço do imóvel e a entrada principal deverão ser mantidos e conservados de acordo com a sua concepção original e quaisquer intervenções propostas deverão ser encaminhadas em forma de projeto para análise prévia e apreciação do CONDEPACC;
>
> III – Dentro dos limites do lote da Capela Santa Cruz do Fundão não poderá haver de nenhuma forma descaracterização ou modificação sem apreciação prévia do CONDEPACC. Quaisquer intervenções pretendidas deverão ser encaminhadas em forma de projeto para análise prévia e apreciação do CONDEPACC.

Após o tombamento e com o prédio em estado ruínas (Figura 26), em 18 de dezembro de 2007, a coordenadora setorial do patrimônio cultural, Dra. Daizy Serra Ribeiro, encaminha ofício[148] ao Secretário de Cultura,

> [...] tendo em vista a situação de elevada deterioração que se encontra o imóvel tombado pelo Condepacc [...] além do constante risco de desmoronamento pela situação precária da estrutura construtiva e instabilidade do que restou dos telhados, vimos sugerir que seja acatada a intervenção apresentada pela Verde & Socca – Arquitetura e Urbanismo. (Condepacc, Processo 010 de 01 de outubro de 2001: Folha: 538).



Figura 27 – Foto do revestimento de lona da fachada frontal do antigo Sanatório Santa Isabel. A tela revestindo as ruínas do edifício recebeu impressão de imagem ilustrando como ficará a edificação após reforma e adaptação como área de lazer do empreendimento Páteo Abolição. Será preservada a volumetria, a concepção do jardim e a fachada frontal do antigo Sanatório Santa Isabel e no fundo do terreno, o empreendimento prevê implantar três torres residenciais (2011).

[148] Ofício Nº 045/07-lc. Coordenadoria Setorial do patrimônio Cultural, Secretaria Municipal de Cultura.

No ofício encaminhado ao Secretário de Cultura, a Dra. Daizy Serra Ribeiro solicita ainda que “seja aprovado o parecer favorável desta coordenadoria, em “ad referendum”, para que não tenhamos novos desmoronamentos [...]”. Em 05 de agosto de 2008 é indicada uma Comissão Técnica de Análise pelo CONDEPACC para estudar a Proposta de Intervenção do antigo Sanatório Santa Isabel. São listados os procedimentos necessários entre eles recuperação total da fachada frontal do prédio principal, recuperação do jardim frontal também tombado e que as novas construções não devem obstruir a visibilidade da fachada frontal. O Ofício 160/08, da CSPC em 14 de agosto de 2008, informa ao interessado nas intervenções, além das decisões da Comissão de Análise, as ressalvas:

> 1 - O prédio tombado não deverá sofrer modificações quanto a sua localização original no terreno, nem ser demolido e reconstruído. A recuperação total deverá ser realizada na construção ali já existente;
>
> 2 - Itens já acertados, inclusive com o Ministério Público, para resguardar a estrutura do prédio em questão, devem ter início de imediato, para a segurança do bem tombado.



Figura 28 – Foto da fachada frontal reformada do antigo Sanatório Santa Isabel. Com certeza o jardim fronteiriço ainda não foi executado devido às obras das torre de apartamentos no fundo do terreno do antigo sanatório (2012)..

Uma nova resolução de tombamento (Resolução Nº76/08), em 27 de novembro de 2008, substitui a Resolução Nº 56 DE 2004, com base nas condições de elevado grau de deterioração do imóvel, pela instabilidade e precária

situação da estrutura construtiva e considerando a Lei de 1996[149], “o tombamento deverá atender ao princípio da necessária preservação e do menor ônus para o proprietário para o proprietário do imóvel”. Altera-se o Grau de Proteção 2 (GP2) para Grau de Proteção 3 (GP3), preservando-se as fachada e volumetria (Figuras 24, 25 e 26), destacando-se a importância cultural do edifício inaugurado em 1947, não considerando as ampliações posteriores. Nesta resolução também é definida uma nova regulamentação de área envoltória, o jardim fronteiriço deverá ser conservado de acordo com a sua concepção original e a Capela de Santa Cruz[150], localizada em lote do outro lado da rua, deverá ser preservada e restaurada.



Figura 29 – Foto da obra em andamento na área envoltória do terreno do antigo Sanatório Santa Isabel. No primeiro plano, Cemitério Santo Antônio de Pádua, no segundo plano a direita, edifício do sanatório antigo Santa Isabel reformado e no segundo plano a esquerda, torre de apartamentos em construção no fundo do terreno do antigo sanatório (2012).

[149] CONDEPACC: Lei 9149/1996, no seu artigo 1º.

[150] No capítulo 5 desta dissertação, intitulado “O CONDEPACC e o Patrimônio Cultural Afrodescendente” fazemos um estudo de caso da Capela Santa Cruz do Fundão.

4 OUTRO IMPASSE: CANCELAMENTO E TOMBAMENTO DO BAIRRO NOVA CAMPINAS[151]

> Logo que iniciou o atual governo[152], não posso afirmar mas senti que não havia uma política de preservação muito clara. Havia uma preocupação, por parte do poder executivo, no sentido do avanço do patrimônio histórico. Principalmente com a primeira medida tomada que foi o tombamento do Bairro da Nova Campinas. O prefeito, Dr. Helio de Oliveira Santos, devolveu para estudo sem discutir com o conselho ou qualquer equipe técnica, justificando que sentia que ainda faltavam alguns estudos para ele ficar absolutamente seguro com a justificativa do tombamento. Isto me deu o parâmetro para imaginar que não havia uma proposta de preservação no sentido de entender a cidade como um registro histórico. (BERTINATO e MATTHES, 2007)[153]

4.1 – Considerações preliminares

Neste capítulo analisaremos o Processo de Tombamento do CONDEPACC Nº 03 de 23 de setembro de 2004, relativo ao de estudo de tombamento do Traçado Urbanístico do Bairro Nova Campinas. Este Processo resultou na Resolução de Tombamento Nº 61 de 14 de abril de 2005 e posteriormente, em 26 de agosto de 2005, o Exmo. Prefeito Municipal, após recursos impetrados contra o ato, cancelou o tombamento. Este é o único caso de cancelamento ou destombamento de um patrimônio cultural na cidade. Vamos à cronologia resumida dos fatos:

---

[151] O Bairro Nova Campinas está inserido numa região muito valorizada e próxima à área central da cidade de Campinas, SP. De acordo com matéria publicada no Jornal Correio Popular, em 17 de setembro de 2004: O Nova Campinas é um dos mais bonitos e aristocráticos bairros de Campinas. Ele começou a nascer na década de 1940 com o loteamento que dá nome ao bairro. Surgiu como área residencial trazendo a mesma concepção urbanística de bairro-jardim implantada em alguns bairros de São Paulo pela Companhia Imobiliária City. Nas suas ruas e avenidas arborizadas, nas casas charmosas que na maior parte das vezes estão escondidas atrás de altos muros, o bairro já não tem o mesmo glamour que o caracterizou nas décadas de 70 e 80, mas continua com o mesmo status de bairro nobre. (COSTA,Cidades 17 set. 2004).

[152] Primeiro mandato do Prefeito Dr. Helio de Oliveira Santos, do início no ano de 2005 até o final de 2008.

[153] Entrevista concedida pela Dra. Daisy Ribeiro a Luiz Matthes e Wania Bertinato em 19/12/2007. Obs.: Ver entrevista completa no Apêndice D deste trabalho.

1- Solicitação ao Exmo. Prefeito Municipal para manter as características residenciais do bairro em 14/07/2000.

2 - Solicitação de Estudo de Tombamento ao CONDEPACC em 30/09/2002.

3 - Síntese de Decisão do Egrégio Colegiado esclarecendo quanto à documentação necessária para solicitação de tombamento em 24/10/2002.

4 - Solicitação de Estudo de Tombamento ao CONDEPACC em 23/09/2004.

5 - Tombamento “ad referendum” em 09/12/2004

6 - Resolução de Tombamento Nº 61 em 14/04/2005

7 - Cancelamento do Tombamento pelo Exmo. Prefeito Municipal em 26/08/2005



Figura 30 – Foto aérea do Bairro Nova Campinas. Ao centro da Rua Eng. Carlos Stevenson e a esquerda, edifício em construção, atualmente construído, com frente para a Av. José de Souza Campos (2006).

A figura 26 nos proporciona uma visão de conjunto do bairro, onde é possível observar o traçado sinuoso das ruas, as edificações de até dois pavimentos em sua maioria e a vegetação abundante. Na esquerda desta foto do ano de 2006, o edifício em construção também pertence ao bairro Nova Campinas. Na parte inferior da foto ressaltamos a vegetação do canteiro central da Av. José de Souza Campos, conhecida popularmente na cidade como Av. Norte Sul.

4.2 - O projeto urbanístico do Bairro Nova Campinas



Figura 31 – Reprodução do Plano de "Arruamento e Loteamento de Nova Campinas" da Comp. Imobiliária Nova Campinas. Fonte: CONDEPACC, Processo nº 03 de 23 de setembro de 2004. Estudo de Tombamento do Traçada Urbanístico do Bairro de Nova Campinas, P. 135.

O projeto urbanístico do bairro, de autoria do engenheiro Jorge de Macedo Vieira[154] foi inspirado no conceito de bairro-jardim, com ruas sinuosas acompanhando a topografia do terreno, baixa densidade populacional e valorização de áreas verdes, entre outras características.

O conjunto da obra urbanística de Jorge de Macedo Vieira recebeu uma homenagem, com uma exposição especial na IV Bienal de Arquitetura em 1999. Com o título de "O Urbanismo de Jorge de Macedo Vieira"[155], a exposição era composta de quarenta e quatro painéis. O "Painel Apresentação", cujo texto defende que sejam preservados os padrões urbanísticos e paisagísticos das áreas urbanas onde foram implantados, retiramos o texto parcial que segue:

> [...] Com uma vasta obra urbanística, projetando – e algumas vezes abrindo – loteamentos residenciais e industriais, cidades novas e estradas que levam a elas, o engenheiro Jorge de Macedo Vieira foi um dos muitos profissionais, que, entre os anos 1920 e 1950, contribuiu para dar forma à cidade moderna brasileira. Sua modernidade, diferentemente daquela dos arquitetos que se diziam modernos, vinculava-se ao ideário do movimento pela cidade jardim.
>
> Na cidade de São Paulo Macedo Vieira projetou mais de vinte bairros-jardins, e em outras cidades paulistas e do Rio de Janeiro, mais de uma dezena. Neles se revela a forte influência dos traçados para os primeiros loteamentos da Companhia City – onde trabalhou recém formado -, feitos pelo arquiteto inglês Richard Barry Parker.
>
> [...] Ao se colocar à tona a extensa obra urbanística do engenheiro Jorge de Macedo Vieira esperamos contribuir tanto para uma revisão do papel de inúmeros profissionais anônimos na construção da cidade moderna brasileira, bem como em defesa da manutenção dos padrões urbanísticos e paisagísticos presentes em seus projetos, e que hoje são ameaçados por interesses especulativos que vêm a cidade apenas como um mercado imobiliário.[156]

---

[154] Nasceu na cidade de São Paulo (1894-1978) e formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica da USP. Sua obra urbanística é vasta, planejou cidades como Águas de São Pedro (SP), Maringá (MT), vários bairros paulistanos como Chácara da Mooca, Vila Maria, Vila Formosa e também bairros em outras cidades como Campinas, Atibaia e Campos de Jordão.

[155] IV BIENAL Internacional de Arquitetura. O URBANISMO do engenheiro Jorge de Macedo Vieira. Exposição de trabalhos na IV Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. 1999. Painel 21. Disponível em: http://www.amjs.org.br/painel21.gif>. Acesso em 10 mar. 2012.

[156] Idem

O “Painel 21”, cujo tema é o projeto do Escritório Técnico de Jorge de Macedo Vieira para a cidade de Campinas, nos informa o quanto o urbanista estava profissionalmente envolvido com a cidade, antes mesmo de projetar o Bairro Nova Campinas.

> O trabalho inicial de Macedo Vieira na cidade de Campinas foi um levantamento, realizado no final da década de 20, que deu origem à primeira planta cadastral da cidade.
>
> Após esta experiência ele retornou à cidade, para projetar o loteamento de Nova Campinas, a Chácara da Barra e Vila Iza.
>
> Na década de 30, Prestes Maia havia sido contratado pela Prefeitura Municipal de Campinas para desenvolver o Plano de Melhoramentos, junto com técnicos da cidade. O córrego do Proença fazia parte do plano na forma de uma park-way que fazia parte de uma perimetral externa da cidade e que começou a ser implantada na década de 40. É neste período que Macedo Vieira é chamado a projetar Nova Campinas e logo a seguir a Chácara da Barra, ambas situadas nas margens do referido córrego.157

O loteamento e arruamento do Bairro Nova Campinas foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Campinas através do Decreto Nº 121 de 1946.[158] Previa o Decreto Nº 121, um arruamento classificado como residencial, com exceção de duas extremidades de quadra reservadas como núcleo comercial. Também determina no artigo sobre a ocupação dos lotes, que:

> Artigo 5º - Os lotes não poderão ser subdivididos nem conter mais de uma habitação principal e esta não poderá ocupar área superior a 1/3 (um terço) da área total do lote.
>
> Parágrafo 1º - Além da edificação principal, cada lote poderá conter dependências de utilização apropriada, com o limite máximo de 10% (dez por cento) da érea total do lote.
>
> Parágrafo 2º - No núcleo comercial toda construção não poderá ocupar área superior a 60% (sessenta por cento) da área total do lote.

---

[157] IV BIENAL Internacional de Arquitetura. O URBANISMO do engenheiro Jorge de Macedo Vieira. Exposição de trabalhos na IV Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. 1999. Painel 21. Disponível em: http://www.amjs.org.br/painel21.gif>. Acesso em 10 mar. 2012.

[158] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPACC, Processo Nº 03 de 23 de setembro de 2004, Resolução Nº 61 de 14 de abril de 2005, Folha 04. Obs.: Uma vez que houve o cancelamento da Resolução de Tombamento da Nova Campinas, o processo voltou para estudo e não se encontra disponível no site da Prefeitura Municipal de Campinas, sendo possível consultá-lo na CSPC.

Parágrafo 3º - As construções deveriam ter no máximo dois pavimentos, acima do nível do logradouro em que estiverem situadas.

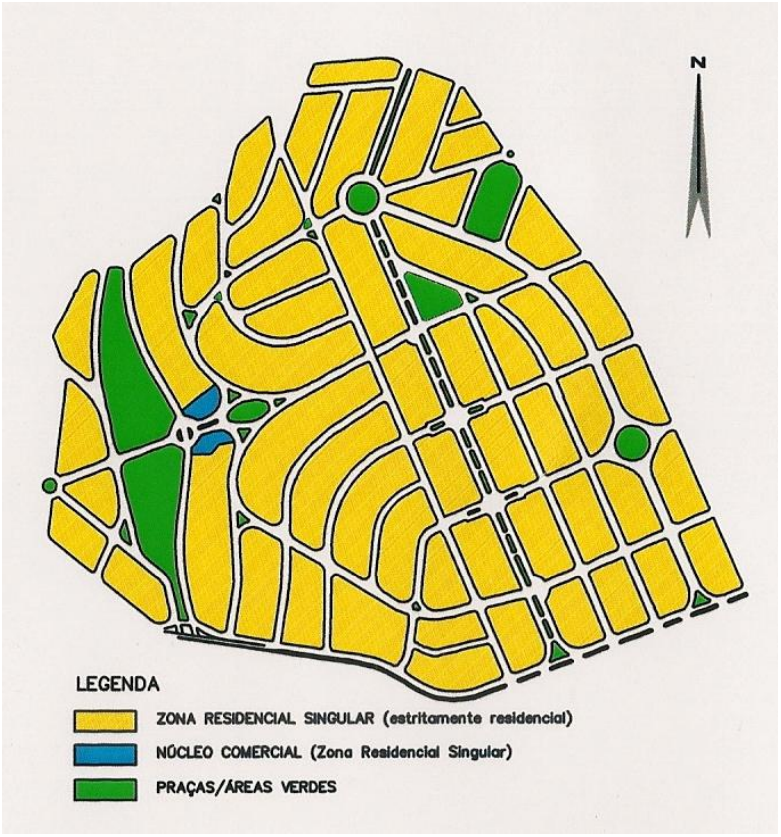


Figura 32 - Planta do Bairro Nova Campinas. As cores, conforme legenda, sinalizam o zoneamento do bairro como estipulado pelo Decreto Nº 121 de 1946. Sem escala. Desenhada de acordo a PRC 3423 da PMC.

4.3 – Modificações da legislação de uso e ocupação do solo

O arruamento e loteamento do Bairro Nova Campinas mantém em grande parte suas características originais, mas sofreu modificações quanto ao uso e ocupação do solo ao longo dos anos. Listamos a seguir, com o intuito de melhor compreendermos as questões envolvidas no bairro, parte relevante da legislação pertinente a estas modificações:

Lei Nº 1.993 de 29 de janeiro de 1959[159] que dispõe sobre o Código de Obras e Urbanismo do Município de Campinas e vigeu até a aprovação da ainda atual Lei Nº 6.031 de 29 de dezembro de 1988. Quanto às áreas (ocupação dos lotes) da Zona Residencial Singular e do Núcleo Comercial da Zona Residencial Singular do Bairro da Nova Campinas, citamos parcialmente os artigos a seguir, demonstrando que a partir desta Lei a ocupação permitida aumentou em relação ao que previa inicialmente o Decreto 121/1946:

> Capítulo 8.3.1 – Zona Residencial Singular
>
> **Artigo 8.3.1.01** – Na Zona Residencial Singular nenhum prédio poderá ser construído, reconstruído, aumentado ou reformado, sem que obedeça, além das exigências contidas nos capítulos próprios deste Código, mais as seguintes condições:
>
> [...]
>
> **b)** quanto às áreas:
>
> 1 – vetado
>
> 2 – quando se tratar de prédio de mais de 1 (um) pavimento, o total dos pavimentos não poderá exceder a 2/3 (dois terço da área do lote, excluídas área do porão quando este for motivado pelo desnível do terreno;
>
> [...]
>
> Capítulo 8.3.2 – Núcleo Comercial da Zona Residencial Singular
>
> **Artigo 8.3.1.01** – Nos núcleos comerciais, bem como nos trechos de ruas consideradas comerciais, na Zona Residencial Singular, assinalados em convenções própria na planta anexa de n. 42/TM, serão permitidas construções destinadas ao comércio, desde que obedeçam às condições seguintes:
>
> [...]
>
> **b)** quanto às áreas:
>
> 1 – no andar térreo, a área construída não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) da área do lote,
>
> 2 – o total das áreas dos andares superiores não poderá exceder ao coeficiente de aproveitamento 3 (três),

---

[159] CÓDIGO de Obras, Zoneamento, Serviços & Produtos, 1984. Colaboradores: IAB, AEAC, SEPLAN (Secretaria de Planejamento de Campinas) e Departamento de Obras. 2º Edição. EDITEC – "Classe A", Editora Técnica Ltda. São Paulo, SP. P. 39.

Obs.: Encontramos na Biblioteca da Secretaria dos Negócios Jurídicos da Prefeitura Municipal de Campinas a Lei Nº 1.993/1959 datilografada, mas não foi possível encontrar uma publicação oficial desta Lei, tampouco a planta 42/TM a que ela se refere. Salientamos que na época (1959) ainda não existia o Diário Oficial do Município e que no mestrado "Histórico da Ocupação do Solo no Município de Campinas" defendido na FAU/USP em 2002, a autora, arquiteta Rosana Guimaraes Bernardo, cita que "Não foi possível localizar dentro dos setores de arquivo da administração municipal a planta denominada 42/TM mencionada no Código de Obras de 1959 [...]" (BERNARDO: 2003, P.122).

3 – o coeficiente de aproveitamento previsto no item anterior será o que resultar da divisão da área total dos pavimentos superiores pela área dos lotes.

[...]



Figura 33 - Reprodução parcial da Planta de Zoneamento de Campinas. No recorte, o Bairro Nova Campinas. Fonte: PMC, Secretaria de Planejamento. Protocolado Nº 5.312/1974, Folha 18.

Decreto 4.424 de 15 de fevereiro de 1974[160] (Publicação DOM 16/02/1974: 01), dispõe sobre o zoneamento urbano do Município de Campinas. No Artigo 1º decreta que a área urbana do Município de Campinas passa a

[160]CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec4424.htm>. Acesso em 15 maio 2012.

obedecer ao zoneamento constante das plantas anexas ao protocolado nº 5.312, de 12 de fevereiro de 1974, ao mesmo tempo em que no Artigo 4º revoga as disposições em contrário, em especial, as referentes ao zoneamento estabelecido pela legislação que aprovou os respectivos loteamentos. A planta anexada ao Protocolado Nº 5.312/1974[161], referente ao Bairro Nova, apresenta o zoneamento do bairro conforme foi criado pelo Decreto Nº de 1946, isto é, residencial singular com permissão para comércio em duas extremidades de quarteirões (Figura 29).

Decreto 5.013 de 13 de dezembro de 1976[162] modifica o zoneamento de Residencial Singular para Comercial[163] em alguns lotes do quarteirão 710 da Nova Campinas. Apesar de citar o quarteirão 710 como pertencente ao Jardim Paraíso (bairro adjacente ao Bairro da Nova Campinas), conforme planta oficial do bairro, o quarteirão 710 pertence ao Bairro Nova Campinas, além do que, a Av. José de Sousa Campos cruza com a Av. Dr. Moraes Sales, mas não com a Rodovia Heitor Penteado que é a continuação da Moraes Sales em direção ao Distrito de Sousas. Portanto, acreditamos que a modificação de alguns lotes do quarteirão 710 (Quadra 2425) objeto deste Decreto, se refere ao Bairro Nova Campinas. Esta foi provavelmente a primeira modificação no zoneamento do bairro, como segue:

> **Artigo 1º**. De acordo com o decidido no Protocolo de n. 37.073 de 30 de dezembro de 1971, em nome de José Carlos Cardoso Ribeiro, os lotes de terreno ns. 1 e 2 com frente para a Av. José de Sousa Campos, o lote n. 3, situado na confluência da Rodovia Heitor Penteado e com a citada avenida, e os lotes ns. 1, 2 e 3 da quadra A do loteamento

[161] Estão anexados a este Protocolado que definiu alterou o zoneamento, um jogo de cópias heliográficas assinadas pelos responsáveis por nesta legislação, plantas da cidade e respectivos distritos sendo que diferentes cores identificam os vários zoneamentos. Apesar de ser o documento que identifica o zoneamento na cidade em 1974, as cores, em especial a cor amarela da zona residencial, em vários quarteirões residenciais, não só da Nova Campinas, se transformou em marrom. Acreditamos que a mudança de cor se deve ao material usado para colorir, canetas tipo "hidrocor", que tem pouca resistência a luz. Os quarteirões marcados em amarelo ou marrom nunca deixaram de ser residencial singular. (CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento. Protocolado Nº 5.312/1974, Folha 18).

[162] CÓDIGO de Obras, Zoneamento, Serviços & Produtos, 1984. Colaboradores: IAB, AEAC, SEPLAN (Secretaria de Planejamento de Campinas) e Departamento de Obras. 2º Edição. EDITEC – "Classe A", Editora Técnica Ltda. São Paulo, SP. P. 65.

[163] Idem.

> denominado Jardim Paraíso, todos localizados no quarteirão 710 do Cadastro Municipal, passam a integrar Zona Comercial.

Decreto 5.843 de 05 de outubro de 1979[164]. Dá nova redação ao Decreto 5.830 de 01 de outubro de 1979 que altera o zoneamento de alguns lotes do quarteirão 710 do Cadastro Municipal permitindo atividade comercial, a seguir:

> **Artigo 1º**. Nos termos da Resolução de 24 de julho de 1979, da Comissão do Código de Obras e Urbanismo, os lotes B e G, Quadra 10, do quarteirão 710 abaixo descrito, lotes esses com frente para a Av. José de Sousa Campos e Eng. Carlos Stevenson, respectivamente, passam a pertencer ao Zoneamento classificado como – trecho de Rua Comercial em Zona Residencial Singular. [...].

Lei Nº 5.123 de 28 de julho de 1981[165]**.** Criou a Zona de comércio especial (ZC-E) com foco nas vias públicas com tendência a formação de corredores de tráfegos e instalação de atividades econômicas terciárias. A área de construção permitida no térreo passou para 50% da área do lote e a máxima altura permitida para os edifícios igual à largura da rua com acréscimo de duas vezes e meia o recuo frontal (H = L + 2,5 R), o que permitiu, portanto, uma ocupação bem maior do lote do que inicialmente previa o Decreto de 1946. Foram contemplados alguns lotes de quarteirões com frente para a Av. Dr. Moraes Sales.

---

[164] CÓDIGO de Obras, Zoneamento, Serviços & Produtos, 1984. Colaboradores: IAB, AEAC, SEPLAN (Secretaria de Planejamento de Campinas) e Departamento de Obras. 2º Edição. EDITEC – "Classe A", Editora Técnica Ltda. São Paulo, SP. 4º Parte: Retrospectiva dos Decretos de modificação do zoneamento urbano do Município de Campinas. P. 67.

[165] Código de Obras, Zoneamento, Serviços & Produtos, 1984. Colaboradores: IAB, AEAC, SEPLAN (Secretaria de Planejamento de Campinas) e Departamento de Obras. 2º Edição. EDITEC – "Classe A", Editora Técnica Ltda. São Paulo, SP. 3º Parte: Anexos de Leis e Decretos posteriores à promulgação do Código. Que não foram inseridas no texto atualizado do Código. P. 57.

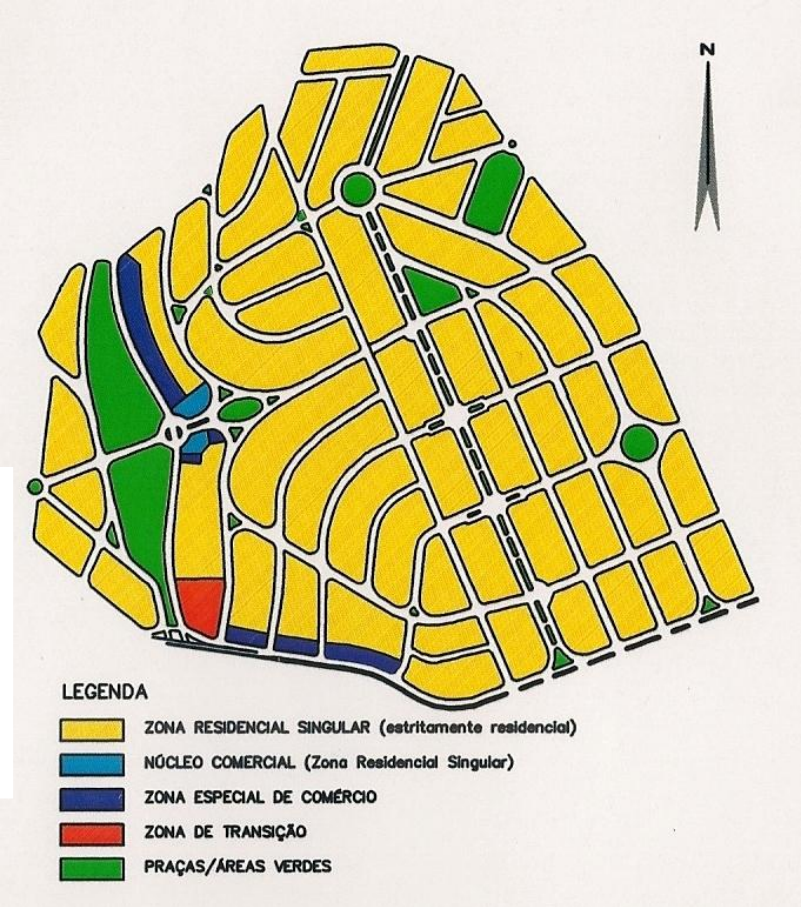


Figura 34 - Planta do Bairro Nova Campinas. As cores, conforme legenda, sinalizam o zoneamento do bairro com as alterações de zoneamento introduzidas até o ano de 1981. Sem escala. Desenhada de acordo a PRC 3423 da PMC.

Lei N° 6.031 de 28 de dezembro de 1988[166] (Publicado DOM 26/12/1988). Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no município de Campinas. Acrescida de várias alterações é a Lei que presentemente regula as questões de zoneamento no município. Destacamos abaixo a parte que se relaciona diretamente à Zona Residencial do Bairro Nova Campinas:

> III - Zona 3
> [...]
> **d)** nos quarteirões pertencentes aos loteamentos denominados: [...] Nova Campinas, [...], pertencentes à zona Z-3, ficam proibidos o uso habitacional multifamiliar e os usos nas categorias comercial, de serviços e institucional. Quanto à ocupação somente serão permitidos para uso habitacional nos tipos H-3 e HMH-3.

[166] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6031.htm>. Acesso em 15 maio 2012.

O tipo H3 (habitação unifamiliar), parâmetro que se aplica à zona 3 do Bairro Nova Campinas, permite uma taxa de ocupação de até cinco décimos (50%) e área total construída menor ou igual a área do lote.

Decreto Nº 9.752 de 29 de dezembro de 1988[167] (Publicação DOM de 30/12/1988:01)**.** Descrevem os perímetros das zonas de uso do solo e o detalhamento por quarteirões de conformidade com artigo 28 § 1º da lei nº 6.031, de 28 de dezembro de 1988. O Decreto em tela complementou a Lei 6.031/1988 de Uso e Ocupação do Solo (zoneamento), ainda vigente na cidade. De acordo com a planta básica de zoneamento de Campinas, referente a este Decreto[168], quatro (4) quarteirões do Bairro Nova Campinas passaram de Zona 3 para Zona 13, dois (2) pra Zona 12 e um (1) para Zona 6. Ainda nesta planta, observamos que foi permitido o uso comercial nos lotes de cinco (5) quarteirões[169] com frente para a Av. Dr. Moraes Sales. Abaixo somente os artigos que alteraram lotes e/ou quarteirões do Bairro Nova Campinas:

Artigo 6º - Os perímetros das áreas zoneadas como Z-6 na Planta Básica de zoneamento que integra Lei nº 6.031/88 são os seguintes:

V - "Constituído pelas seguintes Ruas: Maria Monteiro, Cel Francisco de Andrade Coutinho, Dr. Paulo Lobo, José Pires Neto, Emílio Ribas, Antonio Lapa, Barreto Leme, Comendador T.Dauntre, Av. Dr. João Mendes Jr. Quirino A. Campos, Rua dos Alecrins, Comendador Q`Uriel, Dr. Liraucio Gomes, Lais Bertoni e Rua dos Alecrins".

Artigo 13 - Os perímetros das áreas zoneadas como Z-13 na Planta Básica de Zoneamento que integra a Lei nº 6.031/88 são os seguintes:

I - Constituído pelas seguintes Ruas: Av. José de Souza Campos, Edgard Ariani, Quirino A. Campos, Av. Dr. João Mendes Júnior, Comendador T. Dauntre, Barreto Leme, Antonio Lapa, Emílio Ribas, José Pires Neto, Dr Paulo Lobo, Francisco de Andrade Coutinho, Barão de Paranapiacaba, Av. Princesa D`Oeste, Avelino Amaral, Av. Princesa D`Oeste somente os lotes de frente dos quarteirões 5276, 2425, 2201 e 2207, Orlando Zagnani, Rua Particular, Rua Nuporanga, linha situada a 50 m da Av. José de Souza Campos, Rua Monte Aprazível, Rua Mogi Guaçu, linha situada a 50 m da Av. José de Souza Campos e Av. Mogi das Cruzes.

Artigo 20º - Os quarteirões e faces de quadra situados na Zona Z-3 e indicados na Planta Básica de Zoneamento, onde será permitido o uso comercial, de acordo com o artigo 27, item III, alínea C, inciso 3 da Lei 6.031/88, são os seguintes:

XLII - Todos os lotes de frente para a Av. Dr. Moraes Salles dos Qts de Cód. Cart. nºs 2425, 2433, 2453, 2472, 3300, 5279, 6117, 6118, 3371, 3392, 3437 e 3455 da PRC 3423;

---

[167] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Disponível em: http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec9752.htm>. Acesso em 15 maio 2012.

[168] O Decreto Nº 9.752 de 29 de dezembro de 1988 descreve os perímetros das zonas de uso do solo e o detalhamento por quarteirões de conformidade com artigo 28 § 1º da lei nº 6.031, de 28 de dezembro de 1988. Publicado no D.O.M. em 30 de dezembro de 1988.

[169] Quarteirões do Código Cartográfico 2425, 2433, 24453, 2472 e 3300 da PRC 3423.

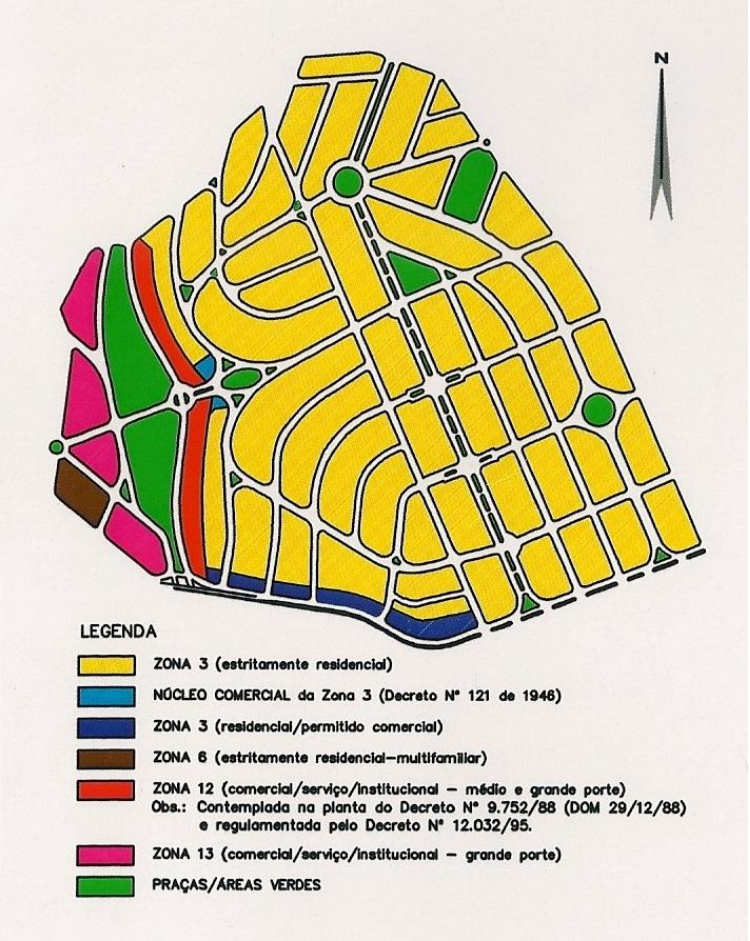


Figura 35 - Planta do Bairro Nova Campinas. As cores, conforme legenda, sinalizam o zoneamento do bairro com as alterações de zoneamento introduzidas até o ano de 1988. Sem escala. Desenhada de acordo a PRC 3423 da PMC.

Lei N° 6.367 de 27 de dezembro de 1990[170] (Publicado DOM 12/01/1991: 02). Dispõe sobre alterações na Lei 6.031 de 29 de dezembro de 1988. Confirma a vocação da Zona 3, estritamente residencial não verticalizado, na Nova Campinas mas permite o uso na subcategoria EL do uso institucional, ou seja, instituições de âmbito local. Esta Lei também alterou a taxa de ocupação que de cinco décimos (Lei Nº 6.031/1988) passou a sessenta e cinco centésimos:

> **Art. 8º -** Dá nova redação às alíneas b, c, d do item I do artigo 19, que passam a ser o seguinte:
> **b)** taxa de ocupação (te) menor ou igual a 0,65 (sessenta e cinco centésimos);
> **c)** área total construída menor ou igual à área do lote, não sendo considerada no cálculo a área do pavimento motivado por declive acentuado do terreno até o limite de 25% da área do lote;

[170] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6367.htm>. Acesso em 16 maio 2012.

d) número máximo de pavimentos igual a 02 (dois) podendo haver acréscimo de 01 (um) pavimento quanto motivado por desnível acentuado do terreno.

Art. 37 – Dá nova redação à alínea "d" do item III do artigo 27, que passa a ser o seguinte:

"**d** – nos quarteirões pertencentes aos loteamentos denominados: [...], Nova Campinas, [...], definidos como Zona 3 ficam proibidos o uso habitacional multifamiliar vertical, e os usos comerciais, de serviços e institucionais, com exceção do uso EL que não terá restrições quanto à localização, na dependência de consulta e concordância da população do bairro;"

Decreto Nº 12.032 de 31 de outubro de 1995[171] (Publicação DOM de 01/11/1995: 11). Altera dispositivos e acrescenta Incisos ao Decreto Nº 9.752, de 29 de Dezembro de 1988, que descreve os perímetros das Zonas de Uso do Solo e o detalhamento por quarteirões de conformidade com o Artigo 28, § 1º da Lei Nº 6.031, de 28 de dezembro de 1988. O Artigo 2º transforma parcialmente dois quarteirões da Nova Campinas em Zona 12 e o Artigo 4º acrescenta um inciso permitindo uso comercial em dois lotes do quarteirão 220 na Rua Eng. Carlos Stevenson. No inciso I do Artigo 13 do Decreto Nº 9.752 de 1988 foram retirados os dois quarteirões que o Artigo 2º do Decreto Nº 12.032 de 31 de outubro de 1995 transformou de zona 13 para zona 12. Segue parte dos artigos relacionados às mudanças citadas:

Artigo 2º - Fica acrescentado mais um inciso, que passa a ser o V, ao art. 12 do Decreto nº 9.752, de 29 de dezembro de 1988, com a seguinte descrição:
"Art. 12 – .....

V - Todos os lotes de frente para a Av. José de Souza Campos, dos quarteirões 2425 e 2201, PRC 3423."

Artigo 3º - O inciso I do art. 13 do Decreto nº 9.752, de 29 de dezembro de 1988 passa a ter a seguinte descrição:

"Art. 13 – .....

I - Constituído pelas seguintes ruas: Av. José de Souza Campos, Edgard Ariani, Quirino A. Campos, Av. Dr. João Mendes Júnior, Comendador T. Dauntre, Barreto Leme, Antonio Lapa, Emilio Ribas, José

[171] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Disponível em: http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec12032.htm>. Acesso em 16 maio 2012.

Pires Neto, Dr. Paulo Lobo, Francisco de Andrade Coutinho, Barão de Paranapiacaba, Av. Princesa D`Oeste, Avelino Amaral, Av. Princesa D`Oeste somente os lotes de frente do quarteirão 5276, José de Souza Campos somente os lotes de frente do quarteirão 2207, Orlando Fagnani, Rua Particular, Rua Nuporanga, linha situada a 50m da Av. José de Souza Campos, Rua Monte Aprazível, Rua Mogi Guaçu, linha situada a 50m da Av. Jose de Souza Campos e Av. Mogi das Cruzes."

Artigo 4º - Fica acrescentado mais um inciso, que passa a ser o CLX ao art. 20 do Decreto nº 9.752, de 29 de dezembro de 1988, alterado pelo Decreto nº 11.493, de 18 de abril de 1994, com a seguinte descrição:

"Art. 20 – [...]

CLX - Quarteirão de código cartográfico 2201: lotes 27 e 28 da PRC 3423, do Loteamento Nova Campinas."

Lei N° 8.737 de 10 de janeiro de 1996[172] (Publicação DOM 11/01/1996: 2-3). Dispõe sobre a concessão de alvará de uso em edificações existentes em áreas do Município de Campinas zoneadas pela Lei nº 6031/88 em Z1, Z2, Z3, Z5, Z6 e Z7, estabelece parâmetros construtivos para habitações de interesse social e dá outras providências. Foram permitidos outros usos que não só o estritamente residencial, nos lotes da Nova Campinas, situados de frente à Av. Dr. Moraes Sales, como segue:

Artigo 1º - As edificações aprovadas e com habite-se à data da publicação desta lei, situadas em áreas do Município de Campinas zoneadas como Z1, Z2, Z3, Z5, Z6, Z7, além do uso habitacional permitido pela lei n° 6.031/88, poderão ser destinadas, parcialmente ou totalmente, aos usos comerciais, de serviços, institucionais e industriais, desde que observadas as condições estabelecidas por esta lei.

Artigo 8º - A autorização de que trata o artigo 1º desta lei não se aplica às áreas citadas na alínea "d" do inciso III do artigo 27 da Lei n° 6.031/88, excetuando - se as seguintes áreas: III - lotes confrontantes com as seguintes vias públicas:

Av. Moraes Salles, no trecho situado entre a Av. José Ferreira deCamargo e a Rua Piquete;

[172] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei8737.htm>. Acesso em 15 maio 2012.

Lei Nº 9.785 de 01 de julho de 1998[173]. (Publicação DOM 02/07/1998: 01). Acrescenta e altera dispositivos na LEI Nº 6.031/88, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo. A Lei em questão determina as características para se considerar estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte para unidades autônomas comerciais e de serviço. Considera estabelecimento de pequeno porte instalado em unidade autônoma ou módulo comercial, com área privativa máxima de 500,00m2 para atividades comerciais e de serviços. Anteriormente a área privativa máxima definida pela Lei N° 8.737 de 1996, era de 250,00m2. Esta Lei vai permitir que no ano de 2000, quando o uso comercial e de serviço na Rua Carlos Stevenson e na Av. Jesuino Marcondes Machado da Nova Campinas foram autorizados, que de fato fossem instalados nessas vias, porque na prática, não seria possível, uma vez que o padrão das edificações na Nova Campinas é maior que 250,00 m2.

Decreto Nº 13.121 de 26 de Abril de 1999[174] (Publicação DOM de 27/04/1999: 02). Acrescenta Incisos ao Artigo 20 do Decreto Nº 9.752, de 29 de Dezembro de 1988, que "descreve os Perímetros das Zonas de Uso do Solo e detalhamento por Quarteirões de conformidade com o Artigo 28, § 1º da Lei Nº 6.031, de 28 de Dezembro de 1988", que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo no Município de Campinas. Acrescenta quarteirões e faces de quadra da zona residencial onde será permitido o uso comercial. Relativo ao Bairro Nova Campinas marcamos o inciso CXC do artigo 1º do Decreto, como segue:

> CXC - Todos os lotes de frente para a Avenida Doutor Moraes Salles, dos quarteirões de código cartográfico nº 3321, 3341, 3352, 3372, 3383, 3404 e 3423 da PRC 3423;

---

[173] Considera estabelecimento de pequeno porte instalado em unidade autônoma ou módulo comercial, com área privativa máxima de 500,00m2 para atividades comerciais e de serviços. Anteriormente a área privativa máxima definida pela Lei N° 8.737 de 1996, era de 250,00m2.

[174] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec13121.htm>. Acesso em 16 maio 2012.

Decreto Nº 13.335 de 23 de março de 2000[175] (Publicação DOM de 24/03/2000: 02). Acrescenta incisos ao artigo 20 do Decreto nº 9.752, de 29 de dezembro de 1988, que "Descreve os Perímetros das Zonas de Uso do Solo e o detalhamento por Quarteirões de conformidade com o artigo 28, § 1º, da Lei nº 6.031, de 28 de dezembro de 1988". Trata-se de alterações de zoneamento em lotes do município e no caso do Bairro da Nova Campinas, como definido no recorte a seguir:

> CCXXV - parte do lote "D", do quarteirão de código cartográfico nº 2425, com frente para a Rua Eng. Carlos Stevenson, da PRC 3423;

Lei Nº 10.566 de 29 de junho de 2000[176] (Publicação DOM 30/06/2000: 01). Altera a redação do Artigo 1° da Lei 8.737, de 10 de janeiro de 1996. Os artigos 1º e 2º tratam sobre concessão de outros usos, além do residencial, em várias zonas do município contemplando também o Bairro Nova Campinas[177]. Segue texto parcial da Lei:

> Artigo 1º - O artigo 1º da Lei 8.737, de 10 de janeiro de 1996 que "Dispõe sobre a concessão de Alvará de Uso em edificações existentes em áreas do Município de Campinas, zoneadas pela Lei n° 6.031/88 em Z1, Z2, Z3, Z5, Z6 e Z7, estabelece parâmetros construtivos para Habitações de Interesse Social e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Artigo 1° - As edificações aprovadas e com "habite-se" expedido até o dia 31/12/2000, situadas em áreas zoneadas com Z1, Z2, Z3, Z5, Z6 e Z7, além do uso habitacional permitido pela Lei n° 6.031/88, poderão ser destinadas, parcial ou totalmente, aos usos comercial, institucional, industrial ou de serviço, desde que observadas as condições estabelecidas por esta lei."

---

[175] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec13355.htm>. Acesso em 15 maio 2012.

[176] (CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei10566.htm>. Acesso em 15 maio 2012).

[177] Os usos autorizados e definidos somente para a Rua Eng. Carlos Stevenson e Avenida Jesuino Marcondes Machado do Bairro Nova Campinas, são os seguintes: SP2 (Serviços exercidos de forma autônoma ou associativa, em locais apropriados), SL2 (Serviços de Educação Informal), SG1 (Serviços Administrativos, Financeiros e Empresariais) e SG5 (Serviços de Instrução Esportiva e de Preparação Física). A descrição dos usos foi estabelecida pela Lei 6.031/1988. (CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6031.htm>. Acesso em 15 maio 2012).

Artigo 2º - O artigo 8º da Lei n° 8.737 de 10 de janeiro de 1996 que "dispõe sobre a concessão de Alvará de Uso em edificações existentes em áreas do Município de Campinas, zoneadas pela Lei n° 6.031/88 em Z1, Z2, Z3, Z5, Z6 e Z7, estabelece parâmetros construtivos para Habitações de Interesse Social e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:
"Artigo 8º - A autorização de que trata o Artigo 1º desta lei não se aplica às áreas citadas na alínea "d" do inciso III do artigo 27 da Lei 6.031/88, excetuando-se as seguintes áreas:
III - Lotes confrontantes com as seguintes vias públicas;
a) Av. Moraes Sales no trecho entre as Av. José Ferreira Camargo e a Rua Piquete;
b) Av. Jesuíno Marcondes Machado;
[...]
f) Rua Eng. Carlos Stevenson;
V - Vias consideradas arteriais pela Lei n° 8.232/94.
§ 1º - As vias citadas nas alíneas "b", "d", e "f" do inciso III deste artigo terão seus usos limitados:
1 - na Av. Jesuíno Marcondes Machado, no trecho compreendido entre a Av. Moraes Sales e Rua Carolina Prado Penteado serão permitidos apenas os usos SP2, SL2, SG1 e SG5;
2 - na Rua Eng. Carlos Stevenson serão permitidos apenas os usos SP2, SL2, SG1 e SG5;

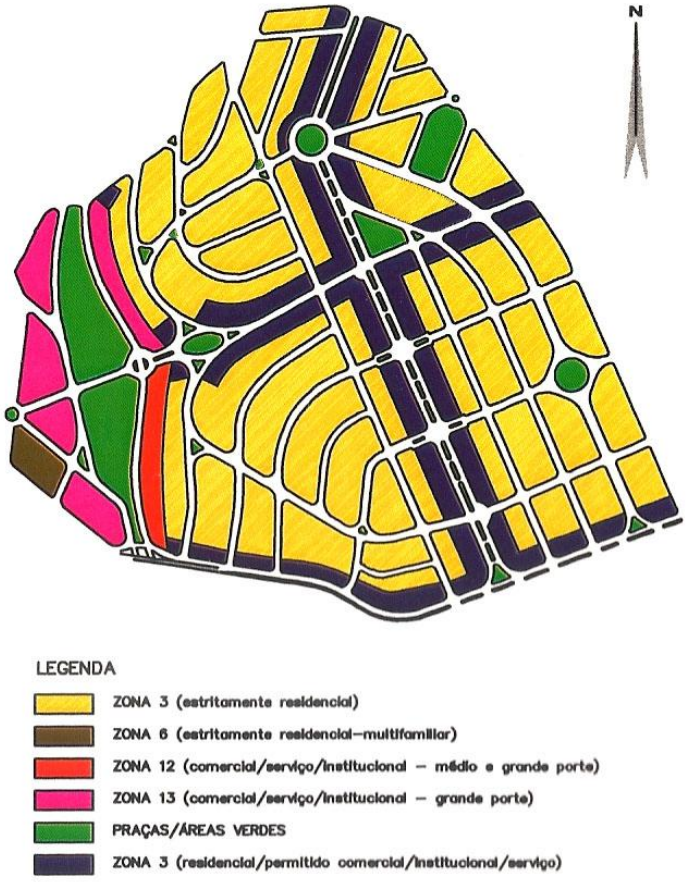


Figura 36 - Planta do Bairro Nova Campinas. As cores, conforme legenda, sinalizam o zoneamento do bairro com as alterações de zoneamento introduzidas até o ano de 2000. Sem escala. Desenhada de acordo a PRC 3423 da PMC. Crédito: Wania Bertinato.



Figura 37 – Foto da Av. José de Souza Campos, próximo ao nº 425, Nova Campinas. Todos os edifícios que aparecem nesta tomada fotográfica pertencem a quarteirões que tiveram o zoneamento alterado do Bairro Nova Campinas (2012.).

Lei Nº 10.617 de 15 de Setembro de 2000[178] (Publicado DOM 16/9/2000: 01-04) - Altera zoneamento da Rua Joseph Gorsin, no Jardim Melina I, para zona 11, de demais vias públicas do município, que especifica, e das glebas A, B, C, D, E, F, G e H, que descreve e determina sua inclusão no perímetro urbano do município[179]. No artigo 2º, parcialmente descrito abaixo, foram alterados o zoneamento de lotes e glebas, contemplando, no inciso III, o Bairro Nova Campinas:

[178] A Lei Municipal 10.617/00 em 24 de março de 2011 foi impugnada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em virtude de, apesar de alterar o Plano Diretor do Município, ser uma iniciativa exclusiva do Poder Legislativo. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 0052634-90.2011.8.26.000 – São Paulo. Requerente: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo. Requerido: Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Campinas. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/adinlei10617.pdf> .Acesso em 15 maio 2012).

[179] Passa a permitir Zona 13 nos lotes do quarteirão da Nova Campinas de frente à Av. José de Souza Campos (código cartográfico 2201 da PRC 3423). Na Lei de Uso e Ocupação do

Art. 2º - Ficam alterados os zoneamentos dos lotes e glebas:

III - Passam a pertencer a zona 13 e zona 3, respectivamente:

- todos os lotes de frente para a Avenida José de Sousa Campos, do quarteirão de código cartográfico 2201 da PRC 3423.



Figura 38 – Foto da Rua Rafael Andrade Duarte, Nova Campinas. Nesta tomada fotográfica observamos uma das ruas da Nova Campinas de zoneamento residencial com outras ocupações. Crédito: Wania Bertinato, mai. 2012.

Acreditamos que a alteração para Zona 6, Zona 12 e Zona13 em alguns quarteirões do Bairro Nova Campinas, permitindo a verticalização das construções, é sem dúvida, a transformação de maior impacto na estrutura do espaço urbano do bairro como um todo, porém como estas zonas de

---

Solo da cidade, a Zona 13 é destinada basicamente ao uso comercial, de serviços e institucional de grande porte.

verticalização permitida estão concentradas numa faixa que podemos dizer periférica do bairro (Figura 33), elas, apesar de reduzirem a área residencial singular do bairro não comprometem a leitura de porção maior do bairro que guardava as características originais de sua implantação, conforme projetado pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira.



Figura 39: Foto da Av. Jesuino Marcondes Machado, Nova Campinas. Nesta avenida são permitidos outros usos além do Z3 e atualmente a maioria dos imóveis não são mais residenciais e tiveram seus jardinss frontais transformados em estacionamento. Crédito: Wania Bertinato, mai. 2012.

Por outro lado, quando os lotes de frente para a Av. Moraes Sales passaram a ser ordenados pela Lei que criou Zona de Comércio Especial (Lei Nº 5.123/1981), que permitiu uma ocupação e altura dos edifícios maior do que inicialmente previsto pelo Decreto de 1946, ainda em área periférica, mas a Lei Nº 10.566/2000, concedendo outros usos além do residencial, em duas vias; Rua Eng. Carlos Stevenson e da Av. Jesuino Marcondes Machado; “dividiram” o bairro

em quatro partes (Figura 34), alterando radicalmente sua dinâmica. Observa-se, de forma geral, que ainda existem construções que conservam suas características residenciais, mas elas estão se tornando exceção mesmo nas ruas onde não são permitidos, os usos, comercial, de serviço e institucional vêm se consolidando em todo o bairro. Como decorrência desta mudança de uso, citamos a crescente transformação dos jardins frontais em área de estacionamento de veículos, às vezes com total impermeabilização do piso no recuo frontal e também retirada a árvores da calçada para permitir o acesso de carros, a transformação da arquitetura residencial para comercial e o intenso fluxo de veículos.

4.4 – O tombamento do Bairro Nova Campinas

Quando da promulgação da Lei 10.566 de 29 de junho de 2000[180] que flexibilizou os usos da Rua Eng. Carlos Stevenson e da Av. Jesuino Marcondes Machado, no Bairro Nova Campinas, a Sociedade do Bairro Nova Campinas (SBNC) protocolou requerimento, com data de 14 de julho de 2000, endereçado ao Prefeito Municipal solicitando revogação parcial da Lei e que fossem mantidas as características de bairro estritamente residencial singular, como definido inicialmente no Decreto Nº 121 de 1946. A SBNC alega que ao permitirem o uso comercial em toda extensão de duas ruas do bairro, agridem a concepção original do Bairro Nova Campinas e que a aprovação da lei "afronta a posição sempre defendida pela Sociedade que, em inúmeras oportunidades, já se manifestou expressa e oficialmente, ser contrária às alterações ora contidas na citada lei"[181]. Alega ainda que não foi realizada consulta prévia à SBNC e muito menos aos seus moradores e que a Lei foi fruto

[180] (CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei10566.htm>. Acesso em 15 maio 2012).

[181] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 04/03, Resolução N° 61 de 14/03/2005, p. 11.

de "encomenda de alguns poucos, por interesses meramente especulativo e argentário, em detrimento dos direitos da maioria que, sequer, foi consultada"[182].

A solicitação foi acatada pelo CONDEPACC em 09 de dezembro de 2004 e assim foi aberto o Processo de Estudo de Tombamento.

> [...] Fundamentando-se nos seguintes parâmetros: manutenção do traçado urbano, representado pelas ruas e praças públicas; preservação da vegetação arbórea; e manutenção do padrão de ocupação dos lotes.
>
> O núcleo de pesquisa e restauro da CSPC considerou pertinente a solicitação do interessado que permitirá preservar um aspecto marcante para a história do urbanismo, o movimento das cidades-jardins idealizado na Inglaterra pós-industrial, fins do século XIX[183].



Figura 40 - Foto da Rua Eng. Carlos Stevenson, Nova Campinas, próximo ao nº 500. Ao fundo, edifícios dos bairros Nova Campinas e Cambuí formam um paredão na paisagem (2012).

---

[182] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 04/03, Resolução N° 61 de 14/03/2005, p. 11

[183] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 04/03, Resolução N° 61 de 14/03/2005, p. 149.

Os conselheiros relatores do estudo de tombamento, Ronald Tanimoto e Denise Ribeiro justificaram que o Bairro da Nova Campinas é o único em Campinas que preservou as características urbanísticas de bairro-jardim, que os parâmetros de dimensão e ocupação do lote, alta densidade de vegetação, interferência mínima na topografia da área são partes indissociáveis e históricas do traçado urbanístico do "bairro-jardim" e ainda, entre outras justificativas elencadas, que a vegetação que se manteve nas últimas décadas tornou o Bairro Nova Campinas uma reserva ambiental urbana imprescindível para a melhoria da qualidade de vida local e dos bairros vizinhos[184]. Manifestaram parecer favorável ao tombamento do traçado urbanístico do Bairro Nova Campinas no que diz respeito ao atual traçado urbano, à vegetação tanto da área pública como a dos lotes, às linhas demarcatórias dos lotes e ao atual padrão de ocupação. Acrescentaram ao relatório um conjunto de diretrizes urbanísticas na intenção de proteger a área tombada.

Conforme Ata 327[185], de 09 de dezembro de 2004, o CONDEPACC decidiu pelo tombamento "ad referendum" do Bairro da Nova Campinas[186] após a leitura do relatório dos conselheiros Ronald Tanimoto e Denise de Souza Ribeiro e a apresentação do trabalho da estudante Marina Vilela (UNICAMP), sobre a obra do arquiteto Jorge de Macedo Vieira em Campinas. O tombamento para uma poligonal contemplando a totalidade do bairro com a manutenção do traçado urbano e do padrão de ocupação dos lotes e a preservação da vegetação arbórea, foi efetuado através do Comunicado Nº03/04 do CONDEPACC, publicado no DOM em 21 de dezembro de 2004.

---

[184] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 03/04, Resolução N° 61 de 14/03/2005, p.150

[185] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Ata 327. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/condepacc/index.php#2004>. Acesso em: 14 maio 2012.

[186] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 03/04, Resolução N° 61 de 14/03/2005, p. 176.

Antes mesmo da publicação no DOM, em 14 de dezembro de 2004, houve contestação[187] do tombamento ”ad referendum” por parte de um proprietário alegando que a maioria dos proprietários do bairro da Nova Campinas realizou um abaixo assinado contra o tombamento e solicitando a alteração do zoneamento para permitir edifícios residenciais de até doze andares. Finaliza o requerimento solicitando ao CONDEPACC:

> [...] aprimorar o estudo de tombamento do bairro Nova Campinas, bem como através de outras Secretarias desta Municipalidade, da Câmara Municipal de Campinas, de forma ordenada e correta, alterar o zoneamento do bairro, permitindo a construção de prédios residenciais multifamiliar conforme basicamente determina o tipo “Z 9” da Lei de Uso e Ocupação do Solo [...].



Figura 41: Foto da Av. Dr. Moraes Sales, Nova Campinas. A Av. Dr. Moraes Sales é um importante eixo de circulação da cidade e o lado impar desta avenida pertence ao Bairro Nova Campinas (2012).

[187] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 03/04,

Houve também outro recurso[188], posterior à publicação do Comunicado no DOM, com data de 06 de janeiro de 2005, contra o tombamento e totalmente favorável à mudança de zoneamento de Z 3 para Z 9. A conselheira relatora do processo de tombamento, Denise de Souza Ribeiro, esclarece que o tombamento foi aprovado "ad referendum" do Conselho e "sendo assim, ainda que a abertura do estudo de tombamento continue em vigor, no que se refere à decisão final do tombamento, só será efetivado após a sua homologação. Portanto, nenhum dos recursos interpostos pode ser considerado, tendo em vista que se opõe a um ato administrativo ainda não formalizado[189]".

Na reunião do CONDEPACC, de 14 de abril de 2005, Ata do Nº 331, foi **aprovado o tombamento do Bairro Nova Campinas** sendo publicada no DOM em 21 de junho de 2005, a Resolução Nº 61 de 14 de abril de 2005. Na Resolução do Tombamento não se justifica o que motivou o tombamento e tampouco o tipo de interesse que o bem desperta. As conclusões do Conselho sobre a relevância do traçado urbano e da importância histórica e ambiental do bairro, por exemplo, não foram expressas na Resolução do tombamento.

O Artigo 1º da Resolução Nº 61 estabelece o tombamento do Bairro Nova Campinas, mantidas as características urbanísticas originais. A poligonal que delimitou o tombamento abarcou 100% do bairro com grau de proteção 1 (GP1) para o traçado urbano, vegetação arbórea tanto nos logradouros públicos quanto no interior dos lotes e para o padrão de ocupação e as atuais linhas demarcatórias dos lotes. Como já demonstramos neste estudo, as características urbanísticas originais em 2005 já não estavam preservadas na totalidade do bairro que conta com padrões de uso e ocupação diversos. A porção verticalizada do bairro que se

---

Resolução N° 61 de 14/03/2005, pp. 333 a 336.

[188] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 03/04, Resolução N° 61 de 14/03/2005, p. 354.

[189] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 03/04, Resolução N° 61 de 14/03/2005, p. 367.

estende da Av. José de Souza Campos em direção ao Cambuí e que inclusive não é reconhecida pelo senso comum como pertencente ao Bairro Nova Campinas (Figura 35 e 40) e os lotes comerciais de frente para a Av. Dr. Moraes Sales (Figura 39), com ocupação e altura diferenciada em relação aos de zoneamento Z3, ilustram estas discrepâncias.



Figura 42: Foto do quarteirão da Rua Dr. Emílio Ribas, lado par, Zona 13, que pertence à Nova Campinas. Observação: O CEP considera este trecho da Rua Dr. Emílio Ribas como bairro Cambuí mas pelo cadastro da Prefeitura Municipal dois quarteirões pertencem à Nova Campinas (2012).

A Resolução Nº 61/2005 considerou a área envoltória como delimitada pelo próprio bem tombado e no Artigo 3º estabelece restrições quanto ao uso e ocupação do solo. Vamos, a seguir, citar alguns incisos que nos pareceram mais polêmicos:

> **III** O gabarito máximo de altura permitido às novas construções será de 10,00 (dez) metros a partir do nível mediano da guia da testada do lote;

IV Para novas construções em lotes vazios deverá ser destinada 50% (cinqüenta por cento) de área livre permeável do mesmo, podendo ser utilizado o ajardinamento, o pavimento articulado vazado, brita e / ou outro elemento similar que garanta a permeabilidade do solo.

V Em caso de reformas e/ ou ampliações de construção já existente a taxa de permeabilidade não poderá ser inferior 50% (cinqüenta por cento).

VI Em caso de reformas e/ ou ampliações de construção já existente que apresente valores de área permeável inferiores ao exigido (cinqüenta por cento) deverá ser mantida a taxa de permeabilidade existente no local até a data de publicação desta resolução. Este caso fica vinculado ao encaminhamento de projeto e vistoria técnica "in loco" pela CSPC e, posteriormente, à análise e autorização prévia do CONDEPACC.



Figura 43: Foto da Rua Dr. Hermas Braga, Nova Campinas. No lado direito da foto, Escola Infantil e a esquerda, construções residenciais que a exemplo do que acontece em outras ruas do bairro, nem todos os imóveis mantiveram o uso residencial (2012).



Figura 44: Foto da Rua Sr. Alexander Fleming, Nova Campinas. Rua sinuosa que ainda mantém as características residenciais (2012).

.



Figura 45: Foto da Av. José de Souza Campos, próximo ao nº 243, Nova Campinas. Na esquerda da foto observamos parcialmente a Praça Dr. Rubens de Andrade Noronha e a direita a praça Dr. Hermes Moreira de Souza (2012).

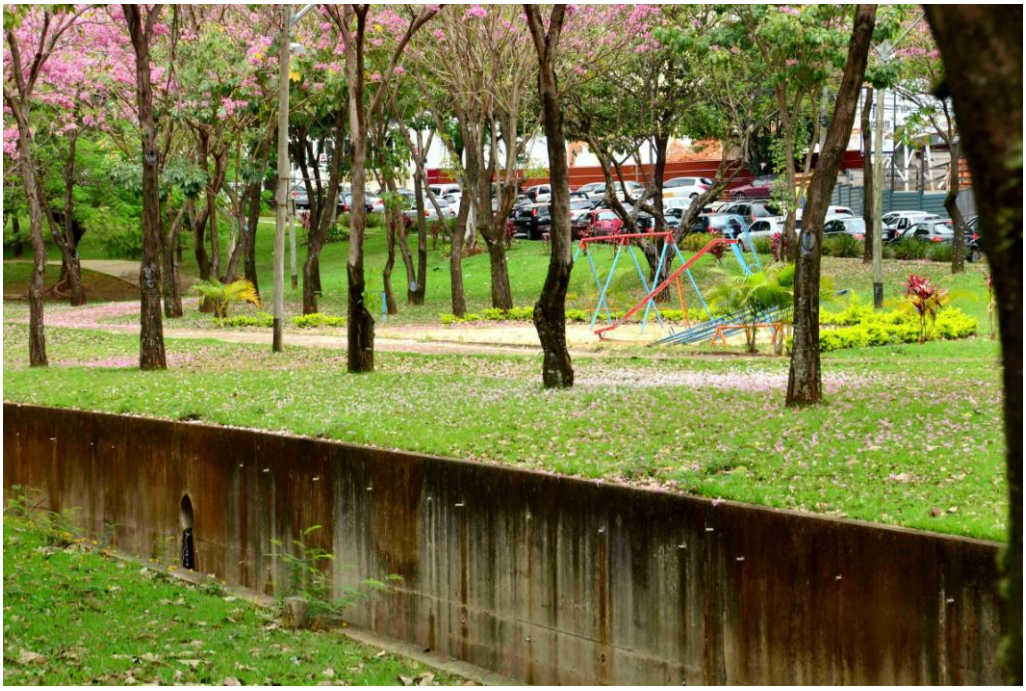


Figura 46: Foto da Praça Ralph Stettinger, Nova Campinas. Observa-se nesta foto o playground da praça (sem proteção) tendo num primeiro plano a parede de canalização do Córrego Proença e no plano de fundo, a Av. José de Sousa Campos (2012).



Figura 47: Foto do Córrego Proença canalizado na Praça Ralph Stettinger, Nova Campinas. As paredes nas laterais do córrego, com aproximadamente 2,5m, não são suficientes para conter o volume de água que pode transbordar após pancadas de chuvas mais fortes (2012).

O gabarito máximo de 10,00m de altura faz sentido para as ruas do bairro que se mantiveram não verticalizados, como no exemplo das figuras 41 e 42, mas em outras, com zoneamento alterado, a exemplo das figuras 39, 40 e 43, esta determinação perde totalmente o sentido.

No que diz respeito à permeabilidade do solo, a restrição de 50% de área livre permeável para construções em lotes vazios, reformas e/ou ampliações, sendo que nos casos em que construções existentes com área permeável inferior ao exigido fica vinculado à análise e autorização prévia do CONDEPACC, nos deparamos com outra questão bastante complexa. Por que foi considerada uma taxa de 50% de permeabilidade, superior a taxa de permeabilidade exigida pela da APA dos Distritos de Sousas e Joaquim Egídio[190] que prevê taxa mínima de permeabilidade de 25% para lotes com área entre 251 m2 e 1.000 m2 e taxa mínima de 35% para lotes com área acima de 1.000 m2? Considerando ainda que a aprovação do Loteamento da Nova Campinas, através do Decreto 121 de 1946, permitia ocupar até 43% do lotes residenciais restando portanto 57% de área livre, mas sem qualquer restrição quanto à permeabilidade do solo e que posteriormente foi permitido, pela Lei de Uso e Ocupação do Solo da PMC. taxa ocupação de 65% dos lotes, também sem adotar taxa mínima de permeabilidade, por que esta exigência do órgão de preservação cultural da cidade? A taxa de 50% de permeabilidade do solo dificulta muito qualquer reforma ou novo empreendimento assim como a aceitação, pela sociedade, deste tombamento com diretrizes tão restritas. Na Ata[191] 331 da reunião do Conselho onde foi aprovado o tombamento do Bairro Nova Campinas, a votação do item 50% de permeabilidade do solo recebeu 9 (nove) votos contrários e 10 votos favoráveis. A apreciação contrária a 50% de permeabilidade, descrita nesta ata, nos parece mais adequada da que foi aprovada, como segue:

---

[190] Área de Preservação Ambiental de Campinas conforme Lei Nº 10.850 de 07 de junho de 2001 - Artigo 60.

> [...] a Lei de Uso e Ocupação do Solo determina até 65% de implantação da construção, o que faz restar 35% livre do lote, para ser utilizado para acesso de pessoas, veículos, quintais, etc., o que faz restar aproximadamente 20% do terreno para os jardins, ou seja, a área permeável. Se for aprovado os 50% de permeabilidade não poderá haver ampliações das construções existentes, e os lotes vazios receberão construções de aproximadamente 35% de implantação o que equivale dizer que um lote de 600 m2 só poderá ter um pavimento térreo de 210 m2, o que inviabiliza qualquer nova construção no bairro. Nova Campinas está mais que consolidada, decretar 50% de permeabilidade não é viável.

O conselheiro do CONDEPACC e um dos relatores do processo de estudo de tombamento do Bairro Nova Campinas, arquiteto Ronald Tanimoto, assim se pronunciou em entrevista[192] sobre esta questão:

> A discussão foi acompanhada pelos representantes de entidades ambientalistas que tiveram papel preponderante na aprovação dos índices. Parte do índice estava pautado na experiência empírica do tombamento dos bairros Pacaembu e Jardim América na capital. Importante lembrar que um dos valores de preservação atribuídos ao Bairro Nova Campinas foi a sua importância como reserva ambiental urbana, uma condição de patrimônio inovadora para a época, tendo dentro do seu perímetro um parque linear urbano. A considerar essa condição ambiental do parque linear urbano com seu entorno totalmente urbanizado e consolidado, propôs-se a máxima proteção da permeabilidade da montante do parque e garantias de médio a baixo adensamento do bairro, situação original do loteamento. Cabe ainda lembrar que no lado oposto a montante da área do parque, integrante do bairro tombado, localiza-se o bairro do Cambuí, que na época e principalmente hoje em dia apresenta um elevado índice de urbanização, onde raramente são respeitados os índices de permeabilidade existentes (BERTINATO, 2012b).

A título de observação, o Córrego Proença no trecho da Nova Campinas, corta o parque linear revestido nas laterais e fundo de concreto e portanto, totalmente impermeabilizado.

---

[191]CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Biblioteca Jurídica. Ata 331, p. 331.6. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/condepacc/index.php#2004>. Acesso em: 14 maio 2012.

[192] Ver entrevista “O cancelamento do tombamento do Bairro Nova Campinas” completa no Apêndice F deste trabalho.

Outra questão neste tombamento é por que não se definir a regra para as construções existentes em vez de aguardar análise e autorização do CONDEPACC caso a caso, toda vez que for protocolado na prefeitura um pedido de reforma, ampliação ou obra nova? Isto, com certeza, vai gerar acúmulo de trabalho para o CONDEPACC e insegurança para os proprietários de imóveis no Bairro Nova Campinas uma vez que a aprovação de qualquer solicitação fica na dependência de análise "subjetiva" do CONDEPACC.

4.5 – O Cancelamento do Tombamento do Bairro Nova Campinas.

A Associação das Empresas do Setor Imobiliário de Campinas (HABICAMP) contestou, em 02 de maio de 2005[193], a decisão do Conselho requerendo a revogação da proposta de tombamento do Bairro Nova Campinas "[...] vez que ainda não se tem a promulgação do decreto consolidador perpetrado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.[194]". A publicação da Resolução Nº 61 no DOM, em 21 de junho de 2005, é posterior a esta contestação contra a decisão do tombamento. Também assinam esta contestação, o CRECI, o SCIESP, a ACIC, o SINDUSCON e o CIESP. Basicamente alegam no requerimento que o bairro não em valor histórico e que a Lei de Zoneamento, além de ser o instrumento adequado já o protege, como o trecho a seguir:

> [...] quando se trata de adensamento urbano, coeficiente de altura e ocupação do solo, o veículo correto, garante da (sic) participação da população através do Legislativo, é a Lei de Zoneamento; esta sim poderá ter caráter preservacionista com critérios apurados de análise de adensamento e infra-estrutura urbana.
>
> O histórico do bairro não conta ainda com 50 (cinquenta) anos, seu projeto original segue uma tendência de época sem os requisitos dos autores do loteamento de São Paulo, da Companhia City,

[193] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 03/04, Resolução N° 61 de 14/03/2005, pp. 408 a 410.

[194] Idem, p. 410.

> mas é apenas uma obra de empreendimento empresarial destinada á elite que ainda ocupa o bairro.
>
> Reafirmamos que, no caso, a Lei de Zoneamento já dá a devida proteção ao bairro que culturalmente, historicamente, artisticamente e urbanisticamente não possui embasamento de parâmetros nacionais ou internacionais que justifiquem o instituto do tombamento.

A conselheira Denise de Souza Ribeiro emite parecer contrário à contestação da HABICAMP considerando em primeiro lugar, que os requerentes são todos ligados a empreendimentos imobiliários, não residem na região ou em sua cercania e cujos interesses, ainda que devam ser respeitados, em nada se vinculam ao interesse histórico-ambiental do bairro[195], o que, per si, poderia afastar o recurso por falta de legitimidade de parte. Apreciando o mérito do recurso, destaca que:

> [...] em nenhum momento houve preocupação com o zoneamento da cidade, que inclusive não é de competência do Conselho: não há nenhum impedimento para demolições, reformas ou novas construções, salvo impermeabilidade e gabarito de altura, diretamente ligados à manutenção de características de bairro-jardim da região; tampouco há restrição para o uso comercial ou de prestação de serviços pelos imóveis.
>
> [...] o único objetivo do tombamento em debate, é a manutenção das características originais do bairro-jardim, que efetivamente tem valor histórico conforme demonstrado em farta documentação [...]
>
> Trata-se do único remanescente deste tipo de bairro, que retrata o esforço pós-guerra de reconstrução de bairros mais saudáveis em Londres, e que no Brasil, encontrava exemplares importantes, tais como o Jardim América, Europa, Pacaembu na cidade de São Paulo, tombados pelo CONDEPHAAT.
>
> [...]
>
> Especificamente em relação à Nova Campinas, trata-se de uma combinação deste ideal de bairro jardim-trazido pela Cia City com o plano urbanístico de Prestes Maia.
>
> Além do valor histórico, por ser o único exemplar em Campinas de uma das mais destacadas formas de ocupação urbana, tem importância ambiental e paisagística relevante, por tornar o clima urbano mais ameno, sendo uma reserva ambiental urbana imprescindível. (fl. 414)

---

[195] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 03/04, Resolução N° 61 de 14/03/2005, pp. 413 a 415.

O processo, após as considerações da conselheira relatora sobre o recurso, é encaminhado pela coordenadora da CSPC/ SMCEL para análise do Conselho na próxima reunião do CONDEPACC, mas Preliminarmente ao Gabinete do Sr. Secretario de Cultura, Esporte e Lazer à pedido (fl. 415). Na fl. 416, o Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos solicita ao Secretário Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente que se manifeste sobre o recurso especialmente no que diz respeito a eventual conflito entre a orientação geral da organização urbana para o local, derivada do planejamento estabelecido por lei municipal e as restrições criadas pela resolução de tombamento.

Técnicos da SEPLAMA se manifestam em documento sem data[196] reconhecendo que o patrimônio urbanístico do Bairro Nova Campinas é de inegável relevância para a cidade de Campinas e que a Lei de Uso e Ocupação do Solo ao longo do tempo transformou este loteamento em bairro protegido, onde são vedados a verticalização e os usos não residenciais. Considera que não houve análise criteriosa, na Resolução de Tombamento, ao aglutinar, em um único perímetro, áreas urbanas tão diferentes quanto ao arruamento e padrão edilício. Levanta ainda que as restrições impostas pela Resolução, em alguns pontos deixam de guardar compromisso ou mesmo são conflitantes com a legislação ordinária do Município de Campinas, a saber:

> - O padrão proposto de altura para as edificações de 10,00m quando no município, para áreas residenciais H3, são de 9,00m.
>
> - A taxa exigida de permeabilidade de 50% restringe o direito de construir estabelecido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo atual, além de não se ater às características originais do loteamento. Para reformas e ampliações, pelo princípio básico do direito administrativo da não retroagibilidade da lei, não é possível exigir permeabilidade igual ou superior a 50%.
>
> - Cabe ao Órgão Executivo Municipal de Trânsito e não ao Conselho, decisões sobre fluxo de veículos, rotas e itinerários do sistema de transportes coletivos, etc.

[196] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 03/04, Resolução N° 61 de 14/03/200, pp. 418 e 419

A equipe da SEPLAMA conclui no documento enviado ao Secretário de Planejamento, que a Resolução Nº 61/20005 inova ao legislar complementarmente a legislação urbanística do município, criando parâmetros diversos daqueles que pretende preservar. O Secretario de Planejamento sugere que seja acolhido o recurso interposto contra o tombamento do Bairro Nova Campinas por existirem conflito entre a Resolução de Tombamento e as Leis de estruturação urbanística em vigor (fl. 422).

A Coordenadoria Setorial de Posturas Municipais da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos se manifesta apontando que a decisão final do recurso cabe ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal vez que verificou já haver recurso anterior contra a decisão do tombamento nos termos como prescreve o artigo 28, parágrafo único, da Lei Municipal 5885/87 (fl. 423).

O Secretario Municipal de Assuntos Jurídicos encaminha ao Exmo. Prefeito um relatório final, após os diversos pareceres onde apresenta um histórico do tombamento e dos recursos. Várias questões são pontuadas, entre elas citamos resumidamente:

> - O pedido inicial do tombamento fundamentava-se no desejo de se preservar o projeto urbanístico do bairro e impedir o uso comercial e verticalização e que só depois das considerações da CSPC/SMCEL, explicando que o zoneamento não pode substituir instrumentos legais como o zoneamento ou plano diretor, outras razões fundamentaram um novo pedido de estudo de tombamento.
>
> - A vulnerabilidade jurídica da deliberação do Conselho no tombamento no dia 14 de abril de 2005, uma vez que a ata informa somente o quorum de votação caso a caso dos destaques, mas quanto ao quorum de 2/3 dos conselheiros em efetivo exercício, exigido por lei[197] para o tombamento, não há registro.
>
> - Divergências entre o perímetro que ainda mantém as características originais do bairro e o indicado na resolução do tombamento.

[197] O Decreto Nº 9546 de 30 de junho de 1988 que aprovou o regimento interno do CONDEPACC estipula no Capítulo VI, Artigo 27: - As deliberações do Colegiado serão tomadas por maioria absoluta de votos, respeitado o quorum de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros em efetivo exercício, estabelecido pelo parágrafo único do artigo 8º da Lei nº 5.885, de 17 de dezembro de 1.987.

> - Que ao CONDEPACC cabe a [...]indicação de bens para o tombamento[198], a decisão acolhendo a recomendação cabe ao Secretário de Cultura e, em última instância ao Chefe do Executivo, autoridades públicas que devem fundamentar e explicar seus atos[199].
>
> - Conflito entre a resolução de tombamento e as leis urbanísticas do município.
>
> - Dúvidas quanto ao valor histórico e arquitetônico do bem.
>
> - Restrições imposta pelo tombamento ao direito de propriedade de vários munícipes e ao poder de planificação urbana sendo que caberá ao poder público, através da Secretaria de Planejamento, indicar os impactos que o Tombamento desta área pode gerar no meio urbano e a forma menos gravosa para se compatibilizar a proteção do bem e o zoneamento e planos urbanísticos previstos para a área[200].

O Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos finaliza suas considerações, entendendo que o recurso deverá ser deferido, o tombamento cancelado e os autos enviados ao CONDEPACC para prosseguimento dos estudos.

O Exmo. Prefeito despacha, alegando que se de um lado o CONDEPACC afirma a existência de elementos de inegável valor histórico e arquitetônico, recomendando o tombamento do bairro, outro lado da questão mostra que as restrições impostas em significativa e importante área do município atingem não só o direito de muitos proprietários como, e principalmente, o poder de planejamento urbano do município[201]. Prossegue considerando que os enormes conflitos e a magnitude da questão demonstram a necessidade de aprofundarem-se os estudos e trazer à discussão e participação outros setores representativos da sociedade, em especial no processo de revisão do Plano de Diretor[202]. Finaliza justificando que, pelas razões levantadas, decidiu pelo cancelamento do tombamento. O Despacho foi publicado no DOM em 27 de

---

[198] Houve um equívoco nesta afirmação, pois o CONDEPACC é um Conselho deliberativo e não consultivo. É presidido pelo Secretario Municipal de Cultura que tem direito apenas a voto de qualidade, conforme Lei Municipal Nº 5.885/1987.

[199] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 03/04, Resolução N° 61 de 14/03/200, p. 426.

[200] Idem (p. 427).

[201] Idem (p. 428).

[202] Idem (p. 428).

agosto de 2005 e republicado em 03 de 09 de 2005 por conter incorreções no número do protocolado.



Figura 48: Foto de casa noturna na Rua Eng. Carlos Stevenson nº 323, Nova Campinas. No destaque uma das duas casas noturnas vizinhas, sem recuo frontal e com área permeável provavelmente restrito às floreiras das fachadas frontais. O padrão de uso e ocupação não está de acordo nem com o zoneamento municipal (2012).

Na reunião do Conselho de 22 de setembro de 2005, Ata nº 333[203], a leitura do parecer do Prefeito com relação ao cancelamento do tombamento do Bairro Nova Campinas provocou muita polêmica. De acordo com a Ata 333, a conselheira Profa. Dra. Silvana Rubino defendeu que o tombamento é uma chancela e que ao se tombar chama-se atenção para uma determinada área e que neste sentido não se trata de ingerência em setores do planejamento municipal, mas sim, de valor de preservação cultural. A Profa. ainda adverte sobre a importância de se estipular um prazo para se constituir uma comissão para nova

[203] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 03/04, Resolução N° 61 de 14/03/200, pp. 439 e 440.

análise do processo, pois é uma paisagem impressa na cidade como área de patrimônio cultural. Pesquisando nas folhas seguintes à Ata Nº 333, anexada ao processo de estudo de tombamento, nada encontramos sobre a formação da comissão ou um novo estudo no processo. Somente foram anexados protocolos relativos a área envoltória do bem em estudo de tombamento como intervenções em praças, aprovações de construções, ampliações e reformas comerciais, nada mais.

Como exemplo recente da dinâmica transformação das características originais de bairro-jardim desta área urbana, citamos a ampliação comercial de casa noturna[204] sem recuo frontal (figura 46), a formação de um cinturão de segurança (figura 47), demolições de residências (figura 49), jardins frontais transformados em estacionamento (figura 36) e a construção de edificações verticalizadas (figura 43). Como dispensar o mesmo tratamento para quarteirões com uso e ocupação tão heterogêneos?

Se bairro protegido enquanto em estudo de tombamento, ações como retiradas de espécies arbóreas ou podas radicais em indivíduos sadios implantados em praça pública (figura 48) deveriam ser fiscalizadas pelo CONDEPACC e no caso do tombamento, todas as espécies arbóreas deveriam ser listadas e monitoradas. Quais os instrumentos de fiscalização e monitoramento para áreas urbanas como o Bairro Nova Campinas o CONDEPACC pode contar? Como realizar uma gestão eficiente contemplando as regras impostas pelo tombamento?

Entendemos, como exposto na Ata 331, a importância da permeabilidade do solo para a qualidade do meio ambiente urbano, tanto no que diz respeito à saúde humana como em relação à diminuição de enchentes na área, mas quais os limites do instrumento do tombamento no que diz respeito a estas questões? O

---

[204] CAMPINAS, Prefeitura Municipal. CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 03/04, Resolução N° 61 de 14/03/200, pp. 514 e 415

quanto é eficiente e juridicamente cabível exigir uma taxa de permeabilidade ideal, não prevista anteriormente e em nome de uma melhor qualidade de vida da cidade, de um único bairro na cidade? Acreditamos que questões ambientais deveriam fazer parte do planejamento urbano, de uma política pública municipal muito mais abrangente. Mesmo reconhecendo a importância do tema, será o instrumento do tombamento adequado para resolver demandas urbanas ambientais e de qualidade de vida? Em nota de rodapé, um estudo sobre as práticas de preservação do CONDEPHAAT em São Paulo, faz referência a autores que refletiram sobre os limites do instrumento do tombamento e o que poderia representar um consenso:

> Vários trabalhos[205] apontam o limite do instrumento do tombamento, como Castro (1991), Pires (1994) e Noia (2006). A corrente mais comum, ainda que reconheça a importância de fato do tombamento para a preservação de inúmeros bens, que do contrário estariam perdidos, defende a tese de que em face da complexidade das questões patrimonial e urbana contemporâneas, ele não pode ser o único instrumento e atuar isoladamente. Se funcionou bem para o monumento isolado, compreendido no seu viés estético e histórico, não dá conta hoje, com a mesma eficácia, da dinâmica urbana. (PRATA, 2009)[206]

Outro ponto a se considerar ainda relativo à aproximação da preservação com as questões urbanas é a vulnerabilidade das Leis de Zoneamento, que podem ser modificadas pontualmente a qualquer momento, visto o conjunto de Leis e Decretos que foram modificando, ao longo do tempo, o zoneamento do Bairro Nova Campinas.

---

[205] Os autores e obras citadas são:

- CASTRO, Sonia Rabelo de. **O Estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- PIRES, M. C. S. **Da proteção ao patrimônio cultural**: o tombamento como principal instituto. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- NOIA, Fernando da Cruz. **Efeitos do Tombamento sobre a Propriedade Privada**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

[206] PRATA, J. M. **Patrimônio Cultural e Cidade**: práticas de preservação em São Paulo. 2009. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, P. 160. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19032010-104346/pt-br.php>. Acesso em 06 jun. 2012.



Figura 49: Foto da entrada do Cinturão de Segurança da Rua Ângelo José Vicente do Bairro Nova Campinas (2012).



Figura 50: Foto da poda radical de um pé de jambolão (Syzygium cumini) situado em praça pública na Rua Eng. Carlos Stevenson. Houve pressão de moradores e posterior denúncia sobre a poda à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e o jambolão que estava sendo eliminado foi preservado e permanece sadio, mesmo que, eventualmente atrapalhe o comércio de flores instalado na mesma praça. (2012).



Figura 51: Foto de demolição de residências na Rua Dr. Emílio Ribas esquina com a Rua José Nucci, trecho pertencente ao Bairro Nova Campinas. Observa-se a demolição de uma série de residências a exemplo de outras semelhantes, que tem ocorrido no bairro (2012).

O CONDEPACC, no caso da Nova Campinas, pela primeira vez deliberou sobre a preservação de um bairro. No Tombamento dos Jardins em São Paulo, pelo CONDEPHAAT, vários pareceres foram emitidos antes de ser deliberada a decisão pelo tombamento e "[...] esses pareceres foram, a nosso ver, ampliando o entendimento da questão em função da própria complexidade e novidade da mesma (PRATA: 2009. P.93)".

Curioso notar a similaridade na justificativa do pedido de estudo de tombamento ao CONDEPHAAT de vários bairros na cidade de São Paulo com pedido de tombamento, ao CONDEPACC, do Bairro Nova Campinas, em Campinas. De acordo com a Dr. Juliana Mendes Prata[207], existiam no

[207] PRATA, J. M. **Patrimônio Cultural e Cidade**: práticas de preservação em São Paulo. 2009. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, p.

CONDEPHAAT, até abril de 2009, treze bairros de São Paulo em estudo de tombamento[208] sendo que:

> A maioria deles foram solicitados pelos próprios moradores, organizados em sociedade de amigos e moradores de bairro, e foram solicitados face a alguma espécie de risco, em geral alteração de zoneamento ou de traçado urbano, que, na concepção dos solicitantes afetaria a qualidade de vida e de vizinhança do próprio bairro. Outro motivo alegado é a importância destas áreas, a maioria ainda arborizada, como "pulmão verde" da cidade, ou atenuadoras de problemas ambientais como a poluição e a impermeabilização dos solos da cidade. (PRATA, P.72)

No caso do tombamento pelo Estado dos Bairros dos Jardins em São Paulo, houve uma ação contra o tombamento por parte do Exmo. Prefeito Municipal Janio Quadros alegando, entre outros argumentos, a inexistência do valor histórico e a incompetência dos órgãos de preservação para legislar sobre o uso e ocupação do solo do município, justificativas essas que guardam semelhança com o caso de Campinas, mas em São Paulo o tombamento não foi cancelado.

O arquiteto Ronald Tanimoto afirma que o ato do destombamento pelo executivo municipal não seguiu o caminho jurídico previsto pela legislação e suprimiu o poder da sociedade de definir o que é relevante preservar:

> Os conselheiros se manifestaram depois deste ato do prefeito, alguns se colocaram contrários e questionaram a legalidade de se cancelar uma Resolução de Tombamento, que o recurso foi requerido fora do prazo estipulado legalmente além do trâmite do processo não ter seguido o caminho padrão, previsto na legislação que seria recorrer ao próprio Conselho. Tivemos vários recursos analisados e alguns estudos de tombamento até chegaram a ser revistos pelo relator, mas, no caso do Bairro Nova Campinas, este processo tomou um atalho que é perigoso para a sociedade uma vez que estão definidos, os caminhos de como devem ser feito o tombamento. Esse cancelamento me pegou de

---

177. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19032010-104346/pt-br.php>. Acesso em 06 jun. 2012.

[208] Dos treze processos em estudo de tombamento, somente dois foram tombados, os Jardins e o Pacaembu. O tombamento dos bairros dos Jardins, em 1986, foram os primeiros bairros tombados do CONDEPHAAT. Tanto os Jardins como o Pacaembu, tombado em 1991, tiveram solicitações de estudo em 1985. (Dados conforme PRATA, 2009: p. 74)

> surpresa e depois tomei conhecimento, na reunião com os conselheiros, que foi feito de forma direta, houve um recurso, mas não tomou um caminho que era usual e que torna legítimo todo o processo. Até o posterior cancelamento poderia ter um melhor embasamento por parte do Prefeito se tivesse tomado o caminho correto do recurso passar pelo próprio Conselho. Nós vimos como um ato que estava tirando um poder da sociedade de opinar e ela mesma poder rever uma instância de recurso do próprio Conselho. Eu vi na época, junto com os conselheiros e hoje eu vejo que isto é perigoso para a própria Lei do Tombamento, até para o próprio entendimento do que é necessário tombar. Pode-se chegar à conclusão do valor de um determinado móvel, imóvel, monumento, ou ainda um equipamento urbano, seja lá o que for que podemos considerar importante como foi no caso o traçado urbanístico e depois sem nenhum estudo, cancelar o tombamento. (BERTINATO, 2012b)

A dissertação de mestrado da arquiteta Rosana G. Bernardo, sobre a "História da Ocupação do Solo do Município de Campinas", demonstra preocupação com as pressões imobiliárias sobre o Bairro Nova Campinas:

> Sem dúvida se verifica o avanço do interesse imobiliário sobre a região da Nova Campinas, área esta que se caracteriza como um dos pontos de referência do município dada as sua características de implantação e arborização, além do padrão construtivo das edificações, permanecendo a pergunta: por quanto tempo esta área resistirá às pressões? (BERNADO: 2002, p. 177)

O arquiteto Tanimoto ponderando sobre o que esperar em relação ao Tombamento do Bairro Nova Campinas, acredita que o cancelamento "[...] foi muito mais uma resposta para a imprensa na época (TANIMOTO, 2012)" e que se o estudo não está sendo realizado,

> [...] o valor inegável, atribuído a esse projeto urbanístico que é o Bairro Nova Campinas, está se perdendo porque as novas construções estão acontecendo fora dos padrões que nós estipulamos para o tombamento. Estes padrões, às vezes não são visíveis e as mudanças, que são sutis, no final acabam por modificar totalmente o bairro e descaracterizá-lo. Nós estávamos comentando e você como arquiteta percebeu como os recuos estão sendo invadidos, e o cidadão nem sempre percebe, mas, com o decorrer do tempo este bairro perderá a característica principal que motivou o seu tombamento. Eu vejo isto como uma preocupação e como, um caminho oblíquo de não preservar o patrimônio histórico e no caso agora acreditando no destombamento. Se não aconteceu o estudo após o cancelamento do tombamento, aconteceu simplesmente o destombamento e todo o estudo feito anteriormente foi perdido (BERTINATO, 2012b).

Temos que considerar também que a Av. Dr. Moraes Sales e a Av. José de Souza Campos (figuras 42 e 46) são eixos viários[209] importantes de ligação entre regiões do município, com trânsito intenso e que a atividade comercial e de prestação de serviços surge como uma vocação natural dos lotes lindeiros a essas avenidas. Por outro lado a mudança de uso criando dois corredores comerciais na Rua Eng. Carlos Stevenson e Av. Jesuino Marcondes Machado, vias que cortam o bairro, mais do que a verticalização, que ficou restrita a área periférica, foi e continua sendo o grande agente transformador da dinâmica do bairro. Atualmente, após sete anos do cancelamento do tombamento, não é possível prever se o Bairro Nova Campinas resistirá às pressões contra a preservação de suas características de bairro-jardim.

> [...] Desta forma, urge buscar novas formas de atuar com a preservação, além do tombamento, e ao mesmo tempo buscar articulação com outras instâncias e competências, incluindo as questões do meio ambiente, do planejamento urbano e da cidadania. (PRATA: 2009)

O Decreto-Lei Nº 3.866/1941[210] prevê o cancelamento do tombamento de bens do patrimônio a nível nacional no seu artigo único:

> Artigo Único. O Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto por qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos Municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 2, de acordo com o Decreto-Lei nº 25 3, de 30 de novembro de 1937.

---

[209] Já previstos como perimetrais no plano de Melhoramentos de Prestes Maia.

[210] Decreto-Lei Nº 3.866 de 29 de novembro de 1941. Disponível em: < http://www.prpe.mpf.gov.br/internet/Legislacao/Patrimonio-Historico-e-Cultural/Decretos/DECRETO-LEIN1-3866-DE-29-DE-NOVEMBRO-DE-1941>. Acesso em 09 jun. 2012.



Figura 52 - Planta do Bairro Nova Campinas com anotações das Avenidas José de Souza Campos, Dr. Moraes Sales e Jesuino Marcondes Machado e da Rua Eng. Carlos Stevenson. Sem escala. Desenhada de acordo a PRC 3423 da PMC. Crédito: Wania Bertinato.

A legislação do CONDEPACC nada prevê com relação a cancelamento de tombamento. O comunicado de cancelamento do Tombamento o Bairro Nova Campinas levantou pontos que precisariam mesmo que ser analisadas mais profundamente antes do tombamento, não só pela complexidade das questões envolvidas, conforme demonstramos, como pelas diferentes realidades urbanas no perímetro que conforma o bairro tombado e que não foram considerados na Resolução de Tombamento. Temos que considerar ainda as dificuldades práticas de gestão do bem após o reconhecimento oficial de sua importância cultural.

Necessário se faz, optando pelo tombamento, estudos específicos de técnicos especializados em planejamento urbano conjuntamente com técnicos da CSPC e em sintonia com uma política pública do município de valorização da sua identidade.

Uma chancela de Paisagem Cultural Campinense, a exemplo da Portaria do IPHAN de Paisagem Cultural Brasileira[211] e não o tombamento talvez possa ser o instrumento jurídico mais apropriado para lidar com a complexidade das questões envolvidas na preservação de uma grande área urbana como é o caso do Bairro da Nova Campinas. A questão ambiental[212], por exemplo, no caso de uma chancela oficial, poderia ser monitorada através dos órgãos ambientais pertinentes ao caso.

---

[211] A Portaria Nº 127/2009 do IPHAN,que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira: **Título I, Disposições Gerais**

I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

II - DA FINALIDADE

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

III - DA EFICÁCIA

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

IV - DO PACTO E DA GESTÃO

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN. (Portaria Nº 127 de 30 de abril de 2009 e publicada no Diário Oficial da União em 05 de maio de 2009, seção 1, p.17. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236> Acesso em 16 jun 2012).

[212] A concepção do patrimônio como recurso (prático e simbólico), que é tão problemática para os órgãos de preservação quanto difundida nas diversas camadas sociais, encontra-se na base do aspecto talvez mais enfatizado do patrimônio em seu uso corrente. Tendo sido institucionalmente legitimado pela história e pela estética desde os primórdios de sua instituição como prática oficial que data, no Brasil, do final da década de 1930, o patrimônio ganhou, nos anos 1970 e 1980, uma clara inflexão política (enquanto emblema de identidades diferenciadas) e ambiental (à medida em que foi associado à qualidade de vida). Agora, ele é reivindicado por amplos setores sociais, por seu valor econômico ou como recurso simbólico na construção de sentidos de lugar e desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado, em um riquíssimo e freqüentemente conflituoso processo cultural de formação de tradições reinventadas (ARANTES, 2000 apud ARANTES, 2006, p. 425-435).

A importância do Bairro Nova Campinas para a memória cultural da cidade é inequívoca, e acreditamos que será necessário desenvolver um modelo de preservação de ação conjunta, em sintonia com uma política pública que contemple a complexidade e o dinamismo desta área urbana através de planejamento de longo prazo, valorizando o patrimônio cultural e ao mesmo tempo garantindo a gestão de sua preservação e o reconhecimento de seu valor para o município.

5 O CONDEPACC E O PATRIMÔNIO CULTURAL AFRODESCENDENTE[213].

> Não é a raça que nos unifica. É a história comum. O espaço urbano nos unifica; ele é histórico[214].

5.1 – Considerações preliminares

Quando iniciei o estudo dos bens tombados pelo CONDEPACC, fiquei surpresa com a não consideração, pelo CONDEPACC, da memória representativa dos escravos e afrodescendentes em Campinas. Ficou constatado no capítulo 2, que o CONDEPACC, em 55% dos bens tombados, não justificou o porquê do tombamento, assim como em 45% desses bens não definiu o tipo de interesse que o bem desperta e que levou ao tombamento. Posto isto, com relação à memória afrodescendente, nenhuma Resolução, até o final de 2008, justificou o tombamento reconhecendo algum valor simbólico ligado à memória da vida de escravos ou de afrodescendentes. Estranhamos este fato, em especial, porque Campinas se projetou e fez riqueza com a exploração da mão de obra escrava. Quase nada foi preservado deste grupo social e o pouco que se preservou através

---

[213] De acordo com o Prof. Dr. Henrique Cunha Jr., da Universidade Federal do Ceará, "**Afrodescendência** (grifo do autor) é um recurso conceitual para definirmos a população apresentada nos censos demográficos do IBGE como pretos e pardos. O censo demográfico usa um conceito de cor baseado na auto-declaração dos entrevistados pelos pesquisadores do IBGE. O conceito de afrodescendência tem por base a história e os processos de identidade afrodescedente. As populações resultantes de imigrações forçadas devido ao sistema de produção do escravismo criminoso têm uma história em comum no Brasil. São originárias de um território de formação histórica e cultural comum que é o continente africano, a história e a cultura africana. Esta população estabelece novas relações sociais e sofre as transformações condicionadas, de certa maneira, pelo sistema escravista e depois pelo capitalismo racista.Nestes processos sociais produzem novas identidades que resultam de uma origem comum e de uma história de contornos comuns. Afrodescendência é um conceito de base étinica dado pela história sociológica dessa população. Os contornos desta identidade afrodescendente são de natureza política cultural. Este conceito visa substituir o conceito de raça biológica ou social dado às dificuldades que os conceitos relativos à raça tem produzido para a humanidade." (Espaço urbano e afrodescendência: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Henrique Cunha Junior e Maria Estela Rocha Ramos [organizadores}. Fortaleza: Edições UFC, 2007, pp. 70-71).

[214]ESPAÇO, 2000, p. 77.

do tombamento o reconhecimento justificando a importância do patrimônio cultural para a memória dos afrodescendentes e da própria história da cidade.

> Era Campinas o mais poderoso centro econômico do Sul do país e estava no apogeu quando, em 1888, dá-se a abolição, pura e simples, da escravatura. Fendeu-se e ruiu a estrutura econômica baseada na cultura cafeeira. Enormes prejuízos abalaram o comércio. Extingui-se o crédito ilimitado até então gozado pelos fazendeiros. Esboroaram-se fortunas e patrimônios. E para cúmulo da desdita, chega o ano de 1889 e com ele sobrevém a primeira e apavorante epidemia de febre amarela (SANTOS FILHO e NOVAES, 1996, p. 16).

A tentativa de compreender esta lacuna,da não valorização da memória afodescendente na cidade de Campinas, nos levou a pesquisar o tombamento pelo CONDEPACC, do Imóvel da Rua Emílio Ribas n° 1468 (Museu do Negro)[215], inicialmente como trabalho final de uma disciplina cursada no IFCH/UNICAMP. Posteriormente alargamos este estudo com a apresentação da comunicação "Algumas percepções sobre a (falta de) política de preservação do patrimônio cultural em Campinas: a memória afrodescendente na cidade**"** no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, realizado na UFBA[216]. Por fim trouxemos a discussão desta questão para este capítulo se propondo a uma reflexão sobre a valorização do patrimônio cultural afrodescendente pelo CONDEPACC, através do estudo de alguns patrimônios culturais do município. Nem todos os patrimônios culturais aqui estudados foram tombados, alguns somente pertencem à área envoltória de bem tombado, apesar do reconhecimento popular de sua importância, em especial para a comunidade negra. Apesar de estarmos nos referindo didaticamente à memória afrodescendente na cidade, concordamos com o Prof. Dr. Paul Lovejoy, especialista em escravidão, da Universidade de York, em

---

[215] Tratamos anteriormente deste tema em "Reflexões sobre o tombamento do Museu do Negro em Campinas" (BERTINATO, 2007).

[216] Tratamos anteriormente deste tema em "Algumas percepções sobre a (falta de) política de preservação do patrimônio cultural em Campinas: a memória afrodescendente na cidade**",** trabalho apresenta em 2011, no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de ciências Sociais, realizado na UFBA, Salvados, Bahia. Disponível em: <

Ontário, no Canadá, “A história dos descendentes africanos não é somente deles. É a história de todo mundo.” (GARCIA; SANTOS; ELIAS, 2012, p.40).

Apesar de toda a negação, da não valorização desta memória, o escravo que era “[...] um indivíduo com uma personalidade, desejos e heranças” (GARCIA; SANTOS; ELIAS, 2012, p.45) de sua origem africana, nos constituiu de forma inegável. A consagrada canção “Samba da Benção” exemplifica, no verso a seguir, o quanto esta influência está enraizada na nossa cultura:

> Porque o samba nasceu lá na Bahia.
> E se hoje ele é branco na poesia.
> Se hoje ele é branco na poesia
> Ele é negro demais no coração.[217]

O samba, por exemplo, manifestação cultural tradicional de origem africana, fazendo parte tanto de cerimônias religiosas como profanas, aos poucos vai ganhando novos significados e deixando de ser manifestação exclusivamente de descendentes africanos. A semelhança das transformações do samba de terreiro em Itu, em São Paulo,

> [...] pouco a pouco, o samba foi deixando de ser dos negros, foi clareando Foi secularizando-se, perdendo os caracteres mágico-religiosos. Já não era uma festa profana, associada a cerimônias religiosas” (IANNI, 1996, p.112).

E hoje o samba nos define como povo brasileiro, está arraigado em nossos corações e cultura. Em Campinas “a identidade do negro campineiro está intimamente ligada ao samba”, segundo folder de recente exposição temática de pinturas do sambista e artista plástico, Aluízio Jeremias[218].

---

http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307914900_ARQUIVO_20110606CONDEPACCAfro-descendente.pdf>. Acesso em 20/10/2011.

[217] Letra parcial da canção “Samba da Benção”, composição de Vinicius de Moraes e Baden Powell na década de 1960.

[218] Semba é o nome da exposição no Museu de Arte Contemporânea de Campinas “José Pancetti”, de 12 de setembro a 8 de outubro de 2012.

A história da escravidão em Campinas foi peculiar e parece que o seu "apagamento" também. Ilustrando como foi expressivo o contingente de escravos na cidade e talvez sugerindo o porquê de tanta negação, citamos XAVIER:

> Campinas, a "bastilha negra" como era conhecida, tinha tido, pelo menos na década de 70, duas vezes mais escravos que qualquer outro município paulista. Em 1872, quase a metade de sua população era cativa. (1996, p.27).

Citamos ainda, sobre o porquê da negação da história da escravidão em Campinas:

> Campinas tem uma grande metáfora com a qual a sociedade trabalha, que é produzida nesse momento. Campinas é a Princesa Oeste, a sua população quer vê-la como uma princesa bonita, higienizada, cheirosa, não é? Atraente, sedutora, Ela tem as suas misérias, naturalmente, mas que ela própria procura invisibilizar, para que o forasteiro, viajante ou pessoa que chega de fora não se impressione mal com a cidade.
>
> E me dá a impressão, eu tenho uma intenção, que é só intenção, não sei se colocaria em prática, que é estudar, fazer um histórico da arrogância do campineiro. O orgulho, o bairrismo, que "nós somos melhores que os outros". Essa consciência prática social neste período que eu estudo em *A Cidade os Cantos e os Antros* é exacerbada. Quer dizer, eles são os tais. É uma sociedade fechada para quem chega de fora. É, hoje se desfigurou completamente isso. Mas até a minha infância e mocidade. Havia certos guetos, redutos, clubes em Campinas nas quais um cara de sobrenome meio atrapalhado não entrava. Era só a tradicional família campineira (O GARIMPEIRO, 2000, p.58-59).[219]

Temos consciência de que esta lacuna criada com relação à memória afrodescendente não é exclusividade do município de Campinas, como bem colocado pela arquiteta e urbanista Maria Estela Rocha Ramos na publicação "Origens da segregação espacial da população afrodescendente em cidades brasileiras".[220]

---

[219] Entrevista concedida pelo Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa ao Museu da Imagem e do Som em 13 de maio de 1998.

[220] RAMOS, Maria Estela Rocha. **Origens da segregação espacial da população afrodescendente em cidades brasileiras**. In Espaço urbano e afrodescendência: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Henrique Cunha Junior e Maria Estela Rocha Ramos [organizadores}. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

> No cuidadoso estudo realizado por Raquel Rolink sobre os territórios negros em São Paulo, podemos verificar claramente o desmantelamento que os territórios negros sofreram, não só naquela cidade como em outras cidades, tornando-se prática recorrente no urbanismo brasileiro. Os processos de 'melhoramentos urbanos' e projetos urbanísticos, iniciaram na cidade do Rio de Janeiro, ocorrendo em muitas cidades brasileiras como São Paulo, Santos, Recife, Porto Alegre, Salvador, etc. **Desafricanizar as cidades** (grifo nosso), isto é, desmontar estes territórios negros apagando os traços afro-brasileiros na cidade, era fundamental para intensificar o poder das aparências européias, trazendo uma nova imagem de cidade para a República (ESPAÇO, 2000, p. 111-112).

Constatamos que a segregação espacial e social aos afrodescendentes continua presente quando a sua história não é valorizada.

> A República cometeu erros cruciais em relação à população afrodescendente que comprometeram a dignidade, a sobrevivência e a igualdade de oportunidades dos afrodescendentes. No entanto, as grandes dificuldades que passam os afrodescendentes, ainda nos dias atuais, não são vistos ou compreendidas por boa parte da sociedade. Não se trata apenas de uma 'questão dos negros' e sim de toda a sociedade brasileira.
>
> [...]
>
> É ainda como reflexo do estigma da escravidão e de um racismo corporativo do poder público ao adotar uma a(sic) postura de abandono com relação às questões dos afrodescendentes e, consequentemente, às demandas e especificidades de seus territórios. Politicamente é uma estratégia relegar os territórios negros das políticas públicas, de modo a enfraquecer a consciência política de seus moradores em lutar pelo direito ao espaço urbano digno e aos seus territórios construídos socialmente. (RAMOS, 2007, p. 118-119).

Existem outros patrimônios culturais em Campinas que poderiam ser analisados sob esta mesma ótica, a da valorização da memória afrodescendente na cidade[221], mas acreditamos que os estudos de casos elegidos são exemplares

[221] O Centro de Memória da Unicamp através do Projeto Ciências & Arte nas Férias do ano de 2008, trabalhou com a questão da memória afrodescendente em Campinas. O título do projeto de 2008 foi "A contribuição do contingente afro-brasileiro para o desenvolvimento e a vida cultural de Campinas e região". No banner relativo ao projeto foram apresentados dois roteiros de visitas orientadas, um definido como Roteiro Instituições e o outro como Roteiro Centro. As instituições apresentadas foram o Grupo de Teatro e Danças Populares Urucungos, Puítas e Ouijêngues, a Casa de Cultura Tainá e o Instituto Cultural Babá Toloji. No Roteiro Centro, foram eleitos dez bens culturais da cidade, como segue: Largo Santa Cruz, Igreja de São Benedito, Monumento à Mãe

e sinalizam que há ainda, muito, o que avançar no sentido de atitudes intelectuais com ações positivas que nos leve a políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, mais justas, que preservem a memória de todos os grupos formadores da nossa sociedade. A construção desta memória poderá ampliar o entendimento do que somos, afinal, um bem tombado se torna um símbolo na sociedade a que pertence. Colocar em discussão este "apagamento" dos valores da negritude não é tarefa fácil, mas gratificante no sentido de superar o déficit produzido por estas diferenças e de construir uma cidade mais justa, que reconhece o direito à memória histórica de todos os grupos sociais que a compõe.

A Carta Magna do Estado brasileiro prevê como um de seus objetivos fundamentais, a erradicação de qualquer forma de discriminação e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Neste sentido, a busca por uma sociedade menos desigual é dever do Estado.

Negra, Praça Carlos Gomes, Monumento Túmulo de Carlos Gomes, Largo do Rosário, Catedral Metropolitana de Campinas, Mercado Municipal, Túmulo do Escravo Toninho e Capela Santa Cruz do Fundão. Nos dois roteiros, fotos ilustram e textos resumidos informam a influência afro-brasileira em de cada uma das instituições ou bem cultural citados. Destacamos a seguir parte do texto geral que acompanha os roteiros no banner:

"Buscando preencher essa lacuna de conhecimentos e informações, constatada há já alguns anos em nossas pesquisas, nos propusemos a discutir a força da presença negra em Campinas, no passado e na contemporaneidade com adolescentes que conosco estiveram durante o mês de janeiro, dentro do Programa Ciência e Arte nas Férias da UNICAMP. Queríamos, entretanto, que essa visão sobre a negritude em nossa cidade fosse construída de maneira prazerosa e concretamente embasada e para isso desenvolvemos uma série de estratégias, através da colaboração voluntária de pesquisadores-especialistas no assunto, dos técnicos do CMU e contando com a riqueza inestimável do nosso acervo documental.

Assim os jovens pesquisadores realizaram leituras orientadas de textos resultantes de pesquisas sobre o tema, palestras com especialistas que abordaram a temática afro-campineira e visitas orientadas a espaços urbanos centrais e periféricos que guardam marcas do passado ou apresentam atividades contemporâneas relacionadas à negritude campineira. Ao encerrar as atividades desse mês de estágio nossos futuros pesquisadores foram expostos, embora de forma introdutória, a todas as fases de uma pesquisa no campo das Ciências Humanas desde a escolha do tema, coleta de dados primários e secundários, organização e análise dos mesmos, preparação do relatório final e devolução dos resultados da pesquisa a grupos interessados. (Prof[a]. Olga R. de Moraes von Simson/Diretora do Centro de Memória da Unicamp e Equipe CMU – Projeto Ciências & Arte nas Férias 2008)".

Observação: Ver no Anexo E reprodução do Banner.

> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, Constituição 1988).

4.2 - Imóvel da Rua Emílio Ribas N° 1468 (Museu do Negro) [222]



Figura 53 - Foto da fachada frontal do Imóvel da Rua Emílio Ribas n° 1468, Cambuí (2011).

O Imóvel da Rua Emílio Ribas n° 1468 (figura 52), situado no bairro Cambuí, região nobre e altamente valorizada em Campinas, teve seu pedido de

[222] Tratamos anteriormente deste tema em “Reflexões sobre o tombamento do Museu do Negro em Campinas” (BERTINATO, 2007).

Estudo de Tombamento, solicitado pelo professor universitário Geraldo F. Mendes, quando este ocupava a função de Diretor de Departamento da Secretaria de Cooperação Internacional da Prefeitura Municipal de Campinas. O Sr. Geraldo, que era vizinho do imóvel na época, justifica o pedido de tombamento pelo fato da residência testemunhar a presença da comunidade negra na formação do bairro Cambuí nas primeiras décadas de 1900. O Sr. Geraldo, ainda nos informa, através de relatos de história oral, que a quadra formada pelas ruas Emílio Ribas, Santo Antônio, Antônio Lapa e Sampaio Ferraz era, no início do século XX, um reduto de famílias da comunidade negra com inúmeras casas e cortiços. Nas áreas livres dos terrenos dedicavam-se à cultura de subsistência: hortas, plantações de milho, etc. Havia também a Capela de São Sebastião, com cultos católicos até o ano 1960, quando foi desativada pela Cúria que inaugura uma Igreja do mesmo santo no bairro Taquaral. Tradicionalmente, nesta capela freqüentada por pessoas da comunidade negra, no dia de São Sebastião, acontecia uma comemoração religiosa animada pela banda da Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor. Ainda segundo relatos de história oral pelo prof. Geraldo, a comunidade negra foi vítima de intolerância religiosa uma vez que apesar das intensas atividades da capela com preces diárias, serviços e festas religiosas, ela foi demolida e teve seu terreno vendido. Suspeita-se que outros rituais de origem africana praticados num terreno próximo à capela pela mesma comunidade que a freqüentava, após inúmeras denúncias, tenha provocado indignação da Igreja Católica.

> A vida espiritual dos africanos e seus descendentes também não era compreendida ou aceita pelos olhos da elite que adotava o entendimento do mundo através de um enfoque europeu, ocidental e católico como único. A religião africana era vista como magia ou feitiçarias e suas danças eram vistas como promiscuidade (RAMOS, 2007: p.110)

O prof. Geraldo constata que até a época deste pedido de estudo de tombamento, apenas duas famílias negras residiam no quarteirão, que já foi área periférica, pouco valorizada de Campinas, e que provavelmente, essas duas

famílias, pressionadas pelo poder econômico, foram em busca de outros locais menos valorizados da cidade. O pedido de tombamento é finalizado justificando que o imóvel da Emílio Ribas nº 1468, construído por filho de escravos e preservado pela mesma família de negros, é um importante testemunho histórico que deve ser preservado e valorizado na cidade.

Conforme Ata n° 263 do CONDEPACC, de 27 de Setembro de 2001, o plenário acatou a solicitação de estudo de tombamento do imóvel da Rua Emílio Ribas n° 1468, por ser um remanescente do "reduto dos negros no Cambuí". O conselheiro Danúzio G B. da Silva se propôs a fazer o relatório de abertura do processo de tombamento e após o levantamento histórico do imóvel, o indica para tombamento. Na análise do relatório do Sr. Danúzio pelo CONDEPACC (CONDEPACC, Proc. n° 011/01: folha 197-A), a conselheira Sra. Sônia Fardin acata a indicação do tombamento justificando-o pelo histórico fortemente documentado e analisado, destacando alguns pontos:

> O imóvel foi projetado e construído (1911/1913) pelo Sr. Adão Bernadino dos Santos, cocheiro, filho de escravos, para ser residência da família e abrigar veículos com os quais a família trabalhava. [...]
>
> O imóvel é excelente exemplar de edificação residencial de uma parte do Cambuí, originalmente ocupada por famílias da Comunidade Negra. É reconhecido pela Comunidade Negra atual como marca significativa da história dos negros no século XX em Campinas[223].

O imóvel foi tombado e conforme a Resolução n° 40 de 2003, a justificativa do tombamento não menciona a importância deste bem como referência cultural à memória dos negros, marca simbólica desta presença no Cambuí. Conforme o Artigo 1º na Resolução:

> Fica tombado o Museu do Negro, situado a Rua Emílio Ribas N° 1468, no bairro Cambuí, importante bem de interesse arquitetônico,

[223] CONDEPAAC: Proc. de Tombamento N° 011/01, Resolução N° 040 de 16/09/06, folha 197-A

> histórico, ambiental e urbanístico do município de Campinas, inserido no grau de proteção 1 (GP1)[224], mantendo o desenho original.

O CONDEPACC publica, em 2005, uma errata para o artigo 1°, onde a memória dos negros também não é mencionada e passando valer a seguinte redação:

> Fica Tombado o imóvel situado à Rua Emílio Ribas, nº 1468, no bairro Cambuí, atual prédio do Museu do Negro, importante bem de interesse arquitetônico, histórico, ambiental e urbanístico do município de Campinas, inserido no grau de proteção 01 (GP1), mantendo o desenho original.

Num breve histórico do processo de tombamento deste patrimônio cultural, o prof. Geraldo F. Mendes, que solicitou o estudo de tombamento em 2001, protocola carta na Coordenadoria Especial de Participação Popular e Orçamento Participativo da Prefeitura de Campinas, em 08 de janeiro de 2002, sugerindo que parte do recurso destinado para a Cultura com dotação à revitalização do patrimônio da comunidade Negra de Campinas, seja utilizada para a aquisição e restauro do imóvel da Emílio Ribas 1468 e que este abrigue além de um "Centro de Documentação, Cultura, Pesquisa e Políticas Negras" (Lei Municipal 6930 de 01/04/1992), um "Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Campinas" (Lei Municipal de 10.813 de 26/04/2001).

Através de protocolo encaminhado à Prefeitura Municipal de Campinas/CONDEPACC, em 03 de abril de 2002, o Sr. Agostinho dos Santos, com 77 anos, proprietário do imóvel da Rua Emílio Ribas em estudo de tombamento, se declara interessado em vender seu imóvel ao poder público para que este possa preservá-lo às futuras gerações como marco da presença negra na formação da região.

---

[224] O Grau de Proteção 1, conforme a Lei Nº 9149 de 17 de Dezembro de 1996, no município de Campinas, é aplicável aos bens imóveis de alto valor histórico, arquitetônico e ambiental determinando que a preservação das edificações seja integral, a utilização do imóvel se dê por intermédio de funções compatíveis e que sejam aplicados métodos adequados em sua conservação e restauração.

O jornal Correio Popular de Campinas, de 22 de outubro de 2002, sob o título "Campinas pode ganhar o primeiro Museu do Negro", noticia que a Prefeita Sra. Izalene Tiene (PT) e o Secretário de Cultura Valter Pomar, estiveram no imóvel onde funciona, precariamente, desde o início do segundo semestre de 2002, um museu. Ainda de acordo com o periódico, o tombamento foi pedido para viabilizar o projeto de um museu com atividades culturais e o secretário da cultura assumiu o compromisso de elaborar um projeto para captar recursos através da Lei Rouanet para recuperar a casa e o acervo.

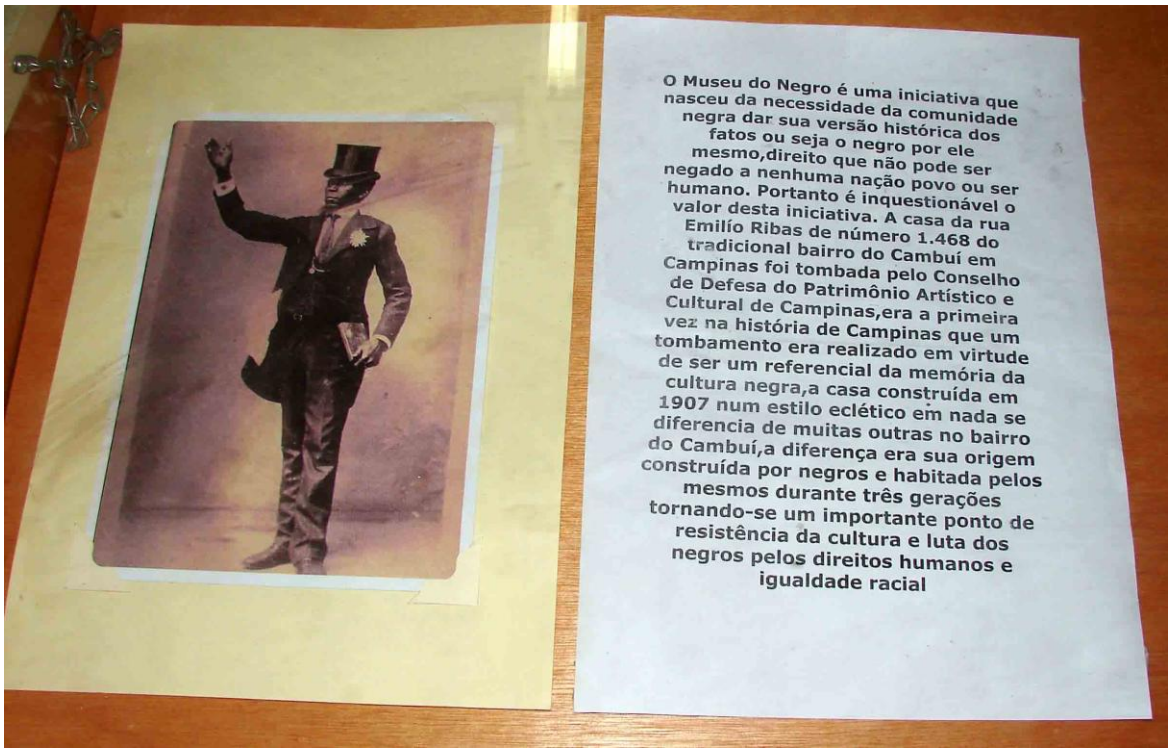


Figura 54 - Reprodução de foto e texto da Exposição "Memória e Vivências Negras em Campinas". A exposição contou com o acervo parcial do Museu do Negro e foi realizada no Saguão da Estação Cultura em novembro de 2006.

Membros da Comunidade Negra, em 23 de Outubro de 2002, protocolaram uma carta na Prefeitura Municipal de Campinas, solicitando à prefeita em exercício, Sra. Izalene Tiene, apoio através da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo para levantamento de dados e ações que possam formalizar a

criação de um espaço cultural que cultive os valores e a cultura negra de nossa cidade no imóvel em estudo de tombamento que abriga o acervo inicial do museu. Declaram ainda que o pequeno acervo mantido na casa, composto de documentos, fotos, objetos e móveis que merecem ser estudados e expostos para que sirvam de indutor de auto-estima às novas gerações.

Agostinho dos Santos[225] recebe em 20 de novembro de 2002, o Diploma de Honra ao Mérito "Zumbi dos Palmares" pela Câmara Municipal de Campinas, "Uma homenagem, visto a contribuição exercida pela abertura de um novo espaço para a comunidade negra de Campinas, o Museu do Negro"

Nasce informalmente o Museu do Negro[226] em Campinas vinculado ao tombamento do imóvel da Rua Emílio Ribas nº 1468, como atesta o processo de tombamento. A relação entre eles é tão estreita que inicialmente o imóvel é tombado como Museu do Negro e posteriormente, através de uma errata, o tombamento passa para Imóvel da Rua Emílio Ribas nº 1468, atual sede do Museu do Negro. O museu foi desalojado do Imóvel da Rua Emílio Ribas em dezembro de 2005 e desde então, sem espaço físico para funcionar teve seu acervo fragmentado, acontecendo algumas exposições itinerantes como a do ano de 2006, no Saguão da Estação Cultura, denominada "Memória e Vivências Negras em Campinas". Nesta exposição, um texto explicativo trata a iniciativa da criação do museu como uma "necessidade da comunidade negra de dar sua versão histórica dos fatos, o negro por ele mesmo". O texto também tece considerações a respeito do tombamento do imóvel da Rua Emílio Ribas nº 1468, realizado pela primeira vez em virtude de ser referencial da memória da cultura negra.

---

[225] O Imóvel foi vendido para o Prof. Geraldo Ferreira Mendes em 08 de Julho de 2002 e quando o Sr. Agostinho dos Santos recebeu a Diploma de Honra ao Mérito "Zumbi dos Palmares" não era mais proprietário do imóvel, mas ainda residia nele e mantinha o museu aberto.

226 O Museu do Negro de Campinas (Centro de Referência, Documentação, Pesquisa, Divulgação e Difusão da Cultura Negra) foi registrado 15 de abril de 2006 no Registro Civil de Pessoa Jurídica. Ver reprodução da Ata da Assembléia de Fundação e Estatuto no Anexo D.

No pedido de estudo de tombamento, nas atas e nos pareceres técnicos do processo de tombamento da Rua Emílio Ribas nº 1468, se reconhece o valor cultural do imóvel como representativo à presença do negro no local, porém na justificativa de tombamento não encontramos nenhuma referência a esta memória. Acreditamos ser extremamente importante explicitar na Resolução de Tombamento, o porquê do bem cultural estar valorizado pelo mecanismo do tombamento, qual a sua herança cultural para gerações futuras? Grosso modo é na Resolução de Tombamento que se faz o reconhecimento do valor simbólico do bem e isto serve de parâmetro para as diretrizes de preservação, orientando futuras intervenções de conservação, de restauro, pedidos de alteração de uso do imóvel etc. e sendo assim é de extrema importância explicitar a razão motivadora do tombamento. Uma observação curiosa é que na cidade de Campinas dificilmente alguém não saiba da existência do tradicional bairro Cambuí apesar do senso comum desconhecer que o bairro originalmente foi ocupado por afrodescendentes.

5.3 - Largo São Benedito

> O conjunto formado pela Praça Profa. Silvia Simões Magro, Largo São Benedito, Casa de Saúde, Escola Estadual Francisco Glicério e Creche Bento Quirino, guardam testemunhos das origens e transformações de Campinas. Foi nesta área que se instalou no século XVIII o "Cemitério Bento" do bairro rural do "Mato Grosso de Jundiahy" e em que se registrou, no curso do século XIX, a presença de escravos africanos trazidos por lavradores de cana e por produtores de café, permanecendo em seu interior, um capítulo sagrado da história negra em Campinas. (PELLICCIOTTA, 2005) [227]

[227] Texto extraído da sinalização turística e cultural integrada ou MUPI (Mobiliário Urbano Público de Informação) instalado na Praça Annita Garibaldi. Trabalho desenvolvido pela historiadora Mirza Maria Baffi Pellicciotta no Departamento de Turismo da Secretaria de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo (SMCIST). Para saber mais sobre o MUPI, acessar o site da Prefeitura Municipal disponível em:

O Largo São Benedito, até meados do século XIX, também foi popularmente conhecido como "Cemitério dos Cativos" ou “dos Pretos”. Nesta mesma época também foi atribuído ao local o nome de "Campo da Alegria", que, de acordo com o MUPI (Mobiliário Urbano Público de Informação) instalado na Praça Annita Garibaldi:

> [...] os enterros (realizados pelos próprios escravos) passaram também a imprimir novos traços culturais à área ao trazer um novo sentido à morte, sentido que a partir de então se fazia associado à alegria de poder retornar à África e encontrar os ancestrais. (PELLICCIOTTA, 2005)

No sentido de esclarecer a disposição do Largo São Benedito, segue implantação do local.

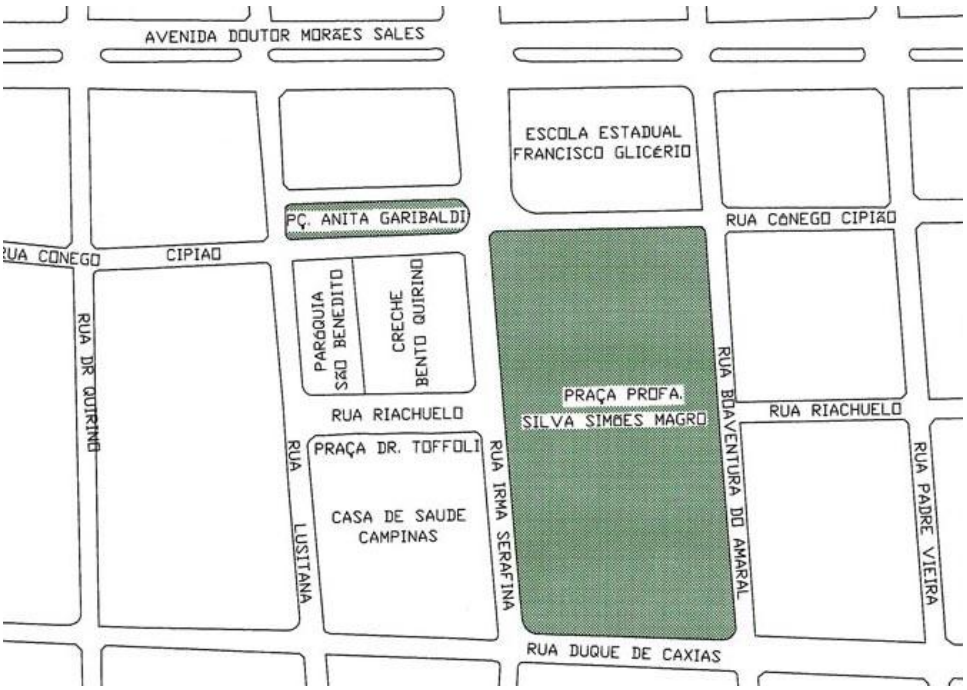


Figura 55 – Implantação do Largo São Benedito. Sem escala. Desenhada de acordo a PRC 3423 da PMC. Crédito: Wania Bertinato.

<http://2009.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://2009.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=8894> Acesso em 26 maio 2011.

Ao lado do cemitério dos escravos, em 1885, foi inaugurada a Igreja São Benedito[228], construída por iniciativa de Mestre Tito[229], escravo liberto, que lutou para conseguir a concessão do terreno junto à Câmara, angariou donativos e iniciou a obra do templo religioso, porém, sua morte o impediu de ver a obra finalizada. O memorialista Leopoldo do Amaral se pronuncia:

> A respeito da fundação deste templo, conta-se que um preto africano, o mestre Tito, como lhe chamavam, que fora escravo da viúva do capitão-mor Floriano de Camargo Andrade, foi quem teve a idéia de se levantar uma igreja em louvor de S. Benedicto. (AMARAL, 1899: p. 220)



Figura 56 - Foto do Monumento Mãe Preta e da Paróquia São Benedito. No primeiro plano da foto, o Monumento Mãe Preta se situa na Praça Annita Garibaldi (2011).

[228] O templo consagrado a São Benedito, atualmente Paróquia São Benedito, passou por várias reformas que alteraram completamente a arquitetura original e desde 1998 é tombado pelo CONDEPACC.

No ano de 1982, na Praça Annita Garibaldi, situada em frente à Igreja São Benedito, foi inaugurado o Monumento Mãe Preta (figura 54 e 55). A iniciativa coube à Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas,

> "e ela é uma cópia da escultura originalmente realizada pelo professor de escultura e pintor Julio Guerra, já falecido, e que está instalada na Praça do Largo Paissandu, em São Paulo, desde 1955". (COSTA, 2010: Cidades).

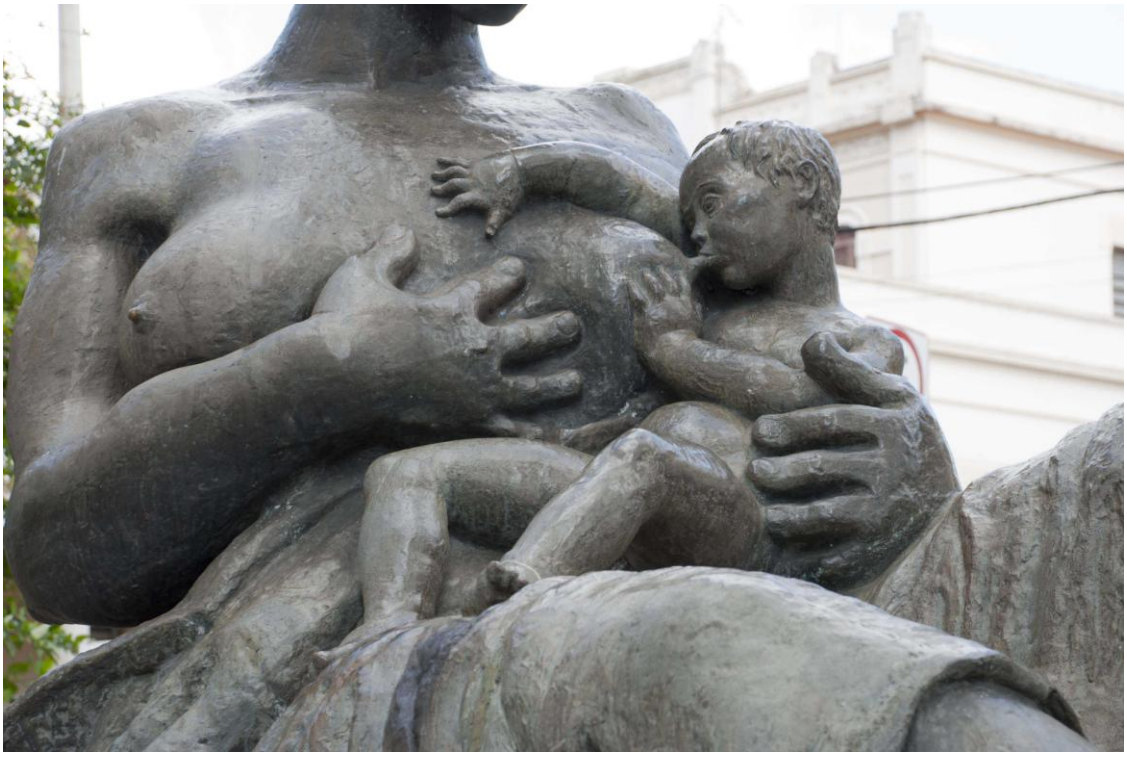


Figura 57 - Foto parcial do Monumento Mãe Preta (2011).

O Largo São Benedito foi transformado em logradouro público em 1913, quando recebeu a denominação oficial de "Praça D. Pedro II" sendo que em 1982, a Câmara Municipal alterou o nome para Praça Profa. Sílvia Simões Magro. A despeito dos nomes oficiais que recebeu, foi e continua sendo conhecida como

---

[229] Tito de Camargo Andrade

Largo São Benedito. O ato do tombamento evidentemente discrimina o que deve permanecer ou o que deve desaparecer como símbolo da alma coletiva local e assim, a Praça Profa. Sílvia Simões Magro foi tombada como um bem de interesse cultural, histórico e ambiental, importante pela sua composição vegetal, paisagística e urbanística. Os valores culturais, reminiscências históricas da presença dos negros no local, não são mencionados nas justificativas do tombamento, tanto da Praça Silvia Simões Magro como da Igreja São Benedito, tombada posteriormente. O Monumento Mãe Preta não é tombado.



Figura 58 - Foto da Av. Moraes Sales e placa de sinalização urbana. Nesta placa, recentemente instalada, próxima ao nº xx, observamos a indicação para o Largo São Benedito e nenhuma referência a Praça Profa. Silvia. S. Magro (2011).

O atual site da Prefeitura Municipal de Campinas, o link “Conheça Campinas” confirma, curiosamente, a Praça Profa. Sílvia Simões Magro como Largo de São Benedito:

> Na região do centro tradicional da cidade, o Largo São Benedito é testemunho das inúmeras transformações históricas, sociais e culturais pelas quais, Campinas passou ao longo do tempo. [...] Entre 1753 e 1774, o atual Largo São Benedito abrigou o Cemitério Bento do bairro rural do Mato Grosso.

A informação, aparentemente confusa porque no final do texto aparece também a denominação de Praça Profa. Sílvia Simões Magro se justifica, porque é como Largo São Benedito que ela é popularmente conhecida, a despeito dos nomes oficializados pela Câmara Municipal. É tão forte a denominação de Largo São Benedito, que no próprio processo de tombamento da praça[230], digitalizado e disponibilizado pelo CONDEPACC no site da Prefeitura, na folha 49, referente à publicação no Diário Oficial do Município, aparece grafado, a mão, no alto da folha do tombamento da Praça Silvia Simões Magro, Largo São Benedito.



Figura 59 - Foto do MUPI instalado na Praça Anita Garibaldi. O painel faz referência à presença dos escravos na local. Na figura da direita, detalhe do painel onde o destaque é para o Largo São Benedito e não Praça Silvia Simões Magro. (2011).



Figura 60 - Foto de detalhe do MUPI instalado na Praça Anita Garibaldi. Observamos no painel que o destaque é dado para a denominação de Largo São Benedito e não Praça Silvia Simões Magro (2011).

A Secretaria Municipal de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo de Campinas, no intuito de valorização da história urbana instalou na cidade um sistema de sinalização patrimonial (MUPI). Na região do antigo Largo Santa Cruz, a Praça Annita Garibaldi recebeu um dos painéis do MUPI. O painel, apesar de não instalado na Praça Profa. Sílvia Simões Magro faz referência a ela, mas primeiro como Largo São Benedito e logo abaixo, em letras bem menores, como Praça Profa. Sílvia Simões Magro. Questionando a historiadora Mirza Pellicciotta sobre o MUPI do Largo São Benedito[231], ela explicou que, na prática, a ênfase dada ao termo "Largo São Benedito" em relação à Praça Silvia Simões Magro,

---

[230] Processo nº 011/89, Praça Professora Silvia Simões Magro ("Antigo Largo São Benedito").

[231] PELLICCITTA, Mirza. **Largo São Benedito** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <wbertinato@terra.com.br> em 03 jun. 2011.

prestou-se a afirmar que antes de tudo, esta área teve uma forte presença negra**,** e que esta presença, independentemente de mudanças mais recentes na nomenclatura das praças, continuava viva, mantendo vivo o nome "Largo de São Benedito" para toda a região, agora conhecida como Praça Silvia Simões Magro e Praça Annita Garibaldi.

Curiosamente na Praça Profa. Sílvia Simões Magro encontra-se o Monumento Hercule Florence, uma homenagem ao homem que descobriu a fotografia, isoladamente, no Brasil[232]. Acreditamos que se o Monumento Mãe Preta estivesse na Praça Profa. Sílvia Simões Magro, que é uma praça maior e tem mais visibilidade na região do que a Praça Annita Garibaldi, seria incentivada a sua apropriação como marco simbólico por moradores e visitantes da cidade, num espaço já popularmente reconhecido como testemunho da história do negro em Campinas.

Por que a Praça Profa. Sílvia Simões Magro não passa a se denominar como Largo São Benedito?

Quem fará a discriminação entre o que deve permanecer e o que deve desaparecer? O espírito das cidades se tem formado no curso dos anos; simples edifícios têm tomado um valor eterno na proporção em que simbolizam a alma coletiva; são a armadura de uma tradição que, sem querer limitar a amplitude de futuros progressos, condiciona a formação do indivíduo tal como o fizeram o clima, a região, a raça, o costume. (Carta de Atenas, 1933).

Ficou determinado no Artigo 1º da Resolução Nº 06 de Tombamento do CONDEPACC:

> Fica tombada a Praça Profa. Sílvia Simões Magro, anteriormente denominada “Campo da Alegria” e Praça D. Pedro II, delimitada pelas ruas, Duque de Caxias, Cônego Cipião, Irmã Serafina e Boaventura do Amaral, situada no quarteirão 1086, bem de interesse cultural, histórico e ambiental, importante pela sua composição vegetal, paisagística e urbanística. [...].

O ato do tombamento discrimina o que deve permanecer e o que deve desaparecer como símbolo da alma coletiva e assim, a Praça Profa. Sílvia Simões Magro é tombada como um bem de interesse cultural, histórico e ambiental, importante pela sua composição vegetal, paisagística e urbanística. A memória da história do negro neste espaço urbano não é preservada, “desaparece” na resolução de tombamento e já tinha desaparecido na nomenclatura das praças.

5.4 Capela Santa Cruz do Fundão (atualmente Capela Nossa SENHORA da Penha).



Figura 61 - Foto da fachada frontal da antiga Capela Santa Cruz do Fundão. A capela está localizada na Rua da Abolição, nº 1007, no Bairro Ponte Preta, em frente ao antigo Sanatório Santa Isabel (2011).

---

[232] Como atesta a obra do Prof. Dr. Boris Kossoy (KOSSOY, Boris. Hercule Florence, 1833: A descoberta isolada da fotografia no Brasil. 3º edi. ver. e ampl. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006).

> É de todo impossível descobrir-se a data em que a simples cruz de beira de estrada, lá no Fundão, rememorando a morte do negro escravo, evoluiu à capela em louvor à Santa Cruz. (MARIANO, 1973)

A Resolução Nº 56[233] de 2004 dispõe sobre o Tombamento do antigo Sanatório Santa Isabel. Nesta resolução a Capela Santa Cruz do Fundão figura como área envoltória do bem tombado cuja regulamentação no Artigo 3º, Inciso III, estabelece:

> Dentro dos limites do lote da Capela Santa Cruz do Fundão não poderá haver de nenhuma forma descaracterização ou modificação sem apreciação prévia do CONDEPACC. Quaisquer intervenções pretendidas deverão ser encaminhadas em forma de projeto para análise prévia e apreciação do CONDEPACC; (RESOLUÇÃO Nº 56, 2004).

A Capela Santa Cruz do Fundão, mesmo após a substituição da primeira resolução pela resolução de tombamento em 2008, permaneceu como área envoltória do antigo Sanatório Santa Isabel. Como área envoltória, sabemos que a capela contextualiza o bem em questão e só devido a isto não pode ser descaracterizada ou modificada sem a anuência do CONDEPCC. O órgão público não lhe atribuiu nenhum valor simbólico próprio e como não foi tombada em nenhuma outra instância, benefícios para facilitar a sua conservação, como por exemplo, Lei ROUANET[234] não se aplica. Além disto, a falta de uma política pública que a valorize como patrimônio cultural da cidade, pode levar a um apagamento desta memória e identidade coletiva.

> Alem dos templos referidos existem capellinhas nas entradas da cidade, [...]. Entre essas sobressae a do Fundão, onde, outr'ora, houve festas populares que attrahiam avultada concurrencia de devotos. (AMARAL, 1899: p. 220)

[233] A Resolução Nº 56 de 25 de novembro de 2004, foi substituída pela Resolução Nº 72 de 27 de novembro de 2008, e pela Retificação da Resolução Nº 72 de 11 de março de 2009.



Figura 62 – Foto aérea da antiga Capela Santa Cruz do Fundão. O túmulo do escravo e a goiabeira estão situados no primeiro plano da tomada fotográfica, na lateral esquerda, em relação á frente da capela (2011).

O Correio Popular, em matéria intitulada, “Capela histórica segue rumo à deterioração”, publicada em 2008, reconhece vários aspectos do valor cultural atribuído à capela.

> [...] ponto de encontro de fiéis católicos do embrionário bairro da Ponte Preta, nos anos 30, está abandonada. O pequeno imóvel também tem uma ligação marcante com a comunidade negra. (VERZIGNASSE, 2008: Cidades).

---

[234] Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991).

A matéria do jornal prossegue discorrendo sobre a lenda do escravo açoitado, sobre a construção da capela e sobre a importância dada à capela pela comunidade local, como segue:

> O terreno, bem antes de surgirem os bairros operários, foi usado no século 19 para o sepultamento de um escravo açoitado até a morte. O rapaz pagou com a vida por ter se rebelado contra o seu senhor. Ninguém sabe o nome do negro ou do fazendeiro. Mas conta a lenda, geração após geração, que os lavradores podaram uma goiabeira para abrir a cova. Imediatamente, o toco da planta "começou a chorar".
>
> O fato tornou o terreno ponto de romaria. Ao lado da sepultura, foi construída a primeira capela da região, batizada de Santa Cruz do Fundão. A igrejinha original foi derrubada para a construção atual. A obra foi paga por um devoto de Nossa Senhora da Penha. Ali sempre aconteceram terços e novenas. A devoção ao negro milagreiro fazia com que católicos acendessem velas no túmulo. Mas o movimento caiu bastante na década de 80. O grupo de rezadeiras se desfez. No altar, as imagens de São Judas e Nossa Senhora Aparecida passaram a dividir espaço com um quadro do preto velho, entidade cultuada pela comunidade negra. E um integrante do grupo, particularmente, fazia da capela sua profissão de fé.
>
> José Augusto Sampaio, funcionário de carreira do Exército, assumiu, sem cobrar nada, as tarefas de conservar instalações e trocar encanamentos. Ele limpava imagens e decorava o altar. Mas ele, negro forte que só vendo (famoso na cidade por ter sido campeão de maratonas quando jovem), adoeceu repentinamente após tomar uma vacina contra a gripe. Sampaio morreu em 2003, quando beirava os 70 anos de idade. E ninguém nunca mais tomou conta do prédio. (VERZIGNASSE, 2008: Cidades).

Os critérios que poderão nortear o CONDEPACC num eventual pedido de conservação, de restauro ou de reforma da capela não estão definidos na resolução de tombamento do antigo Sanatório. Quais serão usados? Por exemplo, qual a importância do túmulo do negro milagreiro (Fig. 65) para o bem tombado que a capela contextualiza, considerando ainda, que não é possível visualizá-lo da via pública local ou mesmo do antigo Sanatório Santa Isabel? Necessário se faz uma investigação sobre a história da antiga Capela, identificar para qual grupo social ela é referência, qual a relevância de preservar esta memória para futuras gerações etc.

O Jornal Correio Popular, em matéria sobre lançamento de empreendimento imobiliário na área do antigo Sanatório Santa Isabel, relata:

> Uma pequena capela, localizada em frente ao terreno, também terá sua fachada repintada pela ACS. “Decidimos investir na região, pois resgatar a história de espaços ou reconstruir patrimônios tombados fortalece o mercado e o comércio da região no qual estão inseridos, gera empregos direta ou indiretamente, e ainda cria um ambiente mais agradável para os moradores.” (VIEIRA, 2010).



Figura 63 - Foto das imagens encontradas no interior da Capela Santa Cruz do Fundão (2011).

Há necessidade de intervenções emergenciais para conservação desta capela e somente pintura de fachada não será suficiente para que se evite o arruinamento total deste patrimônio. Após rápida inspeção visual foi possível constatar a presença de xilófagos no forro de madeira, falha na disposição das telhas, patologias nas paredes de alvenaria tais como umidade e fungos, fiação elétrica em estado precário e sem proteção, presença de vegetação no piso de ladrilho hidráulico interno e presença de vegetação no túmulo de alvenaria situado na área externa, entre outras patologias.



Figura 64 - Foto do interior da Capela Santa Cruz do Fundão (2011).



Figura 65 - Foto de detalhe do piso hidráulico no interior da antiga Capela Santa Cruz do Fundão (2011).



Figura 66 - Foto de detalhe da porta metálica de acesso à antiga Capela Santa Cruz do Fundão (2011).

A obra “Os santos nômades e o deus estabelecido: um estudo sobre a religião e sociedade”, relata a história da “goiabeira milagrosa” e do descaso com a capela:

> Depois de fechada 25 anos, a capelinha voltou a ser reaberta. Para reformar o tumulo do escravo, foi cortada parte de uma goiabeira que existia no local. Contam os moradores que a goiabeira começou a “chorar”. Não era resina, não – dizem eles – eram lágrimas mesmo. Aplicadas em tumores e ferimentos provocavam curas instantâneas. Depois de um mês as lágrimas secaram. E foi de tristeza. Tudo porque uma mulher ambiciosa, que vendia quitutes resolveu vender as lágrimas milagrosas. A goiabeira de tristeza não chorou mais....
>
> Fechada pela polícia, recusada como lugar de culto pelo vigário da paróquia, a capelinha e o túmulo anônimo testemunham a “recriação” social de um mundo de sofrimento e dor que a memória oficial esqueceu e a Igreja exorcizou... (BENEDETTI, 1983: P. 95-96)



Figura 67 - Foto do túmulo do escravo e parcialmente da goiabeira. Em relação à fachada frontal da capela, o túmulo está situado na lateral esquerda da capela (2011).

Na expectativa do reconhecimento do valor deste bem cultural em setembro de 2011 entramos com uma solicitação de Estudo de Tombamento para o conjunto formado pelo túmulo do escravo anônimo, a goiabeira e a capela[235]. Justificamos que são bens de interesse cultural importantes para a cidade de Campinas por testemunharem a forte presença negra no local, assim como a ocupação urbana do bairro Ponte Preta. O CONDEPACC, no dia 14 de junho de 2012, conforme Ata 408 decidiu pela abertura do Processo de Estudo de Tombamento[236] da antiga Capela Santa Cruz do Fundão, atualmente Capela Nossa Senhora da Penha, assim como o túmulo do escravo.

---

[235] Pedido de Estudo de Tombamento da Capela, do Túmulo e da Goiabeira em 15/09/ 2011. Protocolo Nº 11/10/39953. Requerente: Wania Bertinato.

[236] Conforme edital de notificação de abertura de estudo de tombamento, publicado no DOM em 29/06/2012: 09.

CONCLUSÕES FINAIS

A Carta Magna de 1988 dedicou atenção à cultura e os bens culturais com uma ênfase nunca antes dispensada num texto constitucional brasileiro. A Constituição de 1988 prevê, expressamente, a competência administrativa específica dos municípios de promover a proteção do patrimônio cultural. A ação popular tem poder explicitado no texto, em seu papel de defesa do patrimônio cultural e do meio ambiente. Enquanto o Decreto Lei Nº 25 de 1937 organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, vinculado aos fatos memoráveis ou de excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, na Constituição de 1988, aparece, pela primeira vez, a denominação de patrimônio cultural, englobando as dimensões histórica, artística, arquitetônica e natural, resultado do amadurecimento na concepção de patrimônio.

A criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas aconteceu em sintonia com as discussões sobre o tema no Brasil e já contemplava denominação de patrimônio cultural em 1987, antes mesmo da Constituição Brasileira de 1988. O Prof. Arantes[237], Secretário de Cultura que na época orquestrou a criação do órgão municipal de preservação, além de vasta experiência na área já tinha publicado, em 1984, um livro que se tornou um clássico no assunto, “Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural“. Portanto o Conselho de Campinas foi criado numa gestão política onde o Secretário de Cultura estava absolutamente envolvido nas questões do patrimônio cultural e contava com o apoio do Prefeito Municipal Dr. José Roberto Magalhães Teixeira e de um grupo de preservacionistas, intelectuais de peso e interessados na preservação da memória da cidade. A própria Lei de criação do CONDEPACC já previa ferramentas de gestão, como o Inventário dos

[237] O Prof. Dr. Arantes, de 2004 a 2006, foi presidente do IPHAN, onde criou o Departamento de Patrimônio Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Bens Culturais e Leis de Incentivo como a Lei da Transferência do Potencial Construtivo e de Isenção ao IPTU.

Embora previsto na Lei nº 5.887/1987[238], a realização de um inventário dos bens culturais do município só ocorreu, de fato, a partir de 2005 e a justificativa da CSPC para a realização do inventário se confunde com a necessidade de regulamentação das áreas envoltórias para não travar o Centro Histórico e a necessidade de definição, pelo tombamento ou não, dos inúmeros imóveis indicados para preservação. Acreditamos que prevaleceu o uso mais pragmático do inventário em detrimento de sua importância como ferramenta para orientar as transformações urbanas de forma equilibrada, ou seja, de uma ferramenta a serviço da preservação. A Lei que permite a Transferência do Potencial Construtivo, apesar de sancionada e promulgada em 2009 e regulamentada em 2011, ainda não produziu efeitos práticos. Quanto à Isenção do IPTU, houve retrocesso na legislação municipal. O Artigo 33º da Lei nº 5885/87, que previa Isenção do IPTU para todos os bens tombados, teve seu artigo revogado e atualmente a isenção passou a ser possível somente em casos bem específicos. Isto é trabalhar contra o bem tombado. Outra questão é a dotação orçamentária, ainda inexistente no município, para investimentos na recuperação e valorização do patrimônio histórico, apesar da criação do Fundo Municipal para Preservação do Patrimônio Artístico, Arquitetônico Histórico, Paisagístico e Cultural de Campinas[239] em 1994 e o Fundo de Assistência à Cultura[240]. As ações de conservação e restauro têm sido realizadas através das Leis de Incentivo ou recursos próprios. É importante para a sustentabilidade do patrimônio cultural que

[238] A Lei Nº 5.885 de 1987 criou a Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC), atualmente Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural subordinada ao Secretário de Cultura, com a incumbência de: I – localizar, identificar e inventariar os bens culturais do Município; II - instruir os processos de tombamento e os referentes às áreas envoltórias dos bens tombados; III – propor ao Conselho normas para regulamentação das áreas envoltórias; IV – fiscalizar e supervisionar todos os serviços necessários à conservação e restauração de bens culturais do Município.

[239] Lei nº 7.859 de 04 de maio de 1994.

[240] Lei nº 8.329 de 11 de maio de 1995

este seja valorizado também através de dotação orçamentária do município e que se crie ainda, outras formas de fomento como linhas de crédito específicas para manutenção, restauro, etc.

No recorte de vinte e um anos deste estudo sobre o CONDEPACC, observamos que as diferentes gestões de prefeitos municipais determinaram resultados distintos na preservação dos bens culturais da cidade. Verificamos que a partir do ano de 2001 houve aumento significativo no número de bens em estudo de tombamento e de bens tombados e também algumas inovações quanto às características daquilo que foi tombado, entre elas, conjuntos arquitetônicos de fazendas históricas, usinas hidroelétricas, imóveis da primeira metade do século XX e bens representativos da cultura popular. Os gráficos do capítulo II também demonstraram que era falsa idéia, não só do censo comum, de que a quase totalidade dos bens tombados em Campinas é constituída de imóveis públicos. Os levantamentos mostraram que 35% são privados e 8% privados em regime especial, ou seja, templos religiosos e cemitérios. Portanto 43% dos imóveis tombados não são públicos e esses dados são relevantes no estabelecimento de qualquer política pública de preservação.

Preocupou-nos sobremaneira o fato de apenas 53% das Resoluções de Tombamento revelarem o tipo de interesse que se tem no bem e ainda apenas 45% justificarem o que motivou o tombamento. Isto é absolutamente incompreensível, evidenciando o descaso com o proprietário do bem tombado, o descaso com o cidadão e pior ainda, com a própria imagem do CONDEPACC. O descumprimento das próprias Leis reguladoras dos tombamentos dificulta a gestão do patrimônio preservado e o dia a dia da CSPC e CONDEPACC, caso das áreas envoltórias não regularizadas nas respectivas Resoluções de Tombamento e a figura não jurídica dos imóveis indicados para preservação.

Com relação ao complexo ferroviário de Campinas, quantas outras soluções que não o simples desmantelamento, poderiam ter sido propostas? Faltou interesse com a memória da cidade, faltou política pública consistente de proteção do patrimônio cultural da cidade e em especial que defendesse o

patrimônio ferroviário de Campinas, que é de uma importância única e podia se tornar referência nacional na memória das ferrovias brasileiras. Sobram-nos os vestígios quando poderíamos ter o complexo restaurado.

O CONDEPACC, mesmo contando somente com duas coordenadoras no seu braço técnico (CSPC), o que poderia favorecer o planejamento e o desenvolvimento de projetos consistentes na área de patrimônio cultural, não desenvolveu uma política de preservação e educação que orientasse suas ações. A Lei 5.885/1987 e os primeiros tombamentos do Conselho Municipal abriram um vasto campo de possibilidades na preservação do patrimônio cultural da cidade, mas não houve ação no sentido de nortear tombamentos ao longo dos anos ou para se estabelecer parâmetros de transformação em áreas de relevância histórica da cidade visando valorizar o conjunto de bens tombados. Também não identificamos uma política pública articulada com outras Secretarias Municipais, como a de Planejamento, Turismo e Esporte e etc. reconhecendo no patrimônio cultural o ponto de partida para suas ações e preservando os bens que são referências fundamentais para a construção e afirmação de nossa identidade. Existiram algumas ações, mas pontuais, como o Decreto nº 9913/1989 que nos primórdios da atuação do CONDEPACC criou a figura dos defensores do patrimônio cultural, pessoas interessadas na preservação de bens culturais do município de Campinas. Funcionou por algum tempo, mas sem estimulo, caiu no esquecimento. Também não foi possível identificar um conjunto de ações no sentido do reconhecimento, preservação e divulgação do patrimônio cultural perpassando os mandatos e os programas específicos das gestões política dos prefeitos. O órgão de preservação municipal tombou um conjunto considerável de bens, mas não trabalhou, através destes bens tombados, a “construção” de uma memória representativa da cidade de Campinas.

Quanto à composição do Conselho é importante que sejam associados tanto membros do poder executivo como da sociedade civil, no sentido de legitimar e democratizar as decisões. Isto sempre aconteceu na composição do Conselho de Campinas, mas o crescente número de representantes, tanto da

sociedade civil ou do poder executivo, não vinculado à área cultural, se tornou uma realidade que deveria ser repensada. Como trabalhar com questões tão específicas, como a construção da memória da cidade e da implementação de uma política pública de proteção aos bens culturais, quando os "notórios conhecimentos relativos às suas finalidades" conforme a Lei nº 5885/87, parece não ter relevância na escolha dos representantes. Causa estranhamento a presença no Conselho de entidades civis, como a Associação das Empresas do Setor Imobiliário e de Habitação de Campinas e Região, o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas do Estado de São Paulo, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis e o Sindicato Rural de Campinas.

O patrimônio cultural como sabemos não expressa uma "verdade" que lhe é intrínseca uma vez que é a representação de uma memória eleita por um determinado grupo social e sendo assim tanto a reconstrução do passado quanto a sua apreciação, não são óbvias, necessitam de ações que despertem o interesse por ele, para que ele seja reconhecido e valorizado como patrimônio cultural. É somente a partir do reconhecimento do seu patrimônio cultural que uma sociedade pode se mobilizar com as questões da preservação. O CONDEPACC, apesar de criado em sintonia com as mais atualizadas discussões sobre o tema na época, não desenvolveu uma política de preservação do patrimônio cultural, que trabalhe as questões da memória da cidade de forma integrada, formulando diretrizes onde a preservação do patrimônio esteja vinculada às demandas econômicas, sociais e do planejamento urbano da cidade. Ambicionamos que este estudo contribua nas reflexões sobre as políticas públicas necessárias à preservação e valorização do patrimônio cultural de Campinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA ESTADO (AE). Em SP, só 5% das cidades têm órgãos de preservação. **O Estado de São Paulo**. 21 jun. 2009. Disponível em:< http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-so-5-das-cidades-tem-orgaos-de-preservacao,390739,0.htm> Acesso em: 01 jan. 2011.

ALVES, Josiane Giacomini. Respeito à origem. **Gazeta do Cambuí,** Campinas, Ano 3, N.189, 17 nov. 2006.

AMARAL, Leopoldo (org.). **A Cidade de Campinas em 1900**. Campinas: Tipografia Casa do Livro Azul, 1899.

AMARAL, Leopoldo. **A cidade de Campinas em 1901.** Campinas: Casa Livro Azul, 1901.

ANCONA, Camila. Condepacc: entidades pedem audiência pública. **Correio Popular**, Cidades. Campinas, 3 ago.2010.

AS DUAS faces da moeda do patrimônio. **Correio Popular**, Campinas, 08 jun. 2007. Editorial.

ANDRADE, Antônio L. D. **Um estado completo que pode jamais ter existido**. 1993. Tese de Doutorado, FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo,1993.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de, **Textos sobre o patrimônio histórico e artístico nacional**. In: "Rodrigo e o SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Fundação Pró Memória, 1987.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de**, Rodrigo e seus tempos.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Pró Memória, 1986.

ARANTES, Antônio Augusto. A Preservação de Bens Culturais como Prática Social. **Revista de Museologia**, São Paulo: Bandeirante, Ano 1, Número 1, 2.º Sem., 1989, p. 12-16.

ARANTES, Antônio. A Preservação da História de Campinas. **Diário do Povo**, Campinas, 12 jan. 1986.

ARANTES, Antônio Augusto. **O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana.** Revista Habitus, Goiana, v. 4, n. 1 P. 425-435, jan./jun, 2006. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/362/300> Acesso em: 07 jul. 2009.

ARANTES, Antônio Augusto, **Produzindo o Passado: estratégias de construção do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Brasiliense, CONDEPHAAT, 1984.

ARAÚJO, Sammya. Um legado de 32 sob a nova rodoviária: Casamata construída na área do futuro terminal foi utilizada na Revolução Constitucionalista como abrigo contra bombardeios. **Correio Popular**, Campinas, 11 mar. 2007. Cidades.

ARQUITETO discute critérios e mostra erros no tombamento**. Diário do Povo**, Campinas, 21 jan. 1989. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp. CMUHE009601.

ARRUDA**,** Sérgio Luiz Saboya. Culto à origem: o marco simbólico de Campinas**.** In: **Revista Sarao**. Volume 4, Número 4, Fev. 2006, ISSN 1677-7816. Disponível em:< http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista40/sarao_ol_texto2.htm > Acesso: 19 jan. 2011.

AZEVEDO, Célia Maria M. de. Entrevista a **Zoom.** Disponível em: < http//www.ciadaescola.com.br/zoom > Acesso em: 28 nov. 2006.

BADARÓ, R. de S. C. **Campinas, O Despontar da Modernidade**. Campinas: Área de Publicações do Centro de Memória – Unicamp, 1996.

BADARÓ, R. de S. C. **O Plano de Melhoramentos de Campinas: 1934-1962.** Dissertação de Mestrado, Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 1986.

BAENINGER, Rosana . **Espaço e Tempo em Campinas:** migrantes e expansão do pólo industrial paulista. Campinas CMU/UNICAMP, 1966.

BALLART, Josep. **El patrimônio histórico y arqueológico:** Valor e uso. Madri: Ariel, 1997.

BASTISTONI FILHO, Duílio. **Aspectos Culturais da História de Campinas.** Campinas: Mousinho, 1983.

BELDA**,** Francisco. Projeto tenta limitar atuação do Condepacc na preservação: Lei proposta por vereador visa impedir que órgão tombe áreas florestais em Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 31 maio 2000. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUHE 015618.

BENEDETTI, Luís Roberto. Os santos nômades e o deus estabelecido: um estudo sobre religião e sociedade. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

BARBUY, Heloísa. **A Cultura e o Patrimônio Cultural nos Textos Constitucionais Brasileiros**. Revista de Museologia, São Paulo: Bandeirante, Ano 1, Número 1, 2.º Sem., 1989, p. 24-27.

Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009 / [Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem e Zulmira Canário Pope]. 5. ed. rev. e atualiz. [Versão Preliminar] – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356> Acesso em: 11 out. 2010.

BERNARDO, Rosana Guimarães. **Histórico da Ocupação do Solo no Município de Campinas**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Cândido Malta Campos Filho. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo: USP, 2002, p. 300.

BERTINATO, W. L. V. **Algumas percepções sobre a (falta de) política de preservação do patrimônio cultural em Campinas**: a memória afrodescendente na cidade. Trabalho apresentado em 2011, no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de ciências Sociais, realizado na UFBA, Salvados, Bahia. Disponível em: < http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307914900_ARQUIVO_20110606CONDEPACCAfro-descendente.pdf>. Acesso em 20/10/2011.

BERTINATO, W. L. V. **Lei Nº 4886 de 14 de maio de 1979 – CAMPINAS.** Entrevista com o Vereador Lindenberg da Silva Pereira em 26/01/2012a (Apêndice E deste mestrado).

BERTINATO, W. L. V. **O cancelamento do tombamento do Bairro Nova Campinas**. Entrevista com o arquiteto Ronald Tanimoto Celestino em 16/04/2012b. (Apêndice F deste mestrado).

BERTINATO, W. L. V. **Reflexões sobre o tombamento do Museu do Negro em Campinas**. I.P.R. (Inovação e Pesquisa para o Restauro) na Agência de Inovação Tecnológica da UNICAMP, 2007. Disponível em: < http://www.e-science.unicamp.br/restauro/publicacoes/publicacoes_completo.php?id_publicacao=718&categoriapublicacao=680> Acesso em: 20 maio 2011.

BERTINATO, W. L. V. e MATTHES, L. A. F. **A criação do CONDEPACC e os primeiros anos da CSPC.** Entrevista concedida pela Profa. Dra. Ana Aparecida Villanueva Rodrigues em 28/02/2008a (Apêndice A deste mestrado).

BERTINATO, W. L. V. e MATTHES, L. A. F. **Patrimônio em Campinas**: a criação do CONDEPACC e as primeiras Resoluções de Tombamento. Entrevista concedida pelo Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes Neto em 09/09/2008b (Apêndice B deste mestrado).

BERTINATO, W. L. V. e MATTHES, L. A. F. **Patrimônio em Campinas: a criação do CONDEPACC e as primeiras Resoluções de Tombamento.** Entrevista com o Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes Neto, em 09/09/2008. **Revista CPC/USP** [online], São Paulo, n. 14, maio/out. 2012, pp. 139-168. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=18&id_conteudo=24&tipo=8> Acesso em 02 jun. 2012.

BERTINATO, W. L. V. e MATTHES, L. A. F. **O CONDEPACC e a política pública de preservação em Campinas.** Entrevista concedida pela Dra. Daisy Serra Ribeiro em 19/12/2007 (Apêndice D deste mestrado).

BERTINATO, W. L. V. e MATTHES, L. A. F. **Os primeiros anos do CONDEPACC**. Entrevista [por e-mail] concedida pelo historiador Célio Turino de Miranda em 09/12/2009 e 15/12/2009 (Apêndice C deste mestrado).

BORGES, Marco Antônio. **O tombamento como instrumentos jurídicos para a proteção do patrimônio cultural**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_73/artigos/MarcoAntonio_rev73.htm >. Aceso em 02 fev. 2011.

BOTELHO, T. R.; ANDRADE, L. T. DE. **Cidade e patrimônio:** o tombamento na percepção dos proprietários de imóveis em Belo Horizonte. SOCIEDADE E CULTURA, V. 8, N. 2, JUL./DEZ. 2005, p. 91-101. Disponível em: < http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewArticle/1014> Acesso em 04/02/2011.

BRESCIANI, Maria Stella. **As sete portas da cidade.** In: Espaço e Debates n.34, NERU, 1991.

BRITTO, Jolumá. Conçelheiros com C cedilha ....(I). **Diário do Povo**, 11 nov. 1978.

BRITTO, Jolumá. Conçelheiros com C cedilha ....(II). **Diário do Povo**, 01 dez. 1978.

BRITTO, Jolumá. Prédios Tombados. **Diário do Povo**, 01 jan. 1972.

CAMILLO, Ema E. R**. Origens da Indústria em Campinas:** 1850 - 1887. Especialização em Ciências Sociais. Campinas: UNICAMP, 1986.

CAMILLO, Ema E. R. **Guia Histórico da Indústria Nascente em Campinas (1850-1887).** 1° ed. Campinas: Centro de Memória da Unicamp e Mercado de Letras, 1998.

CAMILLO, Ema E. R. **Modernização Agrícola e Máquinas de Beneficiamento**: um estudo da Lidgerwood MFG. Co. Ltda., década de 1850 a de 1890. Dissertação de Mestrado. Campinas: História Econômica, UNICAMP, 2003.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Largo São Benedito.** Programa Conheça Campinas. Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/conheca-campinas/atracoes-naturais-largos-e-pracas.php> Acesso em: 26 maio 2011.

Campinas Século XX: 100 anos de história. Campinas, SP: Rede Anhanguera de Comunicação, 2000.

CAMPOS JUNIOR, Theodoro de Souza. **História da Fundação de Campinas.** In: Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

CARDILLO, Denise. Condepacc: uma realidade inédita preservando Campinas antiga**. Correio Popular**, Local/Especial, Campinas, 24 abr. 1988.

CARNIELLI, Flávio de Godoy. **Gazeteiros e bairristas: histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas**. Campinas, SP: 2007. Orientador: Silvana Barbosa Rubino. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

CARPINTEIRO, Antonio Carlos Cabral. **Momento de ruptura: as transformaçõs no centro de Campinas na década dos cinqüenta**. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1996.

CARTA de Veneza, **ICOMOS**, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236> Acesso em 28 maio 2011.

CASADO, Tatiana Caniçali**. Cidade-Paisagem: Novas perspectivas sobre a preservação da paisagem urbana no Brasil.** Vitória: Dissertação de Mestrado do Centro de Artes, UFES, 2010. Disponível em: < http://arquiteturaufesarmazenamento.webs.com/Dissertacao%20Tatiana.pdf> Acesso em 18/10/2011.

CHAUÍ, Marilena. **Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico**. In: O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura - DPH, 1992.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Abril de 1970. **Ministério da Educação e Cultura.** Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240> Acesso em: 28 maio 2011.

CONDEPACC perde o poder e corre risco de ser extinto. **Correio Popular**, Campinas, 13 fev. 1990. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUTO009469.

CORRÊA, Márcia. Nova Campinas e o Condepacc. **Correio Popular**, Campinas, 01 out. 2004. Preservação Urbana.

COSTA, Antônio Tito. Questões Municipais. Tombamento de bens pelo município. **Jornal ....**, s.d. Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas – Processo Nº 34.734 / PL Nº 118/78, p. 6).

COSTA, Augusto; BOTELHO**,** Carlos (foto). Campinas, a segunda capital de São Paulo. **Revista Manchete**, Nº 810. Rio de Janeiro, 28 out. 1967: P.78-79.

COSTA, Lúcio. **Documentação necessária**. In: "Arquitetura Civil II". São Paulo: FAUSP e MEC-IPHAH: 1975.

COSTA, Maria Teresa e BEIRANGÊ, Henrique. Cai restrição para 6,3 mil imóveis. **Correio Popular**, Campinas, 08 jun. 2010. Cidades.

COSTA, Maria Teresa. Capela mais antiga de Campinas é tombada. **Correio Popular**, Campinas, 18 dez. 1998. Biblioteca do Centro de Ciência, Letras e Artes.

COSTA, Maria Teresa. Mais antiga Capela de Campinas será tombada. **Correio Popular**, Campinas, 09 out. 1998. Biblioteca do Centro de Ciência, Letras e Artes.

COSTA, Maria Teresa. Condepacc reavalia imóveis para tombamento. **Correio Popular**, Campinas, 20 jun. 2000. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUHE 15719.

COSTA, Maria Teresa. Condepacc reduz área de proteção. **Correio Popular**, Campinas, 13 mai. 2007.

COSTA, Maria Teresa. Conselho preserva casas de antiga vila operária. **Correio Popular**, Campinas, 03 dez. 2009. Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/servicos/detalhe.asp?id=49836>. Acesso em 15

nov. 2011. Clipping Eletrônico - Departamento de Comunicação Social - PUC-Campinas.

COSTA, Maria Teresa. Dono de patrimônio será compensado. **Correio Popular**, Campinas, 17 dez. 2007. Cidades.

COSTA, Maria Teresa. Inventário vai nortear tombamento**. Correio Popular**, Campinas, 13 set. 2007.

COSTA, Maria Teresa. Morador cria Museu do Negro em Campinas: Casa em processo de tombamento na Emílio Ribas, já abriga documentos de família que ajudam a contar a história do bairro e da cidade. **Correio Popular**, Campinas, 18 ago. 2002. Cidades, Memória.

COSTA, Maria Teresa. Museu do Negro é Tombado pelo Condepacc: Imóvel localizado na Rua Emílio Ribas foi construído no início do século XX. **Correio Popular**, Campinas, 30 jun. 2003. Cidades, Patrimônio.

COSTA, Maria Teresa. Não podemos travar a cidade. **Correio Popular**, Campinas, 12 jun. 2010. Cidades.

COSTA, Maria Teresa. Nova rodoviária: estudo vai definir tombamentos. **Correio Popular**, Campinas, 16 mar. 2008.

COSTA, Maria Teresa. Patrimônio tomba casa de Toninho: Conjunto, que foi moradia do petista até a campanha de 2000, ganha reconhecimento nacional. **Correio Popular**, Campinas, 06 set. 2011. Cidades.

COSTA, Maria Teresa. Plano prevê compensar tombamento. **Correio Popular**, Campinas, 10 ago. 2006. Cidade.

COSTA, Maria Teresa. Projeto quer mostrar a cara do passado de Campinas: Condepacc trabalha para reduzir poluição visual e integrar prédios à paisagem. **Correio Popular**, Campinas, 06 dez. 1991. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUTO009464.

COSTA, Maria Teresa. Revitalização do Centro volta à tona: Urbanistas defendem que o fim do Terminal da Moraes Sales deveria dar lugar a um teatro ou praça, não à base da GM. **Correio Popular**, Campinas, 30 jun. 2007. Cidade.

COSTA, Maria Teresa. Secretário anuncia isenção. **Correio Popular**, Campinas, 14 set. 1995. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUTO009436.

CRIADA a comissão de defesa do patrimônio histórico. **Correio Popular**, 02 nov. 1983.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Afrodescendência e Espaço Urbano.** In: Espaço urbano e afrodescendência: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Henrique Cunha Junior e Maria Estela Rocha Ramos [Org.}. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais.** Brasília: MinC/Iphan, 2004.

Da sucursal Campinas. **Jornal ...**, s.d. Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas – Processo Nº 34.734 / PL Nº 118/78, p. 5.

DAUNT, Ricardo Gumbleton. **Reminiscências dos districto de Campinas em bairro, freguesia e villa.** Campinas: Catálogo da Primeira Exposição Regional do Município, 1879.

DESTOMBAMENTO da velha capela gera protestos. **Diário do Povo**, Campinas, 26 out. 1978. Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal "Professor Ernesto Manoel Zink". Campinas.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura, patrimônio e preservação (Texto II). In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 23-58.

EM SP**,** só 5% das cidades têm órgão de preservação. **O Estado de São Paul**o, AE, São Paulo, 21 jun. 2009.

ERBOLATO, L. Mario. O INTERIOR não preserva a sua memória. Sucursal de Campinas. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 out. 1978.

ESPÍRITO SANTOS, Silvia Maria do e REGISTRO, Tânia Cristina. **Breve Histórico da Formação e Atuação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto** – Conppac/RP. Disponível em: < http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/i14conppac.pdf> Acesso em: 23/12/2010.

FABRINI, Luiz Guilherme e LOURENÇO, José Manoel. **Grama:** a biografia de Magalhães Teixeira. Campinas, SP: Pontes, 2003.

FACHINI, Fabiano. Ruínas da História: Contam que na "estrada da Abolição"... **A Tribuna**, Campinas, ano 100, n. 3.861, p. 20, mai. 2009.

FELIX, Luciana. Vila Mac Hardy espera decisão do TJ há 2 anos. Terreno no bairro Guanabara, em Campinas, que abriga 45 famílias, está abandonado. **Correio Popular**, Campinas, 19 set. 2011.

FENELON, Déa Ribeiro. **Políticas Culturais e Patrimônio Histórico.** In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

FERNANDES, Danilo. Restauração traz de volta brilho original [sic] do monumento ao músico. **Diário Oficial do Município.** Prefeitura Municipal de Campinas, ano XXXIII, 3 out. 2003, p.2.

FERREIRA, C. de S. **O Edifício Sant'Anna e a Gênese da Verticalização em Campinas.** Arquitextos, São Paulo, 07.078, Vitruvius, nov. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.078/296> Acesso em 06/06/2010.

FRANCISCO, Rita de Cássia. Inventário como ferramenta de preservação: a experiência da cidade de Campinas/SP. **Revista CPC/USP** [online], São Paulo, n. 6, maio/out. 2008, pp. 119-141. ISSN 1980-4466. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-44662008000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 out. 2011.

FRANCISCO, Rita; RODRIGUES, Fabíola; SIQUEIRA, Juliana. **Patrimônio Cultural: Entenda e preserve.** Prefeitura Municipal de Campinas, Coordenadora Setorial do Patrimônio Cultural, 2007. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/cartilha.pdf > Acesso em: 13 ago. 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ / Iphan, 1997.

GALZERANI, M.C.B. **O almanaque, a locomotiva da cidade moderna**: Campinas, décadas de 1870 e 1880. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1998.

GARCIA, Bruno; SANTOS, Joice; ELIAS, Rodrigo. Entrevista: A escravidão está por todos os lados. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 7, Nº 78, mar. 2012, p.40-45.

GODOY, J. M. T. (Org.); MEDRANO, L. I. Z. (Org.). **Campinas:** visões de sua história. 1. ed. Campinas: Editora Átomo, 2006.

GONÇALVES, Fúlvia. **Testemunha do passado Campineiro** /Fulvia Gonçalves; texto Benedito Barbosa Pupo. Campinas: Editora UNICAMP, 1986.

GOULART, Edmo. **Campinas: Ruas da Época Imperial.** Campinas: Editora Maranata, 1983.

GOULART, Nestor. **Estação Cultura:** Patrimônio Ferroviário do Povo de Campinas. São Paulo: Via das Artes, 2004.

GRIGOLETO, Maira Cristina. "**A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu "Prudente de Moraes"** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Orientador: Dr. Eduardo Ismael Murguia Marañon. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/grigoleto_mc_me_mar.pdf> Acesso em: 20 dez. 2010.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga. Campinas**: Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1996, p.112.

INSELSPERGER, Johnny. Campinas pode ganhar primeiro Museu do Negro. **Correio Popular**, Campinas, 22 out. 2002. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUHE 042299.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Carta de Veneza**. Site: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236> Acesso em 02 jul. 2010.

IPPLAP. **Plano de ação para reabilitação urbana da área central.** Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba e ACIPI, s/data.

ISABELLE, Cury (org.). **Cartas Patrimoniais.** Brasília: Iphan/Deprom, 2000.

KERSTEN, Márcia Scholz de A. **Os rituais do tombamento e a escrita da história.** Curitiba: UFPR, 2000.

KOSSOY, Boris. **Hercule Florence, 1833**: A descoberta isolada da fotografia no Brasil. 3º edi. ver. e ampl. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

KÜHL, Beatriz M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**: Reflexões sobre a sua Preservação. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.

KÜHL, Beatriz M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização:** Problemas Teóricos de Restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

LABATE, Bia e GOLDSTEIN, Ilana. **A preservação do intangível**. Revista Trópico. Editor-responsável Alcino Leite Neto. São Paulo, 2009. Publicado em 14/11/2009. Disponível em: <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/3140,1.shl> Acesso em 27/09/2011.

LAMAS, Flávio. Tombamento disciplina construções em Campinas. **Jornal ...** Da Sucursal de Campinas**,** 07 jun. 1981. Biblioteca do Centro de Ciência, Letras e Artes.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade:** Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1996.

LE CORBUSIER . **A Carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec,1993.

LE GOFF, Jacques. **Antigo/Moderno.** In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEI do tombamento preocupa Condepacc. **Correio Popular.** Campinas, 07 fev. 1990. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUTO009470.

LEITE, Ricardo. **Catedral Metropolitana de Campinas:** Um templo e sua história. Campinas, SP, Komedi, 2004.

LEME, Roberto Silva. **Edifícios de Habitação Coletiva em Campinas e as Manifestações da Arquitetura Moderna.** Dissertação de Mestrado. Campinas: Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, PUC-CAMPINAS, 2009.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico?** Coleção Primeiros Passos n°51. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LIMA, Siomara B. S. **Os jardins de Campinas:** o surgimento de uma nova cidade. Campinas. Dissertação de Mestrado. Campinas: FAU PUC-CAMPINAS, 2000.

LOVEJOY, Paul. A escravidão está por todos os lados. Entrevista concedida a Bruno Garcia; Joice Santos e Rodrigo Elias. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 7, Nº 78, mar. 2012.

MARIANO, J. Santa Cruz do Fundão (História e Lenda). **Correio Popular,** Campinas, 24 jun. 1973. Disponível em: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2009/03/curiosidades-santa-cruz-do-fundao.html> Acesso em 30 mai. 2011.

MARTINS, José Pedro. Aeac quer mudar lei de tombamento: Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas quer revisão das regras para evitar “excessos” nos processos. **Correio Popular**, Campinas, 18 mai. 1995. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUTO009440.

MEMBROS do Condepacc são empossados. **Diário do Povo.** Campinas, 08 abr. 1988. Hemeroteca do Centro de Documentação Grupo RAC, Campinas, SP.

MENEGUELLO, Cristina. **Inventário das vilas operárias de Campinas (1930-1960).** Projeto ligado ao Departamento de História, IFCH, Unicamp. Biblioteca Virtual, Centro de Documentação e Informação da FAPESP. Pesquisa em Políticas Públicas, Processo: 07/55389-9. Período: 01 set. 2008 a 31 ago. 2011. Disponível em: < http://www.bv.fapesp.br/pt/projetos-politicas-publicas/6197/inventario-vilas-operarias-campinas-1930/ > Acesso em 11 fev. 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezzera. **O patrimônio cultural, entre o público e o privado**. In "O direito à memória, patrimônio histórico e cidadania". São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

MENESES, Ulpiano T. B. **A cidade como bem cultural** – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, V.H.; GALLO, H. (etc. orgs.). Patrimônio: Atualizando o Debate. Org. São Paulo; 9° SR/SPHAN, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. A Campinas da época de Ramos de Azevedo. In: **Revista Saráo**, Volume 1, Número 2, out. 2002. UNICAMP. Disponível em: < http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista02/sarao_ol_texto1.htm > Acesso em 19 jan. 2010.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. **Ramos de Azevedo: Presença e Atuação Profissional em Campinas 1879-1886**. Campinas: Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, PUC, Campinas, 2000.

MONTEIRO, Léa Ziggiatti. A cidade se rompe... se destrói ... se despedaça ... se coisifica ... se desumaniza. **Correio Popular**, 26 mar. 1978: 3-A. Biblioteca do Centro de Ciência, Letras e Artes.

MORADORES, "abraçam" a antiga fábrica Lidgerwood. **Correio Popular.** Campinas, 07 jun.1987. Foto Antoninho Perri. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUHE 008977.

MÜLLER, Christine. **Vila ferroviária Ponte Preta - Campinas, SP. Passado e Futuro.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, PUCC, CAMPINAS, 2006.

MURARO, Cirilo Pardo Meo. **A História da Santa Casa e Hospital Irmãos Penteado:** Irmandade de Misericórdia de Campinas. Campinas: Gráfica e Editora Lince, 2010.

NOVA sede da GM é inaugurada cercada de polêmica. Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas – CUT/FETAM. Publicado em 5 set. 2008. Disponível em: <http://www.stmc.org.br/sn_NoticiasLer.php?codigo=174>. Acesso em: 28 fev. 2010.

O GARIMPEIRO dos cantos e antros de Campinas – Homenagem a José Roberto do Amaral Lapa / organizado por Olga Rodrigues de Moraes Von Simson. Campinas: CMU/IFCH, 2000.

O URBANISMO do engenheiro Jorge de Macedo Vieira. Exposição de trabalhos na 4ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. 1999. Disponível em: <http://www.amjs.org.br/expopainelapresentação.htm>. Acesso em 10 mar. 2012

PALUMBO, Evelim da Silva. **As Transformações Urbanas da Área Central de Americana**, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, PUC-CAMPINAS, 2007.

PEDROSO, Marialice Faria. O Palácio da Mogiana**.** In**: Revista Saráo,** Volume 1, Número 2, out. 2002. UNICAMP. Disponível em: < http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista02/sarao_ol_texto2.htm > Acesso em: 19 jan. 2010.

PELLICCIOTTA, Mirza. **Largo São Benedito** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Wania L. V. Bertinato <wbertinato@terra.com.br> em 03 jun. 2011.

PELLICCIOTTA, Mirza e PMC. N**as tramas da cidade um percurso de reflexão e pesquisa acerca da cultura material das cidades.** In: Labor &

Engenho: Patrimônio Cultural. Engenharia e Arquitetura, Campinas, SP: UNICAMP/CMU Publicações; GEPCEA; Arte Escrita, 2007. v.1, n.1. p.27-32.

PERRI, Antoninho. Cidade já tem órgão de Defesa do Patrimônio. **Correio Popular**, 16 mai. 1984.

PESSOA, Ângelo Emílo da Silva (org.). **Conhecer Campinas numa Perspectiva Histórica.** Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, 2004.

PESSOA, José (org.). **Lúcio Costa: Documentos de Trabalho.** Rio de Janeiro, IPHAN, 1999.

PITTA, Regina. **Sinalização turística une ciência, tecnologia e história**. Campinas, Secretaria de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo (SMCIST). Disponível em:<http://2009.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://2009.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=8894> Acesso em 26 mai. 2011.

PORTINARI, Maria Helena. A luta em busca do equilíbrio entre o antigo e o novo. **Jornal de Domingo**, 25 out. 1987. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUHE007490.

POZZER, Guilherme Pinheiro. **A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas:** estrutura simbólica transformadora da cidade. (1872-2002)**.** Mestrado. Campinas: IFCH, Política, Memória e Cidade, UNICAMP, 2007.

PRATA, J. M. **Patrimônio Cultural e Cidade**: práticas de preservação em São Paulo. 2009. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, P. 160. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19032010-104346/pt-br.php>. Acesso em 06 jun. 2012.

PREFEITO pede vistoria em toda área central. **Correio Popular**, Campinas, 27 mar. 1985.

PRESERVAÇÃO da Lidgerwood não é uma derrota, diz o prefeito. **Correio Popular**. Campinas, 12 jun. 1987. [Acervo do Centro de Memória da Unicamp (CMU) - CMUTO009200].

PRESIDENTE do Condepacc afasta hipótese de rever tombamentos. **Correio Popular**. Campinas, 22 mai. 1995. [Centro de Memória da Unicamp – CMUTO009438].

PRIMI, Liliam. Política confusa não salva o centro histórico. **Diário do Povo**, Cidades, 09 set. 1990. Biblioteca do Centro de Ciência, Letras e Artes.

PUPO, Benedito Barbosa. **À margem da história de Campinas.** Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1976.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, Município no Império**: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude.** (N° 20). Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

QUEIRÓZ, Raquel. Campinas, Rumo ao Sul (II). Revista **O Cruzeiro**, 3, V, 24 de maio de 1952. Ano XXIV, Número 41. Editoras gráficas O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1952. 3, V, 24 mai. 1952. Ano XXIV, Número 41. Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP.

RAGO, L. M. (org.); GIMENES, R. A. (org.). **Narrar o passado, repensar a história.** 1. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.

RAMOS Maria Estela Rocha. **Origens da segregação espacial da população afrodescendente em cidades brasileiras.** In: Espaço urbano e afrodescendência: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Henrique Cunha Junior e Maria Estela Rocha Ramos [organizadores}. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Campinas e suas estações: de onde partia o progresso. São Paulo: **Jornal da Tarde**, 01set. 1990. [Centro de Memória da Unicamp – CMUHE008867].

REZENDE**,** Luciana. Falta recurso, diz secretário. **Dário do Povo**. Campinas, 28 set. 1997. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUTO 009427.

REZENDE**,** Luciana. Patrimônio que Campinas tomba e esquece**:** Quatro áreas que contam parte da história da cidade e que deveriam ser preservadas estão sendo destruídas pelo abandono. **Dário do Povo**. Campinas, 28 set. 1997. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUTO 009426.

RIBEIRO, Daisy Serra. Apresentação. In: **Patrimônio Cultural**: Entenda e Preserve. Fabíola Rodrigues, Juliana Siqueira, Rita Francisco, (equipe técnica). Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas , 2007.

RICCI, Maria Lucia Rangel. Relembrando a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Campinas. In: **Revista SARÁO**: Memória e Vida Cultural de Campinas e Região, vol. 4 n. 9, 2006. Disponível em: < http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista45/sarao_ol_texto1.htm > Acesso em 29 jan.2011.

RIEGL, Alöis. **Monumentos: Valores Atribuídos e sua Evolução Histórica.** In "Revista de Museologia", São Paulo (1), 1989.

ROMÊO, Arly de Lara. Transparência no Condepacc. **Correio Popular,** Opinião. Campinas, 25 mai. 2008.

RODRIGUES, Ana Aparecida Villanueva. **Preservação como Projeto:** Área do pátio Ferroviário central das antigas Cia. Paulista e Cia. Mogiana - Campinas/SP. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 1997.

RUBINO, Silvana. **As Fachadas Históricas:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937 – 1968. Dissertação de Mestrado em antropologia. Orientador: Antônio A. Arantes Neto. Campinas: IFCH, UNICAMP, 1991.

RUBINO, Silvana Barbosa. **Inventário como ferramenta de preservação do Patrimônio Cultural.** Biblioteca Virtual, Centro de Documentação e Informação da FAPESP. Pesquisa em Políticas Públicas, Processo: 03/07189-0. Período: 01 jun. 2004 a 30 set. 2007. Disponível em: <

http://www.bv.fapesp.br/pt/projetos-politicas-publicas/6128/inventario-ferramenta-pratica-preservacao-patrimonio/ > Acesso em 11 fev. 2011.

SALVAR a memória da cidade: uma luta difícil. Campinas: **Correio Popular,** 26 maio 1985. [Centro de Memória da Unicamp - CMU++CP+-+26-05-1985+1].

SANTOS, Débora Pinheiro Frazatto Verde dos. **Espaços Públicos do Lazer em Campinas:** o lugar do ficar. Dissertação de Mestrado. Campinas: FAU PUC-CAMPINAS**,** 1999.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro e NOVAES, José Nogueira. **A Febre Amarela em Campinas 1889 – 1900**. Campinas: área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996. SCARABELI, P. C. **Guanabara e Arredores:** a formação de um bairro. Dissertação de Mestrado. Campinas: FAU PUC-Campinas**,** 2004.

SANTOS**,** Antonio da Costa. Febre Amarela fala da "febre amarela"**. Diário do Povo**, Campinas, 30 jul. 1987. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUHE 009581.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2001.

SEMEGHINI, Ulysses C. **Do Café À Indústria:** uma Cidade e Seu Tempo. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SESSO JÚNIOR, Geraldo. **Retalhos da Velha Campinas.** Campinas: Empresa Gráfica e Editora Palmeiras Ltda. 1970.

SILVA**,** Paula Francisca Ferreira da. **A Expansão Urbana de Campinas através de condomínios e loteamentos fechados (1974 – 2007).** Orientadora Sarah Feldman. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-19082008-135926/pt-br.php > Acesso em: 20 dez. 2010.

SILVEIRA, Ana Carolina. Proposta desagrada ao Condepacc. **Correio Popular**, Campinas, 22 jul. 1990. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUHE009597.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. (Org.). **O garimpeiro dos cantos e antros de Campinas:** Homenagem a José Roberto do Amaral Lapa**.** Campinas; CMU/IFCH, 2000.

STEVENSON, Carlos W. **Conferência acerca do Urbanismo.** Campinas: Linotypia da Casa Genoud,1933.

SUBEMENDA dá vitória ao Condepacc. **Diário do Povo**, Campinas, 13 fev. 1990. Biblioteca Centro de Memória – Unicamp, CMUTO009411.

TECHNALLBR (Tecnologia para Todos). Conservação dos Monumentos Públicos de Campinas 2008. **Laudo Técnico**.

TOGNON, Marcos, **Patrimônio, entre o passado e o presente**. In: Formação de Educadores: Memória, Patrimônio e Meio Ambiente. Organizado por Margareth Brandini Park. Campinas: Mercado de Artes; Centro de Memória da UNICAMP, 2003.

TOMBAMENTO é só o primeiro passo. **Diário do Povo**, Especial Ecologia. Campinas, 04 fev. 1989.

TONON, Maria Joana. **Palácio dos Azulejos**: de residência à Paço Municipal – 1878 – 1968. Campinas, SP: [sn], 2003. Orientadora: Cristina Meneguello. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

TORRES, Lilian de Lucca. **Entrevista ANTÔNIO AUGUSTO ARANTES**. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. ISSN 1981-3341. Ano 2, versão 3.0, julho de 2008. Disponível em: < http://n-a-u.org/pontourbe03/Arantes.html>. Acesso em 27/09/2011.

TRANSITORIEDADE poderá causar extinção do órgão. **Diário do Povo**, Campinas, 13 fev. 1990. Biblioteca Centro de Memória da Unicamp, CMUTO009468.

VERZIGNASSE, Rogério. Abandonados, imóveis históricos viram ruínas. **Correio Popular**, Campinas, 01 jul. 2005: Cidades.

VERZIGNASSE, Rogério. Capela histórica segue rumo à deterioração. **Correio Popular,** Campinas, 23 mar. 2008: Cidades.

VIEIRA, Sheila. Páteo Abolição: exemplo de preservação. **Correio Popular**, Campinas, 18 nov. 2010: Imóveis.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (Org.). **O Garimpeiro dos Cantos e Antros de Campinas**. Campinas: Cmu/ifch, 2000. 328 p.

XAVIER, Regina Célia Lima. **A Conquista da Liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX.** Campinas: Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1996. Coleção Campiniana.

REFERÊNCIAS JURÍDICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 27 dez. 2010.

BRASIL. **Decreto Lei Nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del0025.htm> Acesso em: 28 fev. 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 3.866** de 29 de novembro de 1941. **Presidência da República** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3866.htm>. Acesso em 09 jun. 2012.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Portaria Nº 127** de 30 de abril de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 05 de maio de 2009, seção 1, p.17. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236> Acesso em 16 jun 2012.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. **Projeto de Lei Nº 118/78**, Processo Nº 34.734 de 09 de novembro de 1978. Cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas. Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. **Projeto de Lei Nº 128/86**, Processo Nº 43.878 de 14 de agosto de 1986. Dispõe sobre a proteção e preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Estético, Arquitetônico, Arqueológico, Documental e Ambiental do Município de Campinas e dá outras providências. Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas.

CAMPINAS, Câmara Municipal. **Projeto de Lei Complementar Nº 13/09**, Processo Nº 196373 de 26 de agosto de 2009. Pref.: 08/10/56595. Autor: Prefeitura Municipal. Publicação no DOM de 29 de setembro de 2009. Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1510762194.pdf>. Acesso em 20 jan. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 01** de 09 de abril de 1986. Disponível em:<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/condepacc/index.php#2009> Acesso em 15 nov. 2005.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 274**, de 07 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/condepacc/index.php > Acesso em 02 out. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 277** de 14 de março de 2002. Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/condepacc/index.php#2000> Acesso em: 18 mar. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 278** de 28 de março de 2002. Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/condepacc/index.php#2000> Acesso em: 18 mar. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 331** de 14 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/151430_Ata331.pdf> Acesso em: 10 nov. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 332** de 28 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/151416_Ata332.pdf> Acesso em: 10 nov. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 333** de 22 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/151400_Ata333.pdf> Acesso em: 10 nov. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 334** de 17 nov. 2005. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/151330_Ata335.pdf> Acesso em: 10 nov. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 335** de 24 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/151330_Ata335.pdf> Acesso em: 10 nov. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 336** de 15 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/151318_Ata336.pdf> Acesso em: 25 nov. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 339** de 09 de março de 2006. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/145933_Ata339.pdf> Acesso em: 25 nov. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata nº 387** de 12 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/085224_Ata387.pdf> Acesso em: 12 fev.. 2012.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 400** de 27 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/132835_Ata400.pdf> Acesso em: 12 fev. 2012.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 401** de 10 de novembro de 2011. Disponível em:

<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/132855_Ata401.pdf> Acesso em: 12 fev. 2012.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 402** de 24 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/132919_Ata402.pdf> Acesso em: 12 fev. 2012.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ata Nº 403** de 15 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/114505_Ata_403.pdf> Acesso em: 12 fev. 2012.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto Nº 9546** de 30 de junho de 1988. Aprova o Regimento Interno do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC). Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec9546.htm> Acesso em: 05 mar. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto Nº 9.585** de 11 de agosto de 1988. Publicação DOM de 12/08/1988:021. Dispõe sobre a tramitação de processos de tombamento e de protocolados relativos a pedidos de abertura de processos de tombamento e aprovação de projetos de intervenção em bens tombados, ou em áreas envoltórias. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec9585.htm> Acesso em: 05 mar. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto Nº 9.867** de 25 de julho de 1989. Dispõe sobre a regulamentação das áreas envoltórias de bens tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, e cria as zonas de preservação correspondentes. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec9867.htm> Acesso em: 05 mar. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto Nº 9.913** de 05 de setembro de 1989. Declara defensoras

do patrimônio cultural as pessoas interessadas na preservação de bens históricos, arquitetônicos, estéticos, artísticos, arqueológicos, documentais e ambientais do município de Campinas. Disponível em:< http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec9913.htm> Acesso em: 22 mar. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto Nº 9.978** de 13 de novembro de 1989. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel para. sua preservação e conservação como monumento histórico e artístico. Disponível em:< http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec9978.htm> Acesso em: 12 set.. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto Nº 10.073** de 05 de fevereiro de 1990. Regulamenta a aplicação de multas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural, previstas pela Lei Nº 5.885, de 17 de dezembro de 1.987, que dispõe sobre o patrimônio cultural de Campinas. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec10073.htm> Acesso em: 18 set.. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto Nº 10.424** de 06 de maio de 1991. Publicação DOM de 07/05/1991:2. Dispõe sobre a regulamentação das áreas envoltórias de bens tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, e cria, as zonas de preservação correspondentes. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec10424.htm> Acesso em: 25 out. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto Nº 10.807** de 08 de junho de 1992. Dá nova redação ao Artigo 4º do Decreto Nº 10.424 de 06 de maio de 1991. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec10807.htm> Acesso em: 25 out. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto nº 11.176** de 11 de junho de 1993. Altera o "caput" do artigo 2º do Decreto nº 10.073, de 05 de fevereiro de 1990. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec11176.htm> Acesso em: 18 set.. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto Nº 15.307** de 03 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recebimento de pedidos de abertura de processos de tombamento e aprovação de projetos de intervenção em bens tombados, preservados e em áreas envoltórias. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec15307.htm>. Aceso em: 26 fev. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto Nº 15.471** de 16 de maio de 2006. Publicação DOM de 17/05/2006:02. Dispõe Sobre Abertura de Processos de Tombamento e Aprovação de Projetos de Intervenção em Bens Tombados, Preservados e em Áreas Envoltórias. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec15471.htm> Acesso em: 26 fev. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica. **Decreto Nº 16.107** de 17 de dezembro de 2007 Publicação DOM de 19/12/2007:01. Disponível em:<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec16107.htm> Acesso em: 26 nov. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Decreto Nº 17.335** de 20 de maio de 2011. Publicação DOM 21/05/2011: 01. Regulamenta a Lei Complementar N° 28, de 03 de setembro de 2009, que "Dispõe sobre incentivos para a recuperação e conservação de imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico do município de Campinas e disciplina o Artigo 72 da Lei Complementar Nº 15, de 27 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas". Disponível em:< http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec17335.htm> Acesso em: 14 jun. 2012.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Expediente despachado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal** em 02 de agosto de 2005. Dispõe sobre o cancelamento de tombamento do Bairro Nova Campinas. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/prot39516-02082005.htm> Acesso em: 19 de mar. 2012.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei N° 4.886** de 14 de maio de 1979. Publicação DOM de 15/05/1979:01. Cria o Conselho de defesa do patrimônio histórico e artístico de Campinas. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei4886.htm> Acesso em: 06 mar. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 5.885** de 17 de dezembro de 1987. Publicação no DOM em 18/12/1987:01. Dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de campinas e dá outras providências. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei5885.htm> Acesso em: 05 mai. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 6.061** de 13 de junho de 1989. Altera a redação da lei nº 5.885, de 17 de dezembro de 1.987, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico, estético arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas e dá outras providências. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6061.htm> Acesso em: 05 mai. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 6.557** de 08 de julho de 1991. Acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 5.885, de 17 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas, alterada pela Lei nº 6061, de 13 de junho de 1989. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6557.htm> Acesso em: 05 mai. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 6.595** de 30 de agosto de 1991. Concede remissão de créditos tributários nos casos de imóveis tombados. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6595.htm> Acesso em: 05 mai. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 7.859**, de 04 de maio de 1994. Cria o fundo municipal para

preservação do patrimônio artístico, arquitetônico, histórico, paisagístico e cultural de campinas e dá outras providências. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei7859.htm>. Acesso em 25 out. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 8.329** de 11 de maio de 1995. Publicação DOM de 12/05/1995:02. Dispõe Sobre Novos Recursos que Passam a Integrar o Fundo de Assistência à Cultura (FAC) da Secretaria Municipal de Cultura Esportes e Turismo e dá Outras Providências. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei8329.htm> Acesso em 12 out. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 8.746** de 26 de janeiro de 1996. Publicação DOM de 27/01/1996:2. Revogada pela Lei n° 10.390 de 21 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Isenção do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana aos imóveis tombados do Município. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei8746.htm> Acesso em: 15 out. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 8.881** de 10 de julho de 1996. Acrescenta dispositivo ao Artigo 3º da Lei Nº 5885, de 17 de Dezembro de 1987, que "Dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, Documental e ambiental do Município de Campinas e dá outras providências", Alterada Pelas Leis Nº 6061, de 13 de Junho de 1989 e Nº 6557, de 8 de Julho de 1991. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei8881.htm> Acesso em: 11 jul. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 9.149** de 17 de dezembro de 1996. Dispõe sobre alterações na Lei Nº 5885 de 17 de Dezembro de 1987, que trata do procedimento relativo à proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico; estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental de Campinas. Publicação DOM de 18/12/1996:02. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei9149.htm > Acesso em 31 mai. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 9.427** de 16 de outubro de 1997. Publicação DOM de 17/10/1997:1. Estabelece restrição de pavimentos para edificação nos distritos de Sousas e Joaquim Egídio. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei9427.htm> Acesso em: 02 mar. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 9.584** de 23 de dezembro de 1997. Altera o Inciso III e acrescenta novos incisos ao Artigo 3º da Lei Nº 5.885, de 17 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, Estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas e dá outras providências. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei9584.htm> Acesso em: 26 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 9.999** de 11 de março de 1999. Publicação DOM de 12/03/1999:01. Acrescenta inciso ao artigo 3º da lei 5.885 de 17 de dezembro de 1987, que "Dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do Município de Campinas e dá outras providências". Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei9999.htm> Acesso em: 26 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica, Legislação Tributária. **Lei N° 10.390 de 21 de dezembro de 1999**. Publicação DOM de 22/12/1999:05. Dispõe sobre a isenção do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana aos proprietários de imóveis tombados no município. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei10390.htm> Acesso em: 15 nov. 20120.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica, Legislação Tributária. **Lei nº 11.111** de 26 de dezembro de 2001. Publicação DOM de 23/01/2008:01. Dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e dá outras Providências. (Publicação do texto consolidado da Lei nº 11.111, de 26 de dezembro de 2001, conforme dispõe o art. 20 da Lei nº

13.209, de 21 de dezembro de 2007). Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei11111-23012008.htm> Acesso em: 05 mar. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Nº 11.518** de 16 de abril de 2003. Publicação DOM de 17/04/2003:04. Institui o programa de conservação do patrimônio documental e dos monumentos históricos de Campinas e dá outras providências. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei11518.htm> Acesso em: 05 mar. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica, Legislação Tributária. **Lei nº 12.445** de 21 de dezembro de 2005. Publicação DOM de 23/12/2005:01. Altera dispositivos da Lei nº 11.111, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e dá outras providências. Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12445.htm> Acesso em: 05 mar. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Complementar Nº 28** de 03 de setembro de 2009. Publicação DOM de 04/09/2009:02. Dispõe sobre incentivos para a recuperação e conservação de imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico do município de Campinas e disciplina o Artigo 72 da Lei Complementar N° 15, de 27 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o plano diretor do município de Campinas. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/leicompl28.htm> Acesso em: 15 out. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Lei Complementar Nº 31** de 14 de dezembro de 2010. Publicação DOM de 15/12/2010:02. Acrescenta incisos ao Artigo 3° da Lei Nº 5885, de 17 de dezembro de 1987, que “dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas e dá outras providências”. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/leicompl31.htm> Acesso em: 05 mar. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Lei Nº 6.031 de 28 de dezembro de 1988.** Lei de Uso e Ocupação do Solo. Compilação. 4º. Edição de atualização. 2011, concluída em Março/2011 sob a supervisão da SEPLAN. P. Secretaria de Planejamento, PMC. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama>. Acesso em 11 mar. 2012.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Lei de Uso e Ocupação do Solo.** Compilação. 4º. Edição de atualização. 2011, concluída em Março/2011 sob a supervisão da SEPLAN. P. Secretaria de Planejamento, PMC. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama>. Acesso em 11 mar. 2012.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica. **Lei Orgânica de Campinas**. Publicação DOM de 31/03/1990. Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lom.htm#art249 > Acesso em 17 jan. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Ordem de Serviço 02/2005**. Publicação DOM de 14/09/2005:04. Disponível em:<http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/os02-13092005.htm>. Acesso em: 26 nov. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Portaria Nº 47437**. O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Dr. Francisco Amaral nomeou o Dr. Herberto Aparecido Guimarães, como Conselheiro Emérito do CONDEPACC, a partir de 23/11/2000. Diário Oficial Nº 7.605 – Ano XXXI, p.12.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Processo de Tombamento N° 03** de 23 de setembro de 2004, p. 11. CONDEPAAC, Centro de Documentação Maria Luiza Silveira Pinto de Moura. Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural. Campinas, SP.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal/SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução nº 01** de 19/12/1988. Publicação DOM em 29/12/1988: 11. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r191288.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal/SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 02** de 19 de dezembro de 1988. Publicação DOM

29/12/1988: 17. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r2-1988.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal/SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 03** de 10 de julho de 1990. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r3-1990.htm>. Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 04** de 27 de novembro de 1990. Publicação DOM de 29/11/1990:09-18. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r4-1990.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 05** de 22 de maio de 1991. Publicação DOM 22/05/1991: 06. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r5-22051991.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução nº 06** de 12 novembro de 1991. Publicação no DOM em 21/11/1991:6. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r06-12111991.htm> Acesso em 31 mai. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 07** de 10 de dezembro de 1991. Publicação DOM de 14/12/1991:11. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r7-10121991.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 08** de 10 de dezembro de 1991. Publicação 14/12/1991: 12. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r8-10121991.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 09** de 28 de abril de 1992. Retificação publicada no DOM 22/05/1992 : 24. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r9-1992.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 10** de 29 de setembro de 1992. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r10-29091992.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução nº 11** de 29 de Setembro de 1992. Publicação DOM de 19/12/1992:06. Substituída pela Resolução nº 11, de 11/11/2004 - CONDEPACC DOM 21/06/2005:04. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r11-29091992.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Consolidada Nº 11 - A** de 11/11/2004. Publicação DOM de 21/06/2005:04. Ver Comunicado s/nº 17/03/2006 – CONDEPACC. Retificada pela Resolução nº 65, de 04/08/2006 – CONDEPACC. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r11-11112004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução nº 12** de 01 de Dezembro de 1992. Publicação DOM de 24/12/1992:08. Ver Comunicado s/n°, de 16/08/2001, DOM 28/08/2001:02. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r12-01121992.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 13** de 02 de setembro de 1993. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r13-02091993.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 14** de 11 de novembro do 1993. Publicação DOM de 22/12/1993 : 11-12. Retificação no DOM 11/02/1994 : 3 (antiga Resolução 13). Alterada pelo Comunicado s/nº, DOM 07/12/2001:04. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r14-1993.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 15** de 03 de fevereiro de 1994. Publicação DOM 10/02/1994: 03. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r15-03021994.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução nº 16** de 03 de fevereiro de 1994. Disponível <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r16-03021994.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 17** de 24 de fevereiro de 1994. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r17-24021994.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 18** de 07 de julho de 1.994. Publicação DOM 09/07/1994: 05. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r18-07071994.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 19** de 24 de novembro de 1994. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r19-1994.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 20** de 22 de dezembro de 1994. Publicação DOM 23/05/1995: 08. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r20-22121994.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 21** de 19 de Outubro de 1995. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r21-191095.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 22** de 19 de Outubro de 1995. Publicação DOM de 18/06/1996:10 - Retificação da Resolução Nº 22 de 19 de outubro de 1995. Publicação DOM de 18/08/2009:04. Disponível em:

<http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r22-191095.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 23** de 18 de Abril de 1996. Publicação DOM de 18/06/1996:11. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r23-18041996.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 24/96**. Publicação DOM 20/08/1996: 09. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r24-19081996.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 25** de 09 de maio de 1996. Publicação DOM de 02/10/1996:08. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r25-09051996.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N°26** de 20 de março de 1997. Publicação DOM 01/05/1997: 07. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r26-20031997.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 27** de 24 de abril de 1997. Publicação DOM 14/06/1997: 10. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r27-24041997.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 28** de 18 de junho de 1998. Publicação DOM 14/07/1998: 06. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r28-18061998.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 29** de 03 de dezembro de 1998. Publicação DOM

12/12/1998: 17. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r29-03121998.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 30** de 03 de dezembro de 1998. Publicação DOM 12/12/1998: 17. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r30-03121998.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 31**, de 29 de janeiro de 1999. Publicação DOM 05/02/1999: 02. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r31-29011999.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 32** de 31 de agosto de 1995. Publicação DOM 25/08/1999: 03. Retificação da Resolução nº 32/1995, publicação DOM 17/10/2012: 16. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r32-31081995.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 33** de 05 de outubro de 1995. Publicação DOM de 01/09/1999. Substituída pela Resolução 92, de 15/04/2010-CONDEPACC. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r33-051095.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 34** de 26 de abril de 2.001. Publicação DOM de 21/07/2001:06. Ver Comunicado S/Nº de 26/04/2001, CONDEPACC. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r34-26042001.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 35** de 18 outubro de 2.001. Publicação DOM de 14/11/2001:02. Ver Comunicado S/Nº de 14/10/1999, CONDEPACC. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r35-18102001.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 36** de 22 de novembro de 2001. Publicação DOM de 30/04/2002:05. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r36-22112001.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 37** de 14 de março de 2002. Publicação DOM 22/10/2002: 08. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r37-14032002.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 38** de 14 de março de 2002. Publicação DOM de 19/11/2002:07. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r38-14032002.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 39** de 16 de setembro de 2003. Publicação DOM de 18/09/2003:14. Ver Comunicado s/nº, DOM de 27/11/2003:09. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r39-16092003.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 40** 16 de setembro de 2003 Publicação DOM de 18/09/2003:14. Ver Comunicado s/nº, de 27/11/2003:09. Errata, publicação DOM de 03/05/205:01. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r40-16092003.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 41** de 13 de novembro de 2003. Publicação DOM de 18/12/2003:11. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r41-13112003.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 42** de 13 de aio de 2004. Publicação DOM de 19/05/2004:08. Retificada pelo DOM de 21/06/2005:02. Disponível em:

<http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r42-13052004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 43** de 13 de novembro 2003. Publicação DOM de 18/12/2003:11. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r43-13112003.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 44** de 13 de maio de 2004. Publicação DOM de 21/04/2005:10. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r44-13052004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 45** de 13 de maio de 2004. Publicação DOM de 19/05/2004:8. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r45-13052004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 46** de 13 de maio de 2004. Publicação DOM de 19/05/2004:8. Retificação da Resolução Nº 46 de 13 de maio de 2004. Publicação DOM de 03/04/2008:04.Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r46-13052004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Retificação da Resolução N°. 047** de 21 de outubro de 2004. Publicação DOM de 08/05/2008:02. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r47-21102004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 48** de 13 de maio de 2004. Publicação DOM de 19/05/2004. Retificação da Resolução Nº 48 de 13 de maio de 2004. Publicação DOM de 08/05/2008:03. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r48-13052004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 49** de 13 de maio de 2004. Publicada no Diário Oficial do Município em 19, 20 e 21 de maio de 2004. Retificação da Resolução Nº 49 de 13 de maio de 2004. Publicação DOM de 23/11/2007:04. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r49-13052004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 50** de 13 de maio de 2004. Publicação DOM de 19/05/2004. Retificação da Resolução Nº 50 de 13 de Maio de 2004. Publicação DOM 17/10/2012: 16. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r50-13052004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº. 51** de 12 de agosto de 2004. Publicação DOM de 09/09/2004:10. Ver revogação na Resolução nº 122, de 26/04/2012. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r51-12082004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº. 52** de 09 de setembro de 2004. Publicação DOM de 17/09/2004:11. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r52-09092004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 53** de 25 de novembro de 2004. Publicação DOM de 10/12/2004:07. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r53-25112004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 54** de 14 de novembro de 2004. Retificação da Resolução nº 54 de 25 de novembro de 2004 publicada no Diário Oficial do Município em 21 de abril de 2005. Publicação DOM de 05/04/2007:04. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r54-25112004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução nº 55** de 25 nov. 2004. Publicação DOM em 10/12/2005. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r55-25112004.htm> Acesso em 03 jul. 2010.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 56** de 25 nov. 2004. Publicação no DOM em 10/10/2004:08. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r56-25112004.htm> Acesso em 31 mai. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 57** de 25 de novembro de 2004. Publicação DOM de 10/12/2004:08. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r57-25112004.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 58** de 10 de março de 2005. Publicação DOM de 21/04/2005:09. Ver Substituição na Resolução Nº 91, de 23/11/2009 – CONDEPACC. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r58-10032005.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 59** de 10 de março de 2005. Publicação DOM de 21/04/2005:06. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r59-10032005.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 60** de 14 de abril de 2005. Publicação DOM de 21/06/2005:03. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r60-14042005.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 61** de 14 de abril de 2005. Publicação DOM de 21/06/2005:03. Cancelamento do Tombamento, Protocolado nº 39.516, de 02/08/2005 – SMAJ. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r61-14042005.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 63** de 12 de junho de 2006. Publicação DOM 20/06/06:03. Retificação da Resolução nº 63 de 12 de junho de 2006, DOM 30/06/2006. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r63-12062006.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 64** de 12 de junho de 2006. Publicação DOM 20/06/06:03. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r64-12062006.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 65** de 04 de agosto de 2006. Publicação DOM de 08/08/2006:03. Retificação da Resolução nº 11 de 29 de setembro de 1992 e a Resolução Consolidada 11-A de 11 de novembro de 2004. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r65-04082006.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 66** de 16 de abril de 2008. Publicação DOM de 18/04/2008:04. Comunicado s/nº de 17/02/2007, CONDEPACC. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r66-16042008.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 67** de 16 de abril de 2008. Publicação DOM de 18/04/2008:05. Retificação da Resolução Nº 67 de 16 de abril de 2008, publicada no D.O.M. em 18 de abril de 2008. Publicação DOM de 21/08/2008:02. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r67-16042008.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº. 68** de 15 de maio de 2008. Publicação DOM de 16/05/2008:02. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r68-15052008.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 69** de 20 de maio de 2008. Publicação DOM de 22/05/2008:04. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r69-20052008.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 70** de 23 de junho de 2008. Publicação DOM de 25/06/2008:04. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r70-23062008.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 71** de 23 de junho de 2008. Publicação DOM de 25/06/2008:05. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r71-23062008.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução nº 72** de 27 novembro 2008. Publicação no DOM em 03/12/2008:06. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r72-27112008.htm> Acesso em 31 mai. 2011.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 73** de 17 de dezembro de 2008. Publicação DOM de 23/12/2008:08. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r73-17122008.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 74** de 17 dezembro de 2008. Publicação DOM de 23/12/2009:08. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r74-17122008.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução N° 75** de 18 de dezembro de 2008. Publicação DOM de 23/12/2008:09. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r75-18122008.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 76** de 18 de dezembro de 2008. Publicação DOM

de 23/12/2008:09. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r76-18122008.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. SMAJ/Biblioteca Jurídica/ CONDEPACC. **Resolução Nº 77** de 18 de dezembro de 2008. Publicação DOM de 23/12/2008:10. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r77-18122008.htm> Acesso em: 24 mar. 2009.

SÃO PAULO (Estado). 02 Vara da Fazenda Pública, Fórum de Campinas. Fazenda Pública Municipal, 503 Ação Popular. **Processo: 114.01.2007. 047034-6/000000-000.** Data da distribuição: 24/07/2007. Advogado Paulo Tavares Mariante e outros.

REFERÊNCIAS DOS ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. UNICAMP, Campinas, SP. Site: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/index.html>

Arquivo Edgard Leuenroth. UNICAMP. Campinas, SP. Site: <http://www.ifch.unicamp.br/ael/>.

Arquivo Noronha Santos. IPHAN. Site: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm >.

Biblioteca da Academia Campinense de Letras. Campinas, SP

Biblioteca do Centro de Ciência, Letras e Artes. Campinas, SP. Site: <http://www.ccla.org.br/ccla/memoria>.

Biblioteca do Instituto Agronômico de Campinas. Campinas, SP.

Biblioteca da Pós-Graduação FAU/USP (FAU Maranhão). São Paulo, SP.

Biblioteca Sérgio de Azevedo Penna Chaves (Biblioteca Jurídica da Prefeitura Municipal de Campinas). Campinas, SP.

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP), Campinas, SP.

Biblioteca Setorial do Campus I da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC). Campinas, SP.

Biblioteca Virtual da UNICAMP. Site: < http://libdigi.unicamp.br/>

Biblioteca Jurídica da Prefeitura Municipal de Campinas. Campinas, SP. Site: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/>

Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa, Centro de Memória da Unicamp (CMU). UNICAMP, Campinas, SP. Site: < http://www.centrodememoria.unicamp.br/biblioteca/>.

Centro de Documentação Maria Luiza Silveira Pinto de Moura. Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural. Campinas, SP.

CONDEPACC. Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas, SP. Site:<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/index.php>.

CONDEPHAAT. São Paulo (Estado). Site: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC >.

Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal "Professor Ernesto Manoel Zink". Campinas. Site: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/bibliotecas/ernesto-zink.php>.

Hemeroteca do Centro de Documentação Grupo RAC. Campinas, SP.

Secretaria de Planejamento de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC). Campinas, SP.

APÊNDICES

APÊNDICE A

A CRIAÇÃO DO CONDEPACC E OS PRIMEIROS ANOS DA CSPC

Entrevista[241] concedida pela **Profa. Dra. Ana Aparecida Villanueva Rodrigues** [242] em 28/02/2008.

Entrevistador – Ana nos conte sobre a sua experiência no CONDEPACC.

Ana Villanueva - Não existia o CONDEPACC quando eu fui para a Secretaria de Cultura em 1986. Eu era estagiária no Departamento de Parques e Jardins e sempre quis trabalhar com patrimônio, mas não existia um órgão voltado ao patrimônio cultural na Prefeitura de Campinas. Eu procurei o Prof. Dr. Arantes que era Secretário da Cultura e eu fui trabalhar com ele. Nesta época, em 1986, existia uma comissão que discutia a preservação de patrimônio histórico, entre eles a Maria Erlinda e o Celso Maria de Mello Pupo. O Celso foi muito importante na formação do CONDEPACC, já na década de 70, e mesmo muito antes disto, ele tinha uma comissão com artigos publicados em jornais, que discutia a preservação dos bens históricos de Campinas sem uma legislação que a apoiasse. Essa comissão de historiadores, também integrada pelo Benedito Barbosa Pupo, na gestão do ex prefeito Orestes Quércia, se reuniu para discutir a

[241] Entrevista concedida a Luiz A. F. Matthes e Wania L. V. Bertinato com finalidade acadêmica. Realizada na residência da Profa. Dra. Ana Villanueva, foi transcrita e editada pelos autores e autorizada pelo entrevistada.

[242] Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1987), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2010). Atualmente é sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, membro - United Nations Educational Scientific and Cultural Oranization e professora titular da Universidade Paulista.

polêmica data da fundação de Campinas. Esta comissão já era um núcleo de pesquisa sobre Campinas, e iniciou o debate sobre a preservação e como não existia ainda o "CONDEPACC", os pedidos de tombamento eram dirigidos ao CONDEPHAAT. Tem reportagens dos anos de 1970 e 1980 em que estes pesquisadores pediam tombamentos, tanto que a maioria dos tombamentos em Campinas, realizados pelo CONDEPHAAT, são desta época. Nos anos 80 se inicia a batalha para que se criasse um órgão de preservação municipal, para que não fosse necessário recorrer ao Estado. Quando fui para a Secretaria de Cultura, existia uma comissão que estava discutindo a legislação de criação do CONDEPACC. Eu participava destas reuniões como estagiária. Esta comissão tinha integrantes que já entendiam bastante do assunto, principalmente o Prof. Dr. Arantes, Antônio Augusto Arantes, porque ele foi presidente do CONDEPHAAT e trouxe para o CONDEPACC a sua experiência crítica para formação da legislação. Ele sabia o que dava errado no CONDEPHAAT e já propunha diferente na legislação do CONDEPACC. Foi um avanço, com relação à legislação estadual e federal. O CONDEPHAAT copiou e adaptou a legislação do IPHAN, o CONDEPACC não, foi um aprimoramento do CONDEPHAAT já contando com a experiência do que dava errado. São vários pontos a observar. Primeiro foi o conceito de patrimônio histórico e artístico, o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional, então os grandes monumentos, os grandes fatos históricos, as grandes obras de arte que eram considerados como objetos únicos, ou de uma maestria artística, um saber fazer requintado ou grandes nomes da história nacional. Essa concepção foi criada na época do Getúlio, era centralizadora e nacionalista, tinha um viés político orientador. No CONDEPHAAT, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, tinha a mesma concepção do IPHAN. Tanto um quanto o outro, elegiam, faziam um juízo de valor daquilo que era o grande feito. Para o IPHAN o que importava preservar no Brasil era o período do barroco, o ecletismo e o século XIX não importavam e isto está declarado nos textos do Lúcio Costa. O ecletismo era considerado um hiato na história da arquitetura brasileira, o que

importava era a passagem do barroco para a arquitetura moderna. Então além de ser um juízo de valor dos grandes monumentos, é dos grandes monumentos de um determinado período. Então o CONDEPHAAT preservava a Casa Bandeirista, na mesma linha do pensamento do IPHAN, o que importava era a figura do bandeirante, a casa de taipa de pilão e existe até uma teoria de transposição da casa bandeirista para o moderno. Na discussão de formação do CONDEPACC estas questões foram levantadas. O CONDEPACC não poderia ser um Conselho de Preservação somente dos grandes monumentos e esta era uma preocupação do Prof. Dr. Arantes, que é um antropólogo e já tinha uma idéia formada sobre estes assuntos. Ele achava que além dos grandes monumentos o patrimônio cultural também tinha que ser preservado. Esta discussão que se faz hoje do intangível, do patrimônio imaterial, o Prof. Dr. Arantes já fazia em 1986. O CONDEPACC estava muito na frente, tanto que o nome do CONDEPACC é Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas e não histórico e artístico. O Prof. Dr. Arantes na época definia o cultural como o artístico, estético, o arqueológico, documental, o ambiental e paisagístico. Tinha uma abrangência muito maior do que o significado do Condephaat e do IPHAN. O próprio nome do CONDEPACC trás dentro de si uma concepção teórica muito importante, dada, e isto eu tenho muito claro, pelo Arantes. E naquela época ele tinha acabado de participar das primeiras discussões no CONDEPHAAT sobre o tombamento de um terreiro de Candomblé em São Paulo na década de 80 e ele trouxe esta experiência do patrimônio cultural para o CONDEPACC. Então o juízo de valor que é dado para o patrimônio cultural estava sendo discutido nos órgão de preservação. Era não preservar somente o patrimônio monumental, mas também as vilas operárias, a vida cotidiana e o patrimônio imaterial e o Prof. Dr. Arantes vai trazer esta concepção para o CONDEPACC. A outra questão, mais tangível, que era a não preservação da arquitetura do século XIX, uma concepção que tinha sido adotada pelo IPHAN e CONDEPHAAT e que o CONDEPHAAT estava revendo na época, o CONDEPACC já assume na sua gênese e valoriza a arquitetura do XIX, que é a de Campinas. Então o CONDEPACC foi um avanço

nestes dois pontos. Tem uma terceira questão, muito importante nesta discussão de 1986, que diz respeito à área envoltória de bem tombado. Tanto o IPHAN quanto o CONDEPHAAT, quando fazem um tombamento traçam um raio de 300m e tudo que está dentro deste raio, como qualquer pintura, reforma, etc. tem que passar pela aprovação do Conselho, é um raio fixo. A Lei CONDEPACC previa até 300m, uma palavra que muda totalmente o sentido. Então pode ser de zero a 300m, a área envoltória vai ser definida caso a caso. Esta flexibilização traz um problema, que de acordo com a direção do órgão, com a política da época, pode também ir contra o patrimônio tombado. E como ele amarrou isto? No ato do tombamento, na Resolução do Tombamento, se define o que será preservado ou não. Só que no CONDEPHAAT e no IPHAN não são assim, então no CONDEPACC isto foi uma concepção avançada porque quando você faz o tombamento, na Resolução do Tombamento deve constar a definição da área envoltória, do que é importante ser preservado para a contextualização do bem tombado. A visibilidade do imóvel, a noção de conjunto, a contextualização histórica, etc. Isto foi um avanço muito grande porque garantiu a regulamentação da área envoltória por um lado e por outro agilizou os empreendimentos. O que acontece se você não estipula a norma? Para o empreendedor, se você não sabe a regra, vira balcão, fica subjetivo. Esta regulamentação da área envoltória no ato do tombamento é muito positiva porém, os tombamentos acabam demorando muito mais tempo porque só se podia fazer o tombamento depois do estudo de toda área envoltória e não tínhamos corpo técnico suficiente para fazer este trabalho, estrutura para acompanhar o ritmo que precisava. Para a dinâmica da cidade isto não é bom, o empreendedor precisa conhecer as regras, da mesma forma como nas leis de zoneamento, é igual para a área da preservação. Agora, imagine isto para o estado de São Paulo, tudo que está numa área de 300m no estado tem que passar pelo CONDEPHAAT, não funciona, gera uma série de reclamações e por mais que se tenha uma equipe técnica maravilhosa, não é possível dar conta do trabalho. No CONDEPACC, por mais que a equipe técnica tenha trabalho na regulamentação da área envoltória, depois fica muito mais ágil o

parecer aos processos solicitando obras novas, reformas etc. Fica claro, é preservado ou não é, só a maioria do Conselho é que pode fazer qualquer alteração. Então, isto, foi um avanço na Lei de Tombamento.

Voltando para a história do CONDEPACC, se criou uma minuta de lei que foi mandada para aprovação na Câmara, mas esta lei nunca era aprovada, foram varias negociações, até final de 1987, quando então, a Lei 5885 de 17 de dezembro de 1987 foi aprovada. Não existia interesse na Câmara de aprovar, então a Lei voltava com correções, ia de novo, existia um jogo político, o Prefeito Magalhães Teixeira ia na Câmara, falava da importância da lei, foi muito difícil de aprovar. O CONDEPACC tem poder decisório, é deliberativo, todos os outros conselhos são consultivos e a Câmara não queria aprovar um Conselho com este poder. A comissão de historiadores criada na década de 70 era consultiva, o prefeito e os secretários acatavam ou não. No final foi aprovada a legislação e junto com ela o decreto que regulamentava o funcionamento do Conselho, dos trâmites e dos processos de tombamento. Outra coisa importante, que foi muito batalhada pelo Prof. Dr. Arantes, foi a criação de um corpo técnico, porque queriam criar o Conselho mas não dar a estrutura de apoio do Conselho, que foi a Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Criou um custo para a folha de pagamento da secretaria, criou cargos para concursos e contratação de profissionais de nível superior. O corpo técnico começou a funcionar comigo, mais uma arquiteta, a Vera Bonato, uma agrônoma, indicação do Luiz Matthes, a Aurora Garcia Millioni, um desenhista, ou seja, quatro a cinco pessoas inicialmente e uma secretária, a Iracema. O Prof. Dr. Arantes consegui que isto estivesse dentro do organograma da Secretaria de Cultura, que tivesse a vaga, que fosse incluído na folha de pagamento porque ele sabia que sem isto não ia para a frente, mesmo que pequeno, precisava de uma estrutura. Desta maneira começou a funcionar o CONDEPACC e no final de 1988 e foi feito um estudo do centro histórico com uma resolução de tombamento de cinco prédios criando uma mancha do centro histórico. Como alguns dos prédios já eram tombados pelo CONDEPHAAT, o tombamento destes foi ex-offício, ou seja, sem a abertura de um processo para

um novo estudo de tombamento. O primeiro semestre de 1988 foi para regulamentar, criar os decretos de funcionamento do CONDEPACC e da Coordenadoria e o segundo para estudar o centro histórico. No final de 1988 saiu a Resolução de Tombamento dos prédios Solar Barão de Itapura (PUCC), a Catedral Metropolitana de Campinas, o Solar Barão de Itatiba (Palácio dos Azulejos) e a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, todos ex-offício e ainda o tombamento do Solar Visconde de Indaiatuba, este protegido somente pelo CONDEPACC.

Em 1989, com a mudança da administração, entra o Prefeito Jacó Bitar do PT e para secretário Marco Aurélio Garcia. Neste momento, após um ano de funcionamento do CONDEPACC, a Câmara Municipal resolveu extinguí-lo. Teve toda uma articulação política, de apoio à preservação do CONDEPACC, do Marco Aurélio, de promotoria, de deputados, o próprio Fábio Feldmann e autoridades do CONDEPHAAT e IPHAN. Começou a sair na imprensa local, que até então não apoiava a atividade do CONDEPACC, eram publicadas reportagens contrárias ao CONDEPACC, a opinião pública não era favorável, não existia um consenso a respeito de preservação do patrimônio. Hoje, quando se fala em patrimônio e preservação todo mundo entende que é importante, a mentalidade de preservação foi construída durante anos. O CONDEPACC viveu seus quatro, cinco primeiros anos com a opinião pública contrária, achavam que era tudo velharia, os próprios engenheiros da prefeitura achavam que prédio velho deveria ser demolido e construir um novo no lugar. Tem a questão do direito de propriedade privada de um lado e por outro, tem a mentalidade formada pelo urbanismo moderno, é cultural. A demolição da Igreja do Rosário e do Teatro Municipal Carlos Gomes são exemplos de demolições de prédios históricos em Campinas. Isto não era uma mentalidade só de Campinas, eu acho que de todo o Estado de São Paulo mas é claro que não vamos achar essa mentalidade em cidades, de outros estados, como Ouro Preto ou Salvador. Industrializar, modernizar, eliminar as casas velhas muitas vezes transformadas em cortiço, degradadas e sem valorização imobiliária. A partir do momento que você toma

estas ações você valoriza o local. Além do lobby da especulação imobiliária, tinha o senso comum do povo que achava que tinha mesmo que demolir as construções velhas para modernizar, que isto trazia o desenvolvimento e não a preservação de casas antigas. No primeiro ano do funcionamento do CONDEPACC muitas casas foram demolidas, a criação do CONDEPACC acelerou a destruição do patrimônio na cidade. Temos exemplos que até hoje vemos. O Giovanetti II, em 1988 eles ficaram sabendo que seria aberto o processo de tombamento e começaram a retirar os ornamentos da fachada. Embargamos a obra e até hoje está sem os ornamentos mas o CONDEPACC consegui segurar a demolição. Tinha uma casa na Rua José Paulino, ao lado da Fábrica de Elástico, maravilhosa, com mármore importado, etc. Criaram o CONDEPACC e no dia seguinte a casa estava no chão. Fazia pouco tempo que tinha acontecido as demolições na Av. Paulista em São Paulo. Este primeiro ano de funcionamento do CONDEPACC era um trabalho de bombeiro, se corria atrás do prejuízo, recebíamos denúncias e tínhamos que prever o que iria acontecer. Toda essa movimentação contra se refletiu na Câmara Municipal e os vereadores, como representantes dos interesses do povo queriam extinguir o CONDEPACC. Foi uma polêmica na cidade e o Antonio da Costa Santos (Toninho), que fazia parte do Conselho, teve uma participação super importante. Ele foi conversar com o secretário de cultura, que na época era o Marco Aurélio Garcia e se posicionaram contra a extinção. O Projeto de Lei da Câmara extinguia o CONDEPACC como órgão do executivo e passava os poderes de tombamento e preservação para a Câmara. Nós fomos até o CEPAM, Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal e com um jurista conseguimos um parecer sobre legislação de tombamento. Este parecer foi crucial para a manutenção do CONDEPACC no executivo. O parecer relatava que pela Constituição, os Conselhos de Patrimônio, em todas as instâncias são de competência do executivo e este abre mão desta competência para um conselho formado por especialistas. O único que pode fazer isto é o executivo, o legislativo não tem esta competência legal. Com este parecer os vereadores recuaram.

P- Recentemente o legislativo discutiu novamente se de fato o conselho tem a competência de legislar sobre tombamento na cidade.

Hoje o problema não é o tombamento mas a área envoltória. Porque quando se faz a regulamentação da área envoltória se faz zoneamento de preservação. Qualquer zoneamento na cidade passa pela Câmara e então, porquê o zoneamento de preservação não passa pela Câmara? O CONDEPACC, neste caso, tem mais poder que o legislativo? É este o questionamento e eles tem um pouco de razão. O problema é que não estão querendo legislar sobre o tombamento mas sim sobre a área envoltória. A Resolução de Tombamento, que é assinada pelo secretário de cultura tem força de lei e tanto na resolução de tombamento quanto a de área envoltória no caso de alguém recorrer, a última instância é o prefeito. Esta é a questão, como um Conselho tem o mesmo poder deles que são eleitos pelo povo. Com o secretário de cultura Célio Turino é que o CONDEPACC se estabilizou. Ele fez com que os prédios tombados tivessem uso não necessariamente institucional. Havia a mentalidade que todos os prédios tombados fossem de uso institucional como no caso do Giovanette V que pertencia a Irmandade de Misericórdia de Campinas[243], era um prédio que representava um grande problema, houve até incêndio no telhado logo após a abertura do processo de tombamento em 1988. Existia uma mentalidade sacramentada que patrimônio eram grandes monumentos institucionais como da igreja, era o Iphan e Condephaat que criaram esta mentalidade de que o patrimônio tombado tinha uso público. Não existia questionamento em cima disto, mas, a partir do momento que se tomba um imóvel particular, como pequenas casas, os proprietários e parte da população passam a protestar. A criação o CONDEPACC já é dentro deste novo conceito, de patrimônio cultural, mas demorou pelo menos quatro anos para ele se impor desta forma. Voltando ao caso do incêndio, onde atualmente é o Giovannetti V, foi graças a Sociedade Febre Amarela que o patrimônio foi salvo. O Sergio Portela que residia num prédio ao

[243] Hospital Irmãos Penteado e Santa Casa.

lado quando notou o incêndio chamou o Toninho e eles chamaram o corpo de bombeiro e passaram a fazer vigília do prédio. Existiam três propostas para o uso do prédio que eram: o Giovannetti V; o Centro Cultural Vitória; o Museu da Imagem e do Som, este o único que pertenceria à prefeitura. O uso do prédio tombado pelo Giovannetti foi mais interessante do que um centro cultural, pois existe uma frequência maior da população admirando-o. O restauro neste caso é uma falsificação, mas desperta o sentimento preservacionista. Eu, como técnica e professora, não permito que meus alunos façam trabalhos sobre este prédio. Houve outra experiência que eu acho interessante que foi a fábrica de elástico e que hoje é a Igreja do Nazareno. Foi a primeira experiência de usar um prédio particular. O Cabrino chegou a comprar o edifício e quando ficou sabendo do tombamento vendeu para a Igreja do Nazareno. A direção da igreja requisitou todos os critérios técnicos de restauro e preservação do prédio. Porquê uma instalação de fábrica não pode abrigar uma igreja? O telhado atual foi feito depois, e por conta da acústica. Foi aprovado no CONDEPACC um desenho em branco e preto e a cor azul foi uma surpresa inesperada.

Tem outro exemplo, um chalé eclético na Rua Cônego Cipião que logo após a abertura do tombamento, numa madrugada, com chuva, começaram a destelhar o chalé, com os móveis ainda dentro, inclusive um piano austríaco. Foi uma ação para destruir rapidamente. Uma moradora da região, observou o que estava acontecendo, conseguiu meu número de telefone e me ligou as 2: 00h da manhã. Fui com a polícia até lá e embargamos a demolição. Tinha todos os móveis, lustres de cristal e até um piano de cauda. Hoje o prédio se encontra em ruínas e abandonado. O que tem isto de importante? Foi a primeira vez que houve uma mobilização popular, a opinião pública começou a mudar em relação ao patrimônio cultural. Foi um marco, alguém localizou o meu telefone, na madrugada, e me ligou. A partir deste momento é que começa a mudar a visão de patrimônio na cidade. O CONDEPACC deixa de fazer o papel exclusivo de "bombeiro" e passa a fazer trabalhos de inventário, de catalogação, de apoio à população e assim inicia uma nova fase do CONDEPACC. Foram quatro ou cinco anos de trabalho árduo

para se impor como órgão de respeito. Nesta época se criou, por decreto, o defensor do patrimônio histórico. Qualquer cidadão que se candidatasse a ser defensor ganhava uma carteirinha e tinha telefones de contato para denúncia, etc. Teve uma importância num determinado momento, foi morrendo, pois não foi estimulada a ação. O Decreto foi uma conseqüência boa desta história, por outro lado, o casarão está em ruínas. Houve uma negociação do Conselho com uma firma empreendedora para a construção de um edifício no terreno preservando o casarão histórico na frente como uso de lazer dos condôminos. Entretanto, a firma faliu e a área se encontra abandonada até hoje.

Entrevistador - O que você diria da política de tombamento hoje?

Ana Villanueva - Depois deste momento que consolidou o patrimônio, foram realizados tombamentos com regularidade, sem grandes problemas, salvo alguns casos como o antigo Externato São João. O que acabou acontecendo, posteriormente, foi uma vulgarização do tombamento, começou a ficar sem critério. Existia antes um estudo sério, uma pesquisa feita por especialistas e hoje ficou menos técnico, um pouco a mercê de interesses políticos e oportunistas. Antes, mesmo para tombar uma casinha tinha que ter critérios, hoje tem movimento de bairros que acha que uma casa é importante e quer tombar, não que o movimento não seja importante, mas tem que ter critérios técnicos.

Quando nós fizemos o tombamento das Vilas Operárias Manoel Dias e Manoel Freire, que foi um dos primeiros tombamentos de vila popular, as casas isoladas não tem o mesmo valor do que a importância do conjunto, além do fato de ser a primeira vila particular de Campinas e a sua história social. Chegaram a ligar no jornal perguntando se o CONDEPACC agora estava tombando puteiro.

Tem outro momento importante de ser comentado. Foi feita uma Lei na Câmara de inclusão no Conselho da HABICAMP[244] e do SINDUSCOM[245]. Isto é

[244] Associação Regional de Habitação. Atua em Campinas há 22 anos, abrange 48 cidades e cerca de quatro milhões de habitantes. É reconhecida pela comunidade, que fez da entidade um órgão de grupos e comissões atuantes nas prefeituras e demais órgãos públicos,

muito polêmico, nenhum Conselho de Preservação tem representantes das construtoras. No início era até engraçado por que eles sempre votavam ao contrário do que a gente votava, mas, com o tempo, a opinião deles foi se tornando maioria, o conselho foi se transformando. Na opinião deles era demolir casa velha e construir prédio no lugar. Também aconteceu o contrário, por exemplo, o arquiteto Eduardo Homem de Melo, que representava a indústria da construção, foi se sensibilizando com a questão do patrimônio e apesar dos interesses do mercado imobiliário. Então o conselho é um jogo de força.

O que aconteceu com o Conselho é que se foi tombando de qualquer jeito e qualquer coisa em determinado momento, o corpo técnico não dava conta de fazer os estudos e então tomba e a área envoltória depois se analisa. Um caso, por exemplo, é o tombamento do Cemitério da Saudade. Porque o Cemitério da Saudade é um problema, é um estudo de fôlego, tem que ficar lá catalogando túmulos, exigia um estudo sistemático, a cidade cheia de problemas, tendo que dar alvarás de reforma e demolições, e como deslocar um técnico para isto. E este

---

assim como da integração com as demais entidades voltadas para o setor imobiliário e da habitação. Possui representações em comissões do município, tais como:

CPLE (Comissão Permanente de Legislação Edilícia), CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Arquitetônico e Cultural de Campinas), CMDU (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano), CAPG (Comissão da Legislação de Pólos Geradores), CCDE (Conselho Consultivo dos Poderes Municipais para o Desenvolvimento Econômico de Campinas), COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente), Junta Tributária, Conselho Municipal de Saúde de Campinas, Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Campinas e Mapa de Valores Imobiliário, Planejamento Participativo de Campinas e Conselho Municipal de Campinas. Disponível em < http://www.habicamp.com.br/historia.php> Acesso em 03 fev. 2012.

[245] Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo. Reconhecida, hoje, como legítima representante dos empresários da construção civil em Campinas e municípios vizinhos, a Regional Campinas do SindusCon-SP chega aos 25 anos comemorando a credibilidade e o respeito conquistados durante sua trajetória. A representação do SindusCon-SP em Campinas começou com um pequeno grupo de empresários de visão, que acreditaram na idéia e julgaram que a região tinha potencial, desenvolvimento e necessidades que justificavam a abertura de uma Regional local. O primeiro Diretor Regional foi Armando de Queirós Telles Coelho e, na época, a Regional funcionava na sede do Ciesp em Campinas. O presidente do CIESP, Mário Amato e o Diretor Regional José Maria Ferraz Penteado Bueno são nomes a quem os construtores de Campinas são gratos pelo apoio prestado naquele começo de atividades. De 1990 a 1992 a diretoria da Regional Campinas, que se chamava, então, Regional Centro-Leste, foi ocupada pelo arquiteto Eduardo Homem de Melo. Ele intensificou a busca de associados e a atuação da Regional junto aos órgãos públicos, buscando representação em Conselhos Municipais, como o de

cemitério na minha concepção é o maior museu de escultura da cidade de Campinas. Existia uma pressão para tombar o cemitério e este foi tombado sem o inventário dos túmulos e sem a área envoltória. Deveriam saber qual túmulo, não se pode tombar o cemitério inteiro, nem tudo são de interesse para a preservação. São alguns túmulos feitos por artistas, uma determinada parte que contextualiza a epidemia da febre amarela, porque o Cemitério da Saudade é uma junção de cemitérios. Para a administração da SETEC o tombamento do cemitério representa um problema. Nos tombamentos sem estudo suficiente o Conselho começa a pecar, porque coloca decisões políticas, pressões na frente da decisão técnica. Se não tem fôlego, tem que aumentar o corpo técnico. Eu acho que o corpo técnico já evoluiu bastante. Na minha época acho que tinha vinte funcionários que eu coordenava. Eu consegui criar dentro da coordenadoria um corpo de fiscais. Antes, quando se precisava de um fiscal, ficava a espera da boa vontade de um fiscal do Departamento de Urbanismo da Prefeitura. Eu consegui cinco fiscais de feira livre, de um departamento que tinha sido extinto na prefeitura. Foram transferidos e treinados por um ano. Isto fez parte da virada positiva do CONDEPACC que deixou de fazer o papel de bombeiro, de serviço emergencial para o serviço preventivo. A fiscalização funcionava assim, a cidade era dividida em áreas e cada fiscal cuidava de uma área por uma semana, e na semana seguinte ele mudava, não se deixava o fiscal dono de uma área. A área tinha um revezamento de fiscal e a fiscalização era preventiva. Os ficais tinham uma lista dos bens preservados e área envoltória e qualquer alteração no bem ele tomava as providências cabíveis. Foi uma mudança muito positiva que aconteceu na década de 90. Foi feito também uma metodologia de inventário do patrimônio arquitetônico de Campinas, através de um convênio com o Centro de Memória da Unicamp.

Desenvolvimento Urbano e o de Patrimônio Histórico. Disponível em: < http://www.sindusconsp.com.br/campinas_msg.asp?id=4060> Acesso em 03 fev. 2012.

Entrevistador - Existe uma questão sobre os bens indicados para preservação, que sofrem as restrições dos bens tombados sem usufruir das regalias legais previstas no tombamento. Alguns conselheiros estão sugerindo que os bens indicados para preservação também sejam tombados.

Ana Villanueva - Não concordo, porque o indicado para preservação nada mais é do que a área envoltória. A situação do indicado é uma evolução do raio de 300m. Acho que não deveria ser tombado mas ter as regalias do tombado. O que o bem tombado tem de regalia? A isenção do IPTU, a possibilidade de utilizar a Lei ROUANET e agora, a transferência do potencial construtivo. Aplicar estas regalias no bem indicado é muito mais simples e juridicamente correto. O bem indicado para preservação contextualiza o bem tombado.

Entrevistador - O conceito de Paisagem Cultural se aplica para Campinas?

Ana Villanueva - Como muita coisa já foi destruída fica difícil considerar um conjunto urbano e hoje a coisa é muito desigual na paisagem. Existem prédios altos, médios, casinhas, um monumento mas não se tem uma unidade e assim a leitura da paisagem é complicada. A FEPASA era o maior complexo de prédios históricos sem interferência de novos elementos até a recente construção da rodoviária. A Nova Campinas, o Cemitério da Saudade e áreas rurais são nichos ainda. A grande maioria dos conjuntos urbanos históricos já se perdeu e não em função do CONDEPACC mas em função da antiga política de preservação e dos projetos de desenvolvimento urbano. Existem perspectivas dentro de Campinas que ainda não são preservadas. Fiz várias propostas para EMDEC de sentido de mão nas ruas de Campinas que isto já resolve o problema. A Rua Conceição é a primeira, a Catedral é para ser vista de frente. Como está hoje o percurso de veículo, sobe-se a Av. Glicério, a Catedral está à direita, se dá as costas para ela e desce a Rua Conceição à esquerda. Se você subir a Rua Conceição a pé você vai perceber que a implantação dela é estratégica, é uma paisagem. Mesmo os prédios que estão lá não interferem. Você está num nível mais baixo, vai subindo a rua e vendo a Catedral "crescer", é feito para o sagrado, você vai se convencendo que a fé é importante. Isso era pensado, a implantação de igrejas

vinha de uma experiência secular, e a Catedral foi feita assim, ela está num ponto estratégico e se você subir na torre da igreja vai constatar que ela esta alinhada com a torre da Estação Ferroviária que por sua vez está alinhada com a torre da Igreja São José. Está tudo numa linha única, eu tirei uma foto lá de cima. Então a cidade era construída com perspectivas e ângulos de visão que ainda existem alguns mas para isto você tem que destacá-los e eu acho que o da Catedral era o mais importante. Outro exemplo é o da Escola Carlos Gomes se você descer a pé a Rua Tomás Alves vai ver que a fachada da escola está implantada no eixo da rua, ela foi projetada para ser vista neste sentido mas atualmente a sentido do trânsito é outro. A cidade tinha uma lógica inversa, você ia do centro para os bairros com várias vistas, tem Rua Treze de Maio, a Rua Costa Aguiar, a Rua dos Expedicionários, a Av. Andrade Neves, etc. A Av. Andrade Neves você tem o alinhamento da Estação FEPASA com a Torre do Castelo, que era o Bulevard Andrade Neves e o Bulevar Itapura, que foram criados para ter perspectiva. O urbanismo moderno coloca pela Carta de Atenas, Le Corbusier, que as vias de tráfego, a circulação de mercadorias são mais importantes que a preservação da história antiga. O trânsito é mais importante que a estética. Camilo Sitte vai contestar estas idéias, no seu livro "A Construção das cidades e seus princípios artísticos"[246], este livro é fundamental, ele vai mostrar que na cidade antiga estes eixos todos são pensados e mo malefício que urbanismo moderno faz. Daí você vai perceber isto em Campinas, por exemplo, a Av. Suleste, que eu acompanhei bem o processo, faz parte do meu mestrado. Olhando de frente da Estação Fepasa, esta área que a gente estava falando antes, o Viaduto Cury , ali tinham várias casas que seguiam o traçado férreo. Então o urbanismo era uma decorrência de um processo gerador, o caminho férreo. As praças e quarteirões em triângulo e formas que seguiam a acepção do traçado férreo e a partir destas formas urbanas seccionadas pelo caminho férreo, foi construída a arquitetura.

[246] SITTE, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo, Ática.

Quando fizeram a Av. Suleste, fizeram acompanhando o caminho férreo e foram "destruindo" toda esta lógica urbana que existia e o que sobrou foram rotatórias e lotes que não se podia construir nada. Camilo Sitte já criticava o urbanismo moderno no início do século XX, dizia, o que sobra destes cortes do urbanismo moderno são ilhas de trânsito sem nenhum sentido estético. O que aconteceu com Campinas foi isto. As cidades do século XIX eram cidades construídas com sentido estético. Campinas foi totalmente segmentada e destruída pelo urbanismo moderno e inclusive com aprovação dos órgãos do patrimônio, que na época eram o IPHAN e CONDEPHAAT, cuja política era demolir as construções do século XIX. Ficavam preservando Ouro Preto, Salvador mas São Paulo tem que industrializar. Isto era um projeto econômico também, não é só um projeto de juízo de valor de patrimônio não, existe por trás de tudo isto um projeto de não preservação do patrimônio do século XIX para que a cidade desenvolva. E o Nordeste, que não tinha desenvolvimento, podia ser preservado. Foi uma lógica maquinada. Uma decisão assim, de um juízo de valor, acabada definindo uma paisagem urbana. Hoje você tem a paisagem segmentada, não tem mais a leitura da cidade como um todo. Não tem mais conjunto, não adianta preservar o monumento isolado, ele faz parte de um contexto. Então vamos desenvolver, vamos construir edifícios em lugares que não vão interferir na estética urbana. Agora, aqui no Brasil isto não existe do século XX em diante, mas no XIX se pensava. Mesmo as cidades de origem portuguesa, conforme Sérgio Buarque de Holanda, no Brasil se tem a cidade do "ladrilhador" e do "semeador" A do "ladrilhador" é de origem espanhola e do "semeador" de origem portuguesa. As cidades de origem espanhola, na América Latina, eram quadriculadas, tinham planejamento e as de origem portuguesa a implantação seguia o relevo. Hoje isto está sendo contestado, verifica-se que também estas eram planejadas. O Sérgio Buarque dizia que estas não eram planejadas. Existe uma nova teoria de que as cidades brasileiras na época da colonização portuguesa eram planejadas. Estas cidades tinham uma implantação estratégica, os prédios, como as igrejas, tinham uma lógica de implantação. Nunca ninguém estudou, por exemplo, a implantação das igrejas de

Ouro Preto. Esta tem um sentido religioso e as igrejas um diálogo uma com as outras. A cidade era pensada como um todo e era desenhada. Paraty é desenhada, existe uma estética mesmo nas cidades do século XVIII. È um desenho estratégico militar e estratégico religioso. Os prédios estão sempre num eixo norte e sul ou leste e oeste, nunca inclinados, estão sempre numa face.

O CONDEPACC também teve outra fase, que eu esperava que continuasse mas não continuou e que eu acho que seria a evolução natural do CONDEPACC, que foi parar um pouco de fazer tombamentos e começar a preservação física dos bens tombados, não adianta fazer só a proteção jurídica.

APÊNDICE B

PATRIMÔNIO EM CAMPINAS: A CRIAÇÃO DO CONDEPACC E AS PRIMEIRAS RESOLUÇÕES DE TOMBAMENTO.

Entrevista[247] concedida pelo **Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes Neto**[248] em 09/09/2008.

Entrevistador – Por que houve a necessidade de criação de um órgão voltado à preservação cultural no município de Campinas?

Prof. Dr. Arantes – Existe uma necessidade genérica de toda cidade ter um órgão onde seu patrimônio cultural é administrado, não só o patrimônio edificado, mas também os documentos, enfim, os diversos suportes de memória. Campinas dispunha parcialmente desses instrumentos, como o Arquivo Municipal, mas este não possuía, na época, uma estrutura que permitisse o acesso público aos documentos para pesquisa de forma eficiente. Foi então feito com o Centro de Memória da Unicamp um convênio para esse fim. Neste contexto de falta de instrumentos de conservação e organização da memória do município é que se colocava a necessidade de se criar um órgão dedicado à preservação do patrimônio cultural. Além disso, havia questões relativas ao crescimento da cidade

[247] Entrevista concedida a Luiz A. F. Matthes e Wania L. V. Bertinato com finalidade acadêmica. Realizada na residência do Prof. Dr. Arantes, foi transcrita e editada pelos autores e autorizada pelo entrevistado.

[248] Bacharel em Ciências Sociais (Universidade de São Paulo, 1965), Mestre em Antropologia (Universidade de São Paulo, 1969) e PhD em Antropologia Social (University of Cambridge / King´s College, 1977). Foi um dos criadores do Departamento de Antropologia da Unicamp, ao qual está vinculado desde 1968. Foi presidente da ABA - Associação Brasileira de Antropologia e Secretário-geral da ALA - Associação Latino-americana de Antropologia. Foi Secretário Municipal de Cultura de Campinas, presidiu o Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo e o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

em uma situação de extrema tensão, ou mesmo de conflito, entre a implantação de novos empreendimentos e a conservação da cidade que já estava construída, e que teve no século XIX um período importantíssimo de expansão. Então, um órgão onde o patrimônio pudesse ser administrado seria uma instância onde essas questões seriam discutidas e onde também se poderia deliberar legitimamente sobre a proteção dos bens de interesse cultural. Foi necessário criar um órgão novo na administração municipal.

Na época, pensava-se na Prefeitura que a preservação era um aspecto do planejamento e então se colocava a questão: por que não localizar este órgão e essas atividades no âmbito daquela área? Esse foi um trabalho muito importante que fizemos: demonstrar a necessidade da existência deste órgão no âmbito da Secretaria de Cultura, uma vez que os valores que justificam a preservação destes imóveis são de natureza cultural, sob todos os aspectos, como o histórico, de memória, estéticos, paisagístico, de interesse para a pesquisa e para o conhecimento. São valores de natureza cultural. E em que âmbito de uma prefeitura, não só a de Campinas, mas de prefeituras em geral pode-se discutir o assunto e decidir sobre ele, senão numa secretaria de cultura? Foi essa a razão porque, finalmente, a Câmara se convenceu - e também, a própria Prefeitura - da necessidade de localizar este órgão na Secretaria de Cultura. Acho que essas foram as principais razões para a criação do CONDEPACC. Além disso, os edifícios tombados pelo IPHAN e pelo CONDEPHAAT no centro da cidade criavam a necessidade de se fazer a gestão compartilhada desses bens e de suas áreas envoltórias e de se criar um interlocutor na área municipal para esse fim.

Houve então um processo longo de amadurecimento antes da discussão e do encaminhamento do assunto junto à população. Elaboramos uma minuta de e o assunto foi ganhando corpo. Mas o fato já criado era a necessidade de proceder à gestão conjunta dos bens tombados pelo Estado e pela União, e de suas áreas envoltórias. Essas áreas envoltórias, na verdade, se entrecruzavam formando uma grande mancha. O conjunto das áreas envoltórias dos bens tombados existentes naquela época de certo modo coincidia com a que foi posteriormente definido

pelos técnicos do CONDEPACC como centro histórico da cidade. Então, a criação desse órgão respondia a uma necessidade de gestão pública... de administrar os diversos bens tombados e suas áreas envoltórias como todo, inclusive aquele território onde estavam localizados, com toda a heterogeneidade já existente. Era preciso caminhar para uma coerência de critérios de gestão.

Existiu todo um processo de discussão e de convencimento para que as pessoas entendessem que havia necessidade de um conselho na cidade. Não era "óbvio" que deveria existir um conselho; na verdade, para alguns, chegava a ser inconveniente, porque essa iniciativa estava na contramão de fortes interesses já estabelecidos e dominantes.

Entrevistador - O próprio nome do CONDEPACC trás dentro de si uma concepção teórica avançada para a época, definida como cultural. Poderia comentar?

Prof. Dr. Arantes – O conceito básico era o de patrimônio cultural. O fato do CONDEPACC não se chamar "CONDESPHAN" ou qualquer outra coisa assim, é porque não se tratava mais da visão do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e turístico. Não era a enumeração de uma tipologia de bens que estruturava, pelo menos a meu ver, a criação deste conselho, deste serviço. Era mais a compreensão de que ele não seria exclusivamente voltado para a questão urbana e aos bens pedra e cal. Era a compreensão de que o espaço urbano é formado de bens que são suportes de valor cultural e os valores cultuais atribuídos a esse bens são diversos: vão do estético ao histórico, da memória ao conhecimento, valor documental, valor ambiental. Há todo um entrecruzamento de valores. Portanto, é mais adequado utilizar o conceito de cultura, que abria a possibilidade de trabalhar com todos estes níveis entrecruzados. Ele não era restritivo, era mais abrangente e mais do que abrangente. Ele colocava o problema da preservação de outra maneira. Estamos falando aqui a respeito de "valor cultural". Não é o monumento necessariamente, mas também ele; não é o documento necessariamente nem o bem de valor estético necessariamente. Toda enumeração é potencialmente incompleta,

sobretudo quando se trata da ação humana, de práticas sociais. Naquela época não se pensava nisso, ou pensava-se, mas não dessa forma. Hoje em dia se faz o registro do patrimônio imaterial. Eu tenho estado muito envolvido com isso. Naquela época não nos ocorria trabalhar com o patrimônio chamado imaterial, mas quando adotamos o conceito de patrimônio cultural esta possibilidade estava ali presente.

Claro que os instrumentos que a Lei nº 5.885 de 17 de dezembro de 1987[249] previa para proteção do patrimônio cultural de Campinas eram particularmente adequados à preservação de bens arquitetônicos, edificações, ou de áreas urbanas; mas nada impediria, no espírito desta lei, que se criasse um mecanismo como, por exemplo, o do registro de bens imateriais, porque conceitualmente a legislação de Campinas tem essa abertura. Mas os instrumentos práticos, de ação, que ela previa, eram instrumentos ainda inspirados pelo Decreto Lei Nº 25 que criara o IPHAN e na legislação do CONDEPHAAT. Sob o aspecto jurídico, nós avançamos bastante ao criar a necessidade de delimitar e regulamentar as áreas envoltórias no momento do tombamento. Já existia essa intenção em órgãos como o CONDEPHAAT, por exemplo, mas por força das pressões, das carências de infra-estrutura, de pessoal, de recursos, das urgências etc., esta boa prática relativamente às áreas envoltórias não vinha sendo implementada. Quando pensamos em sítio histórico, quando delimitamos uma área da cidade para fins de proteção, criamos imediatamente a necessidade de aplicar este preceito.

Nós tínhamos que fazer alguma coisa a respeito do espaço existente entre um bem tombado e outro. Poderíamos simplesmente ter feito o tombamento ex-ofício de todos os bens tombados pelo CONDEPHAAT e pelo IPHAN, e acrescentado mais um ou dois ou três ou quatro, enfim... o Mercado já era

---

[249] Publicação DOM de Campinas em 18/12/1987:01. Disponível em: < http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei5885.htm> Acesso em 16 set. 2010.

tombado pelo CONDEPHAAT, a Catedral pelo CONDEPHAAT, o Palácio dos Azulejos pelo CONDEPHAAT e também pelo IPHAN, a Capela da Santa Casa pelo CONDEPHAAT, enfim...o prédio da PUCC - o Solar do Barão de Itapura - foi tombado primeiro pelo CONDEPHAAT em 1983 e depois ex-ofício pelo CONDEPACC. O solar do Visconde de Indaiatuba, no Largo do Rosário, foi polêmico, o Hotel Vitória também foi outro polêmico. Considerando a mancha delimitada pelo CONDEPACC naquela época, no primeiro ato do Conselho sobre as áreas envoltórias, nota-se que o acréscimo feito à área - que de certo modo já era direta ou indiretamente preservada - não foi tão grande assim e que o nosso trabalho se concentrou inicialmente em trabalhar essa mancha como um todo.

Esse compromisso de trabalhar o conjunto da área afetada pelos tombamentos pré-existentes era muito importante inclusive para tornar claro para a prefeitura, para a câmara e para a cidade que o conselho era necessário. Porque não deixar para o órgão estadual tombar? Por que não deixar para o órgão federal decidir? Por que cabe ao município a decisão sobre o uso de solo, e porque a decisão sobre áreas envoltórias afeta diretamente a gestão urbana. Essa responsabilidade é do município, legal e politicamente. Então, em lugar de simplesmente fazer uma gestão compartilhada, partindo de bens já tombados pelos órgãos federais e estaduais, criou-se uma instância municipal que chamou para si o problema.

Entrevistador - Quais experiências municipais foram consideradas para elaboração da Lei de Preservação em Campinas?

Prof. Dr. Arantes - Seriam essas que eu mencionei, quer dizer, as dificuldades de gestão, a gestão das áreas envoltórias existentes. Esse tipo de coisa?

Entrevistador – Seriam as experiências municipais anteriores, que foram consideradas para elaborar a lei de preservação, talvez a Febre Amarela.

Prof. Dr. Arantes - Quando terminei o meu mandato no CONDEPHAAT o prefeito Magalhães Teixeira me convidou para a Secretaria de Cultura. Na minha negociação com ele para assumir o cargo decidimos que, se possível, daria

continuidade em Campinas ao trabalho que eu já vinha fazendo no CONDEPHAAT, que procurava apoiar a criação de conselhos municipais. Não que eu pense que o Estado seja uma somatória de municípios; não isso. Mas é que a ação de preservação tem que ser radicular, tem que ir até o nível municipal e naquela época, 1980, 1982, poucos municípios no Estado de São Paulo tinham conselhos de preservação. No CONDEPHAAT, procurei fortalecer, na medida do possível, as demandas desses movimentos municipais.

A primeira conversa de que participei em Campinas sobre este assunto, ainda como Presidente do CONDEPHAAT, foi na PUCC, com Toninho[250] e o Fábio Magalhães[251], que era professor lá também. Eles estavam discutindo sobre a possibilidade de criação de uma lei municipal e consideravam que seria interessante conhecer um pouco mais sobre o trabalho do CONDEPHAAT. Eu morava em Campinas. Assim, a proposta elaborada pela Febre Amarela se somou com a experiência que eu trazia do CONDEPHAAT. O Amaral Lapa[252] foi uma pessoa essencial neste processo. O Toninho também de certa maneira, mas talvez até mais o Amaral Lapa, porque ele trazia as raízes campineiras do processo de valorização da memória da cidade, por assim dizer. Ele tinha grande sensibilidade e conhecia a fundo os problemas relativos à conservação dos documentos sobre a história de Campinas, não só por sua origem pessoal, mas também por seu interesse de pesquisador e suas relações com outros campineiros, estudiosos de sua cidade. Ele era diretor do Centro de Memória da Unicamp naquela época. Conhecia os arquivos, sabia onde estavam os

---

[250] Arquiteto Prof. Dr. Antonio da Costa Santos, ex-professor da PUCC e ex-prefeito de Campinas.

[251] Fábio Magalhães foi diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo (1979/1982), Secretário da Cultura do Município de São Paulo (1983), presidente da Embrafilme (1988), curador-chefe do MASP (1989/1994), presidente da Fundação Memorial da América Latina (1995/2003), curador das 2ª e 3ª bienais de Artes Visuais do Mercosul e professor das faculdades de Arquitetura da Universidade de Brasília, da Universidade Católica de Campinas e do Instituto Mackenzie.

[252] O historiador José Roberto do Amaral Lapa foi professor titular no Departamento de História da UNICAMP e um dos responsáveis pela fundação e direção do Centro de Memória da UNICAMP.

documentos e como conservá-los. Havia, antes de elaborarmos o primeiro anteprojeto, nas nossas discussões nas salas de aula da PUCC, nas salas de aula da Unicamp, mais três, quatro pessoas envolvidas. Já havia em Campinas diversos estudiosos da história local, havia o Centro de Ciências, Letras e Artes, que já tinha um acervo importante, o Instituto Agronômico que também tinha um acervo importante e experiência, uma tradição neste sentido, e havia a Unicamp onde estava se formando o Centro de Memória. Eram experiências acumuladas na cidade que foram importantes para a criação do Conselho. Elas demonstram que o Conselho não foi uma proposta enxertada, implantada, que alguém ouviu dizer que é bacana... Era um processo que vinha se configurando organicamente na cidade. A cidade tinha maturidade, densidade e massa crítica para isto. Tinha outras pessoas e grupos envolvidos com o assunto, como o professor Pupo[253], cuja contribuição foi essencial neste processo[254]. São essas as raízes culturais, por assim dizer, do Conselho na cidade.

Junta-se a isto a experiência do Toninho como arquiteto, também de outros integrantes da Febre Amarela e a experiência que eu trazia do CONDEPHAAT. A Febre Amarela teve outro papel importante, que foi o seguinte... porque nada se faz, de qualidade, se não tiver crítica; como se sabe, a unanimidade é burra! Então, a Febre Amarela teve um papel importante, mesmo depois da criação do CONDEPACC, que era o de crítica. Às vezes enfrentávamos situações difíceis. Lembro que uma vez discuti, briguei com o Toninho, quase nos “estapeamos”. Não chegamos a tanto porque os dois éramos razoavelmente bem educados...mas as coisas chegavam, às vezes, a uma situação de muita tensão. Mas eram discussões de teses, a respeito de concepções. Lembro, por exemplo, da questão da participação da Secretaria do Planejamento e da HABICAMP no

[253] Celso Maria de Mello Pupo, memorialista campineiro, então Diretor do Museu de Arte Sacra.

[254] Museu de Arte Sacra do Santíssimo Sacramento. Praça José Bonifácio, s/nº, Centro, Campinas, SP.

CONDEPACC. Eram questões polêmicas e a Febre Amarela tinha o papel de puxar a coisa para o outro lado e neste puxa-empurra o projeto de criação do Conselho foi ficando cada vez mais forte. Campinas tinha massa crítica.

Há municípios que querem criar conselhos desta natureza e mas nem sempre as pessoas disponíveis têm conhecimento do assunto, nem há discussão ideológica, não há um campo intelectual e político suficientemente amadurecido para criar um ambiente onde se encontrem várias forças e se produza uma resultante positiva. Às vezes só se tem forças que puxam cada uma para um lado e dão soma zero. Em Campinas, não. Acho que o conflito foi proveitoso, resultou num projeto bastante bem fundamentado. Todo mundo punha muito de si. Toninho mesmo pôs a casa dele, eu pus a minha, era a vida de todos nós. Éramos preservacionistas e cidadãos, tratava-se da cidade onde vivíamos com nossas famílias... Queríamos o melhor possível!

Sou paulistano e fui morar em Campinas em 1978. Eu era professor na Unicamp e a minha vida tinha se passado totalmente fora de Campinas. Foi nesse puxa-empurra que eu fui me tornando cada vez mais identificado com a cidade, discutindo, apostando e investindo intelectualmente nela. Compramos um sítio, reformamos o sítio, o Matthes me viu lá discutir "não, eu quero aqui o ladrilho hidráulico, é desta cor e não daquela", então, com tudo isto, vai-se formando.. vai-se apropriando do ambiente em que se vive. O Toninho fez a casa[255] dele no Jardim Proença com muito orgulho, bonita casa. Eram as idéias dele materializadas naquele espaço. Então ele e eu estávamos apostando nossa própria vida nessa história, o que é muito sério. Eu tinha grande admiração por ele, e o fato de termos discutido muitas vezes não que dizer absolutamente nada. Apenas tínhamos papéis diferentes.

---

[255] Imóvel tombado pelo CONDEPACC, Resolução Nº 10 de 29/09/1992 - Casa Grande e Tulha.

Entrevistador - Como reagiu na época o poder público em relação à criação do CONDEPACC?

Prof. Dr. Arantes – Pois é! De certa maneira eu já antecipei essa resposta. Como disse, havia uma resistência muito grande das áreas mais infiltradas pelos interesses imobiliários e também a desconfiança de que um órgão desta natureza, na Secretaria da Cultura, tal como ela existia, não fosse para frente. Isto foi objeto de outra negociação com o prefeito, que felizmente era uma pessoa de bom senso, com quem eu tinha um bom diálogo. Era inviável trabalhar com patrimônio numa secretaria de cultura, esporte e turismo, lazer e o diabo a quatro. Não dava!

O que nós fizemos, quer dizer, o meu objetivo era - além de criar o CONDEPACC - transformar a Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo em Secretaria da Cultura, ponto. Inclusive para que esporte e turismo tivessem também o seu espaço e pudessem se desenvolver adequadamente. Campinas era muito forte culturalmente, mas era muito difícil administrar, quer dizer, era uma cidade cosmopolita, mas as pessoas viajavam, circulavam muito. Pelo menos na época era assim, do ponto de vista da produção cultural: a maior e melhor parte do que se produzia era voltada para fora. Na Secretaria de Cultura, naquela época - que era de esporte e turismo também - a área cultural consistia basicamente na gestão dos equipamentos, teatros, bibliotecas, das praças de esporte, datas comemorativas como de Carlos Gomes. Eu quis realizar um trabalho mais consistente. Não se tratava só de criar o CONDEPACC, mas de mudar a secretaria em seu conjunto. As pessoas que trabalhavam na prefeitura tiveram resistência com a nova responsabilidade da secretaria, o que era compreensível por ser uma profunda inovação. A secretaria tinha tido poder num certo momento. O próprio prefeito tinha sido secretário, mas numa outra concepção. No momento em que o foco de gestão da cidade estava no planejamento de obras, dividir espaço com a cultura era complicado, gerava muita resistência. Tinha uma pressão, neste momento, terrível: os prédios subindo, a necessidade de fazerem obras de saneamento etc. Campinas é uma cidade muito espraiada, com vazios importantes, e era um problema para o prefeito administrar essa amplidão. Por

tudo isto, a secretaria da cultura não era vista inicialmente como uma unidade da administração municipal onde coubesse este tipo de responsabilidade. Eu acredito que a minha credibilidade também ajudou porque eu vinha do CONDEPHAAT, tinha feito um bom trabalho na Secretaria da Cultura do Estado. Mas, ainda assim, houve oposição na Câmara Municipal até o último dia da aprovação do projeto que criava o conselho. Isso exigiu uma mobilização enorme e também o enfretamento de ameaças de demolições às vésperas da aprovação da lei. Houve aquele prédio ao lado da Estação (Ferroviária), o Lidgerwood, que quase foi abaixo. Houve o abraço da Febre Amarela. Todo mundo que podia estava lá e eu no telefone. Nesse episódio eu tive que separar os meus papeis. Se pudesse teria ido também, mas alguém tinha que falar com alguém, alguém tinha que tomar uma providência. Eu recebi no meu gabinete uma telha do Lidgerwood mandada de presente por não sei quem, como se fosse o dedo de um sequestrado, uma orelha, mandaram uma telha... era uma telha feita em Marselha, francesa... e um pedaço de ornamento com umas águias, pombos... um pedaço daqueles pombos.

E teve outra ação truculenta. Um rapaz que morava ali perto da prefeitura, o Sergio Portela, denunciou que haviam botado fogo numa casa[256] que pertencia à Santa Casa, e foi um corre-corre. Era um fim de tarde, sexta feira ou véspera de feriado. Era um rapaz também muito atuante. Ele chamou o corpo de bombeiros e a Prefeitura teve que isolar o prédio. Eu queria fazer uma negociação com a Irmandade da Santa Casa, para que a Secretaria de Cultura pudesse ocupar aquele prédio. Eu faria a recuperação do prédio e instalaria o MIS[257], que naquela época estava numa salinha do Centro de Convivência. Foi uma "ação compartilhada", vamos dizer assim, "Estado e sociedade civil unidos pela preservação..."

---

[256] Imóvel da Rua Padre Vieira, nº 1277, atual Giovanetti V. Teve o pedido de estudo de tombamento em 1988 e foi tombado pelo CONDEPACC, conforme Resolução Nº 08, em 10 de dezembro de 1991.

[257] Museu da Imagem e Som de Campinas. Site: <http://www.miscampinas.com.br/>.

Outra grosseria foi lá em Joaquim Egídio, o prédio da atual subprefeitura ia ser demolido para alargamento da rua. Aí, a Ana Villanueva teve um papel importante. Não me lembro como foi o processo, mas - acho que a Ana relata no TGI[258] - uma faixa da quadra tinha sido ou ia ser desapropriada para demolição. Quando soube que o prédio tinha sido desapropriado, propus ao prefeito (José Roberto Magalhães Teixeira) que nós, então, o ocupássemos. Não tinha sentido a prefeitura pagar aluguel para o posto de saúde naquele Distrito, enquanto aquele imóvel enorme estava sendo desapropriado para demolição. Consegui convencê-lo - ele tinha bom senso - a fazer lá um *ponto de cultura*[259]. Esta era a idéia: nós vamos segurar o prédio, ele não vai ser demolido e vai ser usado para a cultura. Com isto, evitamos a demolição que estava prestes a acontecer... o prédio já estava parcialmente destelhado.

Quanto mais próximo se está da gestão do solo urbano, mais claros são os interesses e a participação dos políticos nas decisões. Esses interesses também estão, evidentemente, lá no Senado, nas Câmaras Estaduais, mas muito mais nas Câmaras de Vereadores. Veja, por exemplo, o IPHAN. O conselho do IPHAN é formado por representantes da sociedade civil, que falam em nome próprio. Há também representantes de instituições. Mesmo esses falam em nome próprio; são pessoas nas instituições que tem, vamos colocar assim, o que dizer a respeito daquele tema, daquele assunto. Não são eles que fazem a ponte entre o órgão – o IPHAN, no caso – e os ministérios, ou com as prefeituras, ou com os governos estaduais. Isto é feito pela administração do IPHAN, não pelo conselho. O Conselho, que toma as decisões, é neste sentido completamente independente. Tem que ser, não é?

---

[258] Arquiteta Profa. Dra. Ana Aparecida Villanueva Rodrigues.

[259] Ponto de Cultura é a denominação que se dava aos pequenos centros culturais cuja criação a Secretaria estimulava nos bairros mais distantes do centro da cidade. Este foi um projeto precursor do programa Cultura Viva, atualmente desenvolvido pelo Governo Federal.

Na época, quando foi criado o CONDEPACC, a oposição era violenta, séria mesmo, para que não houvesse um conselho. Tanto que depois de criado ainda houve a tentativa de neutralizá-lo pela lei orgânica do município, transferindo para a Câmara o direito ou a responsabilidade de tombar. Houve um movimento forte neste sentido. Eu fui partidário de que a Câmara de Vereadores estivesse presente no conselho para que houvesse a possibilidade de diálogo, contando também que as pessoas tomassem consciência da importância do órgão de preservação e da contribuição positiva que poderia dar à gestão municipal. As pessoas vão se esclarecendo... entendendo melhor do que se trata. O antagonismo, no início principalmente, se colocou de forma muito polarizada, como se a preservação fosse incompatível com a possibilidade de fazerem novos negócios, ou os negócios fossem incompatíveis com a preservação. É absurdo pensar que para se fazer um negócio imobiliário tem-se que ter terra arrasada, dinamitar o quarteirão para começar a pensar o que se vai querer fazer... dinamitar a cidade? Tem que haver diálogo, tem que ter discussão a respeito do que se vai colocar ali, tem que ter a responsabilidade pela inclusão de alguma coisa nova na cidade. E o Conselho é o lugar para se discutir esses assuntos. E já são 20 anos de existência do Conselho.

A regulamentação de áreas envoltórias como ato complementar e necessário ao tombamento é um fator muito importante a ser considerado aqui, porque essas áreas são um problema sério para a gestão da cidade. Faltava em Campinas uma instância onde se pudesse discutir o assunto e decidir sobre as áreas envoltórias. Por outro lado, já havia nos anos 1980 muitos bens tombados pelo CONDEPHAAT e IPHAN, e muitas áreas envoltórias não regulamentadas.

Delimitou-se o centro histórico para que se pudesse ter uma visão de conjunto da área onde havia maior densidade de edificações de interesse histórico, arquitetônico, estético, enfim, cultural, para que se passasse a pensar naquela área como um todo, e se desse um tratamento compatível, adequado a ela como formando um conjunto... era muito heterogêneo o centro da cidade. Decidir sobre áreas envoltórias de forma atomizada, tomando os bens tombados

um a um, geraria o risco de se ficar refém desta heterogeneidade e empobreceria demais a ação de preservação por falta de uma visão de conjunto. Por isso, a primeira decisão do CONDEPACC foi delimitar o centro histórico. O termo é usado por força de expressão; um pouco, assim, forçado. Porque ele se refere a um conjunto bastante heterogêneo de espaços e de edificações. Mas, de qualquer forma, é a área de ocupação mais antiga da cidade. Além disso, lá sobrevive um conjunto significativo de bens que são de interesse para a preservação. A idéia de trabalhar esta área enquanto conjunto tem a ver com este problema. As pessoas reclamavam muito da falta de normas. Compravam um imóvel para fazer um negócio e enfrentavam problemas com a falta de regulamentação da área, decisões que eram tomadas pelos órgãos estadual e federal, que muitas vezes saiam tarde demais, quando o negócio não era mais viável. Então, era necessário definir critérios gerais que permitissem previsão, um planejamento, porque não dá, realmente, nem para administrar a cidade nem para fazer negócios imobiliários lícitos e razoáveis, sem idéias e critérios claros de planejamento. Sem saber onde se está.

É necessário haver boa comunicação entre o conselho de preservação e o órgão de planejamento. Quando ficou claro que seria necessário ter um Conselho, houve uma pressão forte para que ele se localizasse na Secretaria de Planejamento. O argumento pela criação do Conselho era compreensível, fazia sentido: era necessário ter uma instância para tomar decisões sobre este tipo de questões. Era necessário ter regras claras para o planejamento do centro da cidade. Mas porque não integrá-lo ao planejamento? Foi outra briga então, a respeito da inserção da cultura no planejamento. Finalmente conseguimos manter o conselho na Secretaria da Cultura, o que causou um forte *frisson*! Imagine a Secretaria de Cultura se metendo no planejamento da cidade, diziam. Tem cabimento? É legítimo? Esta comunicação entre cultura e planejamento, que é tão fundamental, nem sempre acontece e, não acontecendo, o resultado é desastroso para o município, para a gestão do espaço urbano.

Entrevistador – O Sr. acredita que a transferência de potencial construtivo, aprovado recentemente na Câmara Municipal de Campinas, vai auxiliar na preservação dos bens tombados?

Prof. Dr. Arantes - A princípio, digamos, é razoável. Agora, é preciso ver como se aplica. Pode-se transferir a pressão que existe sobre uma região para outra. Mas qual vai ser a conseqüência para aquela outra região? É preciso pensar a área urbana como um todo. E existe outro problema. Num município como Campinas - não qualquer município, mas principalmente estes mais urbanizados - é que a zona rural, que fica fora da jurisdição da Prefeitura, se localiza em áreas intersticiais à zona urbana. Há áreas altamente urbanizadas, circundando, cortando, segmentando, áreas naturais razoavelmente preservadas. Quanto aos mananciais, também. Tudo acaba se integrando de certa maneira. Criamos o CONDEPACC como o núcleo de onde poderiam se estender todos esses braços da cultura com o planejamento, com o meio-ambiente etc.

Entrevistador - Como foi a elaboração da primeira lista de bens tombados?

Prof. Dr. Arantes - Foi a partir dos bens já tombados pelo IPHAN e CONDEPHAAT e para lidar com o problema de suas áreas envoltórias. A primeira resolução, na verdade, tratava de áreas envoltórias, não tinha nenhuma novidade quanto à escolha dos bens a serem preservados. O inventário, que a rigor deveria ter antecedido a delimitação da área, ficou para ser feito depois. Primeiro, porque não tinha tempo. Quando conseguimos que os Decretos Nº 9546 de 30 de julho de 1988 e Nº 9534 de 11 de agosto de 1988[260] fossem aprovados, faltavam poucos meses para encerrar o mandato do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira. Então, ou fazíamos alguma coisa de imediato, ou não se sabia o que poderia acontecer. Não havia tempo realmente, até por uma questão de qualidade do trabalho, pois o inventário é estudo minucioso que leva tempo para ser

[260] O Decreto Nº 9546 de 30 de julho de 1988, aprova o regimento interno do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC e o Decreto de Nº 9534 de 11 de agosto de 1988 dispõe sobre o recebimento de pedidos de abertura de processos de tombamento e aprovação de projetos de intervenção em bens tombados e em áreas envoltórias.

realizado. Seria muito arriscado começar por ele e, eventualmente, não concluí-lo nem implementar a tempo, as medidas de proteção que viessem a ser necessárias. Sair fazendo um inventário assim, a toque de caixa, para dizer que tem um inventário, seria absolutamente irresponsável. Então, o que era razoável, o que era possível fazer, era delimitar a área diretamente afetada pelos tombamentos existentes, complementar esses tombamentos com bens que fossem obviamente de interesse para a preservação, e criar a poligonal desta área com base em estudos históricos, para que depois pudesse ser feito um inventário. Houve críticas... mas se tem crítica com fundamentação técnica a ser feita sobre as duas primeiras resoluções de tombamento, a meu ver, a única que ocorre é essa: de que o tombamento de uma área deve partir de um inventário prévio. E no caso não ocorreu isso. A resolução partiu do problema real, que já havia sido criado por tombamentos feitos por outras instâncias de governo. A política de preservação do patrimônio de Campinas não partiu do zero, mas justificadamente de problemas concretos pré-existentes, e tinha um prazo curto a respeitar. A delimitação da área foi feita com base em pesquisa séria. Não foi um traçado de conveniência; foi um traçado que fazia sentido! A identificação de bens no interior desta área para futuros tombamentos, isso foi feito depois.

Eu não me lembro se a lei previa graus de preservação ou se era uma intenção que nós tínhamos. É...os graus de preservação são posteriores. Mas isto fazia parte do nosso pensamento. Não tínhamos os instrumentos ainda, como o da transferência do potencial construtivo e graus de preservação, coisas que de certa maneira já se falava e que se levou muito mais tempo para criar. Fazer inventário e preservar bens previamente inventariados é um processo de longo prazo. É parte da rotina de trabalho da instituição. Não podíamos iniciar por ele, como se tivéssemos a eternidade pela frente. É uma questão de urgência e circunstância.

Entrevistador - Qual a semelhança e/ou distinção dos tombamentos iniciais do CONDEPACC em relação ao CONDEPHAAT?

Prof. Dr. Arantes - Para mim o inicial é muito inicial, quer dizer, depois de ter criado o CONDEPACC eu estive à testa por apenas seis meses. Eu saí em dezembro, quando mudou o prefeito. Depois veio o Marco Aurélio[261], que por sorte era uma pessoa com quem eu podia conversar. Ele é historiador, e a gente tinha certeza que este trabalho teria continuidade. Mas, de fato, o que eu poderia dizer sobre a primeiríssima leva, as Resoluções Nº 1 e Nº 2? Nós complementamos o conjunto já identificado pelo CONDEPHAAT. Complementamos, no sentido de traçar a poligonal a que me referi e identificar imóveis de valor histórico, estético e arquitetônico indiscutível que pudessem servir de grandes marcos da área.[262]

Entrevistador - Houve interferência política nos primeiros tombamentos realizados em Campinas?

Prof. Dr. Arantes – O que havia de jogo político nesta época não era para tombar, mas para não tombar. Havia pressão para que não se tombasse. Se eu me lembro bem, eram dois os pontos mais polêmicos: o Hotel Vitória e o Solar do Barão de Indaiatuba. Na época era indiscutível o interesse contrário à preservação em relação a esses dois imóveis, e o que nós fizemos foi abrir processos de tombamento, como medida de cautela. As instruções destes processos seriam muito demoradas, mas era impossível, naquele momento, não abrir processos de tombamento, porque era óbvio que estes edifícios eram do interesse da cidade e corriam o risco de serem demolidos ou pelo menos seriamente danificados, do dia para a noite. Era óbvio. E havia justificativa técnica suficiente para a abertura destes processos para estudo de tombamento. No caso do Solar do Barão de Indaiatuba e do Hotel Vitória sabia-se porque era necessário preservar; faltava detalhar, fazer levantamentos. Tinha problemas sérios de estabilidade dos

[261] Marco Aurélio de Almeida Garcia foi Secretário de Cultura, Esportes e Turismo na administração do Prefeito Jacó Bitar (1989-1992).

[262] Além dos imóveis tombados nas Resoluções Nº 01 e 02 foram abertos em 1988 os Processos de Estudo de Tombamento do Solar do Barão de Ataliba Nogueira (antigo Hotel Vitória), Imóvel situado à Rua Padre Vieira, 1.277 (atual Giovanetti V) e Imóvel situado à Rua Dr. Quirino, 1396 e 1404 - Giovannetti II.

prédios, instalações elétricas precárias, problemas nas coberturas etc. Havia muita pressão para que não se tombasse, mas esse tipo de pressão faz parte do processo. Agora, queria deixar bem claro que não foi o mesmo que ocorreu no caso da Avenida Paulista, onde houve um “bota abaixo”, onde a abertura de processos para estudo de tombamentos foi acompanhada de um surto de demolições. Não foi isto o que aconteceu aqui, porque embora tenha pipocado, vamos dizer assim, um foguinho aqui, uma coisinha ali, não houve nada que se comparasse à Avenida Paulista, onde também foram abertos diversos processo de tombamento, num intervalo curto de tempo... porque esses processos de Campinas estavam muito bem fundamentados. Não é assim, abra-se um processo de tombamento, indiscriminadamente, hoje e arquiva-se amanhã!. Houve até certa crítica. Por que não fizeram mais? Não fizemos mais para não fragilizar ou inviabilizar o que era possível fazer. A escolha foi feita com critério, priorizando o que havia de mais emblemático na área. A história do IPHAN começou com a preservação do Barroco Mineiro, pelas coisas óbvias, quer dizer, ninguém discutiria, em sã consciência e honestamente, a conveniência de preservar os monumentos barrocos de Ouro Preto. E foi por aí que o IPHAN começou. Da mesma forma em Campinas, ninguém discutia se aquelas poucas edificações monumentais remanescentes no centro da cidade tinham algum significado para a memória da cidade. A opinião pública reconhecia que a paisagem da cidade de Campinas se identifica por esses edifícios, como a Catedral etc. Sem eles, a cidade é outra. Até hoje se lamenta a demolição do teatro municipal, e se abomina o vazio que restou no terreno onde ele se localizava.

Entrevistador - A legislação de tombamento do CONDEPACC é adequada à realidade atual de Campinas?

Prof. Dr. Arantes - Eu não saberia responder, porque pelo que o Matthes está dizendo - já existem graus de preservação e também existe transferência do potencial construtivo - parece que estão sendo desenvolvidas as medidas complementares necessárias à implementação da política de preservação. O

inventário é uma coisa muito importante que se faça e sei que estão sendo feitos vários, pelo menos na Vila Industrial está sendo feito um.

Entrevistador – O Centro Histórico está sendo inventariado.[263] De acordo com a atual coordenadora da CSPC, Dra. Daisy Serra Ribeiro, existe a idéia de se acabar com as áreas envoltórias nas áreas densamente urbanizadas. Ela acredita que o inventário vai dar os elementos para esta discussão.

Prof. Dr. Arantes - Quando se trabalha uma área no seu conjunto, fazem sentido medidas de tombamento e a produção de área envoltória; o tombamento é uma medida muito extrema e a proteção de área envoltória numa área definida em termos abstratos, a partir de um critério numérico, vamos dizer assim, também, não contempla a realidade específica do entorno de cada edifício tombado. Cada edifício é uma realidade em si, dependendo da situação em que se encontra na implantação original da cidade, do que aconteceu ao seu redor ao longo do tempo, de sua importância simbólica para a vida da cidade e dos modos de apropriação pela população atual. Um edifício, que seja uma Igreja na Bahia, precisa de um espaço enorme em volta para os romeiros, quer dizer, não é só o prédio que tem importância, mas também as atividades que nele têm lugar. É uma porção de fatores, e o assunto tem que ser discutido caso a caso. Mas, por outro lado, é muito ruim quando se discute caso a caso casuisticamente, por assim dizer, sem ter uma visão de conjunto. Por isto é que na preservação de áreas é mais interessante uma diversificação dos instrumentos, que permita inclusive o uso de critérios mais restritivos para bens cuja preservação deva ser mais estrita.

No CONDEPACC nós tivemos a sorte de ser um dos primeiros Conselhos municipais. Por que sorte? Porque nós conseguimos incluir representantes do

---

[263] Está sendo realizado um inventário em Campinas, “Inventário como ferramenta para a preservação do patrimônio cultural”, através do Programa de Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Com início no ano de 2004, é uma parceria entre a Unicamp e a Prefeitura Municipal de Campinas, coordenada pela Profa. Dra. Silvana Rubino.

CONDEPHAAT e IPHAN. Claro que o CONDEPHAAT e o IPHAN não têm gente suficiente para participar de todos os Conselhos municipais dos cinco mil e tanto municípios brasileiros. Mas nisto tivemos a sorte de ser um dos primeiros. E porque eu digo isto agora? Porque esta articulação dos entes governativos é um elemento importante para a concordância de critérios de atuação. São canais de comunicação com o mundo de fora, que evitam que a instituição se feche sobre si mesma. Pode ser um fator de arejamento, tanto em termos técnicos, de discussão, como em termos práticos mesmo, de tomada de decisão, de encaminhamento de negociações, de amadurecimento de concepções e de pontos de vista em relação aos mesmos bens.

Entrevistador - Existe uma cidade perto de Campinas que o órgão de preservação funciona com uma só pessoa e essa pessoa estava pedindo ajuda ao CONDEPHAAT.

Prof. Dr. Arantes – Totalmente na contramão de qualquer boa prática na área de preservação. Em todos os lugares, são conselhos que tomam decisões com base no que se considera ser o interesse público, com conseqüências sobre o direito à propriedade individual.

Entrevistador - Com relação à legislação internacional, o que o Senhor diria da brasileira?

Prof. Dr. Arantes – De que tipo de bem estamos falando? Porque se você tiver falando a respeito de bens imóveis ou naturais, eu acho que precisaria levar em consideração não só o Decreto Lei Nº 25[264], que é o decreto lei da base da história da preservação no Brasil, mas também a jurisprudência que foi construída em setenta anos de trabalho do IPHAN. Se levarmos isto em consideração, eu acho que o Brasil é um país que está muito bem situado mundialmente em termos das práticas de preservação. É claro, que dentro de uma tradição diferente da

[264] Decreto Lei Nº 25 de 30 de Novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm Acesso:01 set. 2010.

Norte Americana, da tradição Inglesa, onde há organismos privados e, onde a concepção de cidadania também é outra. Mas no contexto dos países com a mesma base cultural brasileira, nós estamos muito bem; na área do patrimônio chamado imaterial, nós somos de fato um dos países pioneiros, mundialmente falando. Participei de muitas reuniões, tanto em Paris como em outros lugares, sobre isto. Nós fomos um dos primeiros países a ter metodologia de inventário do patrimônio imaterial. Fomos nós, minha empresa de consultoria e alunos de Ciências Sociais da Unicamp, que criamos para o IPHAN a metodologia adotada oficialmente para o inventário de referências culturais. Eu digo isto porque o Brasil não só tem uma tradição de trabalho sobre o patrimônio - o IPHAN é o órgão mais antigo de preservação da América Latina - como mantém diálogo constante com os órgãos internacionais, particularmente a UNESCO e o ICOMOS. Também é um país onde há muita pesquisa, onde o meio acadêmico é bastante sólido. Então, o trabalho de preservação conta com este embasamento intelectual, que é dado pela pesquisa acadêmica e com isto avançamos muito rápida e solidamente. O que pode explicar o avanço rápido na área do patrimônio imaterial é o fato de haver pesquisa etnográfica no Brasil, há mais de um século e de boa qualidade. Não partimos do vazio, do nada. Quando se fala, por exemplo, sobre a primeira proposta brasileira para a lista do patrimônio cultural imaterial da humanidade, que foi a expressão gráfica Kusiwa dos Wajãpi[265], já havia um trabalho etnológico, de excelente qualidade, feito por pesquisadores que têm trabalhado na área há muitos anos. Esse trabalho fundamentou e tornou viável essa indicação. Há inúmeras pesquisas de ponta. Realmente, a antropologia, a história, a arquitetura e outras áreas de conhecimento relevantes para a preservação são muito bem desenvolvidas entre nós. Em termos de ranking mundial, são de primeira linha. Então, isto faz diferença, porque a legislação básica é aquela que mais ou menos

[265] A Arte Kusiwa é uma técnica de pintura e arte gráfica própria da população indígena Wajãpi, do Amapá, Brasil. Como Patrimônio Imaterial, ela foi inscrita no IPHAN, Livro de Registro das Formas de Expressão em 20/12/2002.

nos anos 30 se definiu no Decreto Nº 25. A Carta de Atenas de 1931, já falava sobre a função social da propriedade, já levantava esta questão, legitimava as organizações nacionais que tratavam deste assunto. Há uma linha de continuidade nas questões fundamentais do patrimônio muito bem consolidada. Seis anos após a Carta de Atenas de 1931 e três anos após a Carta de Atenas de 1933 temos o Decreto Nº 25, que foi promulgado em 1937. Fala-se muito sobre o Projeto Lei de Mário de Andrade, que eu acho muito bom, importante. Mas por que isto estava acontecendo no Brasil naquela época? Só aqui se colocava este tipo de questão? A preocupação não era exclusivamente brasileira. Era uma preocupação que se configurava mundialmente, pelo menos entre arquitetos, historiadores e museólogos. E isso rebate no Brasil rapidamente, porque aqui já havia um meio intelectual capaz de acolher essa problemática. É como o caso de Campinas, A preservação do patrimônio cultural em Campinas não foi coisa induzida, forçada, forjada. Foi orgânico, foi uma conseqüência do que já vinha acontecendo. Na arquitetura e urbanismo brasileiros há muita solidez quanto aos critérios de intervenção. Há muita reflexão, há muitos casos exemplares, há muita obra feita. Este conhecimento acumulado é o que dá substância à prática da preservação no Brasil. Tanto, na linha mais antiga, que é dos bens imóveis, quanto na mais recente, que é dos imateriais. Então, o processo é rápido quando ocorre em solo fértil.

Entrevistador – O senhor acredita que a transferência de potencial construtivo[266], aprovado recentemente na Câmara Municipal de Campinas, vai auxiliar na preservação dos bens tombados?

Prof. Dr. Arantes – Infelizmente eu não conheço a lei. Não tenho opinião formada sobre esta questão. Em princípio eu penso, por um lado, que ela é, digamos, uma forma de tornar viável a preservação de bens cujo valor imobiliário seja muito grande. Quando se fala em tombamento, pensa-se em potencial

[266] Lei Complementar Nº 28 de 03 de setembro de 2009. (Lei sobre a transferência do potencial construtivo, publicação no DOM de Campinas em 29/11/1990:09-18).

construtivo por quê? Porque há relação entre o que se tem e o que se poderia ter. Trata-se do potencial comercial de imóveis de interesse para a preservação. Então, o conceito se refere à tensão entre a função social da propriedade e o direito de propriedade individual. Eu acho que ele pode ajudar a equilibrar a balança, quer dizer, pode ajudar a tornar viável a preservação de certos bens que, de outra forma, dependeriam de medidas como o uso de força, força jurídica ou policial, para serem preservados. O exercício do poder se dá pela força ou pelo convencimento; pela imposição, ou pela negociação. Eu acho que a criação deste instrumento fortalece um pouco mais a via da negociação e, neste sentido, penso que ela é mais condizente com uma concepção de esfera pública como espaço de argumentação plural. Há vários interesses envolvidos, e conflitantes. Como se ajustam esses interesses? Até mesmo na Carta de Atenas, na primeira versão, se fala sobre isso, recomendando que os países encontrem maneiras de negociar ou viabilizar internamente a preservação de seu patrimônio. É muito interessante isto!

Entrevistador – Quando se lê a Carta de Atenas não se pensa em transferência de potencial construtivo.

Prof. Dr. Arantes – Potencial construtivo, não; mas em questões relativas à propriedade privada e sua função social, sim. Hoje em dia, a transferência do potencial construtivo é um instrumento que pode ampliar as possibilidades de negociação nessa área, e isto pode ser bom. Por outro lado, ela gera conseqüências para a ocupação do espaço urbano, porque o que não pode ser feito aqui será transferido para ali e o potencial de lucro poderá ser negociado independentemente. Quer dizer, os empreendedores poderão negociar a transferência de potencial construtivo a partir de vários imóveis e utilizar aquele pool, aquele conjunto de possibilidades de áreas adicionais, em outra região da cidade. Então, tem que haver instrumentos que mitiguem o eventual desastre, que seria a transferência de todo o potencial construtivo de vários imóveis para uma mesma área. Imagine uma cidade, como exemplo, Tiradentes (MG), para onde se transferiria todo o seu potencial construtivo? Criar-se-ia um cinturão em volta de Tirantes? O coroamento de Tiradentes por espigões pós-modernos? Então, a

questão depende da gestão dessas possibilidades, e do que na lei se prevê a respeito disto. Porque a lei, evidentemente, tem que ter os instrumentos de autocontrole. É isto o que eu digo, eu precisaria ver a lei, mas por princípio acho interessante, porque ela aumenta as possibilidades de diálogo e negociação.

Entrevistador – O senhor tem algum exemplo semelhante, bem sucedido, em alguma cidade?

Prof. Dr. Arantes – Lembro-me que isto foi muito discutido em relação à Avenida Paulista. No caso da Avenida Paulista, na época do tombamento da Casa das Rosas[267], quando eu era presidente do CONDEPHAAT, esse assunto foi levantado e chegou-se a uma proposta aceitável, isto é, adequada, que foi de transferir para os fundos do terreno, na Alameda Santos, não me lembro se todo o potencial construtivo do imóvel ou parte dele.

Em Campinas tem um caso absurdo. Na Av. Andrade Neves[268], jogaram para o centro do terreno o prédio de clínicas. Num projeto que é mais o menos dentro desta concepção, eles deixaram as fachadas da construção antiga e subiram o prédio por dentro. Então, têm essas coisas estranhas. Agora, tem o espelhamento da Casa das Rosas pelo novo prédio. Então, a Casa das Rosas agrega valor ao prédio que está atrás, quer dizer, há um diálogo entre os dois prédios.

No IPHAN houve uma série de discussões, a respeito do Corredor da Vitória[269], na Bahia, por causa de grandes empreendimentos imobiliários. Prédios enormes estavam sendo projetados e foram de fato construídos, alguns pelo menos, em área envoltória de bens tombados. São edifícios de quarenta andares,

---

[267] CASA DAS ROSAS – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura. Av. Paulista, 37, Bela Vista, São Paulo, SP.

[268] Av. Andrades Neves, 707, Jardim Chapadão, Campinas, SP. O edifício não foi Tombado pelo CONDEPACC.

[269] "A Vitória é um bairro nobre da capital baiana de classe alta, voltado para a Baía de Todos os Santos. Bairro tradicional e conhecido como o bairro mais caro da cidade, assim como o valor do metro quadrado que é o mais alto do norte/nordeste.". Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Vit%C3%B3ria_(Salvador)> Acesso em 14 set. 2010.

paredões com janelas-camarotes voltadas para a Baía de Todos os Santos. Uma ação polêmica, violenta, na cidade de Salvador.

Entrevistador – O CONDEPACC estava a muitos anos elaborando a Lei do Potencial Construtivo.

Prof. Dr. Arantes – Quem propôs a lei?

Entrevistador – Eu (Luiz Matthes), como conselheiro do CONDEPACC, propus, em cima de uma legislação Norte Americana[270].

Prof. Dr. Arantes – Então você submeteu ao CONDEPACC e o CONDEPACC à Câmara? E aí teve um processo de discussão no CONDEPACC e na Câmara?

Entrevistador – Sim, no CONDEPACC e na Câmara e foi muito polêmica a aprovação, levou muitos anos.

Prof. Dr. Arantes – Achei que fosse de interesse dos proprietários de bens tombados. Mas com freqüência eles querem tudo e mais um pouco! É muito bom ter estes mecanismos de ajustes, de controle, como na Casa das Rosas, que transferiu o potencial construtivo para o mesmo terreno.

Entrevistador - Como a Casa das Rosas em São Paulo, tem em Campinas, a Casa da Rua Cônego Cipião, nº 1074, que logo após a abertura do processo de tombamento, durante uma madrugada, houve o destelhamento, numa

---

[270] "Nos Estados Unidos, a TDC surge com o *"Space Adrift"*- Espaço flutuante, no Plano de Chicago, em 1973. O plano foi motivado pelos conflitos decorrentes da aplicação da legislação de tombamento em bens com valor histórico. O tombamento de imóveis com poucos pavimentos em zonas, cujos coeficientes permitiam um grande adensamento construtivo, faziam com que os proprietários destes imóveis se sentissem prejudicados, porque não poderiam exercer plenamente, sobre os seus terrenos, o potencial construtivo que lhes era concedido pela legislação. Com a finalidade de compensar tais proprietários, foi criada a TDC, possibilitando-lhes a transferência do seu direito de construir em áreas onde esta limitação não existisse. Visando à operacionalização da TDC em Chicago, foi constituído um Banco de Direitos de Construção, que era administrado pelas autoridades públicas, cujos créditos por ele ofertados representavam o direito de construir sobre edifícios históricos de utilidade pública e, também, os direitos de construir de proprietários privados que fossem doados ao Estado (RIBEIRO & CARDOSO, 2003)". BITENCOURT, A P M de. A Transferência do Direito de Construir para a conservação do patrimônio natural e cultural: a experiência da cidade de Curitiba. Disponível em: < http://www.ibdu.org.br/imagens/ATransferenciadoDireitodeConstruir.pdf> Acesso em 14 set. 2010.

tentativa de demolição do prédio. Na resolução de tombamento[271], o conselho liberou uma área no fundo do terreno para a construção do prédio pretendido e a casa, na frente, seria preservada e transformada em espaço cultural, semelhante à situação da Casa das Rosas. A construtora faliu, o imóvel tombado se encontra em ruínas e até hoje, o empreendimento não foi realizado.

Entrevistador - O que o senhor acha da figura dos bens indicados para preservação[272], deve ser extinta? E a questão da área envoltória?

Prof. Dr. Arantes – Como eles estão definidos? Ele resulta de inventário, não é isto?

Entrevistador - Ele resulta de inventário na área envoltória e esses edifícios são indicados para preservação.

Prof. Dr. Arantes – E essa indicação, ela é feita a quem? Eu estou pensando o seguinte, como administrar isto. Se você faz um inventário, indica bens para a preservação e não abre processo de tombamento, para estudo de tombamento, você coloca o bem na mira da especulação, digamos assim. A indicação de bem para a preservação gera a proteção do bem ou não? Isto é uma criação do CONDEPACC?

Entrevistador – Ele é um bem protegido, mas não têm os direitos do bem tombado em relação ao IPTU etc., só as penalidades. De acordo com a arquiteta Ana Villanueva, os bens indicados para preservação contextualizam o bem tombado.

Prof. Dr. Arantes – No Bairro dos Jardins na cidade de São Paulo se preserva a volumetria. Pode-se demolir uma casa e construir outra, com a mesma área e mesma altura, não é a arquitetura que está sendo tombada, a não ser que a casa tenha sido indicada para estudo de tombamento, mas é a relação da casa com o espaço, a altura dela em relação à vegetação etc. Então pode-se mudar a casa, mas não se pode fazer uma maior.

---

[271] Resolução Nº 005 de 22 de Maio de 1991.

[272] Ver Artigo 5º da Resolução de Tombamento Nº 004 de 27 de Novembro de 1990 – CONDEPACC. (Publicação DOM Campinas em 29/11/1990:09-18).

Como eu não conheço esta figura jurídica dos bens indicados para a preservação, o que parece pelo nome, como medida de preservação, fragiliza, tendo em vista o ambiente em que o bem existe. Se não houver uma forma de proteção do bem antes dele ser efetivamente tombado - seja grau um, dois, três, quatro, cinco - o anúncio de que existe interesse genérico quanto à preservação daquele imóvel seria uma declaração sem nenhuma garantia de sua permanência. Fragiliza!

Entrevistador – Mas quando indicado para preservação, não se pode fazer mais nada, congela o imóvel.

Prof. Dr. Arantes – Mas então é abertura de processo de tombamento.

Entrevistador - Parece injusto com o proprietário porque ele não vai ter os benefícios do tombamento.

Prof. Dr. Arantes - Pois é, uma coisa estranhíssima. Não faz sentido. É uma situação permanente? Então ele não é indicado para preservação, ele está preservado. Se recai sobre ele todas as implicações do tombamento, ele está tombado; só não está dito que está tombado. E o não uso da figura do tombamento torna a situação necessariamente ambígua. Você não acha? Porque quando você fala indicação para preservação, é que um dia, eventualmente, o bem será ou não tombado. Então, trata-se de abertura de processo de tombamento? Não, é uma coisa muito estranha?

Entrevistador – Ela contextualiza o bem tombado, as restrições são como se fosse tombado, mas sem direito nenhum porque não é tombado.

Prof. Dr. Arantes - Acho que esta figura não está bem definida, talvez o que se pretenda, não é o que essa figura de fato produz, porque ela pode ser “um tiro no pé”, em vez de se ganhar um aliado para a preservação, ganha-se um inimigo. Porque o bem não está preservado, ou seja, não tem sequer o valor simbólico de ter sido considerado de interesse, e tem-se que manter o edifício como está! A ambiência do bem tombado, isto em todas as Cartas, Legislação e toda prática preservacionista, sempre aponta como sendo um fator essencial para a preservação do bem, para contextualização, para ter uma noção de escala etc.

Entrevistador – Mas a área envoltória é tombada também?

Prof. Dr. Arantes – Há graus de preservação. Isto eu achei uma boa notícia do CONDEPACC, ter graus de preservação. Porque aí você poderia eventualmente ir juntando as coisas e pensar o imóvel que deu origem a uma área envoltória com grau 1 de preservação, que é o máximo, e os bens da área envoltória com graus diversos, até o próprio benefício poderia ter graus também, porque eles estão cumprindo a sua função social. Se em relação ao bem principal existem esses benefícios, pelos mesmos motivos, por que não para esses outros bens em outros graus? Eu acho que é uma questão sobre a qual precisaria pensar um pouco melhor, isso porque pode ser interessante usar os graus de preservação para compor a área envoltória dos bens tombados. Você tem o bem tombado e os bens indicados para preservação que compõe a envoltória, então eles serão eventualmente protegidos em diferentes graus. Atribuir graus só depende de compreender o papel de cada bem em determinado conjunto. A indicação para preservação é ambígua; até o próprio nome, parece que um dia será tombado ou não. Quer dizer que abriram um processo de tombamento? É uma indicação que nunca se consuma? O instrumento de gestão precisaria ser um pouco mais refinado.

Entrevistador - Como fica o conceito de paisagem urbana em Campinas?

Prof. Dr. Arantes – Paisagem é um conceito que tem várias definições. A paisagem cultural se forma pela relação entre os elementos que compõem o espaço, relação que é produzida pela ação humana e que envolve sempre componentes de poder, de diferenciação. É a torre da igreja que é mais alta ou mais baixa, a casa que é mais bem situada ou mais distante... há uma composição. A relação entre os elementos da paisagem pode ser de poder econômico ou cultural, simbólico. A paisagem é hierarquizada em função do poder. Eu penso que, quando se considera áreas da cidade que foram meio que abandonadas à sua própria sorte, sem fronteira, o conceito de paisagem se extingue. Digo “quando abandonadas à própria sorte” no sentido de falta de planejamento, de critérios explícitos, coerentes, paisagísticos, que poderiam

ordenar o seu crescimento. A paisagem, por assim dizer, desaparece; essas relações – se um dia existiram - acabam se perdendo, sem serem substituídas por outras.

Entrevistador – Em Campinas, dentro desta lógica, podemos ler a cidade como “layers” de paisagem.

Prof. Dr. Arantes – É a idéia do palimpsesto, tem-se um fragmento disso aqui, outro ali, outro fragmento daquele lá. O que eu considero um palimpsesto. Uma paisagem não deixa de ser uma colagem. Mas no conceito que parte das relações entre os fragmentos no espaço, ela – a paisagem – pode tornar-se pouco visível. Veja Brasília, por exemplo, que é uma paisagem totalmente construída, com planejamento. Se as normas de proteção forem esquecidas ou abandonadas, e o sítio urbano entregue a investidores e construtores, sem nenhuma regulamentação, provavelmente em pouco tempo a cidade se tornaria irreconhecível. Não seria mais a cidade de anos atrás, e se tornaria difícil, provavelmente, visualizar qualquer coisa que se assemelhasse a uma paisagem estruturada. É o que tem acontecido com inúmeras cidades mundo a fora. Seria uma montagem, uma colagem sem sentido, um monte de restos, uma coisa estranha. Deste ponto de vista, eu falo com certo saudosismo, porque embora não seja campineiro, eu morei em Campinas por mais de 30 anos e constato que ela mudou para pior. É muito triste, é uma pena. Eu vejo, por exemplo, Santos. É engraçado! O que parecia ser uma cidade completamente destruída, de repente, está ressurgindo. A orla está ressurgindo. As cidades se regeneram. Será que Campinas, sob o emblema da fênix, ressurgirá? Também não defendo aquele conceito de: vamos limpar, demolir todo esse lixo que foi construindo entre a Catedral e o Palácio dos Azulejos, entre o Solar do Barão de Itapura e não sei que mais. Vamos limpar o centro! Isto seria totalmente artificial. Eu acho que o próprio conceito de paisagem está comprometido em certas situações. Chegamos a um ponto em que o crescimento da cidade, desgovernado, chega a comprometer o conceito de paisagem.

APÊNDICE C
OS PRIMEIROS ANOS NO CONDEPACC

Entrevista [por e-mail][273] concedida pelo **historiador Célio Turino de Miranda**[274] em 09/12/2009 e 15/12/2009.

Entrevistador - Houve interferência política nos tombamentos realizados em Campinas durante a sua gestão[275] como Secretario de Cultura e Presidente do CONDEPACC?

Célio Turino - Nenhuma, tanto que foi nesta época que realizamos o inventário da área envoltória dos bens tombados no centro, com estudo de volumetria, gabarito construtivo, etc. Foram inventariados mais de cinco mil imóveis. Também tombamos todo o complexo ferroviário da FEPASA[276] (acho que 17 imóveis e foram 700 mil metros quadrados entre o centro e Vila Industrial). A arquiteta Ana Villanueva pode dar toda a relação de bens tombados nesta época (1990 a 1992), mas tombamos muita coisa naquela época.

Entrevistador - Você acredita que o setor imobiliário deve ser representado no CONDEPACC como ocorre atualmente em Campinas? E quanto à questão dos

[273] Entrevista concedida a Luiz A. F. Matthes e Wania L. V. Bertinato com finalidade acadêmica. Realizada através de perguntas via e-mails, editada pelos autores e autorizada pelo entrevistado.

[274] Possui graduação mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas e especialização em Administração Cultural pela Pontifica Universidade Católica da São Paulo. É autor dos livros "Na trilha de Macunaíma: Ócio e trabalho na cidade" (SESC-SP/SENAC, 2005) e Ponto de Cultura: O Brasil de baixo para cima" (Anita Garibaldi, 2009). Foi diretor na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo, Secretário de Cultura e Turismo em Campinas e Secretário Nacional de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura. Difunde a teoria e conceitos da cultura viva comunitária e dos Pontos de Cultura por diversos países da América Latina e os Pontos de Cultura são adotados como política pública na Argentina, Peru, Costa Rica e Colômbia (cidade de Medellin).

[275] Célio Turino foi Secretário de Cultura em Campinas de 1990 a 1992.

currículos dos profissionais indicados para o CONDEPACC, que precisam passar pela aprovação do prefeito para serem aceitos?

Célio Turino - O CONDEPACC foi um dos primeiros Conselhos Municipais de Defesa do Patrimônio criado no Brasil e considero que a heterogeneidade de sua composição foi a garantia de seu bom andamento, buscando consensos a partir do interesse público, inclusive com a discussão sobre a Lei do Potencial Construtivo. Digo isso, porém, em relação até aquela época, não sei quais foram as mudanças posteriores ao meu mandato. Quando fui presidente, não havia esse poder de veto do prefeito em relação aos indicados, deve ser uma mudança de norma posterior.

Entrevistador - Em uma matéria publicada no Correio Popular em 22 de Julho de 1990[277], o arquiteto Homem de Melo propõe um projeto de deslocamento do atual centro da cidade para a atual área da FEPASA, proposta que você considerou remota uma vez que a área servia a ferrovias e o seu tombamento deveria acontecer principalmente para que seu uso fosse preservado. Homem de Melo considerava ainda utópica a idéia de transformação do Prédio da Lidgerwood[278] em Museu da Cidade (MUCI)[279]. O museu virou realidade, todo o complexo do conjunto ferroviário FEPASA foi tombado mas apesar da importância deste conjunto como marco das ferrovias na história do país, a sua preservação não está totalmente garantida. A Vila Operária foi demolida recentemente após a

---

[276] Sobre o projeto do centro cultural em prédios do complexo da FEPASA ver a reportagem de jornal: “SILVEIRA JUNIOR, Nelson. Complexo arquitetônico da Fepasa será centro cultural. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 dez. 1990”.

[277] SILVEIRA, Ana Carolina. Proposta desagrada ao Condepacc. Correio Popular, Campinas, 22 jul. 1990.

[278] A antiga fábrica de equipamentos agrícolas "Lidgerwood Manufacturing Ltda.", situada à Av. Andrade Neves, nº 01, conforme Resolução Nº 04, de 27 de novembro de 1990.

[279] Inaugurado em 3 de abril de 1992, o Museu da Cidade (MUCI) foi gestado para ser um Centro de Referência, com vocação para pesquisa e preservação da memória de Campinas, enfocando tanto o patrimônio material, tal como imaterial, ou seja, festas, danças, cantos, comemorações, entre outras manifestações culturais. (CAMPINAS, Prefeitura Municipal, Secretaria da Cultura. Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/museus/verMuseu.php?idMuseu=7&sigla=MUCI> Acesso em 29 jul. 2012).

retirada dos moradores para a construção da nova Rodoviária de Campinas. Um trem de alta velocidade (TAV) deve ocupar parte do pátio da FEPASA e o arquiteto Jaime Lerner, ”visando à criação de um novo Centro para a cidade, a partir de intervenções no pátio ferroviário central que prevêem cinemas, salas de concertos, mercado gourmet, apartamentos, centro empresarial e uma torre de 40 andares. O projeto, concebido pelo escritório do arquiteto Jaime Lerner, precisa de investidores para poder deslanchar”[280] Você pode comentar a respeito das interferências da Nova Rodoviária, Projeto TAV e Lerner no Complexo Ferroviário Central FEPASA?

Célio Turino - Falarei de forma genérica, com os poucos elementos de informação que disponho. Considero o TAV compatível com a área, lá há diversos galpões de grande porte que podem conviver com intervenções atuais, desde que o projeto arquitetônico seja de boa qualidade (há inúmeros exemplos no mundo). Quanto a apartamentos, centro empresarial e torre, parece-me inadequado, Campinas conta com outras áreas para adensamento e a ferroviária já está no centro da cidade; seria muito mais adequado preservar e fortalecer o centro de Campinas, que está bastante deteriorado e esta proposta de deslocamento só vai intensificar esta degradação. Ou seja, considero um equívoco urbanístico, histórico, social e econômico, talvez servindo apenas a pequenos e concentrados interesses da especulação imobiliária.

Em 1991 lancei uma proposta de **corredor cultural**[281] para a Av. Campos Salles (há matérias sobre isso, mas eu não guardei, deve ser fácil verificar no arquivo dos jornais). Teríamos o Museu da Cidade em uma ponta, mais abaixo o prédio sede da Mogiana, como Oficina Cultural do Estado de São Paulo (tinha negociado isso com o Secretário Estadual de Cultura, o Fernando Moraes), o cine

---

[280] COSTA, Maria Teresa, Helio planeja teatro em barracão usado pela ALL. Edifício de 1903, atualmente, abriga oficinas da concessionária. Jornal Correio Popular, Campinas, 12 ago. 2009.

[281] Sobre este tema ver as reportagens: “PREFEITURA quer um ‘corredor’ para cultura, Correio Popular, Campinas, 26 abr. 1991” e “CONVÊNIO garante obras de restauração da Lidgerwood. Folha de São Paulo, Campinas, 27 abr.1991”.

Carlos Gomes seria desapropriado e transformado em teatro sede da Orquestra Sinfônica (infelizmente, anos depois, virou igreja) e o Centro Cultural Vitória, que estava se instalando via esforço conjunto da Prefeitura Municipal e empreendedora (o Cine Clube Barão, com a Neusa), com patrocínio do Banco Nacional. Infelizmente só o Museu da Cidade se manteve e ainda assim bastante degradado.

Note que esta proposta se mantém atual (talvez não dê para desapropriar a igreja, se bem que valia uma negociação amigável, dada a importância histórica do Cine Carlos Gomes) e esta seria a melhor oportunidade para a revalorização do centro como um todo, pois o corredor cultural funcionaria como ancora, atraindo atividades econômicas e movimentação cultural. Acrescento, inclusive, alguns outros prédios que poderiam servir para finalidade cultural, o Cine Windsor[282] (da Santa Casa e que poderia receber umas quatro salas de cinema, a exemplo do Unibanco, na cidade de São Paulo), a Cervejaria Colúmbia[283] (na Av. Andrade Neves, próximo da Lidgerwood) e o Solar do Visconde de Indaiatuba, reconstruído após um incêndio e que funcionou como bingo, além de algumas instalações da própria FEPASA.

Entrevistador - Nos primeiros anos do CONDEPACC a opinião pública era muito desfavorável ao tombamento do patrimônio histórico e até mesmo a Câmara Municipal resolveu extinguir o Conselho e foi necessária toda uma articulação política para sua preservação. Você pode comentar?

Célio Turino - Acho que respondi logo na primeira pergunta, nem havia lido esta questão. Houve o peso da novidade da iniciativa, mas depois, com proatividade do Conselho, conseguimos estabelecer uma hegemonia de pensamento em torno da importância do patrimônio histórico para o desenvolvimento da cidade.

---

[282] Situado na esquina da Rua Regente Feijó com a Rua General Osório, no centro de Campinas.

Entrevistador - A arquiteta Ana Villanueva considera que o período da sua gestão crucial para que o CONDEPACC se estabilizasse. Atribui a você uma mudança de paradigma, que os prédios tombados tivessem uso não necessariamente institucional, o que contribuiu muito para uma visão positiva dos tombamentos, vide caso do Giovannetti V[284]. Cita também o caso do chalé eclético na Rua Cônego Cipião[285] que logo após a abertura do tombamento, numa madrugada, com chuva, começaram a destelhar o chalé, mas que pela primeira vez uma mobilização popular impediu a demolição, atestando que a opinião pública começava a mudar em relação ao patrimônio cultural.

Célio Turino - De fato, me distanciando do gestor Célio e vendo esta época com olhos de historiador, diria que sim. Houve muita proatividade e esses exemplos dão uma demonstração disso. Lembro outras soluções também, como o Magazine Luiza, que se instalou no antigo Hotel Términus[286], um prédio do Instituto Penido Burnier[287], que mantinha só a fachada (ao lado da velha rodoviária) e que encontramos uma solução que permitiu sua preservação com a construção de um prédio de consultórios, por sinal, projeto do Homem de Mello, também o Mac Donald's na Av. Francisco Glicério, em frente à Catedral, e outros pequenos prédios. Envolvi-me pessoalmente na negociação de cada um deles (se você conseguir a foto do plantão para impedir a demolição do prédio do Giovanetti V, vai ver que na foto estamos eu e o Toninho bem à frente, saiu em um dos jornais da Campinas).

---

[283] Situada na Av. Andrades Neves nº 183, bairro Botafogo em Campinas. Apesar de tombada conforme Resolução Nº 76 de 18 de dezembro de 1988, se encontra abandonado, em arruinamento.

[284] O casarão da atual Chopperia Giovannetti V, foi tombado pelo CONDEPACC de acordo com a Resolução Nº 008 de 10 de dezembro de 1991, como imóvel situado à rua Padre Vieira nº 1277 (Qt. 09).

[285] O imóvel da Rua Cônego Cipião nº 1074, tombado conforme Resolução nº 5 de 22 de maio de 1991, foi objeto de estudo no capítulo III deste trabalho.

[286] Situado à Avenida Francisco Glicério nº. 1057/1091, centro, conforme Resolução Nº. 78 de 21 de janeiro de 2009.

[287] O Av. Andrades Neves, 707, Jardim Chapadão, Campinas, SP. O edifício não foi Tombado pelo CONDEPACC.

Entrevistador – O que você considera mais marcante no período da sua gestão no CONDEPACC?

Célio Turino - Muita negociação e proatividade, é assim que se constrói consensos a partir do interesse público.

Entrevistador - Você poderia comentar o Decreto Nº 9913 de 05 de setembro de 1989, que cria a figura do defensor do patrimônio cultural, mas que, infelizmente, foi ignorado depois de um curto período de tempo?

Célio Turino - Não tenho elementos para comentar, mas creio que esta figura é hoje representada pelo Ministério Público (acho que é o Promotor Dr. Albejante[288] quem cumpre este papel na cidade) com muito mais força. Porém, caberia retomar com ênfase e a partir da experiência do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, com votação, candidaturas, mandato. Seria muito bom, garantirmos um, ou uns defensores independentes, escolhidos pela sociedade.

Entrevistador - Você participou das ações da Sociedade Febre Amarela[289]?

Célio Turino - Nunca participei oficialmente da Febre Amarela, mas desde 1983/84 (acho que isso) tive contato com eles, principalmente o Toninho[290] (foi quando fizemos o projeto da sede do DCE da Unicamp, na sobreloja do Giovannetti II[291] (próximo ao Joquei Clube). Na época eu era coordenador geral do DCE - Unicamp , inauguramos a sede e o projeto foi do Toninho. Também participei do abraço à Lidgerwood (que seria demolida no governo do Prefeito Magalhães Teixeira, para o túnel e alargamento de avenida na frente da FEPASA)

---

[288] Promotor de Meio Ambiente em Campinas, Dr. José Roberto Carvalho Albejante.

[289] A Sociedade Febre Amarela, fundada em 1985, foi uma sociedade civil de natureza cultural, muito importante para a preservação da memória de Campinas.

[290] Arquiteto Dr. Antônio da Costa Santos, ex prefeito de Campinas e ex professor da PUCC.

[291] O casarão que abrigou a Chopperia Giovannetti II por quase trinta anos, atualmente fechada, foi tombado pelo CONDEPACC, de acordo com a Resolução Nº 68 de 15 de maio de 2008, como imóvel situado à rua Dr. Quirino nº1396/1404, quarteirão 93, Centro e bem de interesse histórico e arquitetônico do município de Campinas a ser preservado pelo Grau de Proteção 2 (GP2). O estudo de tombamento, Processo nº 08 do CONDEPACC, foi aberto em 07 de dezembro de 1988.

e depois pude ser o responsável pelo seu tombamento e recuperação, instalando o Museu da Cidade (que teve origem em um projeto meu, de 1986, quando trabalhava como coordenador do museu histórico, como funcionário da prefeitura) e também da ação em defesa do chalé que hoje abriga um restaurante Giovanetti.

Entrevistador - Quanto ao patrimônio das classes menos favorecidas, porque só começaram a ser valorizados recentemente e ainda de forma tímida?

Célio Turino - Nós iniciamos um processo de valorização do patrimônio das classes populares, sobretudo com o inventário e regulamentação das áreas envoltórias (acho que a Ana Villanueva pode dar maiores detalhes), também abrimos uma linha de preservação do patrimônio imaterial (memória do trabalhador ferroviário - ainda na época do Prof. Dr. Arantes) e diversas exposições com esse conteúdo. Note que a preservação vai além do patrimônio edificado. Ah, houve o processo de preservação (não concluído na minha época) da Vila Ferroviária da Mogiana[292] (não sei qual foi o destino daquelas casas de madeira, espero que ainda estejam lá).

---

292 A Vila MacHardy é formada por um conjunto de moradias de funcionários da antiga Companhia Mogiana e está localizada no pátio interno da Estação Guanabara, no bairro Guanabara em Campinas. De acordo com o jornal Correio Popular de 19 de setembro de 2011:

"As 45 famílias que ainda vivem na Vila Mac Hardy, no coração do bairro Guanabara, em Campinas, e o Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa (Ipep), que espera a desocupação do terreno para instalar ali um complexo educacional, aguardam uma decisão judicial de segunda instância, no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), há dois anos, para resolver o impasse. Com a demora para a solução do caso, o local se transformou em um retrato de abandono no meio da cidade, em uma região nobre. Os moradores convivem com esgoto a céu aberto, lixo, entulho, ruas de terra e problemas como a presença de escorpiões, aranhas, ratos e baratas. Mesmo com todo o quadro, não querem deixar suas casas. Parte delas está construída em uma área de 103 mil metros quadrados adquirida em 2006 pelo Ipep para a criação de uma escola e uma faculdade. A área também é conhecida como Estação Guanabara. Antes, o local pertencia à antiga Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS), que já havia tentado uma desocupação das famílias em 2003. As famílias são de ferroviários, suas mulheres, filhos e até netos. O núcleo foi criado para abrigar os trabalhadores da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Em 2009, a 4ª Vara Cível de Campinas determinou a reintegração de posse do local para o Ipep, que adquiriu a área. Porém, uma ação movida pelos moradores levou o processo para a segunda instância. A obra para a construção do complexo está paralisada à espera de regularização na Prefeitura de Campinas. O Ipep também aguarda o julgamento do TJ, que irá decidir se permite a reintegração de posse.

Em 2009, cerca de 50 famílias já tinham deixado a área a pedido da Justiça. Na época, 19 casas foram demolidas. Quem ficou conta que mora no local há mais de 30 anos. Na época, a extinta Fepasa cedeu o terreno para a construção das casas e passou a cobrar aluguel —

Entrevistador - O conceito de Paisagem Cultural pode ainda se aplicar para a área urbana de Campinas?

Célio Turino - Sim, a memória, para além dos bens construídos, é afetiva, por isso mesmo a proposta do corredor cultural, recuperando parte do circuito de cinemas (eu acrescentaria o Cine Jequitibá[293], antigo Voga, hoje uma igreja), que poderia ser um excelente teatro para dança contemporânea e aproximaria o corredor da FEPASA ao Centro de Convivência[294]. Outro aspecto que levanto refere-se à própria retomada do conceito original do Museu da Cidade, um museu que se realiza além de sua sede, estendendo-se ao espaço urbano, com marcos referenciais significativos (pode ser edificação, afetivo, referencia a acontecimentos, e pessoas). Outro dia vi que há alguma coisa neste sentido, com uns painéis[295] (acho que a historiadora Mirza Pellicciotta cuida disso). Enfim, é isso e espero tê-la ajudado, bom trabalho.

---

simbólico, dizem — dos moradores". (FELIX, Luciana. **Vila Mac Hardy espera decisão do TJ há 2 anos.** Terreno no bairro Guanabara, em Campinas, que abriga 45 famílias, está abandonado).

[293] O Cine Jequitibá, antigo Cine Voga, localizado na esquina da Rua General Osório com Av. Anchieta, funcionando como sala de cinema até 2004.

294 Situado na Praça Imprensa Fluminense, no bairro Cambuí, atualmente é conhecido como Centro de Convivência Cultural de Campinas "Carlos Gomes".

[295] São vários painéis de sinalização turística e cultural integrada ou MUPI (Mobiliário Urbano Público de Informação) instalados na cidade. Trabalho desenvolvido pela historiadora Mirza Maria Baffi Pellicciotta no Departamento de Turismo da Secretaria de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo (SMCIST). Para saber mais sobre o MUPI, acessar o site:

APÊNDICE D

O CONDEPACC E A POLÍTICA PÚBLICA DE PRESERVAÇÃO EM CAMPINAS.

Entrevista[296] concedida pela **Dra. Daisy Serra Ribeiro**[297] em 19/12/2007.

Entrevistador - O que é o CONDEPACC hoje, sua formação e a Febre Amarela[298]?

Dra. Daisy - A Febre Amarela não foi o único motivo de formação do Conselho Municipal. A partir do abraço do Lindgerwood, o Toninho[299] resolveu movimentar a Câmara no sentido de criar uma legislação específica. Acredito que a movimentação organizada do grupo Febre Amarela acabou resultando na formação do CONDEPACC que foi o primeiro conselho municipal do Brasil e com a sua formação começam as discussões em que o patrimônio histórico deveria estar nas mãos dos municípios. Uma legislação que discute o patrimônio histórico é muito complexa. O CONDEPACC é relativamente muito jovem, são somente vinte anos, existem muitos equívocos que só na prática serão resolvidos. A realidade no Brasil é diferente de outros países que são referência.

<http://2009.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://2009.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=8894> Acesso em 26 maio 2011

[296] Entrevista concedida a Luiz A. F. Matthes e Wania L. V. Bertinato com finalidade acadêmica. Realizada na sede da CSPC, foi transcrita e editada pelos autores e autorizada pelo entrevistado. .

[297] A Dr. Daisy Serra Ribeiro possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1967), especialização em Faculdade de Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1999) e mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1980) . Atuando principalmente nos seguintes temas: cidade industrial, poder público, urbanismo, habitação popular, migração e modernidade. Com doutorado em andamento no IFCH/História da UNICAMP, é a atual coordenadora da CSPC da Prefeitura Municipal de Campinas.

[298] A Sociedade Febre Amarela, fundada em 1985, foi uma sociedade civil de natureza cultural, muito importante para a preservação da memória de Campinas.

[299] Dr. Antônio da Costa Santos, ex prefeito de Campinas e ex professor da PUCC.

Entrevistador - Comente a Transferência de Potencial Construtivo.

Dra. Daisy - Depois da formação do Conselho, esta foi a questão mais importante na discussão do patrimônio. Estamos outra vez sendo inovadores, poucas cidades como Curitiba e São Paulo adotaram esta discussão.

Entrevistador - Qual a expectativa quanto à regulamentação da Transferência de Potencial Construtivo? Já estão definidas as áreas para receber a transferência?

Dra. Daisy - No final de 2006 conseguimos participar da elaboração do plano diretor e esse plano já foi aprovado pela câmara com a proposta integral em relação à Transferência de Potencial Construtivo da CSPC. Por isto acredito que o Projeto de Lei, que já foi encaminhado para a Câmara, seja aprovado.

Entrevistador - Sobre a política pública municipal em relação à preservação, o que é positivo e o que é negativo?

Dra. Daisy - Logo que iniciou o atual governo[300], não posso afirmar, mas senti que não havia uma política de preservação muito clara. Havia uma preocupação, por parte do poder executivo, no sentido do avanço do patrimônio histórico. Principalmente com a primeira medida tomada que foi o tombamento do Bairro da Nova Campinas. O Prefeito, Dr. Helio de Oliveira Santos, devolveu para estudo sem discutir com o Conselho ou qualquer equipe técnica, justificando que sentia que ainda faltavam alguns estudos para ele ficar absolutamente seguro com a justificativa do tombamento. Isto me deu o parâmetro de imaginar que não havia uma proposta de preservação no sentido de entender a cidade como um registro histórico. Um ano e meio depois foi aprovada a proposta do inventário central[301], que é outra conquista para Campinas. Vamos inventariar o centro histórico expandido, que é uma área enorme, e depois numa discussão de planejamento vamos definir o que será tombado. Desse modo, a partir de um trabalho vagaroso,

---

[300] Primeiro mandato do Prefeito Dr. Helio de Oliveira Santos, do início no ano de 2005 até o final de 2008.

[301] Projeto FAPESP de Políticas Públicas coordenado pela Profa. Dra. Silvana Rubino/UNICAMP/IFC em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas.

"conversando" com o executivo, o inventário passou a ser um instrumento de política pública. Desse momento em diante todos os órgãos passaram a nos consultar. Para implantação do Terminal Modal[302] fomos amplamente consultados, numa discussão, que ainda continua, de pormenores das áreas junto com a SEPLAMA E EMDEC.

Entrevistador - O CONDEPACC aprova o Terminal Modal nesta região[303] que está sendo implantado?

Dra. Daisy - A nossa discussão não passou pela localização específica do terminal em relação à cidade, que foge a nossa competência. A EMDEC apresentou para o CONDEPACC a área que seria atingida pela nova construção e as áreas que poderiam no centro antigo, sofrer influência. A EMDEC e a SEPLAMA estão nos consultando direto, passo a passo, para fazer qualquer roteiro de saída porque vão ter que sair pelo centro da cidade.

O inventário terá que ter uma análise, síntese, e finalização. Já levantamos quase 7.000 imóveis e destes vamos ficar com alguns conjuntos, o que havia de imóveis isolados já estão tombados. Conseguimos passar para a administração que a idéia de patrimônio hoje é sobretudo de conjuntos que possam demonstrar o desenvolvimento do processo histórico da cidade e da questão urbana.

Entrevistador - O CONDEPACC aprovou a implantação do terminal no pátio da FEPASA?

Dra. Daisy - Aprovou.

Entrevistador - Existem prédios históricos no local?

Dra. Daisy - Existem prédios históricos na área, mas muitos não são tombados. Eles serão incorporados.

Entrevistador - E quanto às casinhas dos ferroviários?

---

302 Terminal Multimodal de Passageiros Ramos de Azevedo. Foi inaugurado em junho de 2008, substituindo a antiga Estação Rodoviária de Campinas.

303 O Terminal Multimodal foi implantado em parte da área do antigo complexo ferroviário central da FEPASA, tombado em 1990 de acordo com a Resolução de Nº 04 de 27 de novembro de 1990.

Dra. Daisy - As casinhas dos ferroviários não eram tombadas. Fizemos uma seleção... O conselho aprovou. Como já tinham outros conjuntos de casas semelhantes, ficou um conjunto de quatro casas que já foram restauradas. Todos os prédios que estão tombados, até estes, já estão incluídos no orçamento da obra da nova rodoviária. Já encaminhamos todas as diretrizes e critérios para se contratar, eventualmente, um restauro. O que eu penso disto? Não sou favorável. A minha posição é um pouco diferente. A decisão foi da cidade, do Conselho, várias pessoas estavam envolvidas e a maioria é que tem a força de discutir.

Quando começamos a fazer o levantamento da área ferroviária, já existia uma parte tombada, mas existiam várias outras partes. Fizemos um levantamento de 360 imóveis que ainda fazem parte do acervo da cidade e que pertencia a esta grande cidade (o complexo ferroviário) que era interna na cidade de Campinas. Enxergamos dentro do complexo ferroviário, não só o complexo tombado mas estendido no entorno da cidade, uma presença documental que não existe em nenhuma outra cidade porque Campinas foi muito importante. Você tem aqui desde o início da movimentação ferroviária, todo o desenvolvimento e todos os processos, desde os mais simples. Da casa do operário mais simples deste grande complexo até a do diretor incluindo as três grandes ferrovias, que são a Paulista, a Mogiana e a Sorocabana. Temos também a Funilense, mas só com estas três grandes já temos a presença de toda a documentação, vestígios materiais significativos. Na verdade era uma cidade dentro de outra cidade, por exemplo, o alvará de construção das casas nem passava pela prefeitura, como se fosse uma questão absolutamente particular. Esta discussão dinâmica do movimento ferroviário você tem presente materialmente em Campinas. Eu considerei isto de importância muito grande para contar a história das ferrovias, mas significava também pensar o planejamento da cidade de uma forma muito diferente. E o aproveitamento não podia ser como uma interferência deste tamanho, no sentido de se interpor neste processo dinâmico que ainda estava presente. Mas considero também que isso é uma visão de uma pesquisadora. Uma pesquisadora de estudo da cidade, da dinâmica, que é a minha formação e

que é o estudo que eu venho fazendo. É diferente das necessidades, das eleições, no sentido de que, quais são as áreas que vão ser dinamizadas para o futuro da cidade, o crescimento da cidade. Tinham muitos órgãos envolvidos. Não foi uma decisão unilateral do executivo. Eu vi esta discussão presente em várias áreas, foi trazida para dentro do CONDEPACC, então quer dizer, foi uma decisão que foi maior que a conclusão de pesquisa que é a minha pessoal. Eu coloquei esta discussão, acho que aí não se pode fazer nada, pode-se contar esta história. Acho que ainda temos vestígios para contar esta história.

Entrevistador – E, por exemplo, transformar num parque linear, reativar algumas linhas ferroviárias para turismo, etc.?

Dra. Daisy - Um parque linear, reativar algumas linhas ou um grande bosque na cidade, quer dizer, mas aí era pensar a cidade de outra maneira. Tem outros envolvimentos, outras necessidades e vocação que Campinas quer para a cidade também. Não depende de uma posição, tem mais pesquisadores e urbanistas que pensam assim como eu. Eu vi a grande discussão, estive presente. Portanto, esta escolha foi uma escolha da grande maioria que participou desta discussão. Assim como a proposta que está sendo desenvolvida do projeto do Lerner [304], que não conheço, mas vi bem rapidamente, apresentado em reportagem de jornal e que você tem uma construção de casas populares, inclusive prédios, aqui na área do complexo ferroviário. Isto também deve ser discutido, mas eu acho que é uma idéia da necessidade, a gente vai discutir, não sei, a interferência de um projeto como este dentro do complexo ferroviário.

Entrevistador - Acho estranha esta proposta do arquiteto Lerner, será que tem a mesma coerência que teve a de Curitiba?

Dra. Daisy - Não se pode saber de fato o que ele propôs. Eu vejo estes setores da prefeitura, sobretudo o pessoal da área de transporte, a EMDEC. Depois de decidida a área, a gente trabalhou junto para preservar tudo que fosse possível e utilizar os prédios históricos preservados mas dentro desta não nova

[304] Arquiteto e Urbanista Jaime Lerner, ex prefeito de Curitiba, PR.

vocação porque de fato estamos discutindo o transporte do mesmo jeito, mas com uma característica que discute uma outra modalidade de transporte. Mas eu não vi o projeto do Lerner, o que eu vi na fotografia da maquete achei curioso mas me pareceu um pouco diferente do que eu vi nas interferências do Lerner em Curitiba. O mais interessante é que a CSPC foi chamada para apresentar para a equipe dele toda a área tombada, agora a gente precisava ver o projeto de fato. Isto também não passou no Conselho, é uma área tombada, vai ter que ser aprovado no Conselho, se é que isto vai ter uma continuidade.

Entrevistador - Quanto aos bens indicados para preservação, existentes no complexo ferroviário e na cidade, eles não são tombados, vão permanecer assim? Não poderão se utilizar da transferência do potencial construtivo, como fica esta figura? Existe uma discussão em cima disto?

Dra. Daisy - Esta figura a gente vai ter que rediscutir. É uma figura que tem utilidade do ponto de vista conceitual, do ponto de vista legal ela não existe. Não se pode utilizar a Lei Rouanet, não pode nada. Eu considero o inventário central, que é o que a gente está tomando, como uma política de preservação porque todas estas casas foram incluídas neste inventário. Agora, o que vai acontecer com estas inclusões, muitas delas foram mexidas, na hora que formos finalizar o inventário central nós vamos decidir quais os grupos que de fato vai permanecer, e aí nós vamos tombar, porque a gente está pensando em ir eliminando as áreas envoltórias. Quando a gente fala isto dá um certo susto, mas o que significa isto? A área envoltória, com várias exceções, uma delas as áreas envoltórias ambientais, que você tem que ter uma regulamentação que vai desde áreas “non aedificandi” até a possibilidade com critérios de construção. Mas dentro de áreas já densamente urbanizadas como é o caso do centro histórico, a área envoltória é muito complicada. O que acontece com a área envoltória? Cai em situações em que o proprietário não pode fazer praticamente nada, tem uma série de restrições e nenhuma possibilidade de ajuda. O que vamos fazer? Ao invés de ter área envoltória, nós vamos tombar ou não. Se for muito necessário a gente tomba num grau de preservação bastante flexível que dá possibilidade para o proprietário

recorrer aos direitos, por exemplo, de uso do potencial construtivo e isenção de IPTU. Acho que é o mínimo que se pode fazer para você ter a garantia de que estes imóveis serão preservados, preservados já no sentido conceitual do significado.

Entrevistador - Quanto ao Conselho, o que foi modificado? Porque o setor imobiliário está representado no conselho?

Dra. Daisy - Se pensarmos no Conselho como um todo, desde 1987 quando se formou e foi assinada a legislação, de uma forma geral foi pensado como um Conselho Civil, para discutir com a sociedade, mas na verdade foi fechado em corporações, que as vezes tinham até interesses conflitantes com o próprio Conselho. Com exceção das instituições das Sociedades Amigos de Campinas, que não existe também hoje, é uma questão muito antiga que ficou mais o nome.

Então elas vão sendo acrescidas com o tempo, acho que foi uma movimentação política junto ao executivo e pela legislação é o executivo que aceita, indica ou não aceita qualquer uma das entidades novas entidades, tem que ter uma lei. Uma entidade não pode ser incluída no Conselho sem uma legislação própria.

Entrevistador - Atualmente tem a questão do currículo para os conselheiros.

Dra. Daisy - Esta é uma outra questão, de quem representa a entidade. Primeiro as entidades são escolhidas, que eu vejo aí uma grande discussão. Como é que estas entidades foram entrando e formando o Conselho. A outra é quem é indicado para representar estas entidades. Dentro da legislação do CONDEPACC não existe nenhuma possibilidade de intervenção na forma como as entidades se organizam. Nós publicamos todas as Atas no Diário Oficial e quando um conselheiro está para terminar o seu tempo, que é finalizado a cada dois anos, aparece nas atas que são publicadas. Existe também uma comunicação direta do executivo com as entidades solicitando a indicação de novo conselheiro antes do término do mandato. Nós não interferimos com as

entidades, se elas chamam todas as entidades, nós não temos nenhum vínculo; por exemplo, existem dois casos, as entidades ambientalistas e museologia que representam várias entidades. A gente não tem como falar cadê a ata, a gente discute o currículo e o nome apresentado, é esta a nossa função, mas a palavra final é do prefeito, que pela lei, ele aprova e pode até retirar um conselheiro no percurso de um prazo de dois anos, se ele achar que aquele representante está interferindo, ou enfim, tiver algum problema. Ele tem poder legal para fazer isto. Pedir para a entidade indicar outra pessoa, mas nunca aconteceu em toda história do CONDEPACC até hoje, nenhum prefeito usou este poder legal que ele tem. Não existe uma triagem no Conselho, a gente recebe as indicações que são encaminhados diretamente ao prefeito.

Entrevistador - O prefeito já recusou algum representante?

Dra. Daisy - Não, ele nunca precisou e nem de mandar embora ninguém. Agora, o que podemos dizer sobre isto? Existe uma movimento político anterior à indicação do Conselho, com certeza existe mas isto é um direito da democracia, aí se movimenta quem perceber que esta movimentação é mais importante. Se há esta discussão e com certeza há, acho que é um benefício, a política é assim que ela avança, a democracia é interessante por isto, dá muito trabalho porque mesmo com cuidado vai ter que fazer política. Política assim, cada um na sua área, não partidária, vai ter que se movimentar muito, exigir que se façam assembléias. É um movimento que foge do Conselho, do ponto de vista legal o Conselho não pode interferir.

Entrevistador – E quanto a área ambiental e a política de desenvolvimento sustentável, ela deve ser melhor representada no Conselho?

Dra. Daisy - Não interferimos como as pessoas se organizam para que isto aconteça, mas talvez tenha que ter mais cadeiras na área ambiental para que fique com o mesmo peso. Esta é uma das coisas que a comissão está estudando, já foi levantada esta questão. Na verdade a legislação do CONDEPACC não está muito distorcida, mas está sim em relação à representação. É um Conselho grande, tem vinte e oito cadeiras e como fica esta representatividade? É

deliberativo, acho que é um dos únicos Conselhos deliberativos no município, pode fazer lei. Quando o CONDEPACC toma alguma medida tem força de lei.

Entrevistador - Mas precisa que o prefeito aprove.

Dra. Daisy - Precisa da assinatura do prefeito mas é muito raro acontecer como a questão da Nova Campinas, aliás, é uma das raras exceção.

Entrevistador - É estranho, apesar de não ter sido considerado destombamento, no site da prefeitura, na Biblioteca Jurídica, está colocado como destombamento, isto acaba nos confundindo um pouco.

Dra. Daisy - Nós fizemos um site agora, vai aparecer como estudo de tombamento. Não existe a figura do destombamento. Eu acho que tem uma questão política associada a isto. É muito diferente você usar a palavra destombamento, mesmo que equivocadamente, ou uma palavra dizendo que não foi aceito, quer dizer, voltar para estudo para completar a sustentação do tombamento.

Entrevistador - Agora foi tombado pelo conselho vários prédios na Av. Júlio de Mesquita, eles de fato estão tombados mas ainda não estão homologados?

Dra. Daisy - Tem um procedimento legal, temos que esperar quinze dias úteis que os proprietários podem recorrer.

Entrevistador - É um tempo mínimo, o proprietário que não trabalha com processos de tombamento, não tem conhecimento do assunto, como recorrer de uma resolução de tombamento?

Dra. Daisy - Nós recebemos muitos recursos. Durante o estudo, várias questões vão sendo resolvidas e depois do prazo regulamentar vai para o prefeito homologar. Porque se tiver algum recurso não adianta ser homologado.

Agora, existe uma questão importante que eu mesma não sabia. Quando a secretaria dos negócios jurídicos estava preparando a legislação da transferência do potencial construtivo, eles pediram para fazermos um estudo de todos os bens que estavam tombados e que eram de propriedade particular de direito privado. Até para se ter uma idéia do volume e tivemos uma surpresa, pelo seguinte: quase

a metade dos bens tombados são de propriedade pública, estadual, municipal ou federal, os que são de área privada, são apenas oito proprietários, com o tombamento no Cambuí vai aumentar um pouco. São setenta e seis conjuntos de bens tombados. Destes, praticamente a metade é de propriedade pública, a outra metade, apenas oito são de proprietários individuais particular, pessoa física, o restante são bens pertencentes da igreja e que não vão, muito provavelmente, fazer uso do potencial construtivo. Pode até fazer, mas não vai alterar. Surpreendeu-me a discussão que existe sobre este assunto com um número tão pequeno de pessoas físicas. Com a Júlio de Mesquita este número vai dobrar e ainda assim é um número muito pequeno para tanta discussão. Então nós imaginamos que existe uma movimentação que, com certeza, não são destes oito proprietários.

Entrevistador - Mesmo porque destes oito proprietários, tem o Museu do Negro[305] e a "casa do Toninho"[306] que foram os próprios proprietários que pediram o tombamento.

Dra. Daisy - Precisamos ver quais são os proprietários que estão de fato reclamando. Tem alguns que estão. Na Vila Industrial os proprietários não estão reclamando, mas também não estão conseguindo recursos para manter o patrimônio. Eles acham importante a preservação, conheço bem aquele pessoal. Nós estamos perdendo a Vila, uma delas nós praticamente já perdemos. São proprietários particulares, a prefeitura tem que ajudar, tem não, a prefeitura tem interesse em ajudar, mas não consegue recurso para manter. Mas eles nunca fizeram nenhuma movimentação para retirar o tombamento, eles consideram isto uma grande honra. Algumas casas que se tem na área do Distrito de Sousas e Joaquim Egídio porque lá o tombamento é do traçado, acho que são três de

---

[305] Resolução n° 40 de 16 de set. 2003 que tombou o Imóvel da Rua Emílio Ribas, 1468, no bairro Cambuí.

[306] A casa do arquiteto Antônio da Costa Santos, conforme Resolução nº 10 de 29 set.1992, situada na Av. Arlindo Joaquim de Lemos, antiga Chácara Proença, foi tombada ex-officio, como bem de interesse cultural e urbanístico.

pessoas físicas, como o restaurante do Marcelino e a Casa do Cônego Don Agnello, cujo dois pediram para entrar no tombamento. Existe este interesse.

Achei muito curioso, ficamos aqui com a equipe técnica para entender o que de fato nós estamos presenciando. Quem está falando de fato, para podermos transitar melhor nesta área.

Entrevistador - Campinas até agora preservou mais pelo valor histórico e o conceito de paisagem urbana?

Dra. Daisy - Difícil, nós começamos agora. Temos um caso de tombamento que considero trágico que foi o percurso da Maria Fumaça porque era uma área já em potencial de modificação, que fugia das mãos do CONDEPACC. Nós não temos ferramentas suficientes, para propor uma preservação dentro de um conceito ainda pouco discutido entre nós. Está muito aberto, é um conceito novo. Como você vai impedir de colocarem energia elétrica, isto não existe. Como você não vai prever que as pessoas vão ter que asfaltar determinadas ruas. A cidade já tinha uma discussão de planejamento que avançava em determinadas áreas, aprovadas anteriormente ao tombamento. Na verdade é um conceito necessário mas que entra agora numa grande discussão mas não sei o quanto a gente ainda vai conseguir preservar. Por exemplo, nós fizemos um estudo de tombamento que era um roteiro do café pelas fazenda, você tinha marcado fragmentos dentro das fazendas que demonstravam este roteiro do café até final do século XIX dentro do município de Campinas. Um estudo em cima do levantamento das fazendas feito anteriormente pelo Janjão[307] no perímetro urbano, muito bonito, mas as fazendas já não existiam mais; e fomos trabalhando um roteiro que pegava o ferroviário por onde passou o café e o que aconteceu nessas áreas. O próprio Conselho não entendeu. E quando nós levamos este roteiro para ser aberto o estudo de tombamento, os conselheiros modificaram, mas quer dizer, importante, o ponto básico eram as fazendas, então elas eram mencionadas e eram 37 fazendas. Um

[307] Dr. Antônio L. D. Andrade.

trabalho da Sandra[308] e do Henrique Anuziatta[309] bastante intenso, um trabalho que a Sandra já vinha desenvolvendo há muito tempo. Ai os conselheiros acho que não entenderam muito bem ou nós também não explicamos muito bem o significado da nossa proposta e ficaram lembrando o tombamento da Av. Júlio de Mesquita, no Cambuí, que eram 37 imóveis e de repente a gente percebeu que eles não tinham um "roteiro" e deu muito problema, nós não conseguíamos avançar porque quando um proprietário abria um recurso parava o processo inteiro e tal, e eles pegaram e recortaram o processo em 37 processos de fazendas, de estudos de tombamento. Então o que era uma paisagem, um roteiro compondo uma paisagem, não bem uma paisagem urbana mas tinha uma ligação ainda com a paisagem, com tratados e então estamos com as 37 fazendas e não tivemos tempo de mexer, já a 3 ou 4 anos. Mas eu considero uma questão que vai ser difícil, porque não são as 37 fazendas o que a gente está pedindo para ser tombada, mesmo porque a maior parte nem existe, mas os nomes acabaram sendo delas, ai a gente tem um problema horrível com o proprietários das fazendas. Você imagina, abertura do tombamento da fazenda X, é a fazenda mas não é a fazenda, as vezes era um pedaço de uma estação, um fragmento quase arqueológico, um terreiro de café, restos de senzala, eram coisas muito específicas que apontavam num caminho, grampeavam a passagem do café mas eu acho que a gente não soube discutir, não conseguimos passar para o conselho e eles achavam importante mas abriram um estudo fragmentado e então eu acho que isto vai ter que ser novamente discutido. Agora, se você for falar de paisagem urbana mesmo, a gente não tem. O Bairro Nova Campinas, também se tratava do traçado, as pessoas também não entenderam muito bem porque elas chegaram a conclusão que nós íamos fechar a Nova Campinas. Dentro do Conselho também acabou passando uma resolução de permeabilidade de 50% do terreno, quando eu vi aquilo, eu falei, não querem que passe, é impossível, não posso propor uma

[308] Arquiteta Sandra Maria Geraldi Milne-Watson, técnica da CSPC.
[309] Historiador Antonio Henrique Felice Anunziata. Técnico da CSPC.

permeabilidade de 50% em terreno em área urbano, 25% é o máximo. Não vão desaprovar no Conselho mas estão desqualificando com 50%, então quer dizer, era o que chegava mais perto de paisagem urbana mas a gente não tem esta questão.

Entrevistador - Na Av. Júlio de Mesquita a opção foi fazer o tombamento de um lado da avenida?

Dra. Daisy - Quando a gente começou a discutir, esta também é uma discussão relativamente nova, foi proposto o tombamento como conjunto mas não era um conjunto, eram bens esparsos e de épocas diferentes. O que nós chegamos mais perto, incorporar melhor, foi pegar a formação do Bairro Cambuí no final da década de 30, quando já fazia parte de um traçado urbano com uma relativa organização, quando começou aparecer a Nova Campinas, Jardim Chapadão e que já acompanhava os desenhos da Companhia City. Bairros de elite. Achamos umas atas da comissão de urbanismo de 1934 que já estavam discutindo o que podia e o que não podia, não eram casas populares, era bairro de elites, etc. Assim pegamos este foco que era o mais específico e nós propusemos este tombamento dentro deste recorte, porque tinham outros. Depois de muitos estudos e das casa que estávamos levantando, resolvemos a Júlio de Mesquita como eixo principal, os outros eixos já nem existiam mais e dentro deste eixo as duas quadras que a gente selecionou tinham oito casas seguidas e que davam para ilustrar bem como é que foi aquele eixo principal até o Colégio Progresso, como é que foi aquele bairro com aquele conjunto. Do outro lado tinham duas casas que poderiam, mas uma estava muito descaracterizada, na frente deste conjunto e a outra era o Colégio Integral, que tinha uma grande briga jurídica e que tinha uma autorização de demolição seis meses antes da abertura do estudo de tombamento com aprovação do CONDEPACC. Entraram com recurso atrás de recurso, uma briga bem antiga e como só existia esta casa deste lado, apesar dos conselheiros acharem que a casa pelas suas características fazia parte do conjunto, e como ia parar todo o processo de novo, optamos por retirar a casa. Ficou então uma discussão de se abrir um estudo de tombamento específico

para aquela casa mas nenhum conselheiro quis abrir. Ficou encarregado o poder público de abrir, mas não vai abrir, porque tem autorização da SEPLAMA, do CONDEPACC e do CONDEPHAAT para demolição. Por isto a escolha daquelas casas e também nós chegamos a conclusão que naquelas casas os proprietários já tinham incorporados melhor a idéia, porque isto é importante, não é necessário mas é importante porque se você tiver a adesão do proprietário você vai ter mais chance de ser preservado, o Conselho homologar etc. E aqueles proprietários já vem cuidando das casas, não é o único critério, se você tiver que tombar, tomba, não tem esta discussão. Mas no caso como a gente tinha esta escolha e ficou também, por exemplo, a casa do Mário Penteado, que é a casa modernista que fica na Rua Silva Teles. Está bastante descaracterizada mas mantém a sua estrutura básica. A própria família do Mário Penteado, que tem uma casa entre as oito casas tombadas na Júlio de Mesquita, pediu para ser incluída no tombamento.

Entrevistador - A casa ocupada pelo Banco Personnalité é a mais descaracterizada pela fachada.

Dra. Daisy - Nós colocamos o Banco Personnalité pelo seguinte, já estava inteiramente descaracterizada a fachada mas a volumetria e a implantação no terreno é a mesma, então compõe. Foi bem estudado, tivemos muitos anos de pesquisa, muita gente pegou esta fase da discussão do planejamento urbano para estudar, então tem muitos estudos com qualificação, pessoas que fizeram mestrado na FAU e na UNICAMP, em cima desta discussão da Av. Júlio de Mesquita, então estamos bastante seguros nesta proposta.

APÊNDICE E

Lei Nº 4886 de 14 de maio de 1979 - CAMPINAS

Entrevista[310] com o Vereador **Lindenberg da Silva Pereira**[311] em 26/01/2012.

Entrevistador - Vereador, qual foi a motivação para entrar com o Projeto de Lei 118/78[312] na Câmara Municipal de Campinas?

Vereador Lindenberg - Eu tenho vivo na memória o encontro que tive o Sr. Jolumá Brito[313] que comentou a respeito da Capela de Santa Cruz[314]. Ele soube,

---

[310] Entrevista concedida a Wania L. V. Bertinato com finalidade acadêmica. Realizada na residência do Vereador Dr. Lindenberg em Campinas. Foi transcrita e editada pela autora e autorizada pelo entrevistado.

[311] Dr. Lindenberg da Silva Pereira, nascido em 1930, é formado em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio D. Pedro II, Magistério na Escola Normal Livre Campineira e Bacharel em Direito na Faculdade de Direito de Espírito Santo do Pinhal. Foi Vereador à Câmara Municipal de Campinas, por cinco mandatos consecutivos, de 1963 a 1988, tendo tido o honroso privilégio em ser o Presidente do Legislativo no ano de 1969.

[312] Propôs a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas, aprovado conforme a Lei Nº 4886 de maio de 1979.

313 Jolumá Britto (1980 – 1980). De acordo com Centro de Memória da UNICAMP, "O Arquivo Pessoal do radialista, historiador, jornalista e escritor Jolumá Brito, composto por variadíssima e curiosa tipologia documental, calcada no substrato de sua produção intelectual centrada nos 26 volumes publicados sobre a História de Campinas, em originais de vários trabalhos inéditos, em textos radiofônicos, correspondência variada, documentos originais - que contribuíram expressivamente em questões polêmicas envolvendo a história da cidade - e em filetes datilografados que referenciam fatos bastantes remotos do cotidiano do bairro, vila e cidade de Campinas, principalmente do século XIX.
Este conjunto documental apresenta significativas pistas de pesquisa.
A variedade de assuntos contidos nesta coleção é grande: asilos e albergues, cinema, teatro, cultura campineira, esportes, festas sociais, folclore, transportes urbanos, urbanização, indústrias e comércio, efemérides e o Movimento Constitucionalista de 1932." Disponível em: < http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_joluma_brito.php>. Acesso em 29 jun. 2012.

[314] A Capela de Santa Cruz está localizada na Praça XV de Novembro, no Bairro Cambuí em Campinas. Foi tombada pelo CONDEPACC conforme Resolução Nº 31 de 29 de janeiro de 1999, mas não está protegida com o instrumento do tombamento nas esferas estadual e federal.

na época (1978), através do Prefeito Francisco Amaral[315] que o imóvel havia sido "destombado". Estavam construindo nas proximidades um edifício que de certa maneira iria desvalorizar o patrimônio histórico ali existente. Então, em contato com o Sr. Jolumá Brito e tomando conhecimento destes detalhes, me interessei pelo assunto. Tomei a iniciativa de apresentar à Câmara Municipal um projeto de lei visando à criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Campinas.

Entrevistador - Nós encontramos um jornal da época[316] onde se afirma que o historiador Jolumá Britto entregou ao Sr. um artigo no qual defende o direito das Câmaras Municipais criarem um Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de seus municípios. Em outra publicação, da mesma época, se afirma que o vice-prefeito Magalhães Teixeira teria sugerido a criação do Cophac – Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas. O vereador se recorda do envolvimento do vice-prefeito Magalhães Teixeira com as questões de preservação de bens históricos em Campinas?

Vereador Lindenberg - Sinceramente não me lembro que ele tivesse se manifestado a respeito, muito embora eu esteja vendo pelas publicações que você está me mostrando, que o Magalhães Teixeira, mesmo na função de vice-prefeito, já havia demonstrado interesse pelo assunto. Mas isto, eu estou vendo agora por essas publicações, não que na época nós tivéssemos tido algum contato tendo em vista este assunto.

Entrevistadora - A impressão que se tem, estudando o processo do Projeto de lei 118/78, na Biblioteca da Câmara Municipal, é que este projeto de lei foi aprovado num prazo bastante curto, aproximadamente oito meses. Para os trâmites da época, o projeto de lei foi aceito sem contestação e aprovado num prazo que podemos considerar pequeno?

---

[315] Primeira gestão política do Prefeito Francisco Amaral em Campinas, compreendida no período de 1977 a 1982.

[316] DESTOMBAMENTO ..., 1978.

Vereador Lindenberg - Prazo relativamente pequeno, sem dúvida, mas estou achando interessante a sua observação, sobre o prazo porque este detalhe poderia passar despercebido, no entanto chamou a sua atenção. Não houve influência alguma, nem interna nem externa, razão pelo qual o projeto foi aprovado nas diversas Comissões da Casa e encaminhado ao Sr. Prefeito, chefe do executivo, na Prefeitura Municipal. Não houve contestação, o fato foi pacífico.

Entrevistador – O que mais chama atenção nesta questão do prazo da aprovação do projeto de Lei de 1978 é a comparação com a Lei Nº 5.885 de 1987 que criou o CONDEPACC e a sua posterior regulamentação com o Decreto Nº 9.546 de 1988, que demandaram um tempo muito maior e causaram muita polêmica, mesmo depois de aprovadas.

Por que a Lei Nº 4886/1979, apesar de sancionada e promulgada, não apresentou os resultados práticos esperados? Ficou "engavetada".

Vereador Lindenberg - Observando esse detalhe agora, depois de tanto tempo, acredito que faltou regulamentação. No próprio projeto de lei se previa que a lei deveria ser regulamentada dentro de um prazo de sessenta dias e não me consta que houve essa regulamentação. Isto pode acontecer, ficam no aguardo da regulamentação, por conseqüência a lei fica inerte, sem ação porque falta regulamentação.

Entrevistador – Vereador eram essas as questões. Parabéns pela iniciativa pioneira da Lei de 1979 e muito obrigada por me conceder esta entrevista.

Vereador Lindenberg - Continuo interessado pelo assunto. Dentro das minhas possibilidades e do meu limite, estarei às suas ordens sempre que você precisar. Eu a parabenizo por este trabalho e gostaria de acompanhar até o final, o desfecho. Vou vibrar pela sua vitória.

APÊNDICE F

O CANCELAMENTO DO TOMBAMENTO DO BAIRRO NOVA CAMPINAS

Entrevista[317] com o **arquiteto Ronald Tanimoto Celestino**[318] em 16/04/2012.

Entrevistadora – Houve interferência política no estudo de tombamento do Bairro Nova Campinas?

Arquiteto Tanimoto – Sim, na época nós percebemos que era até natural, como qualquer outro tipo de tombamento que envolvesse áreas maiores ou mesmo monumentos mais emblemáticos na cidade, tinham envolvimento político que atuavam diretamente nos conselheiros. Desde o mais simples que era um convite para tomar um café e explicar a seleção, como até no caso do Bairro da Nova Campinas, especificamente, recebendo abaixo-assinados, ligações de proprietários dos lotes com frente para a Avenida José de Souza Campos (Norte Sul) e ao mesmo tempo recebemos a solicitação de moradores, através da Sociedade do Bairro Nova Campinas[319], pró-tombamento, então teve envolvimento político dos dois lados, teve uma movimentação política, vamos

[317] Entrevista concedida a Wania Lucy Valim Bertinato e realizada no escritório do arquiteto Ronald Tanimoto Celestino no bairro Cambuí, em Campinas. Com finalidade acadêmica, a entrevista foi transcrita e editada pela autora e autorizada pelo entrevistado.

[318] Graduado na FAU PUCAMP em 1987. Pós graduação em Desenho Urbano e Gestão do Território Municipal, PUCAMP, 1998. Conselheiro do CONDEPACC 1997/2001 e 2004/2007. Conselheiro do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, 2008/2010. Conselheiro do CREA SP Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, 1998/2003, 2008/2011. Membro do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil/SP, 1998/2003 e 2006/2011. Atuação profissional em projetos e direção de obras institucionais, comerciais e residenciais, desde 1988. Obs.: Foi o conselheiro relator do CONDEPACC, juntamente com a conselheira Denise de Souza Ribeiro, no processo de estudo de tombamento do Bairro Nova Campinas.

[319] SBNC – Sociedade do Bairro da Nova Campinas, sociedade civil com sede na cidade de Campinas, com personalidade jurídica de Direito Privado com seus atos constitutivos

dizer assim, democrática. Que eu saiba a maioria atuava dentro de princípios éticos, mas também tinha os que nós consideramos fora da ética, como esses convites para tomar um café, bater um papo, etc. Acho que não é por ai, o conselheiro tem que ter certa isenção na hora de exarar seu parecer. Havia movimentos externos, esses de forma legítima como te disse, de abaixo assinados diretamente ao conselheiro, mas só para conhecimento do teor reivindicatório até porque nós não permitimos que o Conselho ficasse sendo pressionado diretamente pelos proprietários, isto seria considerado um ato até fora da legalidade.

Entrevistadora – Então não houve interferência?

Arquiteto Tanimoto – No meu caso não, não interferiu.

Entrevistadora – Como reagiu, na época, o poder público e a sociedade em relação ao tombamento do Bairro Nova Campinas pelo CONDEPACC?

Arquiteto Tanimoto – Quanto ao poder público, o executivo municipal deixou claro, através do ato de anulação do tombamento, que foi um destombamento. Na época eu estava entendendo que ele cancelou o Ato do tombamento e retomou o tombamento para o estudo. Hoje estou tendo um entendimento melhor de que aconteceu na verdade, um destombamento do ato que já tinha sido publicado no Diário Oficial do Município.

Em relação à sociedade diretamente envolvida, foi favorável à Sociedade do Bairro Nova Campinas, mas parte de outros moradores do bairro, criou outra associação, um grupo de representação contrário, mas foi bem maior a manifestação dos moradores pró-tombamento do bairro. Todos queriam, sim, o tombamento e entenderam que estavam preservando as características urbanísticas do bairro sem interferir no seu uso, não estava engessando o bairro. Isto foi bem explicado até para os moradores e o pedido partiu deles mesmos. Foi uma coisa muito forte e o CONDEPACC se posicionou diante do pedido

---

registrados sob nº 5.161, livro A-14, fls. 97, no livro de Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas no 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Campinas.

apresentado por uma sociedade organizada. O outro grupo veio a reboque, foi formado depois, nem sei se foi formado de forma organizada, legal, mas quem fez o pedido de tombamento foi a sociedade organizada anterior a outros tipos de manifestações contrárias. Então, eu entendo que no final, os interessados, os primeiros diretamente, os próprios moradores, foram favoráveis ao tombamento o que, para a cidade foi muito benéfico se tivesse permanecido, até porque assegurava ali uma grande área de reserva ambiental urbana que era um tema muito recorrente, que nós estávamos dando reiteradamente dentro do CONDEPACC visando proteger estas reservas ambientais urbanas. Então seria um grande ganho para a cidade também.

Entrevistadora – Funciona quase como um pulmão para a cidade.

Arquiteto Tanimoto – Na época eu fiz uma comparação de maciços arbóreos e precisava que um colega conselheiro fizesse essa checagem. Não lembro quem fez a comparação, se o conselheiro Luiz Matthes ou o próprio pessoal do serviço técnico do CONDEPACC. Em termos de maciço arbóreo, pelo volume, ele é tanto quanto equiparado ao próprio Bosque dos Jequitibás que é uma área menor concentrada e ele era maior bem esparramado, vamos dizer assim. Então era concorrente ou até melhor porque nós sabemos que no próprio Bosque a falta de luz mata algumas espécies porque está tudo enclausurado no mesmo local definido. No caso do Bairro Nova Campinas tinha este valor, maciços arbóreos, grandes espécies arbóreas esparramadas numa grande extensão do território de Campinas, que é um bairro inteiro. Através de uma foto de satélite, esse maciço arbóreo era visualmente equiparado ao do Bosque dos Jequitibás[320]. Este foi um raciocínio bom que fizemos e que nos ajudou a entender a importância, naquele momento, de tombar um bairro e manter essas características, com essa área verde, boa para Campinas.

[320] Tombado pelo CONDEPHAAT e CONDEPACC, o Bosque dos Jequitibás é um bem de interesse ambiental com área de 101.000,00 m2 situado numa área central de Campinas.

Entrevistadora – O Prefeito de Campinas, em 02 de agosto de 2005, cancelou o tombamento do Bairro Nova Campinas, que, através da Resolução Nº 61 de 21 de abril de 2005, tinha sido tombado. A Resolução foi publicada no Diário Oficial em 21 de junho de 2005 e, portanto fora do prazo legal de 15 dias após a notificação do tombamento para o recurso[321]. O recurso ainda deveria ter sido encaminhado ao CONDEPACC e do CONDEPACC para o relator do estudo de tombamento para análise e pronunciamento e não como ocorreu diretamente ao Prefeito Municipal. Você pode comentar?

Arquiteto Tanimoto – Ao rever as atas, traz à memória para mim. Os conselheiros se manifestaram depois deste ato do prefeito, alguns se colocaram contrários e questionaram a legalidade de se cancelar uma Resolução de Tombamento, que o recurso foi requerido fora do prazo estipulado legalmente além do trâmite do processo não ter seguido o caminho padrão, previsto na legislação que seria recorrer ao próprio Conselho. Tivemos vários recursos analisados e alguns estudos de tombamento até chegaram a ser revistos pelo relator, mas, no caso do Bairro Nova Campinas, este processo tomou um atalho que é perigoso para a sociedade uma vez que estão definidos os caminhos de como devem ser feito o tombamento. Esse cancelamento me pegou de surpresa e depois tomei conhecimento, na reunião com os conselheiros, que foi feito de forma direta, houve um recurso, mas não tomou um caminho que era usual e que torna legítimo todo o processo. Até o posterior cancelamento poderia ter um melhor embasamento por parte do Prefeito se tivesse tomado o caminho correto do recurso passar pelo próprio Conselho. Nós vimos como um ato que estava tirando um poder da sociedade de opinar e ela mesma poder rever uma instância de recurso do próprio Conselho. Eu vi na época, junto com os conselheiros e hoje eu

[321] Conforme a Lei Nº 5.885 de 17 de dezembro de 1987, de criação do CONDEPACC, Artigo 28: "Quando a iniciativa do tombamento de bens não partir de seus proprietários, serão estes notificados para, no prazo de 15 (quinze) dias da data da notificação, se o quiserem, contestar a medida junto ao Conselho. Parágrafo Único - Da decisão do tombamento em que tiver havido impugnação, caberá recurso ao Prefeito Municipal, dentro de um prazo de 15 (quinze) dias". (Disponível em:< http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei5885.htm>. Acesso em 03 maio 2012).

vejo que isto é perigoso para a própria Lei do Tombamento, até para o próprio entendimento do que é necessário tombar. Pode-se chegar à conclusão do valor de um determinado móvel, imóvel, monumento, ou ainda um equipamento urbano, seja lá o que for que podemos considerar importante como foi no caso o traçado urbanístico e depois sem nenhum estudo, cancelar o tombamento. A justificativa de "necessidade de aprofundarem-se os estudos[322]" foi ao contrário na verdade, não houve estudo por parte de quem cancelou para tomar aquele ato, ele não conhecia todo o processo. No caso do CONDEPACC, além da Resolução de Tombamento, é possível tomar conhecimento do porquê do tombamento, lendo todo o processo. Além do que o processo foi votado e aprovado na forma que foi feita a Resolução e o poder público[323] estava representado na seção e teve a oportunidade de debater e votar na reunião que aprovou o tombamento.

Entrevistadora – Qual a sua expectativa atual em relação ao Tombamento do Bairro Nova Campinas? O que podemos esperar?

---

[322] Expediente despachado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, 02 de agosto de 2005. Republicado por conter incorreções – nº protocolado. De SMAJ – GS - Protocolado n.º 05/10/39516 PG. Disponível em: http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/prot39516-02082005.htm Acesso em 02 de maio de 2012.

[323] Conforme Ata do CONDEPACC Nº 331, de 14 de abril de 2005, sob a presidência do Prof. Dr. Rogério Cezar de Cerqueira Leite, estavam presentes na reunião do Conselho que aprovou o tombamento do Bairro da Nova Campinas: - Magda Ap. Pizzinato Fermino, primeira suplente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços - Henrique Duarte de Miranda, titular da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - Valéria Murad Birolli, primeira suplente da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e Cidadania - Daisy Serra Ribeiro, Denise de Souza Ribeiro, titular e segunda suplente da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) - Wagner Paulo dos Santos, titular da Câmara Municipal de Campinas – Fabiana de Souza Maffei Lóis, titular do Conselho Municipal de Cultura - Suzane Marques Fernandes de Souza, Augusto César S. S. Gandolfo, titular e primeiro suplente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) - Ronald Tanimoto, Marcelo Daniel Hobeika, titular e primeiro suplente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) - Lya Aparecida Xavier de Souza, titular da Academia Campineira de Letras e Artes - Sérgio Galvão Caponi, titular da Academia Campinense de Letras - Luiz Antonio Ferraz Matthes, titular do Instituto Agronômico de Campinas (IAC) - Antonio Éuler Lopes de Camargo, Valdir Poiani, titular e primeiro suplente da Sociedade dos Amigos da Cidade - Márcia Helena Corrêa, titular das Entidades Ambientalistas - Orlando Rodrigues Ferreira, titular da Associação Campineira de Imprensa (ACI) - João Manoel Verde, titular da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura (AREA) - Sônia Aparecida Fardin, titular de Museologia - Herberto Aparecido Guimarães, José Alexandre dos Santos Ribeiro e Paulo Barros Camargo conselheiros eméritos. (CAMPINAS Prefeitura Municipal, CONDEPACC.

Arquiteto Tanimoto – Wania, você está me trazendo uma questão que eu ia te perguntar. Como está o estudo? Porque o que vinculou na imprensa na época é que o Tombamento do Bairro Nova Campinas voltaria para estudo e parece que ainda não há estudo, foi muito mais uma resposta para a imprensa, na época. Hoje eu vejo com cuidado porque esta falta de continuidade do estudo passou como uma mentira para a sociedade. Foi expresso que voltaria para estudo e sete anos depois, não estão fazendo o estudo e o que é pior, o valor inegável, atribuído a esse projeto urbanístico que é o Bairro Nova Campinas, está se perdendo porque as novas construções estão acontecendo fora dos padrões que nós estipulamos para o tombamento. Estes padrões, às vezes não são visíveis e as mudanças que são sutis, no final acabam por modificar totalmente o bairro e descaracterizá-lo. Nós estávamos comentando e você como arquiteta percebeu como os recuos estão sendo invadidos, e o cidadão nem sempre percebe, mas, com o decorrer do tempo este bairro perderá a característica principal que motivou o seu tombamento. Eu vejo isto como uma preocupação e como, um caminho oblíquo de não preservar o patrimônio histórico e no caso agora acreditando no destombamento. Se não aconteceu o estudo após o cancelamento do tombamento, aconteceu simplesmente o destombamento e todo o estudo feito anteriormente foi perdido.

Entrevistadora – E a vegetação também está sendo perdida.

Arquiteto Tanimoto – Era o grande desafio que o Conselho estava se colocando no tombamento do Bairro Nova Campinas. Nós estávamos nos apropriando deste tema das reservas ambientais urbanas com a colaboração dos conselheiros da área do IAC, etc., e o passo seguinte após o tombamento seria catalogar todas as espécies. Não houve o cadastramento destas espécies e com esta notícia, de que estão se perdendo, não tem nem mais como avaliar.

Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/151430_Ata331.pdf>. Acesso em 08 maio 2012).

Entrevistadora – Vamos agora para uma questão mais geral. Não sei por quanto tempo você foi conselheiro do CONDEPACC, de qualquer forma, você acredita que a legislação de tombamento do CONDEPACC é adequada à realidade atual de Campinas?

Arquiteto Tanimoto – Fui conselheiro do CONDEPACC por cinco, seis anos, talvez sete, não me lembro direito o período e depois fui conselheiro no CONDEPHAAT, o Conselho Estadual. Pelo que acompanho, ainda é necessário que a sociedade entenda como é importante o tombamento para a cidade, para a sua cultura e preservação de seus valores. Grande parte desta dificuldade talvez seja porque o próprio poder executivo, não tem incentivado este entendimento e nestes últimos sete anos observamos que isto não ocorreu. Eu vejo o CONDEPACC que outrora se colocava de uma forma de vanguarda, de discussão, de enfrentamento da sociedade, explicando que o era o tombamento, não tinha medo de comparecer e mantinha o tombamento e a sociedade vinha entendendo como uma coisa benéfica. O CONDEPACC não tem feito este papel. Ele parece que recuou, não sei se aconteceu algum tipo de aparelhamento ou de manipulação para definir os conselheiros que estão sendo indicados. Isto ocorre muito, não é exclusividade de Campinas. Nós temos cidade aqui perto como Sumaré, Americana e por aí vai, onde as pessoas criam primeiro Conselhos Consultivos e depois o poder Executivo tenta coordenar o Conselho Consultivo. O nosso Conselho é Deliberativo e tem esse poder, mas percebo que perdeu um pouco de expressão e de atuação na cidade. Talvez o governo atual não tenha dado ênfase à importância do patrimônio histórico. As próprias entidades, também podem estar num processo de cansaço de atuar junto a patrimônio histórico, isto tem muito a ver com a geração de representantes e às vezes coincide de ter uma boa geração de representantes motivados. Eu enxergava, na época que estava lá, que era um Conselho preservacionista e hoje eu tenho dúvidas. Vejo que tem alguns debates interessantes, vão discutir área envoltória, eu acho importante discutir área envoltória novamente. Como eu estava comentando com você, a troca de potencial construtivo que era uma moeda de contrapartida para o

proprietário que tinha seu bem tombado, até hoje está mal explicado, não foi regulamentado devidamente e não é atrativa na forma como foi colocada. Mesmo assim o tombamento não significa que imediatamente ele terá esta contrapartida, como aquelas coisas mínimas como isenção do IPTU. Acho incrível, isto não torna realmente, atrativo em nada. Ou seja, no meu entendimento, tivemos grandes avanços até 2005, 2004 em termos de tombamento, mas precisava ter dado continuidade. O que é? Qualificar-se, melhorar o funcionamento interno do CONDEPACC e dos próprios funcionários. Já tínhamos uma qualidade boa na CSPC, mas precisava avançar e eu acho que houve o inverso. É necessário desde um funcionário que tenha a técnica de redação legislativa correta para montar uma Resolução, como um número suficiente de funcionários para realizar as tarefas que são pedidas pelos próprios conselheiros apesar de que nós temos trabalhos de verdadeiros heróis, como o Eng. Augusto Ottoni e outros funcionários, estou citando só ele como exemplo, posso estar sendo injusto, mas sempre disposto, ele sabe fazer seu trabalho. Ao mesmo tempo são estes profissionais que precisam ser mais valorizados pois na verdade, eles entendem muito de patrimônio. Não tem ainda uma equipe grande e atuante. No Conselho Estadual, por exemplo, que participei, se tivesse que fazer uma diligência em qualquer local do Estado, ok, vai uma equipe inteira viajar, isto é legal, como foi o caso de São Luiz de Paraitinga[324]. Foi uma equipe, montamos um escritório lá,

[324] Na virada do ano de 2009 para 2010, a cidade foi assolada por uma enchente provocada pela elevação de mais de dez metros das águas do Rio Paraitinga, em cujas margens está situa, destruindo parte significativa dos imóveis tombados do centro histórico. "São Luiz do Paraitinga é o mais importante conjunto arquitetônico no estado paulista. Desde 1874, ela sustenta o título de "Cidade Imperial", conferido por Dom Pedro II". (IPHAN. **Turismo em São Luiz do Paraitinga.** Notícias, 30/07/2010. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15418&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> Acesso em 03 mai. 20012).

"Em vistoria preliminar realizada ontem à tarde, técnicos do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) avaliaram que 6 dos 24 imóveis integralmente tombados de São Luís do Paraitinga foram completamente destruídos. A metade terá de ser recuperada. A cidade tem outros 413 imóveis com tombamento parcial e, de acordo com os especialistas, "a maior parte" dos casarões parcialmente destruídos também poderá ser restaurada.

participamos, fomos todos. Não sei se tem este tipo de preocupação que refletiria até no orçamento para a Secretaria de Cultura passar para o CONDEPACC, para ter esta estrutura forte. Por exemplo, num momento em que um patrimônio esteja correndo perigo conforme prevê a Lei, ele recupere o patrimônio. Não adianta exigir só do proprietário se ele não tem condições, assim como também tem muita coisa pública que está a bancarrota. Deverá haver um fundo para gerir isto, e é tão fácil fazer um próprio fundo. Tentamos fazer o fundo das multas, mas acho que isto não avançou, parece que tinha que entrar para um caixa comum da prefeitura e se entrasse no caixa comum da prefeitura o dinheiro não voltaria. Acho que seria importante criar-se um fundo para o CONDEPACC ou ter um orçamento bem claro, bem transparente, que seria usado para determinadas ações como fiscalização e preservação emergencial dos patrimônios, conforme previsto na Lei. Não deve deixar o patrimônio histórico cair e depois se apura essas responsabilidades, cobra-se por vias judiciais e aí sim, a sociedade vai entender que a sociedade representada no Conselho tem instrumentos e mecanismos para proteger sua cultura e preservar sua história. Eu não acho que isto só falta em Campinas, é um grau de amadurecimento para o qual devemos caminhar. Em termos de estratégia geopolítica, hoje o CONDEPACC está um pouco aquém do que deveria estar, até porque aconteceram na cidade, tantas transformações, tantas intervenções urbanísticas, imobiliárias, tantas, tantas e ele ficou ausente quando poderia ter avançado nestas questões que eu acabei de citar, ter seu próprio orçamento e ter uma equipe cada vez maior e melhor preparada além de ser-lhe dado o valor devido. Mas isto tem que ser o próprio Conselho que tem que ir lá e valorizar-se e aos seus conselheiros e se fazer respeitar pelo poder público.

[...]"Avaliar um a um todos os casarões históricos leva tempo mesmo, não podemos nos arriscar a fazer avaliações precipitadas", disse Rovena. Após a vistoria, ela classificou a situação como "um horror". "Pareceu campo de guerra, nunca havia visto dano assim ao patrimônio histórico." O mesmo sentimento de desolação teve a superintendente do Iphan em São Paulo, Anna Beatriz Ayroza Galvão. "Estou me sentindo como se estivesse vendo uma cidade bombardeada", afirmou. (BRANDALISE, Vitor Hugo e FARIA, João Carlos de. **Parece possível restaurar Paraitinga.** O Estado de S. Paulo, SP, 06 jan. 2010. Disponível em: <

Hoje eu vejo, por exemplo, que raramente o CONDEPACC aparece na mídia, diante de pontos imprescindíveis de preservação do patrimônio histórico. Não sei se é o momento talvez de pausa, de parada e depois venha retomar com força num movimento cívico e político, não sei dizer. Mas acho que o que falta no momento é aprimorar mesmo a Lei e orçamento, não é Wania? Tem que ter um orçamento para poder realmente acontecer.

Entrevistadora – Ronald, obrigada pela entrevista. Só uma curiosidade, eu gostaria de saber se no CONDEPHAAT existe alguma prática semelhante à de Campinas, com relação aos imóveis indicados para preservação como uma categoria independente.

Arquiteto Tanimoto – Não existe. É um limbo, é um perigo, ou é ou não é. Abre-se o estudo ou não se abre o estudo. Essa palavra surge na retórica do conselheiro, mas, juridicamente fica num limbo.

Entrevistadora – É que Campinas passou a adotar esta expressão como uma categoria na própria Resolução de Tombamento.

Arquiteto Tanimoto – Eu cheguei a acompanhar isto. É um limbo mesmo. Isto cai naquela distorção que eu te disse e estávamos comentando. Esta área envoltória não foi criada necessariamente para objetivar isto, foi criada para monumentos, então quando você começa a usar a palavra edificações para área envoltória, olha o que acontece, é este o perigo. Uma casa que tem interesse e está na área envoltória, num raio de 300m, e aquela casa não foi tombada, no CONDEPHAAT, se pede, na hora, o estudo de tombamento dela.

Entrevistadora – Exato. Então vamos regulamentar a área envoltória, por exemplo, se na frente de um bem tombado não pode ser construído um prédio porque vai prejudicar a visibilidade do bem, isto tem que ser feito no ato do tombamento, tem que se regulamentar.

---

http://www.cultura.gov.br/site/2010/01/06/parece-possivel-restaurar-paraitinga/> Acesso em 02 maio 2012).

Arquiteto Tanimoto – No CONDEPHAAT foi criado um Decreto[325] que acabou com a área envoltória no ato do estudo de tombamento, você define ou não. Acho que este é o caminho, fica a exigência de se ter a área envoltória a critério do Conselho, um critério até 300m, até 100 ou até 50. Mas quando a Lei ao abrir o estudo tem que ter a área envoltória, isto engessa realmente. Engessa porque no entendimento de muitos colegas urbanistas a idéia da área envoltória é para o monumento para não atrapalhar a sua visibilidade, para não atrapalhar a compreensão da ambiência daquele monumento. No conjunto de construções pode ter, mas aí já se justifica que é a área principal do estudo, na hora. Como lá no CONDEPHAAT que se resolveu que não é necessário abrir área envoltória em todos os casos, acho que o Decreto também convém aqui para Campinas. Você não é obrigado abrir área envoltória só para preservar um vulto da história de Campinas quando a área em volta já está toda ocupada e verticalizada, a área do estudo é só a área do lote ou a área da praça. Isto sim está mais do que na hora de ter este entendimento melhor de área envoltória, e deixar a critério do Conselho na hora de votar, se precisa ou não de área envoltória porque o debate geralmente acontece lá. Deve ser que área envoltória não tem mais relação com o que se quer preservar, por exemplo, com um vulto da história brasileira. Eu vejo assim, que tem que avançar com urgência nessa questão, porque ficou um mal entendido, este limbo que se criou dos patrimônios indicados para a preservação, não se encaixa em lugar nenhum na Legislação brasileira. Nós podemos indicar para a preservação, ele não se beneficia de contrapartidas, ele não pode fazer alteração e ele fica aguardando, vai saber, dez, quinze anos o processo andar.

---

[325] Decreto Estadual Nº 48.137 de 07.10.03, **Artigo 137**:

A Resolução de Tombamento preverá, no entorno do bem imóvel tombado, edificação ou sítio, uma área sujeita a restrições de ocupação e de uso, quando estes se revelarem aptos a prejudicar a qualidade ambiental do bem sob preservação, definindo, caso a caso, as dimensões dessa área envoltória.

Parágrafo único - Nenhuma obra poderá ser executada dentro da área envoltória definida nos termos deste Artigo sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo CONDEPHAAT. (Disponível em: < http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/Condephaat/Legislacao/Decreto_Estadual_n%C2%BA_48137_anexo_4.pdf> Acesso em 03 maio 20012).

Entrevistadora – Isto cria uma cidade sem regras definidas.

Arquiteto Tanimoto – Sem dúvida, quando põe uma regra dessas, induz a não cumprir a regra, não é Wania, isto induz a não cumprir a regra. Falando como arquiteto, é duro explicar para um cidadão primeiro que ele compra um lote de 300,00 m2 e que ele tem que recuar 4,00m que a Lei manda. Imagina o cidadão comum, por que eu tenho que recuar 4,00m se eu comprei o terreno? Para o entendimento dele, você vai lá e explica que é a Lei de Zoneamento, etc., não está nem justificando mais que é salubridade de lote, isto já é uma coisa superada do século passado. Aqueles detalhes de lotes, afastamento e recuo, hoje surgiram materiais diferentes, tem iluminação, porta mecânica, ventilação, tudo bem, por questões urbanísticas. E porque você vai explicar para o cidadão, que lá no centro, não precisa recuar e ele precisa porque está no bairro, é uma dificuldade. Agora você está indicado para preservação numa área de bem tombado e então você não pode fazer nada, é difícil mesmo. Aí nos temos a sociedade como grande inimiga, você passa a ter uma crítica, adversária, não aliada, ela não consegue entender. Para depois no final do estudo, cinco, seis anos, ele ser arquivada, não tem interesse, é um desgaste que não vale a pena.

Entrevistadora – E neste tempo pode se perder algum negócio imobiliário também.

Arquiteto Tanimoto – Perde, conforme a dinâmica do bairro, você sabe que alguns bairros que mudam em cinco anos, rapidamente. Às vezes é o único bem que ele bem que ele tem para melhorar de vida, temos que ter essa sensibilidade. A área envoltória do jeito que é colocada hoje em dia, na abertura do estudo de tombamento, exigiria que realmente se cumprisse todos os prazos, em 15 dias seria o tombamento, em quinze, trinta dias terminaria o estudo, mas não acontece isto. O estudo de tombamento, dependendo do tipo de objeto que está sendo analisado, não dá nem para terminar em trinta dias de estudo. Esta é outra coisa da Lei, que dá prazos que são impossíveis de seguir também. Para elaborar um parecer com a plena consciência do conselheiro, imagine tombar um bairro, não dá para discutir em quinze dias exige mesmo alguns meses, debates,

estudos. Nós temos uma experiência muito bem sucedida, que eu acho a de São Paulo deu base para isto. Até muitos parâmetros que foram colocados no tombamento do Bairro Nova Campinas reproduziram parâmetros originários da Cia. City[326] em São Paulo e outras que elas fizeram. Mas tem estudos em prédios para os quais você pode pedir uma prospecção pictórica no estudo mas quanto tempo vai levar isto? Meses, anos até e tem que ter pessoal habilitado. Para isto o CONDEPAAC tem que estar preparado, porque a prospecção precisa de dinheiro, orçamento. Poder até ter um contrato renovável a cada seis meses, uma equipe de profissionais que venha dar suporte técnico para o CONDEPACC. Seria uma coisa permanente, renova-se na forma de um edital aberto, a transparência, com profissionais habilitados à disposição do CONDEPACC, não vai faltar trabalho de levantamento histórico, as coisas mais técnicas mesmo, a fundação, avaliação. É o que nós falamos, não só discutir área envoltória, mas discutir também a infra-estrutura, o jeito de funcionar do CONDEPACC. Mas a área envoltória, que é uma coisa boa e benéfica em determinados momentos, no ato da abertura do estudo de tombamento tem que ser revista. Às vezes a coisa é tão clara, para quem abriu um estudo de tombamento que não precisa de área envoltória que tem que ser dado este direito de dizer que não precisa de área envoltória... Está é minha posição neste assunto de área envoltória.

Entrevistadora – Quanto à taxa de 50% de permeabilidade do solo aprovada na Resolução de Tombamento, você pode comentar?

Arquiteto Tanimoto – A discussão foi acompanhada pelos representantes de entidades ambientalistas que tiveram papel preponderante na aprovação dos índices. Parte do índice estava pautado na experiência empírica do tombamento dos bairros Pacaembu e Jardim América na capital. Importante lembrar que um dos valores de preservação atribuídos ao Bairro Nova Campinas foi a sua

---

[326] City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, empresa de urbanismo, com sede em Londres e que se instalou na cidade de São Paulo no ano de 1912. Conhecida como Cia. City, participou ativamente do processo urbanístico, em especial, da cidade

importância como reserva ambiental urbana, uma condição de patrimônio inovadora para a época, tendo dentro do seu perímetro um parque linear urbano. A considerar essa condição ambiental do parque linear urbano com seu entorno totalmente urbanizado e consolidado, propôs-se a máxima proteção da permeabilidade da montante do parque e garantias de médio a baixo adensamento do bairro, situação original do loteamento. Cabe ainda lembrar que no lado oposto a montante da área do parque, integrante do bairro tombado, localiza-se o bairro do Cambuí, que na época e principalmente hoje em dia apresenta um elevado índice urbanização, onde raramente são respeitados os índices de permeabilidade existentes.

---

de São Paulo e ainda hoje é atuante no mercado. (Site da Cia. City. Disponível em: <http://www.ciacity.com.br/novo/index.php >. Acesso em 10 maio 2012).

APÊNDICE G

CATEGORIA DOS BENS TOMBADOS PELO CONDEPACC (1988 – 2008)

A – Arquitetura (73% - 137 Bens Tombados)

B - Praças e Parques (7% - 13 Bens Tombados)

C - Infraestrutura (6% - 12 Bens Tombados)

D - Mobiliário Urbano (6% 11 Bens Tombados)

E – Patrimônio Natural (5% - 9 Bens Tombados)

F - Outros (3% - 6 Bens Tombados)

A - Categoria Arquitetura (73% - 137 Bens Tombados)

1. Solar Barão de Itatiba – Arquitetura Residencial (Resolução nº 1)
2. Catedral Metropolitana de Campinas - Arquitetura Religiosa (Resolução nº 1)
3. Solar Visconde de Indaiatuba - Arquitetura Residencial (Resolução nº 1)
4. Solar Barão de Itapura - Arquitetura Residencial (Resolução nº 1)
5. Capela de Nossa Senhora da Boa Morte - Arquitetura Religiosa (Resolução nº 2)
6. Solar do Barão de Ataliba Nogueira - Arquitetura Residencial (Resolução nº 3)
7. FEPASA I. Estação da CIA Paulista - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
8. FEPASA II. Armazém (antiga Av. Expedicionários) - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
9. FEPASA III. Oficina da Cia. Paulista - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
10. FEPASA IV. Entradas do túnel de pedestre e trecho de 2m posterior às escadas - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
11. FEPASA V. Antigas oficinas Srs. Lemos - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
12. FEPASA VI. Escritórios de Administração - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
13. FEPASA VII. Caixa D'água, no pátio interno da FEPASA - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
14. FEPASA VIII. Usina Geradora, no pátio interno da FEPASA - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
15. FEPASA IX. Duas Oficinas de carros e vagões, sito no pátio interno - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
16. FEPASA X. Rotunda, sita no pátio interno da FEPASA - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
17. FEPASA XI. Oficinas de Locomotivas, no pátio interno da FEPASA - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
18. FEPASA XII. Armazém Cia Mogiana - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 4)
19. Antiga Fábrica Equip. Agrícolas "Lidgerwood Manufacturing Ltda." - Arquitetura Ferroviária (Res. nº 4)
20. Imóvel da Rua Cônego Cipião nº 1074 - Arquitetura Residencial (Res. nº 5)
21. Imóvel Rua Padre Vieira nº 1277, (atual “Giovanetti V”) - Arquitetura Residencial (Resolução nº 8)

22. Imóvel da Rua Sales de Oliveira nº 429/433 - Arquitetura Mista / Residencial e Comercial (Resolução nº 9)

23. Imóvel Av. Dr. Arlindo Joaquim de Lemos (antiga Chácara Proença) - Arquitetura Residencial (Resolução nº 10)

24. Colégio Culto à Ciência - Arquitetura Institucional/Ensino (Resolução nº 12)

25. Colégio Técnico Bento Quirino (Cotuca) - Arquitetura Institucional/Ensino (Resolução nº 12)

26. Conjunto Arquitetônico Fazenda Jambeiro - Arquitetura Rural/Conjunto (Resolução nº 14)

27. Antiga Fábrica de Tecidos Elásticos Goddy & Valbert S/A – Arquitetura Industrial (Resolução nº 15)

28. Creche Bento Quirino - Arquitetura Institucional/Ensino (Res. 16)

29. Escola Francisco Glicério - Arquitetura Institucional/Ensino (Resolução nº 17)

30. Sítio Astronômico do Observatório Municipal de Campinas “Jean Nicolini” - Arquitetura Institucional/Pesquisa (Resolução nº 18)

31. Vila Manoel Dias - Arquitetura Residencial/Conjunto (Resolução nº 19)

32. Vila Manoel Freire - Arquitetura Residencial/Conjunto (Resolução nº 19)

33. Jóquei Clube Campineiro - Arquitetura Institucional (Resolução nº 20)

34. Mercado Municipal - Arquitetura Comercial (Resolução nº 21)

35. Imóvel Rua José Paulino nº 1359 (antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus) - Arquitetura Institucional/Ensino (Resolução nº 22)

36. Imóvel Rua Riachuelo nº 28 (Casa de Saúde Campinas, antigo "Circolo Italiani Uniti”) - Arquitetura Institucional/Saúde (Resolução nº 26)

37. E.E.P.S.G. Carlos Gomes - Arquitetura Institucional/Ensino (Resolução nº 27)

38. Palácio da Mogiana - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 28)

39. Igreja de São Benedito - Arquitetura Religiosa (Resolução nº 30)

40. Capela de Santa Cruz - Arquitetura Religiosa (Resolução nº 31)

41. Imóvel da Rua José Paulino, nº 479 (antigo Externato São João) - Arquitetura Institucional/Ensino (Resolução nº 32)

42. Armazém da Fazenda Santa Genebra - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 35)

43. Casarão de Joaquim Egídio - Arquitetura Mista/Residencial e. Comercial (Resolução nº 36)

44. Posto Policial (antiga Cadeia Pública) - Arquitetura Institucional (Resolução nº 39)

45. Sub-Prefeitura de Sousas - Arquitetura Institucional (Resolução nº 39)

46. Hospital Cândido Ferreira - Arquitetura Institucional/Saúde (Resolução nº 39)

47. Capela de Santa Cruz (Distrito de Sousas) - Arquitetura Religiosa (Resolução nº 39)

48. Capela de São Joaquim e São Roque - Arquitetura Religiosa (Resolução nº 39)

49. Igreja de Santana e Casa Paroquial - Arquitetura Religiosa (Resolução nº 39)

50. Igreja São Sebastião (Distrito de Sousas) - Arquitetura Religiosa (Resolução nº 39)

51. Casa de Cultura e Cidadania Antônio da Costa Santos - Arquitetura Residencial (Resolução nº 39)

52. Casa do Cardeal Dom Agnello Rossi - Arquitetura Residencial (Resolução nº 39)

53. Imóvel Rua Emílio Ribas nº 1468, Cambuí. (Museu do Negro de Campinas) - Arquitetura Residencial (Resolução nº 40)

54. Conjunto Arquitetônico da Fazenda Rio das Pedras - Arquitetura Rural/Conjunto (Resolução nº 43)

55. Áreas e Prédios do Complexo Ferroviário da antiga Companhia Mogiana - Arquitetura Ferroviária/Conjunto (Resolução nº 45)

56. Capela da Hípica - Arquitetura Religiosa (Resolução nº 49)

57. Basílica de Nossa Senhora do Carmo - Arquitetura Religiosa (Resolução nº 50)

58. Estação Anhumas (da antiga Estrada de Ferro Mogiana) - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 51)

59. Estação Carlos Gomes (da antiga Estrada de Ferro Mogiana) - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 51)

60. Estação Des. Furtado da antiga Estrada de Ferro Mogiana - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 51)

61. Estação Pedro Américo (da antiga Estrada de Ferro Mogiana) - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 51)

62. Estação Tanquinho da antiga Estrada de Ferro Mogiana - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 51)

63. Conjunto arquitetônico do Clube de Campo dos Ferroviários - Arquitetura Ferroviária/Conjunto (Resolução nº 51)

64. Prédio da antiga Escola de Sericicultura - Arquitetura Institucional/Ensino (Resolução nº 51)

65. Fazenda Duas Pontes (atual Fazenda Solar das Andorinhas) - Casa Sede - Arquitetura Rural (Resolução nº 51)

66. Fazenda São Vicente - Casa Sede - Arquitetura Rural (Resolução nº 51)

67. Conjunto Arquitetônico do Bairro Carlos Gomes Velho - Arquitetura Rural/Conjunto (Resolução nº 51)

68. Fazenda Santa Maria - Casa Sede, Capela e Terreiro - Arquitetura Rural/Conjunto (Resolução nº 51)

69. Fazenda Santa Rita do Mato Dentro - Casa Sede, Capela e Casa de Colonos - Arquitetura Rural/Conjunto (Resolução nº 51)

70. Cemitério Cura D'Ars - Arquitetura Funerária/Conjunto (Resolução nº 53)

71. Cemitério da Saudade - Arquitetura Funerária/Conjunto (Resolução nº 53)

72. Cemitério Irmandade de São Miguel e Almas - Arquitetura Funerária/Conjunto (Resolução nº 53)

73. Cemitério Irmandade do Santíssimo Sacramento - Arquitetura Funerária/Conjunto (Resolução nº 53)

74. Cemitério Ordem Terceira do Carmo - Arquitetura Funerária/Conjunto (Resolução nº 53)

75. Cemitério São José - Arquitetura Funerária/Conjunto (Resolução nº 53)

76. IAC, Prédio Antônio Prado - Arquitetura Institucional (Resolução nº 55)

77. IAC, Prédio D. Pedro II - Arquitetura Institucional (Resolução nº 55)

78. IAC, Prédio da Casa da Diretoria - Arquitetura Institucional (Resolução nº 55)

79. IAC, Prédio Franz W. Dafert - Arquitetura Institucional (Resolução nº 55)

80. IAC, Casas de Vegetação - Arquitetura Institucional (Resolução nº 55)

81. IAC, Desenho Arquitetônico do Muro e Colunas Ornamentais - Arquitetura Institucional (Resolução nº 55)

82. IAC, Três Portões em ferro fundido ornamentais - Arquitetura Institucional (Resolução nº 55)

83. Imóvel da Rua Culto à Ciência nº 238 - Arquitetura Residencial (Resolução nº 57)

84. Casa da Banda Carlos Gomes - Arquitetura Institucional (Resolução nº 60)

85. Imóvel da Av. Andrade Neves nº 471 (Delegacia Seccional de Polícia Dr. Cid Guimarães Leme) - Arquitetura Institucional (Resolução nº 63)

86. Hospital da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência - Arquitetura Institucional/Saúde (Resolução nº 64)

87. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Antigo Colégio Progresso Campineiro - Arquitetura Institucional/Ensino (Resolução nº 67)

88. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Igreja Nossa Senhora das Dores - Arquitetura Religiosa (Resolução nº 67)

89. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Imóvel da Avenida Júlio Mesquita nº 594 - Arquitetura Residencial (Resolução nº 67)

90. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Imóvel da Avenida Júlio Mesquita nº 606 - Arquitetura Residencial (Resolução nº 67)

91. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Imóvel da Avenida Júlio Mesquita nº 622 - Arquitetura Residencial (Resolução nº 67)

92. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Imóvel da Avenida Júlio Mesquita nº 666 - Arquitetura Residencial (Resolução nº 67)

93. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Imóvel da Avenida Júlio Mesquita nº 704 - Arquitetura Residencial (Resolução nº 67)

94. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Imóvel da Avenida Júlio Mesquita nº 726 - Arquitetura Residencial (Resolução nº 67)

95. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Imóvel da Avenida Júlio Mesquita nº 742 - Arquitetura Residencial (Resolução nº 67)

96. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Imóvel da Avenida Júlio Mesquita nº 766 - Arquitetura Residencial (Resolução nº 67)

97. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Hospital Irmãos Penteado - Arquitetura Institucional (Resolução nº 67)

98. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Imóvel da Avenida Coronel Silva Telles nº 165 - Arquitetura Residencial (Resolução nº 67)

99. Imóvel da Rua Doutor Quirino nº 1396/1404 (Giovanetti II) - Arquitetura Comercial (Resolução nº 68)

100. Santa Casa de Misericórdia - Arquitetura Institucional/Saúde (Resolução nº 71)

101. Conjunto Conceição - Imóvel da Rua Conceição nº 33 - Arquitetura Comercial (Resolução nº 73)

102. Conjunto Conceição - Imóveis da Rua Conceição, nº 41 (nº 37) - Arquitetura Mista/Com. E Residencial (Resolução nº 73)

103. Conjunto Conceição - Imóveis da Rua Conceição, nº 49 - Arquitetura Mista/Comercial e Residencial (Resolução nº 73)
104. Conjunto Conceição - Imóveis da Rua Conceição, nº 53 - Arquitetura Mista/Comercial e Residencial (Resolução nº 73)
105. Conjunto Conceição - Imóveis da Rua Conceição, nº 57 - Arquitetura Mista/Comercial e Residencial (Resolução nº 73)
106. Conjunto Conceição - Imóveis da Rua Conceição, nº 61 - Arquitetura Mista/Comercial e Residencial (Resolução nº 73)
107. Conjunto Conceição - Imóvel da Rua Conceição nº 63 (Rua Barão de Jaguara nº 1073) - Arquitetura Mista/Comercial e Residencial (Resolução nº 73)
108. Conjunto Conceição - Imóvel da Rua Barão de Jaguara nº 1077/1081 - Arquitetura Mista/Comercial e Residencial (Resolução nº 73)
109. Hospital Coração de Jesus - Arquitetura Institucional/Saúde (Resolução nº 74)
110. Imóvel à Av. dos Expedicionários, nº 226 ("Edifício Grigoleti") - Arquitetura Comercial (Resolução nº 76)
111. Imóvel da Av. Andrade Neves nº 183 (antiga "Cia Mac Hardy/Cervejaria Colúmbia") - Arquitetura Industrial (Resolução nº 76)
112. Imóvel à Av. dos Expedicionários, nº 244 ("Edifício Roque de Marco") - Arquitetura Mista/Comercial e Residencial (Resolução nº 76)
113. Imóvel Geminado, Rua Saldanha Marinho, nº 66 - Arquitetura Mista/Comercial e Residencial (Resolução nº 76)
114. Imóvel Geminado, Rua Saldanha Marinho, nº 70 - Arquitetura Mista/Comercial e Residencial (Resolução nº 76)
115. Imóvel Geminado, Rua Saldanha Marinho, nº 115 - Arquitetura Mista/Comercial e Residencial (Resolução nº 76)
116. Imóvel Av. dos Expedicionários, nº 288 - Arquitetura Residencial (Resolução nº 76)
117. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Av. Saudade nº 140 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)
118. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Av. Saudade nº 152 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)
119. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Av. Saudade nº 154 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

120. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Av. Saudade nº 168 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

121. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Av. Saudade nº 170 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

122. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Av. Saudade nº 182 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

123. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Av. Saudade, nº 184 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

124. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Rua Álvaro Ribeiro nº 386 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

125. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Rua Álvaro Ribeiro nº 398 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

126. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Rua Álvaro Ribeiro nº 400 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

127. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Rua Álvaro Ribeiro nº 414 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

128. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Rua Álvaro Ribeiro nº 416 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

129. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Rua Álvaro Ribeiro nº 428 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

130. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Trav. Cia. Paulista, nº 29 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

131. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Trav. Cia. Paulista nº 41 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

132. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Trav. Cia. Paulista nº 43 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

133. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Trav. Cia. Paulista nº 55 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

134. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Trav. Cia. Paulista, nº 57 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

135. Vila Operária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Trav. Cia. Paulista nº 71 - Arquitetura Ferroviária (Resolução nº 77)

136. Imóvel Rua Baronesa Geraldo de Rezende nº 330 (Liceu S. N. S. Auxiliadora) - Arquitetura Institucional/Ensino (Resolução nº 33, substituída pela Resolução 92)
137. Imóvel da Av. Abolição nº 1000 (Sanatório Santa Isabel) - Arquitetura Institucional/Saúde (Resolução nº 56, substituída pela Resolução 72)

B - Categoria Praças e Parques (7% - 13 Bens Tombados)

138. Praça Profa.a Silvia Simões Magro (Largo São Benedito) – Praça Urbana (Resolução nº 6)
139. Bosque dos Jequitibás - Parque Urbano (Resolução nº 13)
140. Praça Carlos Gomes - Praça Urbana (Resolução nº 29)
141. Parque Ecológico Mons. Emílio José Salim - Parque Urbano (Resolução nº 37)
142. Praça Antônio Pompeu - Praça Urbana (Resolução nº 50)
143. Praça Bento Quirino - Praça Urbana (Resolução nº 50)
144. IAC (Arboreto do Parque) - Parque Urbano (Resolução nº 55)
145. IAC (Traçado do Jardim) - Parque Urbano (Resolução nº 55)
146. Traçado da Praça Imprensa Fluminense (Conjunto Arquitetônico Cambuí) - Praça Urbana (Resolução nº 67)
147. Largo do Pará (Traçado) - Praça Urbana (Resolução nº 69)
148. Largo do Pará (Espécies arbóreas) - Praça Urbana (Resolução nº 69)
149. Praça Luis de Camões - Praça Urbana (Resolução nº 75)
150. Traçado Urbano da Praça 09 de Julho - Praça Urbana (Resolução nº 76)

C - Categoria Infraestrutura (6% - 12 Bens Tombados)

151. Ponte sobre Ferrovia – Infraestrutura (Resolução nº 34)
152. Ponte Ademar de Barros – Infraestrutura (Resolução nº 39)
153. Ponte Padre Abel – Infraestrutura (Resolução nº 39)
154. Ponte Metálica Rio Atibaia – Infraestrutura (Resolução nº 42)
155. Ramal Férreo Campineiro – Infraestrutura (Resolução nº 44)
156. Pontes Rio Atibaia – Infraestrutura (Resolução nº 51)

157. Traçado da Antiga Companhia Mogiana de Estrada de Ferro (CMEF) – Infraestrutura (Resolução nº 51)
158. IAC, Leito Férreo da Cia. Mogiana e Funilense - Infraestrutura (Resolução nº 55)
159. Bairro Nova Campinas - Infraestrutura / Traçado Urbano (Resolução nº 61)
160. Castelo D'água (Torre do Castelo) - Infraestrutura Urbana (Resolução nº 70)
161. Traçados Urbanos e Caminhos Históricos e Remanescentes do Distrito de Sousas - Infraestrutura / Traçado Urbano (Resolução nº 58, substituída pela Resolução nº 91)
162. Traçados Urbanos e Caminhos Históricos e Remanescentes do Distrito de Joaquim Egídio - Infraestrutura / Traçado Urbano (Resolução nº 58, substituída pela Resolução nº 91)

D - Categoria: Mobiliário Urbano (6% 11 Bens Tombados)

163. Coreto da Praça São Sebastião - Mobiliário Urbano (Resolução nº 39)
164. Monumento ao Imigrante (Distrito Sousas) - Mobiliário Urbano (Resolução nº 39)
165. Monumento a Bento Quirino - Mobiliário Urbano (Resolução nº 50)
166. Monumento a César Bierrembach - Mobiliário Urbano (Resolução nº 50)
167. Túmulo de Carlos Gomes - Mobiliário Urbano (Resolução nº 50)
168. Mural do artista plástico Aldo Cardarelli - Mobiliário Urbano (Resolução nº 52)
169. IAC, Busto do Prof. Franz W. Dafert - Mobiliário Urbano (Resolução nº 55)
170. Quadrante Solar (Relógio de Sol) - Mobiliário Urbano (Resolução nº 66)
171. Largo do Pará (quatro Monumentos) - Mobiliário Urbano (Resolução nº 69)
172. Monumento da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro - Mobiliário Urbano (Resolução nº 76)
173. Bebedouro da Praça 09 de Julho - Mobiliário Urbano (Resolução nº 76)

E - Categoria: Patrimônio Natural (5% - 9 Bens Tombados)

174. Mata Fazenda Santa Eliza (Centro Experimental de Campinas - IAC) – Patrimônio Natural (Resolução nº 7)
175. Mata Santa Genebra (Reserva Florestal da Fundação José de Oliveira) – Patrimônio Natural (Resolução nº 11)

176. Área Brejosa e Maciços Arbóreos no Recanto Yara - Patrimônio Natural (Resolução nº 25)
177. Mata Ribeirão Cachoeira - Patrimônio Natural (Resolução nº 38)
178. Matas e Lagoas Localizadas na Fazenda Rio das Pedras - Patrimônio Natural (Resolução nº 41)
179. Maciço Arbóreo “C” (ao lado da Mata Santa Genebra) - Patrimônio Natural (Resolução nº 47)
180. Maciço Arbóreo “D” (ao lado da Mata Santa Genebra) - Patrimônio Natural (Resolução nº 48)
181. Maciço Arbóreo do Jardim Santa Terezinha (Parque Zoobotânico Municipal) - Patrimônio Natural (Resolução nº 54)
182. Mata da Fazenda Santana - Patrimônio Natural (Resolução nº 59)

F – Categoria: Outros (3% - 6 Bens Tombados)

183. Espaço vazio da Praça Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário) – Espaço Vazio da Praça (Resolução nº 23)
184. Largo do Pará (Nome do Largo) – Denominação (Resolução nº 69)
185. Conjunto de Lustres e Arandelas do “Teatro Municipal Carlos Gomes” – Objeto Utilitário (Resolução nº 24)
186. Conjunto Arquitetônico Cambuí - Uso e Função de Teatro Centro de Convivência Cultural Carlos Gomes - (Resolução nº 69) - Uso e Função (Resolução nº 67)
187. eatro Municipal José de Castro Mendes (Espaço como uso de teatro) – Uso (Resolução nº 46)
188. Uso do Castelo D'Água (Torre do Castelo como Mirante) – Uso (Resolução nº 70

APÊNDICE H

LINHA DO TEMPO DOS BENS TOMBADOS PELO CONDEPACC (1988 – 2008)

(Pesquisa, documentação fotográfica e organização: Wania Bertinato)

LINHA DO TEMPO - BENS TOMBADOS EM CAMPINAS (SP) DE 1979 A 2008 - CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS - CONDEPACC

Obs.: Conforme documento fornecido pela Prefeitura Municipal de Campinas, Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural - Centro de Documentação do Patrimonio Cultural Maria Luiza , atualizado em dezembro de 2009


Ano	Prefeito Municipal
1979	DR. FRANCISCO AMARAL
1987	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA
1988	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA
1989	JACÓ BITTAR
1990	JACÓ BITTAR
1990	JACÓ BITTAR
1991	JACÓ BITTAR
1992	JACÓ BITTAR
1993	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA
1994	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA
1995	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA
1996	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA / EDIVALDO ORSI
1997	FRANCISCO AMARAL
1998	FRANCISCO AMARAL
1999	FRANCISCO AMARAL
2000	FRANCISCO AMARAL
2001	ANTONIO DA COSTA SANTOS / IZALENE TIENE
2002	IZALENE TIENE
2003	IZALENE TIENE
2003	IZALENE TIENE
2004	IZALENE TIENE
2004	IZALENE TIENE
2004	IZALENE TIENE
2004	IZALENE TIENE
2004	IZALENE TIENE
2004	IZALENE TIENE
2005	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS
2006	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS
2007	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS
2008	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS
2008	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS
2008	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS
2008	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS

1979 — LEI N° 4.886 de 14 de Maio de 1979

CRIA O CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE CAMPINAS

1987 — LEI N°5.885 de 17 de Dezembro de 1987

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ESTÉTICO, ARQUITETÔNICO, ARQUEOLÓGICO, DOCUMENTAL E AMBIENTALDO MUNICÍPIO DE CAMPINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E ORGANIZAÇÃO: ARQUITETA WANIA LUCY VALIM BERTINATO

Pesquisa desenvolvida para a disciplina HH 358 Tópicos Especiais em História V, IFCH/UNICAMP em 2005

ANEXO A

REPRODUÇÃO DO REGISTRO E ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE FEBRE AMARELA.

MARLY DENISE BIONDI
ADVOGADA

EXMO.SR.OFICIAL DO 1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOA JURIDICAS
DA COMARCA DE CAMPINAS SP

SOCIEDADE FEBRE AMARELA, com sede nesta cida de e comarca de Campinas-SP , à Av. Joaquim ,digo, Arlindo Joaquim de Lemos - 1.300, vem , por seus representantes infra-assinados,re querer, respeitosamente, o REGISTRO da mesma perante esse DD.Cartó rio , na forma da Lei em vigor , e nos termos da Ata da Assembléia de Fundação da referida Sociedade em anexo , cuja cópia está con - forme o original, inserto em Livro próprio.

Termos em que,
PP.Deferimento.
Campinas, 05 do Dezembro de 1985

ANTONIO DA COSTA SANTOS

LUIZ CLAUDIO BITTENCOURT

SERGIO MONTEIRO PORTELLA SANTOS

ROBERTO DE ALMEIDA FLOETER

ROSA MARIA DA RIOS RUGAI

ARCHIMEDES PEREZ FILHO

LUIZ ANTONIO MARTINS AQUINO



MARLY DENISE BIONDI
ADVOGADA

ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE FEBRE AMARELA -

Aos 15 (quinze) de Março de 1985 (hum mil e novecentos e oitenta e cinco), às 20:00 horas, à Rua Cristóvão Bonini - 1.104, nesta cidade e comarca de Campinas, Estado de São Paulo, realizou-se, por iniciativa do Sr. Antonio da Costa Santos, que dirigiu, para esse fim, convites às pessoas gradas da cidade e, bem assim, convocara-as por Edital, devidamente afixado naquele local, a Assembléia de Fundação da Sociedade Febre Amarela, tendo comparecido à mesma as pessoas abaixo-relacionadas, que assinaram o Livro de Presenças, o qual se encontrava colocado sobre a mesa existente à entrada do referido local. Inicialmente, o Sr. Antonio da Costa Santos convidou para tomarem assento à mesa diretora dos trabalhos os Srs. Sérgio Monteiro Portella Santos, Luiz Cláudio Bittencourt e Roberto de Almeida Floster, tendo as restantes pessoas ocupado os lugares para si reservados no referido endereço. Após prestar esclarecimentos a todos os presentes sobre os objetivos e a natureza da Sociedade Febre Amarela, o Sr. Sérgio Monteiro Portella Santos passou à leitura dos Estatutos da Sociedade Febre Amarela que estava apresentando publicamente a todos os presentes. Colocado em votação, foram os mesmos aprovados por unanimidade, nos termos a seguir transcritos: -" ESTATUTOS DA SOCIEDADE FEBRE AMARELA - CAPÍTULO PRIMEIRO - Artigo 1º - DENOMINAÇÃO: A Sociedade Febre Amarela, fundada em 15 de Março de 1985, é uma Sociedade Civil, de natureza cultural e de pesquisa e estudos, sem fins lucrativos e sem tempo estipulado de duração. Artigo 2º - A sede da Sociedade Febre Amarela será situada à Avenida Arlindo Joaquim de Lemos - nº 1.300, nesta cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Parágrafo Único - O exercício social coincidirá com o ano civil. Artigo 3º - A Sociedade Febre Amarela terá por finalidade: a - pesquisar as modificações urbanas provocadas pela epidemia da febre amarela em Campinas-SP e regiões circunvizinhas; b - efetuar levantamento histórico e científico da epidemia da febre amarela na cidade de Campinas-SP e regiões circunvizinhas também afetadas; c - efetuar levantamentos médicos, sócio-econômicos e poéticos sobre as consequências, em Campinas-SP e regiões circunvizinhas, da epidemia da febre amarela; d - pesquisar e efetuar levantamento de edifícios, sítios e equivalentes, na área urbana, que sejam remanescentes da época da epidemia da febre amarela; e - pesquisar e efetuar levantamento de propriedades rurais, no município de Campinas-SP e regiões circunvizinhas, que seja remanescentes da época da epidemia da febre amarela; f - produção, ensino, pesquisa, divulgação, crítica e defesa do conhecimento historicamente produzido sobre o ambiente urbano e rural de Campinas-SP, tendo em vista todos os aspectos; g - defesa dos bens culturais, históricos e ambientais; h - defesa das formas democráticas de produção, ordenação e de desenvolvimento físico dos ambientes urbanos e rurais; i - produção de projetos de interesse ambiental; j - produção de trabalhos que fundamentem a participação nas discussões comunitárias, oficiais, institucionais, legislativas, jurídicas e eventuais temas de interesse da Sociedade Febre Amarela; k - formação e desenvolvimento de arquivo de trabalhos e de projetos nas atividades pertinentes à esta Sociedade Febre Amarela; l - realização de exposições, seminários, conferências, mesas redondas, ciclos de debates sobre os assuntos de interesse da Sociedade Febre Amarela; m - incentivar a realização de intercâmbios e convênios com diversos institutos e/ou instituições culturais, econômicas, educacionais, industriais, científicas e acadêmicas, nacionais e internacionais; n - divulgação de todo o conhecimento produzido pela Sociedade Febre Amarela, a fim de proporcionar à população elementos para reflexão e formação de conceito sobre os assuntos estudados; o - estimulação do uso de meios de comunicação, tais como o cinema, vídeo, televisão, teatro, imprensa escrita e/ou falada e os meios gráficos em geral,

Avenida Francisco Glicério, 1068 - 1º Andar - Conj. 13 - Fone 31-0021 - Campinas - Estado de São Paulo
OAB-SP 11.164 — CIC 134030038-04

CARTÓRIO DE NOTAS

em geral, assim como utilizar desses referidos meios para a divulgação e reprodução de trabalhos de interesse da comunidade campineira , de modo geral; b - divulgação e reprodução , através dos meios de comunicação em geral, dos estudos e pesquisas realizados sobre a epidemia da febre amarela , conforme enumerado nos ítens "a", "b", "c","d","e" do Artigo 3º dos presentes Estatutos. CAPITULO SEGUNDO - DOS MEMBROS DA SOCIEDADE, SEUS DIREITOS,DEVERES E PARTICIPAÇÃO - Artigo 4º - A Sociedade Febre Amarela é composta de número ilimidato de membros de qualquer nacionalidade, sexo , raça e cor, distribuídos pelas seguintes categorias: a - Fundadores; b - Efetivos e c - Honorários. Parágrafo 1º - Os sócios-fundadores são aqueles que assinaram o Livro de Presenças na Assembléia de Fundação da Sociedade Febre Amarela. Os sócios-efetivos são os que uma vez propostos e aceitos para essa categoria social contribuem para a manutenção da Sociedade Febre Amarela. Os sócios-honorários são os que, convidados pelo Conselho-Diretor, tenham prestado relegantes serviços à Sociedade Febre Amarela, tendo direito a voz em todas as demais Assembléias Gerais a serem realizadas futuramente. Parágrafo 2º - Os sócios-fundadores e os sócios-efetivos contribuirão com uma taxa anual e com taxas mensais a serem fixadas pelo Conselho-Diretor. Artigo 5º - A admissão de membros ou de sócios-efetivos se fará por proposta assinada por dois sócios quites com os cofres sociais e mediante a aprovação do Conselho-Diretor. Artigo 6º - A exclusão de membros ou de sócios da Sociedade Febre Amarela dar-se-á das seguintes formas:- a - a pedido, por escrito; b - por falta de pagamento de taxas devidas à Sociedade Febre Amarela; c - por conduta inadequada para com a Sociedade Febre Amarela e seus objetivos, a critério do Conselho-Diretor. Artigo 7º - São deveres dos membros ou associados da Sociedade Febre Amarela: - a - comparecer aos atos desta Sociedade; b - assistir às Assembléias Gerais convocadas na forma destes Estatutos, acatando as suas decisões soberanas; c - aceitar cargos ou funções que lhes sejam confiadas pela Sociedade Febre Amarela , salvo em casos de impedimento justificado; d -contribuir com as quantias convencionadas pela Sociedade Febre Amarela; e - acatar as decisões tomadas pela Sociedade Febre Amarela. Artigo 8º - São direitos dos membros ou sócios: a - tomar parte nas discussões e votações das Assembléias Gerais, podendo sugerir medidas e apresentar indicações sobre assuntos de interesse da Sociedade Febre Amarela; b - votar e ser votado para a composição do Conselho-Diretor , quando este assim o deliberar, e nas Assembléias Gerais; c - frequentar todas as promoções da Sociedade Febre Amarela e nelas manifestar livremente suas opiniões e pontos de vista. CAPÍTULO TERCEIRO - DA DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE - Artigo 9º - A Sociedade Febre Amarela será composta por dois órgãos administrativos e diretivos , quais sejam , um Conselho-Diretor e um Conselho-Fiscal. Artigo 10º - A Sociedade Febre Amarela será dirigida e administrada pelo Conselho-Diretor , o qual se comporá dos seguintes membros e funções: a - Presidente; b - Vice-Presidente; c - Secretário-Geral e d - Tesoureiro; Parágrafo 1º - O Conselho-Diretor administrará e dirigirá a Sociedade Febre Amarela de acordo com os seus objetivos enumerados no Artigo 3º dos presentes Estatutos , sendo insubstituível nessa função diretiva e administrativa, não cabendo a nenhum de seus membros, de per si e por iniciativa própria, isoladamente, decidir e opinar , publicamente ou não, em nome da Sociedade Febre Amarela,sem a aprovação conjunta de todos os seus quatro membros. Parágrafo - 2º - Os associados não respondem , nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Sociedade Febre Amarela. Caberá ao Presidente do Conselho-Diretor a representação ativa e passiva, judicial e extra-judicial da Sociedade Febre Amarela. Parágrafo 3º - O Conselho-Diretor será permanente enquanto existir a Sociedade Febre Amarela e terá autonomia para criar novas vagas para a composição-

Avenida Francisco Glicério, 1046 - 3.º Andar - Conj. 32 - Fone 31-0021 - Campinas - Estado de São Paulo
OAB-SP. 21.104 — CIC 134000328 04

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS

composição do mesmo Conselho-Diretor, e , se necessário, aumentar o número de seus membros componentes, assim como para promover a substituição anual de dois dos membros componentes. Parágrafo 4º- - Os membros do Conselho-Diretor exercerão os seus mandatos pelo- prazo de 02(dois) anos e serão eleitos na forma prescrita nestes- Estatutos. Artigo 11º - O Conselho-Fiscal da Sociedade Febre Amarela se comporá de 03 (três) membros com as seguintes funções: - a - Presidente; b - Primeiro-Conselheiro e c - Segundo-Conselheiro. Parágrafo 1º - Os membros do Conselho-Fiscal exercerão seus - mandatos pelo prazo de 01 (hum) ano e serão eleitos na forma prescrita nestes Estatutos. Parágrafo 2º - Ao Conselho-Fiscal competirá:- a - examinar e visar os balanços anuais sociais; b - verificar a escrituração da Sociedade Febre Amarela; c - comunicar e recomendar ao Conselho assuntos referentes a faltas e irregularidades porventura encontradas nas documentações pertinentes à Sociedade Febre Amarela. Artigo 12º - Ao Presidente do Conselho-Fiscal competirá:- a - referendar indicação de membro Tesoureiro do Conlho-Diretor, feita por este; b - convocar e dirigir as reuniões - fiscais; c - indicar e escolher os demais membros do Conselho Fiscal, ou seja , o Primeiro-Conselheiro e o Segundo-Conselheiro;d - - responder pelas contas da Sociedade Febre Amarela perante estae terceiros; e - zelar pelo patrimônio da Sociedade Febre Amarela. Artigo 13º - Todos os membros do Conselho-Diretor e todos os membros do Conselho-Fiscal da Sociedade Febre Amarela exercerão suas funções perante a mesma , de forma inteiramente gratuita, não tendo direito à percepção de quaisquer gratificações ouquaisquer outras vantagens economicas em decorrencia do exercício de seus cargos perante a referida Sociedade. Artigo 14º - No caso de dissolução da Sociedade Febre Amarela, a qual somente poderá se dar - nos termos dos presentes Estatutos , o seu patrimonio reverterá - em beneficio de entidade com finalidade semelhante Pa da Sociedade Febre Amarela , a qual deverá se comprometer, expressamente , a seguir, em seu exercício , os mesmos objetivos e fins indicados pelo Conselho-Diretor da Sociedade Febre Amarela na oportunidade- da eventual transferencia,do patrimônio em questão , à entidade - escolhida pelo Conselho Diretor. Artigo 15º - Os presentes Estatutos poderão ser modificados no tocante à sua forma de administração , em Assembléia Geral Extraordinária , especialmente convocada para esse fim. CAPITULO QUARTO: - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS - Artigo 16º - A Sociedade Febre Amarela convocará, segundo suas conveniências, Assembléias Gerais , Ordinárias e Extraordinárias . Parágrafo 1º - À Assembléia Geral compete: a - eleger os membros- do Conselho-Diretor, cujos mandatos terão a duração de 2(dois) anos; b - eleger os membros do Conselho-Fiscal, cujos mandatos terão a duração de 1 (hum) ano; c - empossar os membros do Conselho--Diretor e do Conselho-Fiscal; d - reformar os Estatutos da Sociedade Febre Amarela , em todos os seus termos, principalmente - no que tange à forma de administração da mesma; e - resolver sobre a dissolução da Sociedade Febre Amarela. Parágrafo 2º - As decisões tomadas pela Assembléia Geral terão validade quando aprovadas por maioria simples de votos de seus participantes e , por - maioria absoluta (dois/terços) para a reforma dos Estatutos da Sociedade Febre Amarela e sua dissolução. Parágrafo 3º - A primeira convocação de Assembléia Geral da Sociedade Febre Amarela far-se-á através de circulares ou pela publicação, pela imprensa ou não, sendo que no caso da convocação se fizer por editais, estes deverão ser publicados com uma antecedência mínima de 05(cinco) dias da data da realização da referida Assembléia Geral? - A seguir, dando continuidade aos trabalhos da Assembléia de Fundação da Sociedade Febre Amarela, e aprovados que estavam os Estatutos da Sociedade Febre Amarela retro transcritos , os participantes, por unanimidade de votos, decidiram eleger, como efetivamente elegeram, os membros do Conselho-Diretor e os membros do Conselho-Fiscal, na

Avenida Francisco Glicério, 1046 - 3.º Andar - Conj. 33 - Fone 31-0921 - Campinas - Estado de São Paulo
OAB-SP 21.104 — CIC 154150038-04

CAMPINAS

na forma estabelecida pelos Estatutos da Sociedade Febre Amarela,- ficando tais órgãos assim compostos:- CONSELHO-DIRETO: a - Presidente: Antonio da Costa Santos, brasileiro, casado, arquiteto, RG-5.149.612 e CIC 552.265.158-04; b - Vice-Presidente: Sérgio Monteiro Portella Santos , brasileiro, separado judicialmente, arquiteto, RG 13.292.999 e CIC 016.928.378-00; c Secretário-Geral: Rosa Maria da Rios Rugai , brasileira, solteira , professora, RG 5.067.174 e CIC-848.161.718-00; d - Tesoureiro: Roberto de Almeida Floeter, brasileiro , casado, arquiteto, RG 7.480.746 e CIC 761.649.188-04, todos residentes em Campinas-SP e domiciliados nesta mesma cidade, à Avenida Arlindo Joaquim de Lemos - 1.300. CONSELHO-FISCAL: Presidente: Luiz Cláudio Bittencourt, brasileiro, casado, arquiteto, RG .... 7.939.849 e CIC 722.001.038-91. Primeiro-Conselheiro: Archimedes Perez Filho, brasileiro, casado, geólogo , RG 4.390.497 e CIC .... 580.563.948-34. Segundo-Conselheiro: Luiz Antonio Martins Aquino , brasileiro, casado, arquiteto, RG 6.171.167 e CIC 042.404.908-20 , todos residentes em Campinas-SP e domiciliados à Avenida Arlindo Joaquim de Lemos - 1.300 , também nesta cidade de Campinas-SP. A seguir , por unanimidade de votos , foram considerados por todos os participantes da Assembléia de Fundação da Sociedade Febre Amarela- serem seus sócios-fundadores os Srs. Antonio da Costa Santos, Sérgio Monteiro Portella Santos, Luiz Cláudio Bittencourt, Roberto de Almeida Floeter, Rosa Maria da Rios Rugai , Archimedes Perez Filho- e Luiz Antonio Martins Aquino, todos já devidamente qualificados acima, nos termos dos Estatutos da Sociedade Febre Amarela. Nada - mais havendo a tratar , o Sr. Antonio da Costa Santos deu por encerrada a Assembléia de Fundação da Aociedade Febre Amarela, não sem - antes e mais uma vez, agradecer a presença de todos os participantes pelo estímulo que vem recebendo da comunidade campineira. Do - que para constar, eu , Antonio da Costa Santos, na qualidade de Secretário ad doc da presente Assembléia de Fundação da Sociedade Febre Amarela lavrei a presente ATA , a qual, após lida e aprovada - por todos os participantes desta Assembléia , vai por mim assinada, assim como por todos os membros eleitos para o Conselho-Diretor e - Conselho-Fiscal. Campinas, 15 (quinze) de Março de 1985 (hum mil e novecentos e oitenta e cinco). a) ANTONIO DA COSTA SANTOS. a) SERGIO MONTEIRO PORTELLA SANTOS. a) LUIZ CLÁUDIO BITTENCOURT. a) ROBERTO DE ALMEIDA FLOETER. a) ROSA MARIA DA RIOS RUGAI. a) ARCHIMEDES - PEREZ FILHO. a) LUIZ ANTONIO MARTINS DE AQUINO". Nada mais em a Ata acima, para aqui fielmente transcrita de seu próprio original, que decorre de fls. a fls. do Livro de Atas da Sociedade Febre Amarela , com o qual foi conferido e está conforme. Campinas,- 06 de Dezembro de 1985. .-

ANTONIO DA COSTA SANTOS	SERGIO MONTEIRO PORTELLA SANTOS
LUIZ CLÁUDIO BITTENCOURT	ROBERTO DE ALMEIDA FLOETER
ROSA MARIA DA RIOS RUGAI	ARCHIMEDES PEREZ FILHO

LUIZ ANTONIO MARTINS AQUINO

Avenida Francisco Glicério, 1046 - 3.º Andar - Conj. 33 - Fone 31-0931 - Campinas - Estado de São Paulo
OAB-SP 31.164 — CIC 154100038-04

ANEXO B

LISTA DOS BENS TOMBADOS EM CAMPINAS NA ESFERA FEDERAL (IPHAN) E ESTADUAL (CONDEPHAAT):

A - Lista dos bens tombados em Campinas pelo IPHAN

B - Lista dos bens tombados em Campinas pelo CONDEPHAAT

A - Lista dos bens tombados em Campinas pelo IPHAN:

1 - **Solar Barão de Itatiba (Palácio dos Azulejos)**. Livro Histórico: Inscrição: 409. Data:20-12-1967. Nº Processo:0736-T-64[327]

2 - **Casa Grande e Tulha da antiga Chácara Paraíso das Campinas Velhas**. Processo de Tombamento nº 1460 – T – 00. Processo Nº. 01450.013238/2008-25.[328]

B - Lista dos bens tombados em Campinas pelo CONDEPHAAT[329]:

1 – **Capela N. S. da Boa Morte**. Processo: 08491/69 Tomb.: Res. de 11/4/72 D.O.: 12/4/72. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 124 , p. 22, 4/7/1979.

2 – **Bosque dos Jequitibás**. Processo: 09907/69 Tomb.: Res. de 9/4/70 D.O.: 10/4/70. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição nº 1, p. 302, 26/10/1973.

3 – **Palácio dos Azulejos**. Processo: 17270/70 Tomb.: ex-officio em 25/3/81 Tomb.: Iphan em 20/12/67. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 147, p. 27, 22/12/1981.

4 – **Sede da Fazenda Mato Dentro**. Processo: 00309/73 Tomb.: Res. 34 de 10/5/82 D.O.: 13/5/82. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 173, p. 40, 25/5/1982.

5 – **Catedral Metropolitana**. Processo: 20217/77 Tomb.: Res. 20 de 30/5/81 D.O.: 18/6/81. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 148, p. 27, 22/12/1981.

6 – **Sede da Fazenda Três Pedras**. Processo: 20427/77 Tomb.: Res. 7 de 19/3/82 D.O.: 27/3/82. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 163, p. 37, 1/4/1982.

7 – **Estação Ferroviária**. Processo: 20682/ 78 Tomb.: Res. 9 de 15/4/82 D.O.: 30/4/82. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 170, p. 39, 17/5/1982.

---

[327] IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm> Acesso em 17 nov. 2011.

[328] Conforme CONDEPACC/Ata Nº 400 de 27 de outubro de 2011. p.12, o IPHAN, através do Ofício nº. 606/2011 – PRESI/IPHAN, da "ciência do tombamento pelo IPHAN da Casa Grande e Tulha da antiga Chácara Paraíso das Campinas Velhas – Processo de Tombamento nº 1460 – T – 00 (PROCESSO Nº. 01450.013238/2008-25), por seu valor histórico e arquitetônico. Bem Tombado pelo CONDEPACC conforme Processo nº. 001/90. (Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/atas/132835_Ata400.pdf >. Acesso em 05 jul. 2012). Obs.: Processo ainda não disponível no Arquivo Noronha Santos.

[329] CONDEPHAAT, Disponível em < http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.8fc0ff23d63c442aaacf3010e2308ca0/?vgnextoid=662b7d2fbae72210VgnVCM1000002e03c80aRCRD> Acesso em 17 nov. 2011.

.

8 – **Escola Normal.** Processo: 21822/81 Tomb.: Res. 57 de 13/5/82 D.O.: 21/5/82. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 183, p. 43, 16/6/1982.

9 – **Solar do Barão de Itapura**. Processo: 22017/82 Tomb.: Res. 20 de 15/12/83 D.O.: 16/12/83. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 214, p. 60, 3/1/1984.

10 – **Reserva Florestal da Fundação José Pedro de Oliveira**. Processo: 22326/82 Tomb.: Res. 3 de 3/2/83 D.O.: 4/2/83. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição nº 9, p. 303, 1/9/1986.

11 – **Mercado Municipal**. Processo: 22362/83 Tomb.: Res. 1 de 24/1/83 D.O.: 28/1/83. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 208, p. 57, 1/2/1983.

12 – **Colégio Culto à Ciência**. Processo: 22804/83 Tomb.: Res. SC 48 de 5/9/88 D.O.: 6/9/88. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 283, p. 73, 8/6/1989.

13 – **Colégio Técnico da Unicamp**. Processo: 22805/83 Tomb.: Res. 30 de 29/10/84 D.O.: 30/10/84. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 259, p. 68, 23/1/1987.

14 – **Casa Grande e Tulha**. Processo: 24461/86 Tomb: Res. 10 de 30/4/86 D.O.: 1/5/86. Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 251, p. 66, 22/1/1987.

15 – **Centro de Convivência Cultural de Campinas**. Processo: 51547/05. D.O: 22/5/09.

ANEXO C

BANNER DO CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP:

PROJETO CIÊNCIAS & ARTE NAS FÉRIAS – 2008

A contribuição do contingente afro-brasileiro para o desenvolvimento e a vida cultural de Campinas e região

CENTRO DE MEMÓRIA - UNICAMP



Introdução

Campinas, de um entroncamento de rotas de muares no período colonial, originário de um pequeno bairro rural do município de Jundiaí, se tornou uma cidade economicamente pujante e importante centro gerador de cultura no Estado de São Paulo e no país, a partir da riqueza que passou a circular em nossa região com a implantação das culturas de cana de açúcar, no século XVIII e do café no século XIX.

Mas todo esse processo, resumido na frase acima, não se deu sem uma enorme quantidade de trabalho humano gerador de riquezas, realizado pelos contingentes indígena e africano, sob a dominação lusa. A presença indígena é muito difícil de ser retraçada, porque os vestígios que restaram são mínimos. A contribuição africana e crioula, entretanto, se fez presente por um tempo muito mais longo e com uma intensidade muito maior.

Em 1871 (segundo F. Quirino dos Santos que escreveu o texto CAMPINAS. Notícia Histórica) a cidade contava com aproximadamente "*... 33 mil almas (dez, mais ou menos, na cidade e o resto nas fazendas). Nesta cifra destacam-se 13 mil indivíduos livres e 20 mil escravos.*" Podemos avaliar por tais números, a quantidade de braços atuando na lavoura cafeeira e o enorme peso da cultura de origem africana e crioula na formação do povo campineiro.

Buscando preencher essa lacuna de conhecimentos e informações, constatada há já alguns anos em nossas pesquisas, nos propusemos a discutir a força da presença negra em Campinas, no passado e na contemporaneidade com adolescentes que conosco estiveram durante o mês de janeiro, dentro do Programa Ciência e Arte nas Férias da UNICAMP. Queríamos, entretanto, que essa visão sobre a negritude em nossa cidade fosse construída de maneira prazerosa e concretamente embasada e para isso desenvolvemos uma série de estratégias, através da colaboração voluntária de pesquisadores-especialistas no assunto, dos técnicos do CMU e contando com a riqueza inestimável do nosso acervo documental.

Assim os jovens pesquisadores realizaram leituras orientadas de textos resultantes de pesquisas sobre o tema, palestras com especialistas que abordaram a temática afro-campineira e visitas orientadas a espaços urbanos centrais e periféricos que guardam marcas do passado ou apresentam atividades contemporâneas relacionadas à negritude campineira. Ao encerrar as atividades desse mês de estágio nossos futuros pesquisadores foram expostos, embora de forma introdutória, a todas as fases de uma pesquisa no campo das Ciências Humanas desde a escolha do tema, coleta de dados primários e secundários, organização e análise dos mesmos, preparação do relatório final e devolução dos resultados da pesquisa a grupos interessados.

Profa. Olga R. de Moraes von Simson
Diretora do Centro de Memória – Unicamp

Equipe CMU – Projeto Ciências & Arte nas Férias 2008

Roteiro Instituições



Grupo de Teatro e Danças Populares Urucungos, Puítas e Ouijêngues
Fundado em 1988 na UNICAMP, pela Folclorista e Professora de Cultura Popular Raquel Trindade, filha do poeta Solano Trindade. O grupo possui sede própria (Ponto de Cultura), onde são ministradas aulas de coreografia e percussão: Coco de Alagoas, Samba Lenço e Samba de Bumbo Campineiro, manifestação típica de nossa cidade. A preocupação do grupo é levar a população, independente da classe social, cor, credo ou valores culturais do legado afro brasileiro.



Casa de Cultura Tainã
Entidade cultural e social sem fins lucrativos, fundada no final da década de 80, pelos moradores da Vila Castelo Branco e região. Hoje contam com sede própria localizada na Vila Padre Manoel da Nóbrega, ocupando localização estratégica onde atende à comunidade dos dois bairros citados, mas também ao do Jardim Londres, Jardim Garcia, Jardim das Roseiras e outros da região noroeste de Campinas. Segundo o site da entidade ela atende hoje em média 450 crianças e adolescentes/mês e 1.350 pessoas indiretamente através de atividades, projetos sociais, oficinas e shows realizados fora da entidade. A Casa tem como missão à valorização da identidade cultural afro-brasileira através de oficinas de danças e percussão. Outra característica importante dessa casa de cultura é a luta para democratização da informação e pelo livre acesso da população à informática (software livre), bem como o incansável trabalho de reconstrução da cidadania dos moradores da região noroeste da cidade.



Instituto Cultural Babá Toloji
Possui riquíssimo acervo de máscaras e indumentárias africanas. Fundado no final da década de 90 pelo Babalorixá Sr.Luiz Antonio Castro de Jesus, mais conhecido como Toloji. Este patrimônio cultural possui belíssimas peças vindas de várias regiões da África: Benin, Nigéria, Senegal, Angola, Costa do Marfim) e algumas esculpidas pelo Fundador. Visitar o museu é um mergulho na cultura e na religiosidade afro. Também são oferecidas oficinas sobre a cultura africana e afro brasileira, culinária, artes corporais, música, língua iorubá, banto e angola.

Roteiro Centro



Largo Santa Cruz
A praça era local de pernoite de tropeiros e lugar de parada de comboieiros de escravos que ali aguardavam o período de quarentena antes de serem vendidos na cidade. O local também foi conhecido como Largo da Forca, devido ao enforcamento ocorrido em 1835 do escravo Elesbão, acusado de matar seu senhor, sendo por isso condenado à pena máxima.



Igreja de São Benedito
Igreja inaugurada em 11 de outubro de 1885 foi construída por iniciativa do escravo liberto Tito de Camargo Andrade, Mestre Tito, que angariando esmolas e donativos, tratou de obter o local para construção da mesma, dando início as obras. O projeto arquitetônico foi traçado pelo engenheiro Dr. Francisco Ramos de Azevedo.



Monumento à Mãe Negra
Este monumento, réplica da existente no Largo Paissandu, em São Paulo. Presta uma justa homenagem à todas as "mães negras" que amorosamente amamentaram as crianças de nossa cidade sem distinção de raça ou cor. Feita pelo escultor Júlio Guerra, foi fundida por Antonio Di Giorno.



Praça Carlos Gomes
O chafariz elegante e simples fornecia água com fartura que era utilizada pelas lavadeiras dos arredores na lavagem de grandes quantidades de roupas nos primeiros anos desta praça. Seu coreto instalado em 1913, feito em ferro fundido pela companhia MacHardy, sempre foi palco das apresentações das bandas da cidade, lugar de numerosas quermesses beneficentes e feiras. Conta-se que houve um tempo em que os negros eram proibidos de adentrar na Praça, só podiam caminhar na calçada externas. Os primeiros negros a entrar na Praça foram os componentes da "Banda dos Homens de Cor".



Monumento Túmulo de Carlos Gomes
O grande músico brasileiro morreu em Belém, Pará, em 1896. o Centro de Ciências Letras e Artes e a Câmara Municipal de Campinas promovem a construção de um "monumento-túmulo" com o objetivo de homenagear e abrigar os restos mortais daquele homem que morreu "exilado" de sua cidade e mesmo assim desejou ser enterrado aqui.
O monumento foi idealizado pelo escultor Rodolfo Bernardelli, por 50 contos de réis, e teve a sua pedra fundamental colocada por Santos Dumont em setembro de 1903, ao som dos acordes de "O Guarani". O corpo embalsamado de Carlos Gomes foi colocado na cripta em 29 de junho de 1904. Abaixo do monumento erguido em sua homenagem. Aos pés de Carlos Gomes temos a "Princesa d'Oeste" a lhe prestar uma eterna homenagem.



Largo do Rosário
Desde sua fundação, sempre foi palco de manifestações políticas, culturais, sociais e religiosas como em 1846, durante as cavalhadas feitas em homenagem à visita de D. Pedro II. Até 1873, quando foi urbanizado e recebeu um lindo chafariz, o Largo era local de feira para a venda de gêneros alimentícios à população de baixa renda. No largo se encontrava a Igreja Nossa Senhora do Rosário, demolida em 1956. A referida igreja foi construída por iniciativa da Irmandade do Rosário, comunidade religiosa eminentemente negra.



Catedral Metropolitana de Campinas
Na então Vila São Carlos, em 1807 foi escolhido um ponto mais alto da Vila para dar início a construção de um "templo grandioso" a Matriz Nossa Senhora da Conceição. Financiada pelos senhores do engenho e proprietários rurais, ela foi erguida em taipa de pilão pela mão dos escravos. Seu interior esculpido em madeira estilo barroco é obra de Vitorino dos Anjos. Foi inaugurada em 1883, sua fachada foi projetada pelo engenheiro Dr. Francisco Ramos de Azevedo.



Mercado Municipal
O local já foi também estação da Estação de Ferro Funilense, além de ponto de charrete, ponto de ônibus, ponto de encontro de pessoas de destaque e dos bambas do samba campineiro, além de local de atividades de comerciantes e maginais. Aos domingos reunia ciganos e moradores da região que vinham fazer suas compras, rever amigos e ouvir uma boa música. Foi inaugurado em 1908, seu edifício amplo e majestoso projetado pelo arquiteto e engenheiro Ramos de Azevedo, segue a arquitetura mourisca.



Túmulo do Escravo Teminho
Considerado um dos túmulos mais frequentados pelos que buscam milagres em nossa cidade, sua história se confunde com o do Barão Geraldo de Rezende. Sendo o jovem fazendeiro inexperiente para administrar a Fazenda Santa Genebra, que a recebera de herança, teve no escravo Antoninho seu grande conselhor, guia e amigo, que lhe acompanhou durante toda a vida. Por ocasião da sua morte, o Barão solicitou à Câmara Municipal que ele fosse enterrado ao lado do jardo da Familia Rezende, no estilo cemitério do Fundão (atual Cemitério da Saudade), mantendo-o assim, ao seu lado, mesmo após a sua morte.



Capela Santa Cruz do Fundão
A pequena capela, esquecida na Rua Abolição, traz a lembrança de uma história triste, que envolveu um menino escravo. Para fugir do castigo de seu senhor acabou se enforcando naquele local. Seu corpo foi encontrado por moradores dos arredores e foi enterrado como "o negrinho sem nome". Diz a lenda que ele é "invocado para proteger as pessoas de coração desesperado".